

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem
Teoria e História Literária

**A FORMAÇÃO DAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS
NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DE CÔNEGO
FERNANDES PINHEIRO (1825-1876), FERDINAND WOLF
(1796-1866) E SOTERO DOS REIS (1800-1871).**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Teoria e História Literária do
Programa de Pós-graduação do Instituto de
Estudos da Linguagem da UNICAMP como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Teoria e História Literária.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

Orientando: Carlos Augusto de Melo

Dezembro/2009

Carlos Augusto de Melo

**A FORMAÇÃO DAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS
NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DE CÔNEGO
FERNANDES PINHEIRO (1825-1876), FERDINAND WOLF
(1796-1866) E SOTERO DOS REIS (1800-1871).**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Teoria e História Literária do
Programa de Pós-graduação do Instituto de
Estudos da Linguagem da UNICAMP como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Teoria e História Literária.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

Orientando: Carlos Augusto de Melo

Dezembro/2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

M491f	Melo, Carlos Augusto de. A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cômego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871) / Carlos Augusto de Melo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009. Orientador : Francisco Foot Hardman. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Pinheiro, Fernandes, 1825-1876. 2. Wolf, Ferdinand, 1796-1866. 3. Reis, Francisco Sotero dos, 1800-1871. 4. Literatura brasileira – Historiografia – Séc. XIX. 5. Romantismo. I. Hardman, Francisco Foot. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título. tjj/iel

Título em inglês: The formation of literary history in Brazil: the contributions of Clergyman Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) and Sotero dos Reis (1800-1871).

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Literary Historiography; Literary History; Pinheiro, Clergyman Fernandes (1825-1876); Wolf, Ferdinand, (1796-1866); Reis, Francisco Sotero dos (1800-1871).

Área de concentração: História e Historiografia Literária.

Titulação: Doutor em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman (orientador), Prof. Dr. Jefferson Cano, Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Prof. Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo, Prof. Dr. Nelson Schapochnik, Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas (suplente), Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (suplente), Profa. Dra. Ivone Cecília D'Avila Gallo (suplente).

Data da defesa: 16/12/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

BANCA EXAMINADORA:

Francisco Foot Hardman

Jefferson Cano

Ivone Cecília D'Avila Gallo

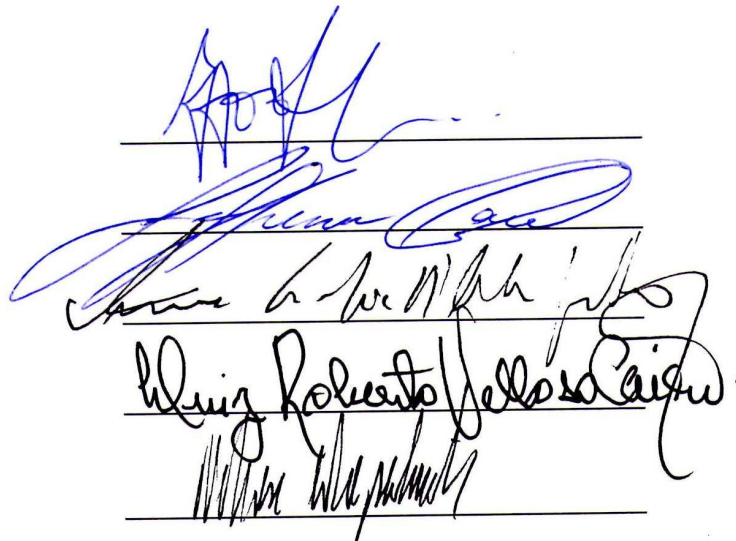
Luiz Roberto Velloso Cairo

Nelson Schapochnik

Marcus Vinicius de Freitas

Márcia Azevedo de Abreu

Carlos Eduardo Ornelas Berriel



Handwritten signatures of the exam board members in blue ink, corresponding to the names listed on the left. The signatures are written over horizontal lines.

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite provável
Tocar o inacessível chão*

(...)

(“Sonho Impossível”, de J.Darion / M.Leigh / Ruy Guerra)

(...)

Agora, sim, podem partir.

(...)

Não tinham medo, estavam apenas assustados com a sua própria coragem. O padre ria, dava gritos, deixara já a segurança do prumo e percorria o convés da máquina de um lado a outro para poder olhar a terra em todos os seus pontos cardeais, tão grande agora que estavam longe dela, enfim levantaram-se Baltasar e Blimunda, agarrando-se nervosamente aos prumos, depois à amurada, deslumbrados de luz e de vento, logo sem nenhum susto, Ah, e Baltasar gritou, Conseguimos, abraçou-se a Blimunda e desatou a chorar, parecia uma criança perdida, um soldado que andou na guerra, que nos Pegões matou um homem com o seu espigão, e agora soluça de felicidade abraçado a Blimunda, que lhe beija a cara suja, então, então. O padre veio para eles e abraçou-se também, subitamente perturbado por uma analogia, assim dissera o italiano, Deus ele próprio, Baltasar seu filho, Blimunda o Espírito Santo, e estavam os três no céu, Só há um Deus, gritou, mas o vento levou-lhe as palavras da boca. Então Blimunda disse, Se não abrirmos a vela, continuaremos a subir, aonde iremos parar, talvez ao sol. (...)

(Memorial do Convento, de J. Saramago)

Em memória de

Cônego Fernandes Pinheiro,
Ferdinand Wolf e
Sotero dos Reis

Agradecimentos:

à Regina, minha mãe
à minha Família
ao Luciano
à Ritinha
à FAPESP

ao Prof. Francisco Foot Hardman
à funcionária Creuza
e

aos professores da Banca de Defesa:
Luiz Roberto V. Cairo, Nelson Schapochnik,
Ivone Gallo e Jefferson Cano

RESUMO

No Brasil oitocentista, as histórias literárias fizeram carreira, como veículo discursivo historiográfico de invenção, afirmação e convalidação da tradição cultural e literária nacional, especialmente, pelos seus fortes vínculos institucionais. É nesse momento que, portanto, encontramos alguns historiadores aspirando trazer a público a história oficial sobre o conjunto da literatura nacional que contribuísse para a projetada História Geral do Brasil. Desse esforço intelectual, tivemos três exemplos bem-sucedidos: as histórias literárias de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e de Sotero dos Reis (1800-1871). O intuito desse trabalho é trazer uma leitura sobre essas narrativas precursoras, respectivamente, o Curso Elementar de Literatura Nacional (1862), O Brasil Literário (1863) e o Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873), como formadoras da tradição historiográfica literária no Brasil. Nesse sentido, pretende-se percebê-las a partir de suas características discursivas, teóricas e metodológicas, aplicadas ao estudo histórico da literatura nacional, como, por exemplo, à construção da periodização, à aplicação da análise literária, à conceituação de “literatura nacional”, entre outros aspectos.

ABSTRACT

In nineteenth-century, the Brazilian Literary Histories were accepted as discursive historiography of invention, affirmation and convalidation of our cultural tradition and national literature. Then, some historians wanted to contribute with those narratives which could be projected to History of Brazil. We had three successful examples: Curso Elementar de Literatura Nacional (1862), by Clergyman Fernandes Pinheiro; O Brasil literário (1863), by Ferdinand Wolf; and, Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873), de Sotero dos Reis - which have been seeing as pioneer in our literary historiography. Thus, this work analyzes these three Brazilian literary histories, which could construct an idea of our national historiography formation and, on the other hand, allow to reassess the later histories.

SUMÁRIO

<i>Introdução:</i>	p. 17
<i>Capítulo I - Os Elementos de Formação</i>	p. 27
<i>I. A História, o IHGB e o Colégio Pedro II</i>	p. 29
<i>II. O Ensino de Literatura</i>	p. 48
<i>Capítulo II - A História Literária de Cônego Fernandes Pinheiro: o Curso Elementar de Literatura Nacional (1862)</i>	p. 57
<i>I. Cônego Fernandes Pinheiro</i>	p. 60
<i>II. O Curso Elementar de Literatura Nacional (1862)</i>	p. 68
<i>III. O Método</i>	p. 77
<i>IV. A Literatura Nacional</i>	p. 87
<i>V. História e Crítica Literária</i>	p. 107
<i>VI. “Diferenciação e Afirmação de Autonomia”</i>	p. 117
<i>Capítulo III - A História Literária de Ferdinand Wolf: O Brasil Literário (1863)</i>	p. 127
<i>I. O Brasil Civilizado</i>	p. 134
<i>II. Nação e Civilização</i>	p. 141
<i>Capítulo IV - A História Literária de Sotero dos Reis: o Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873)</i>	p. 149
<i>I. São Luis do Maranhão</i>	p. 152
<i>II. A Atenas Brasileira</i>	p. 159
<i>III. Sotero dos Reis</i>	p. 172
<i>IV. O Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873)</i>	p. 183
<i>V. Questões de Método</i>	p. 195

Capítulo V – A Idéia de História Literária no Brasil.....	p. 217
I. O Caminho.....	p. 218
II. A Triade.....	p. 228
III. O Cânone Nacional	p. 238
 Capítulo VI – O Destino das Histórias Literárias: um adendo.....	 p. 251
I. A Revisão.....	p. 251
II. As Soluções Brasileiras.....	p. 260
 Bibliografia -	 p. 275
 Anexos:	 p. 295
 Introdução -	 p. 297
Anexo 1: Ao Leitor. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. <i>Curso elementar de literatura nacional</i> . Rio de Janeiro: Garnier, 1862.....	p. 298
Anexo 2: Prefação. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. <i>Resumo de história literária</i> . Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.	p. 299
Anexo 3: PINHEIRO, J. C. Fernandes. <i>Resumo de história literária</i> (excertos). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.	p. 300
Anexo 4: WOLF, Ferdinand. Préface. In: <i>Le Brésil Littéraire: histoire de la littérature brésilienne suivie d'un choix de morceaux tires des meilleurs auteurs bésiliens</i> . Berlin: A. Asher & Co (Albert Cohn & D. Collin), 1863.	p. 303
Anexo 5: REIS, Francisco Sotero dos. <i>Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira</i> . São Luís: Typ. B. de Mattos, 1866, t. I – V. (excertos)	p. 310
Anexo 6: FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. Prefácio. <i>Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa</i> para uso das escolas. 3 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854, p. 9-12. (excertos)	p. 335

INTRODUÇÃO

For approximately the first seventy-five years of the nineteenth century, literary history enjoyed popularity and unquestioned prestige. It was characterized, at this time, by three fundamental assumptions: that literary works are formed by their historical context; that change in literature takes place developmentally; and that this change is the unfolding of an idea, principle, or suprapersonal entity.

David Perkins

O interesse em trabalhar com o tema sobre as histórias literárias adveio da experiência com as pesquisas de Iniciação Científica e de Mestrado, realizadas, respectivamente, durante a Graduação em Letras na UNESP de Assis (2002-2003) e o Mestrado em Teoria e História Literária no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP (2004-2006). Tive o interesse em elaborar um trabalho de sistematização historiográfica das histórias literárias no/do Brasil. Trazer um estudo no qual os estudiosos e demais interessados pela história da literatura brasileira pudessem conhecer e acompanhar o processo de formação teórico e metodológico desse gênero narrativo dentro da prática historiográfica; gênero narrativo que apresenta como um dos seus principais objetivos sistematizar o conjunto da vida literária nacional. Reconhece-se que essa proposta teria pela frente grandes obstáculos e dificuldades para o seu reconhecimento no sistema intelectual

atual. Uma tarefa hercúlea por demandar um tempo extenso de leitura e de pesquisa, uma vez que, até o final do século XX, há inúmeros exemplos de possíveis histórias literárias. Relativando-se, então, a proposta, mas não a abandonando por completo, a minha Tese de Doutorado quis ser modesta e apenas procurou dar os primeiros passos em rumo a essa sistematização maior que se concretizará através do trabalho conjunto, com outros pesquisadores da área de História e Historiografia Literária.

Desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, sob a orientação do prof. Dr. Francisco Foot Hardman e o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a pesquisa de Doutorado direcionou-se ao estudo vertical dos pioneiros exemplos de história literária no Brasil, nos quais se poderiam identificar alguns dos aspectos formativos desse tipo de narrativa. Pretendeu-se fornecer reflexões fundamentadas aqueles que se propõem a realizar uma revisão historiográfica e, então, repensar sobre o “papel”, segundo Hans Robert Jauss, que “resta hoje, portanto, a um estudo histórico da literatura.”¹ A tese propõe trazer uma leitura crítica em torno das três mais conhecidas do grupo precursor de histórias literárias oitocentistas do Brasil, quais sejam, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro; *O Brasil Literário* (1863), do austríaco Ferdinand Wolf e o também *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873), do maranhense Sotero dos Reis. A leitura é uma espécie de apresentação crítica sobre as obras e seus autores, com intuito de resgatá-los pelo fato de que se encontram à beira (caso não estejam) do completo esquecimento. Além disso, a análise direta dessas três narrativas permitirá perceber como constituíram os seus diversos discursos com relação à periodização, à análise crítica dos escritores e obras, à apresentação das tendências e escolas literárias, à constituição do cânone literário e, principalmente, à conceituação sobre a “literatura nacional”. Houve a tentativa de desvendar que tipo de leitura teórica e metodológica que esses historiadores fizeram sobre a nacionalidade literária, considerando-se que foram, suas histórias literárias, a “**expressão** de determinadas demandas histórico-sociais da sociedade brasileira à época em que foram

¹ JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994, p. 8.

escritas”² (grifo do autor) Dessa forma, queremos sair da tendência de generalização, como se tem feito até o momento no que diz respeito à abordagem especificamente sobre essas três histórias literárias do Brasil, tentando nos aprofundar no que realmente se escreveu como história literária e quais os seus limites discursivos em comparação as demais manifestações historiográficas da época.

Esse trabalho está em busca de perceber, conhecer, analisar, interpretar, sistematizar o possível processo de formação das histórias literárias no Brasil para a constituição da nossa tradição historiográfica; uma possível narrativa da história de nossas *histórias literárias*³. Nesse caso, os olhares investigativos devem voltar-se mais especificamente para

² WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p.18.

³ Vale ressaltar que há uma problemática inicial no que se refere à terminologia adotada. Nos domínios da historiografia geral, ficou costumeira a distinção entre História (com H maiúsculo) que designa o conjunto de acontecimentos da humanidade ao longo de seu passado e presente numa seqüência temporal, de acordo com o lugar, a época, o ponto de vista escolhido ou o campo de conhecimento que estuda esses eventos e história (com h minúsculo) que, segundo o dicionário Houaiss, determina a “seqüência de ações, de acontecimentos reais ou imaginários; enredo, trama”. Na teoria e crítica literária, há também uma grande confusão no modo de se utilizar os termos que dizem respeito a esse tipo de narrativa histórico-literária voltada a estudar e sistematizar o passado literário que estamos nomeando nesse trabalho como *história literária*. Das primeiras tentativas de historiografia literária, a expressão “história literária” e “história da literatura” se revezaram sem nenhuma distinção em alguns títulos de compêndios, antologias, etc. Elas aparecem nas obras de Mohedano (*Historia Literaria de España*), de Tiraboschi (*Storia della Letteratura Italiana*), de Thomas Warton (*The History of English Poetry from the Close of the Eleventh to the Commencement of the Eighteenth Century*), dos beneditinos da Congregação de Saint-Maul (*Histoire Littéraire de la France*), de Ferdinand Denis (*Resume de l’Histoire Littéraire du Portugal*), de Vergara (*Historia de la Literatura em Nueva Granada desde la Conquista hasta la Independência – 1538/1820*), de Joaquim Norberto (*História da Literatura Brasileira*), do Cônego Fernandes Pinheiro (*Resumo de História Literária*) de Taine (*Histoire de la Littérature Anglaise*), de Sílvia Romero (*História da Literatura Brasileira*), de Lanson (*Histoire de la Littérature Française*), e assim por diante. Recorrendo ao verbete “história literária” de alguns dicionários específicos de literatura, também fica em evidência esse intercâmbio na conceituação e aplicação dos sentidos terminológicos por parte dos autores. No *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, Massaud Moisés e José Paulo Paes variam entre as expressões “história literária” e “história(s) da literatura” quando precisam elucidar o funcionamento dos primeiros momentos de aparição da literatura do ponto de vista histórico. Enquanto que, no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega*, Jacinto do Prado Coelho visualiza a expressão “história literária” como gênero narrativo ao mesmo tempo que a utiliza para se referir ao conjunto dos acontecimentos literários da produção cultural portuguesa, equivalente em seu discurso, muitas vezes, ao termo “História da Literatura Portuguesa”, marcado pelas iniciais em caixa-alta. Essa indeterminação terminológica não deve ser considerada um caso isolado dentro dos estudos literários. Ela perpassa todas as fontes historiográficas que podemos consultar durante o processo de pesquisa bibliográfico, até àquelas que pretendem ser estritamente rigorosa quanto à sua metodologia científica. Optamos, aqui, pela expressão “história literária” que é utilizada quando se pretende mencionar à narrativa que possui uma estrutura discursiva específica, cujo interesse é de apresentar, estudar e explicar historicamente – a partir de pontos teórico-conceituais diversos – os eventos literários ocorridos no passado de modo a formar uma idéia de história de uma literatura, como, por exemplo, a brasileira. Deste modo, a expressão “história da literatura” é colocada especificamente no momento que

as nossas protagonistas que são as que concebemos como as primeiras manifestações de *histórias literárias*, produzidas nos momentos decisivos de nossa produção historiográfica ao longo do século XIX. Das produções do período, escolhemos três trabalhos pertencentes à década de 1860, os quais, de acordo com alguns estudiosos como Alexandre Barbosa e Antonio Candido, revelam o primeiro grupo de *histórias literárias*, anteriores à publicação da história literária de Sílvio Romero. Foram, portanto, como já relatamos acima, os livros: *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro; *O Brasil Literário* (1863), de Ferdinand Wolf; e também *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873), de Sotero dos Reis.

Sem intenção de cairmos em anacronismo, torna-se importante esclarecer com brevidade a razão da escolha dessas três narrativas - objeto desse estudo - que possa justificar nosso recorte histórico para o entendimento dos primeiros passos de formação das histórias literárias no Brasil. Nessa tese, sabemos que determinação conceitual “verdadeira” não é possível. Destacamos apenas que o nosso critério e, assim, montamos o nosso próprio cânone historiográfico, envolvendo, conforme sugere Jefferson Cano, um processo de seleção e exclusão a partir de um ponto de partida arbitrário:

Todo ponto de partida é um ponto arbitrário. Só não o seria se fosse um ponto de partida também para o autor, o que nunca será, visto que o autor nunca *está*, por assim dizer, onde está seu objeto, nem jamais o *encontra*, como às vezes faz supor, apenas o constrói, a partir de algumas escolhas e muitas exclusões. Partimos apenas do ponto onde levamos o leitor para acompanhar-nos em um percurso narrativo que lhe apresentamos. Do mesmo modo, este percurso, que lhe apresentamos linearmente, não passa de outra seleção arbitrária de uns tantos pontos não alinhados, mas espalhados num vasto plano onde, na maior parte do tempo, permanecemos perdido.⁴

Até a década de 1860, pode-se dizer que houve outros textos historiográficos que, de algum modo, poderiam representar uma história literária, textos que, a partir de nossa

traduz a história que a manifestação literária no decorrer do tempo foi se constituindo. Uma “história literária” narra (apresenta, estuda, analisa, etc.) a “história da literatura”.

⁴ CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2001, p. 8.

perspectiva historiográfica, traziam uma idéia de história da literatura brasileira, levando-se em conta a idéia de Erich Auerbach de que “a tarefa de escrever a história literária sôbre bases que tais pode ser concebida e executada de muitas maneiras diferentes, e de fato os séculos XIX e XX exibem as tendências mais diversas no trabalho de seus eruditos. Descrevê-las tôdas exigiria um estudo tanto mais longo quanto elas se têm influenciado perpétuamente umas às outras.”⁵ Essas formas possíveis de histórias literárias foram publicadas como artigos, introduções, bosquejos, etc.

Nessa Tese, por outro lado, como se poderá observar, o critério foi reunir as produções narrativas mais significantes que fizeram uso da focalização panorâmica do passado geral de nossa literatura, tendo como recorte o estudo do conjunto da literatura desde as suas primeiras manifestações até a contemporaneidade do autor. Essas manifestações possuem o critério metodológico sistemático mais rígido de representação histórica, utilizando-se de periodização específica, cuja fundamentação historiográfica é oferecer uma idéia de unidade literária, mesmo acreditando que muitas vezes tal unidade fosse conseguida conjuntamente sem estabelecer fronteiras entre as representações literárias do colonizador. Elas são “uma tentativa de reconstrução do fenômeno no seu desenvolvimento, no próprio espírito que os anima” e os seus autores explicam “como determinado fenômeno literário pôde nascer, seja por influências antecedentes, seja pela situação social, histórica e política de onde se originou, seja pelo gênio peculiar de seu autor; e neste último caso, exigimos que nos faça sentir as raízes biográficas e psicológicas desse gênio peculiar.”⁶

Diante da vastidão de abordagem do tema, é importante dizer que conseguimos desenhar qual o esquema de leitura que quisemos seguir para o desenvolvimento da tese, com intuito de trazer unidade e especificidade de pensamento e focalização dos aspectos mais importantes sobre a formação das histórias literárias no Brasil. Decidimos compor seis capítulos e sendo assim fazemos aqui um breve resumo: O primeiro capítulo, intitulado **Os Elementos de Formação**, objetiva refletir sobre o panorama histórico e cultural que impulsionou o aparecimento das histórias literárias no Brasil. Escapando de um estudo

⁵ AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. (trad. José Paulo Paes) São Paulo: Editora Cultrix, 1972, p. 31-32.

⁶ AUERBACH, Erich. *Op. cit.*, 1972, p. 31.

sistemático da história do Brasil no século XIX e a sua constituição política, econômica e cultural, procurou-se trabalhar aqui algumas questões específicas necessárias para a elucidação do processo de construção do pensamento historiográfico nacionalista que estava atrelado à concepção política conservadora do Império brasileiro. Desse modo, tenta-se montar uma linha de reflexão que acompanha a formação de uma nação independente que, sob o comando monárquico conservador, passa a ser configurada pelo viés de institucionalização da nacionalidade e civilização dentro dos parâmetros europeus e ainda coloniais. Uma das táticas da política imperial foi utilização da história (e nesse caso entra a história da literatura) como elemento fundamental para o estabelecimento da unidade do passado nacional que, por extensão, ofereceria a base de uma nação estabilizada diante das demais nações latino-americanas. Daí que surgem várias medidas institucionais que, sob o impulso do nacionalismo e da idéia de civilização, propõem a criação de uma nação brasileira através dos resultados do trabalho historiográfico de intelectuais em grandes estabelecimentos oficiais, como o Arquivo Público, o IHGB e o Colégio Pedro II. Nesse momento, percebe-se que a proposta do governo envolve também a oficialização da história dentro de outros campos de conhecimento como o educacional em que esses dois campos de poder parecem ser necessários para o estabelecimento da instrução e ordem nacional e, de algum modo, explica o surgimento da disciplina da história da literatura nacional que recebe os mesmos comandos historiográficos.

O segundo, sob o título **A história literária do Cônego Fernandes Pinheiro: o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862)**, introduz a primeira história literária do grupo de narrativas que escolhemos, conforme especificamos no projeto de pesquisa, ou seja, o *Curso Elementar*, do Cônego Fernandes Pinheiro. Nesse capítulo, focalizam-se os temas-base da história literária do Cônego que servirão de fonte para a compreensão da idéia de história literária romântica no Brasil. Aqui, narra-se a particular história do surgimento do *Curso Elementar* no território brasileiro, dentro de suas respectivas especificidades, relacionando-a à prática historiográfica nacional da época que é reflexo das questões político-culturais do poder imperial de construção do Estado nacional e consolidação do ensino de literatura.

A partir daí, essa narrativa histórica é formulada no âmbito nacionalista do conservadorismo monárquico e trabalham o passado colonial e seus vínculos com o passado político e literário da Metrópole como realmente necessários ao estabelecimento da ordem, unidade e engrandecimento cultural. Ela segue os parâmetros históricos e culturais instituídos e aparecem como instrumento funcional da política institucional, uma vez que é gerada no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como nos ideais do pensamento educacional do Colégio Pedro II. Para além de manifestações simplórias, essa história literária apresenta-se muito interessante pelas suas peculiaridades em que envolvem várias características do fenômeno historiográfico oitocentista, como o pensamento nacionalista, a postura político-cultural, o ensino literário, a retórica e a poética, a crítica literária clássica, etc.

Em seguida, o terceiro capítulo com a designação de **A história literária de Ferdinand Wolf: *O Brasil Literário* (1863)** que tem como protagonista *O Brasil Literário*, de 1863, do austríaco Ferdinand Wolf; uma história literária escrita por mãos estrangeiras. O texto pretende avaliar a formação das histórias literárias no Brasil com a preocupação de repensar alguns dos aspectos mais relevantes de legitimação da história cultural e literária americana que, na maioria das vezes, precisou do forte condicionante “olhar estrangeiro”. E, nesse aspecto, propõe-se trabalhar o “instinto de civilização”, pertencente à revelada “idéia de nação” do romantismo, e que transparece nos discursos de intelectuais brasileiros. O texto trabalha os condicionantes que direcionaram Ferdinand Wolf a investigar a história da literatura brasileira, a partir da questão diplomática estabelecida entre o Brasil e a Alemanha, especificamente a relação construída entre os intelectuais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e o funcionário da Biblioteca de Viena. Do mesmo modo, tentamos explicar a leitura que o historiador estrangeiro elaborou do passado histórico brasileiro no que se refere à constituição do cânone literário nacional. Leva-se em conta, portanto, a leitura historiográfica estrangeira, a condição do historiador estrangeiro que nunca esteve em terras brasileiras, os elos que se estabeleceram entre alguns intelectuais brasileiros, como Gonçalves de Magalhães.

O quarto capítulo, intitulado de **A história literária de Sotero dos Reis: o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873)**, investiga a produção historiográfica de

Sotero dos Reis, com o seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, publicado entre os anos de 1866 a 1873. Esse capítulo analisa a construção da última história literária do grupo romântico, antes da proposta historiográfica de Sílvio Romero. Para tanto, tentamos explicar brevemente a história política, econômica e cultural do Maranhão para entender melhor o aspecto característico da sociedade maranhense, que tenta se distinguir das demais províncias do Brasil – focalizando a cidade de S. Luís do Maranhão - para, depois, nos aprofundarmos em um dos frutos intelectuais resultantes que foi o curso de literatura de Sotero dos Reis. Nessa cidade, pelo menos na parte cultural, destaca-se pela ocasião do mito da “Atenas Brasileira”, cujo ideário lança novos dados para a constituição historiográfica e da história cultural brasileira. Conhecendo São Luis do século XIX e a constituição de seu distinto lado cultural, de modo particular, ao longo do período do segundo império, valerá para entender em que situação Sotero dos Reis se criou, explicando e muito o viés crítico e historiográfico do pensamento do autor para narrar a história da literatura brasileira em que vínculos com o grupo maranhense da “Atenas Brasileira” e o elo com a educação ludovicense modelam uma historiografia literária nacionalista, lusófila e vernácula. Direcionamo-nos, portanto, para a análise da tradição dos estudos lingüísticos maranhenses que fundamentam a produção intelectual da província, com a elaboração das primeiras gramáticas nacionais, a instituição pelo gosto clássico de literatura, etc. Em seguida, visualizando os bastidores da história literária no Maranhão, adentramo-nos na produção de história literária da época que tem como protagonista o professor do Liceu e do Instituto de Humanidades, Francisco Sotero dos Reis. Fizemos a análise estrutural e metodológica de seu *Curso de Literatura Portuguesa Brasileira*, focalizando os aspectos de conceito literário, de divisão historiográfica e constituição do cânone brasileiro que se relacionam diretamente com as influências clássicas de literatura.

O quinto capítulo **A idéia de história literária no Brasil** é o ponto da tese de Doutorado em que se propõe construir uma possível “idéia de história literária” do Brasil que tivemos até a década de 1860, a partir do levantamento e discussão dos aspectos centrais que nossas primeiras manifestações historiográficas trouxeram. Portanto, escolheu-se estudar comparativamente as três histórias literárias, apresentadas com precisão nos capítulos anteriores, detalhando aqui os seus conceitos metodológicos e terminológicos, as

suas características específicas e gerais, o tratamento dos temas nacionais e suas relações com a periodização e sistematização dentro do âmbito da historiografia geral e, com certeza, da historiografia literária, etc. Nele, valer-nos-ão as aproximações e os distanciamentos entre essas três histórias literárias precursoras, contando para isso o tratamento que fazem dos movimentos literários e dos momentos históricos do Brasil, a construção do cânone literário nacionalista e as suas intersecções nos limites do projeto historiográfico nacional, a utilização da crítica literária na época.

O sexto e último capítulo **O destino das histórias literárias: um adendo** surgiu dos meus questionamentos enquanto estudioso da historiografia e cultura literária a respeito da idéia de história literária que se constrói ao longo do século XX e XXI e aos seus subseqüentes desdobramentos, configurados nos discursos da maioria dos críticos literários como a crise historiográfica. Nesse sentido, tentamos acompanhar essas manifestações que reivindicam um novo jeito de se fazer história e, mais especificamente, história literária, tendo em vista destacar desses discursos como se constrói uma imagem generalizada imposta à prática historiográfica oitocentista, tida como tradicional, em contraposição a sua real configuração e formulação. Nesse capítulo, tentou-se expor o problema atual da questão que se insere num ponto de vista epistemológico e, com essas contribuições do pensamento historiográfico, ampliar as possibilidades de encarar a escrita da história oitocentista de outras formas, estudando-as sob outros primas teóricos e metodológicos. Com isso, pretendemos fazer uma reflexão geral a respeito das idéias de construção das histórias literárias posteriores a nossa formação romântica, com o intuito de analisar algumas perspectivas históricas, relacionando-as com as características das nossas primeiras manifestações.

Os anexos inseridos no final da Tese têm relação com a proposta inicial da pesquisa de Doutorado. Como as obras trabalhadas são de difícil acesso, algumas por serem fontes raras do século XIX – (encontram-se apenas nos setores de Obras Raras de algumas Bibliotecas ou Arquivos do país) - outras pelo número reduzido de edições, considerou-se, então, a necessidade de levantar, selecionar e transcrever algumas partes das histórias literárias, para a grafia atualizada do português do Brasil. O objetivo é organizar uma antologia, fornecendo aos futuros leitores e também aos pesquisadores da historiografia

literária uma idéia do discurso historiográfico dessas três histórias literárias. Por conta do vasto material, escolhemos reproduzir apenas as partes que julgamos mais relevantes para apreciação dos leitores, como, por exemplo, as introduções, prefácios, bem como os capítulos que discutem a metodologia, os aspectos teóricos da literatura e os estudos sobre a literatura brasileira. Vale dizer que os trechos escolhidos das histórias literárias do Cônego Fernandes Pinheiro foram retirados da transcrição feita na minha pesquisa de Mestrado. Além dos excertos das histórias literárias do Cônego, Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis, quisemos transcrever a parte introdutória do *Bosquejo* do A. C. Borges de Figueiredo para ilustrar a metodologia dos compêndios portugueses.

CAPÍTULO I.

OS ELEMENTOS DE FORMAÇÃO

*A história será a marca do século XIX, ela lhe dará
o seu nome da mesma maneira que a filosofia o
havia dado ao século XVIII.*

(Augustin Thierry)

*Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do
historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma
mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode
difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do
mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve,
segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e
reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem,
constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas
as virtudes cívicas. (...) Nunca esqueça, pois, o historiador do
Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá
escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no
mais puro sentido da palavra.*

(C. F. V. Curtius)

O período de formação das histórias literárias que pesquisamos corresponde a um momento importante de transformação da sociedade brasileira. É o período do Segundo Reinado, a consolidação da monarquia brasileira. O país parece conseguir estabilidade econômica, com a produção e ascensão do café, a permanência do trabalho escravocrata e da economia de exportação. Conserva-se o modelo de sistema do governo colonial, o qual

pode oferecer, assim, base para a centralização efetiva do país, depois das visíveis possibilidades de descentralização na Regência.

Para além de um estudo histórico sobre o Brasil Imperial, focalizamos questões específicas no que diz respeito às novas condições governamentais que, sob o comando dos monarcas portugueses, inseriram a política conservadora de nacionalização e centralização, a partir do eixo historicista. Esse pressuposto faz entender a valorização da História como peça fundamental para a efetivação da política conservadora que, com estabelecimento da História Geral do Brasil, ofereciam as bases de unificação e de representação nacional. A estratégia de unificação, vinculada à História, envolveu medidas institucionais que conseguiram construir a imagem simbólica da nação e civilização brasileira. A criação dos estabelecimentos públicos foi uma delas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Nacional e do Colégio Pedro II. Como diria Anthony Smith, parafraseando John Breuilly:

el nacionalismo ha de verse como un movimiento moderno y puramente político; y en ele mundo moderno la política se refiere al control del estado. El nacionalismo es un argumento para conquistar y conservar ese control. Su importancia radica en su capacidad para ofrecer una plataforma común a diversas subélites por médio de la movilización, la coordinación y la legitimación de sus objetivos e intereses. Los movimientos nacionalistas buscan la unificación del estado o su renovación o, más habitualmente, oponerse a un estado existente.⁷

Nessas condições, a estratégia imperial pede apoio a dois campos de poder (a História e a Educação), atribuindo-lhes papéis oficiais de afirmação nacional. O mais importante é que se desenham as primeiras diretrizes brasileiras que vinculam certo poder “político” ao conhecimento histórico e educacional, entrelaçando-os. Exercita-se a historiografia e, com o acréscimo de outro elemento - a Literatura -, inaugura-se a disciplina de História da Literatura – considerada um dos galhos da História geral do Brasil. Como consequência, tem-se a presença das histórias literárias no círculo intelectual

⁷ SMITH, Anthony D. *Nacionalismo: teoría, ideología, historia*. (Trad. Olaf Bernárdez Cabello) Madrid: Alianza Editorial, 2004, p. 94.

brasileiro, servindo como divulgadora a idéia de nação brasileira por meio dos seus aspectos culturais.

I. A História, o IHGB e o Colégio Pedro II

Em 1851, Gonçalves Dias publicava o livro *Últimos Cantos*, no qual se encontra parte dos seus mais bem realizados poemas, como, por exemplo, os canônicos “Leito de folhas verdes”, “I-Juca Pirama” e “Tempestade”. É nele que, também, faz-se presente o poema, não tão conhecido como os supracitados, mas de grandeza poética equivalente, intitulado “A história”. Dividido em duas estrofes, de 31 e 12 versos respectivamente, o poema constrói uma imagem decisiva do que seja a história que, por extensão, permite-se entender o sentido que essa disciplina historiográfica adquiria no imaginário dos intelectuais do século XIX. Vejamos o poema na sua íntegra:

A Historia

The flow and ebb of each recurring age
(Byron)

Triste lição da experiencia deixáo
Os évos no passar, e os mesmos actos
Renovados sem fim por muitos povos
Sob nomes diversos se encadeião :
Aqui, além, agora ou no passado,
Amor, dedicação, virtude e gloria,
Baixeza, crime, infamia se repetem,
Quer gravados no sócco de uma estatua,
Quer em vil pelourinho memorados.
Eis a historia ! — rainha veneranda ,
Trajando agora sedas e velludos,
Depois vestindo um sacco despresivel,

D'immunda cinza, apolvilhada a fronte.
Se as virtudes do pobre não tem preço,
Tambem dos vícios seus a nodoa exígua
Não conspurca as nações ; mas ai dos grandes,
Que trilhão senda errada, a cujo termo
Se levanta a barreira do sepulchro,
Onde se quebra a adulação sem força.
Se virtuoso, as gerações passando
As cinzas lhe beijarão; se malvado
Cospem-lhe ai Trontas na vaidosa campa,
Jámais: de amigas lagrimas molhada.
E qual do Egypto nos festins funereos,
Maldizem bons e máos sua memoria,
Lançando á face da real mumia
Dos crimes seus a lacrymosa historia.
Talvez, porém, um infortunio grande,
Um exemplo sublime de virtude
Cobre dourada pagina, que aos olhos
Pranto consolador do peito arranca.

Eis a historia ! —um espelho do passado,
Folhas do livro eterno desdobradas
Aos olhos dos mortaes;— aqui, sem mancha,
Além golfeja sangue e sua crimes.
Tal foi, tal é: retraio desbotado,
Onde se mira a geração que passa,
Sem cor, sem vida,— e ao mesmo tempo espelho,
Que ha de ser nova copia á gente nova,
Como os annos aos annos se succedem.
Ondas de mar sereno ou tormentoso,
As mesmas na apparencia, que se quebrão
Sobre as d'areia fluctuantes praias.⁸

De imediato, ressalta aos olhos do leitor o modo de construção do título, no qual se evidencia o termo “história” – assunto de que o poema vai tratar – precedido pelo artigo definido “a” que, de maneira restrigente, parece assinalar que o propósito é poetizar acerca da “única” e “verdadeira” idéia de história que o poeta venha a concordar, daquela participante do ideário teórico universal. Pelo visto, a utilização da expressão evocativa – repetida duas vezes ao longo do texto –, complementada, por exemplo, da primeira vez,

⁸ DIAS, Gonçalves. *Últimos cantos*: poesias. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1951, p. 134-136. Acesso em <http://books.google.com.br/> (original da Harvad University e digitalizado em 27/09/2007)

com o aposto que se enuncia a história como rainha (“Eis a história! – rainha veneranda”) pode comprovar a intenção do “eu-poético” de estar trabalhando com uma determinada espécie de história, cujo *status* apresenta ter destacada superioridade universal, ainda mais quando se tem o sentido de “rainha” atribuído a ela, como senso geral de “governar”, “comandar”, de que “toma decisões” e, por extensão, estabelecendo relação direta com o seu predicado maior que é o de “poder” ou “autoridade”.

Do início ao fim, é nítida essa glorificação que se faz do “serviço” magistral realizado pela história no sentido de representar eventos do passado, como processo necessário de experiência e formação humana (Tal foi, tal é: retraio desbotado,/Onde se mira a geração que passa/Sem cor, sem vida, - e ao mesmo tempo espelho,/Que há de ser nova cópia á gente nova/Como os annos aos annos se succedem). É com ela que a humanidade pode espelhar-se tanto no seu lado bom quanto no ruim para adquirir vivências importantes e se constituir melhor no presente do que foi no passado tendo em vista o seu futuro. E, seguindo os padrões da tradição ocidental, segundo Jobim, “estabelece uma referência direta com a famosa expressão *Historia magistra vitae* (História, mestra da vida)⁹ da tradição iluminista. Então:

o sentido da História parece ser o da permanência e recorrência continuada de estruturas já existentes anteriormente. Neste tipo de perspectiva a sucessão é também uma reiteração. A História pode ser mestra da vida porque de alguma forma se presume o que tanto aquilo que acontece no presente quanto aquilo que vai acontecer no futuro têm a mesma forma do que aconteceu no passado.¹⁰

Contudo, essa questão da poesia de Gonçalves Dias possibilita-nos trabalhar pelo menos dois interessantes campos no que se refere aos primeiros passos do pensamento histórico no Brasil. O primeiro é que, sem dúvida alguma, o espírito crítico do poeta parece esboçar alguns questionamentos nos valores historiográficos do padrão brasileiro para aquela época cujas intenções eram de constituir com os rastros do passado a formação de

⁹ JOBIM, José Luís. Notas sobre a teoria romântica da história. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 63.

¹⁰ JOBIM, José Luís. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Op. cit.*, 2003, p. 64.

um estado, nação e civilização brasileira. Num momento em que várias mãos escreviam as biografias de “Brasileiros Célebres”, como as de Joaquim Norberto e do Cônego Fernandes Pinheiro, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, claro que a narração histórica da violência contra os indígenas – nas quais possivelmente para o “eu-lírico” aos “olhos dos mortaes (...) Além golfeja(m) sangue e sua(m) crimes” - em plena valorização da civilização deveria ser totalmente silenciada pelas vozes dos representantes da historiografia do Estado e, como afirma Hugo Achugar, a “memória nacional dificilmente recorda o genocídio dos habitantes originais de nossos países. As rebeliões secessionistas não têm um lugar privilegiado no relato histórico e as insurreições dos escravos de origem africana não são nem remotamente centrais no discurso historiográfico tradicional que construiu imaginários nacionais de nossos países.” Isso porque, conforme ainda Achugar, parafraseando Julio Ramos, “o projeto da literatura do século XIX aspirava desenhar ‘as normas necessárias para a invenção da cidadania’. Esta invenção da cidadania significou, muitas vezes, a exclusão de alguns homens e a quase totalidade das mulheres que não se ajustavam ao projeto patriarcal e elitista do setor no poder.”¹¹ Nesse sentido, falar sobre esses eventos que tendiam ficar à margem da historiografia pode oferecer ao discurso do nosso poeta maranhense algumas nuances críticas de reavaliação da postura do historiador com relação aos eventos historicizados que, na filosofia da história, como vimos, começou a ocorrer com mais afinco no século XX.

Por outro lado, torna-se evidente nas palavras do “eu-poético” que esse passado reiterado só importa porque se constitui a partir de *atos históricos* vistos como participantes da memória coletiva, na qual se revelam de maneira crítica os valores típicos e estabelecidos da conduta humana na sociedade (Aqui, além, agora ou no passado,/ Amor, dedicação, virtude e glória,/ Baixeza, crime, infamia se repetem). Tida como “grandiosa”, parece lógico que, para o “eu-poético”, só caberia à história evocar acontecimentos que, também participantes de uma grandiosidade, teriam alguma relevância para a construção social. Mesmo trazendo à tona as experiências do outro lado – tanto as gloriosas quanto as aviltantes participam da história – ampliando assim as perspectivas historiográficas, nota-se

¹¹ Cf. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Op. cit.*, 2003, p. 56 e 58.

que Gonçalves Dias ainda valoriza uma tendência iluminista dos historiadores oitocentistas os quais percebiam a história constituída ainda pelos lados extremos, pelos lados contrastantes de eventos “grandiosos” que, de alguma maneira, pudessem ser válidas para deixar suas marcas explícitas ao longo do tempo. Do que se tratariam tais baixezas, crimes e infâmias pelos quais a *magistra vitae* se (re)compõem senão o contraste entre grandes pólos: para se ter a história dos vencedores, há de falar a dos vencidos?

O advento das revoluções européias em que se reestrutura o pensamento do homem na história oferece de imediato a base para se repensar o passado, a sua atuação no presente e suas representações no futuro:

Atmosfera mental que se havia modificado radicalmente. Durante as três primeiras décadas do século XIX, cada um dos países europeus ocidentais passou por um ritmo de transformações sem equivalente nos séculos anteriores. Como sugerimos, as imagens projetadas pelas transformações reais também exerceram um efeito forte e catalisador, um impacto marcante sobre os conceitos, até então vigentes, de continuidade e de mudança.

As guerras subseqüentes à Revolução Francesa, que acabaram por atingir a maior parte da Europa durante o período napoleônico, transformaram o continente num autêntico mosaico de povos e nações. A geopolítica da uniformidade dos povos, fundamentada na tradição dinástica e no cosmopolitismo das Luzes, estilhaçava-se em face da fragmentação territorial, que exacerbava o sentimento de variedade, de peculiaridade, todos ingredientes fermentadores do ideário nacional. Nos confrontos bélicos entre os Estados absolutistas na época do Antigo Regime atuavam, quase sempre, pequenos exércitos quase profissionais, afastados do restante da população. Nas guerras da revolução e do período napoleônico, a situação se altera: quase poderíamos dizer que muitos países, tendo a França como exemplo, tiveram que organizar “exércitos de massa”, com uma escala de participação muito maior de toda a população.

Tudo isso ampliou e generalizou a sensação coletiva das mudanças, acentuando o sentimento quase cotidiano, quase unânime, da presença da história e de suas forças – forças incomensuráveis, mas veladas, nem sempre discerníveis e, não raro, *impostas* aos homens.¹² (grifo do autor)

O século XIX foi palco de grandes mudanças na organização econômica, política, social e cultural do Brasil, advindas diretamente da reestruturação do ocidente através das revoluções e marca o período de emancipação das colônias americanas, alimentadas pelo

¹² SALIBA, Elias Tomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 56-57.

processo revolucionário advindo da Europa Ocidental (Revolução Francesa e Revolução Industrial) que espalhou o ideal liberal, progressista, industrial, burguês, nacionalista, emancipatório, restaurador etc. Em todo Ocidente, esse momento oferece a sensação de rompimento histórico e, ao mesmo tempo, instaura a perspectiva de um “(re)começo” que, aos olhos revolucionários de Chateaubriand, parece enxergar “na revolução uma autêntica ‘linha divisória dos tempos e, simultaneamente, dos pensamentos, costumes, curiosidades, leis e das próprias línguas’ – estabelecendo um *antes* e um *depois*, absolutamente antagônicos e inconciliáveis.”¹³ Exageros chateaubriandianos a parte, nesses acontecimentos revolucionários lê-se claramente um trânsito político, social e cultural que nos leva à passagem processual do feudalismo para o capitalismo, da sociedade rural para a urbana, da economia agrária para a industrial, da mão-de-obra especializada para a especializada, do analfabetismo para o letrado, bem como abrindo caminhos para revigoramento das ciências, filosofia, religião e artes etc. Nesse âmbito, é necessário delimitar os dois lados dessa realização revolucionária que, segundo Hobsbawn, influenciaram o ocidente de maneiras distintas. Se por um lado a Revolução Industrial mexeu com o sistema socioeconômico – com fundamentos práticos - dos países, por outro, sobressaindo-se mais pelo seu forte poder de repercussão, a Revolução Francesa manifesta-se expressamente pelas características político-ideológicas. Hobsbawn trabalha essa idéia nessa longa citação:

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. (...) A Revolução Francesa é um marco em todos os países. Suas repercussões, ao contrário daquelas da revolução americana, ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808.¹⁴

¹³ SALIBA, Elias Tomé. *Op. cit.*, p. 21.

¹⁴ HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. (trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 83-85.

Na América Latina, a implantação dos princípios revolucionários franceses foi mais decisiva, uma vez que se encontrava neles o paradoxal instinto de razão, liberdade, mudança e destruição da unidade colonial e concomitantemente a racional busca de uma unidade e desenvolvimento nacional dentro dos parâmetros de nacionalidade e civilização europeus (com ajuda direta das Metrôpoles coloniais). A reviravolta ideológica advinda quase que inteiramente da Revolução Francesa propagou uma esperança libertária que, transfigurada no campo americano, possibilitou a criação das bases necessárias para de fato se ser/ter – pelo menos no plano imaginário - um “mundo novo” - se se permitir tal trocadilho com a idéia de “Novo Mundo” -, sob os códigos de ruptura e restauração que se construíram de maneira palpável com os instrumentos racionalizadores, ideológicos e filosóficos romântico, historicista e nacionalista. Gonçalves de Magalhães sentiu essa possibilidade quando alegou que se “compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontraremos como se entre o fim do século passado e o nosso tempo presente ao menos um século medeara. Devido é isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis.”¹⁵

Há de se convir que essa questão foi uma das mais importantes, pois, independente dos resultados serem positivos e/ou negativos, aqui granjeados, no que se refere à (re)construção empírica do “mundo novo”, a América não foi a mesma a partir de então. E só teve essa amplitude graças ao alcance intelectual que determinou por meios surpreendentes o trânsito dos condicionantes revolucionários e, por outro lado, o posicionamento da sociedade enquanto receptora dos aspectos novos representados. Em consequência, como iremos perceber, a partir de forças centrífugas e centrípetas, a historiografia terá seu papel como protagonista, pois, ao mesmo tempo em que se constitui,

¹⁵ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina et MOREIRA, Maria Eunice. (org.) *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 5 (2), agosto de 1999, p. 35.

sendo reflexo exemplar desse processo transitório, ela será o veículo de criação e propagação do mesmo.

De todo modo, esse campo de experiência européia adquirirá nesse processo de recepção e adaptação nos terrenos latino-americanos novos níveis de compreensão e se dirigirá a problemáticas essencialmente locais com perfis bastante distintos em comparação ao da Europa, servindo então com frequência como mero modelo histórico a se seguir numa prática adequada; e sua atuação agirá em vários graus, desigualmente e de modo extremamente diversificados de um território americano a outro. O contraste maior fica mais evidente quanto à sistemática política que contrapõe a colônia portuguesa às demais colônias espanholas, cujo processo de independência destas ficou conhecido pelas lutas autônomas dos grupos coloniais – os chamados “criollos” – enquanto daquela resultou numa aliança sem violência entre colônia e Metrópole que luta pela conservação da unidade nacional, conservando as mesmas medidas imperiais e sendo comandados pelo representante do trono português, ou seja, nas mãos do colonizador.

Porém, respeitando a especificidade e desencontro no funcionamento de cada grupo, no que diz respeito às práticas de transformação no “mundo novo”, a exemplo dos europeus, o encontro americano ocorre mais nos traços ideológicos em comum do que nos traços práticos, uma vez que há, segundo Jorge Myers, “sobre todo a la urgente necesidad de encontrar alguna solución al problema de la legitimidad de los nuevos Estados surgidos del movimiento por la independencia y de los grupos dirigentes asociados a ellos”¹⁶. É o que também menciona Beatriz Stephan a respeito do atraso e da necessidade de reestruturação do continente, a partir dos exemplos revolucionários:

Tras la conciencia del atraso, surgió la necesidad de reestructurar el continente sobre nuevas bases acordes con la naciente vocación independentista. Surgió así mismo la necesidad de definir los nuevos países para insertarlos em el ámbito mundial del progreso de la época, representado em aquellos momentos por Inglaterra y Francia, en el continente europeo, y por los Estados Unidos en la América del Norte.¹⁷

¹⁶ MYERS, Jorge. Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas: literatura romântica y proyecto social, 1830-1870. In PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*. vol. 2. São Paulo/Campinas: Memorial/Editora da Unicamp, 1994.

¹⁷ STEPHAN, Beatriz González. *La historiografía literaria del liberalismo hispano-americano del siglo XIX*. Havana: Casa de las Américas, 1987, p. 22.

No Brasil, houve mudanças ocorridas no sentido de construção de uma nação e civilização brasileira, mas dentro dos padrões europeus. Embora o espírito geral fosse de rompimento com o legado colonial e identificação com o modelo francês de mudança, essa tentativa parece ter apenas existido de fato como ideologia romântica brasileira nos discursos de alguns intelectuais estrangeiros e nacionais. É sabido que a implantação da nação brasileira foi possível a partir dos vínculos pacíficos com a metrópole portuguesa em que “se reconheceu como continuadora da *tarefa civilizadora* iniciada pela colonização portuguesa.” A Metrópole figura como aliada para a nacionalização do Brasil e, por outro lado, quem se define “como grandes inimigos potenciais externos do Brasil” são “as repúblicas latino-americanas, corporificadas na forma republicana de governo ao mesmo tempo sendo sinônimo de barbárie e desorganização. Assegurava-se, assim, a possibilidade de continuidade com Portugal.”¹⁸

Nesse caso, a retomada de forma laudatória do passado colonial fez-se necessária para que se tivessem elementos de nacionalidade e civilização tendo em vista a continuidade da possível processo histórico do Brasil como nação e, sendo assim, independentemente quais fossem seus vínculos coloniais. Essa reiteração histórica se configura como um mecanismo de formação de unidade nacional, requisitos importantes para uma nação que se constituía ainda sob os comandos dos representantes da Coroa portuguesa. Por isso que o papel da história da ilustração como *magistra vitae* é ainda central dentro desse pensamento formador da nação brasileira, já que essa “continuidade histórica, linear e em constante aperfeiçoamento, arrolava ao Brasil, como nação das nações em formação, uma papel importante no futuro.”¹⁹ Além disso, obtinha-se uma postura humanista que desprezava o passado na sua totalidade e considerava “apenas certos factos passados como elevados, por assim dizer, imaculados pela sua excelência intrínseca dentro do processo temporal, tornando-se clássicos ou modelos permanentes para imitação.”²⁰

¹⁸ DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 25-26.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 32.

²⁰ COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. (trad. de Alberto Freire) Lisboa: Editorial Presença, 1970, p. 146.

Havia então a mescla de retomada e ruptura. Ao passo que se tentava construir algo novo, rompendo com a idéia de colônia e colocando a de uma nação independente, concomitantemente impunha-se a importância da história para essa composição de independência em que o Brasil só poderia ser visto como nação, porque participou do processo histórico em que os portugueses foram protagonistas com relação à instauração dos modelos de civilização. Outro fator é que como se vê a Nação passa a ser formada a partir da construção e fortalecimento do Estado que pregava pelo modelo monárquico, moderador e conservador, ainda que convivesse diretamente com os ideais liberais numa disputa até certo ponto bastante tranqüila.

Embora se configurasse a nação dentro dos parâmetros governamentais da Metrópole, com o estilo de Estado Conservador e Executivo Forte, a ideologia era importada da França, bem como todos os recursos que usufruíram da historiografia. O poder disciplinar da história levou o Estado a utilizá-la como um dos recursos necessários para a instituição e controle da nação brasileira, pois apenas com seu cultivo poderiam consolidar de fato a idéia de unificação do Brasil. Porém, todo manejo que fizeram da história como aliada do poder monárquico vinha influenciada pela concepção historiográfica dos modelos de academias e instituições ilustradas do século XVIII que cultivam o mesmo ideal de uniformidade e homogeneidade do Estado monárquico. Daí a implantação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II – e o Liceus nas outras regiões do Brasil - que são marcas da política elitista de tradição iluminista da França. Nesse período, a história é vista como uma forte aliada para os cumprimentos da política do Estado Conservador. Ela contém elementos de ordem, instrução e formação, caros ao pensamento unificador da nação brasileira. E, para tanto, para além de ideologias, criam-se espaços e instrumentos nos quais ela pudesse realmente funcionar, freqüentando e atuando de maneira magistral, com apoio agora do *status* científico que estava em voga naquele momento. E como afirma Arno Wehling:

Num mundo próprio aos historiadores, vemos que os mais significativos entre eles, ainda influenciados pelo racionalismo iluminista, continuavam interessados na fórmula kantiana da melhor Constituição e acreditavam na missão de construir o Estado mais aperfeiçoado, como no caso da

Alemanha, da Itália e do Brasil. Ou, ainda, de reestruturar melhor o Estado existente, como na Inglaterra, França, Espanha e Portugal. A combinação do pragmatismo histórico ilustrado com esse progressismo protoliberal, acrescido de rigor metodológico novo, constituiu a historiografia que deu suporte, expressão e respeitabilidade científica à cultura histórica emergente. Pensamos, com diferentes graus de proximidade a este modelo, em Ranke, Droysen, Schlosser e Gervinus, na Alemanha; Guizot, Thiers e Michelet, na França; na historiografia *whig* inglesa; em Capponi, Gioberti e Balbo, pela versão guelfo-papista italiana, e em Amaria, pela sua versão republicana-mazziniana; em Herculano, para Portugal; em São Leopoldo, Cairu, Joaquim Norberto e Varnhagen, no Brasil.²¹

Dessa cultura historicista, criada pelos seus vínculos políticos, entra em vigor instrumentos que, a partir de um projeto historiográfico, receberiam a tarefa de lidar com a história de maneira que ela pudesse trazer ao Estado uma definição do que fossem os traços necessários da nação brasileira em que, tendo como “vetor permanente ao longo da história do Brasil uma tentativa de integrar o *velho* e o *novo* numa simbiose de forma que as rupturas fossem evitadas”²², garantisse a consolidação do Império e a sua identidade como civilização. Dentre esses instrumentos, os que mais se destacam foram o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II, ambos começaram a funcionar na década de 1838, com o apoio instituído do poder imperial.²³

Muitas são as possíveis interpretações que desses dois órgãos do poder imperial brasileiro se podem fazer para compreender a construção historiográfica no Brasil, já que, embora vinculada com a afirmação de nacionalidade, sua própria fundamentação parece ser muito mais complexa do que nos apresenta, pois se amalgamam questões de política, de institucionalização, de americanidade, de brasilidade, de civilização, de construção de conhecimento, de formação intelectual, de ensino/educação, de dominação, de ordem, etc.²⁴

²¹ WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 31-32.

²² DIEHL, Astor Antônio. *Op. cit.*, 1998, p. 27.

²³ Sabe-se que o Colégio Pedro II foi fundado em 2 de dezembro de 1837, mas apenas veio a funcionar em março do ano seguinte. Já o IHGB teve realmente sua fundação e imediato funcionamento a partir de 21 de outubro de 1838.

²⁴ Há uma ampla bibliografia, principalmente a respeito do IHGB. Aqui, faço referência a algumas que julgo as mais interessantes: GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP/FFLCH, 1994; SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989; FLEIUSS, Max. *L'Institut Historique et Geographique du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938;

Para além de uma mera sistematização histórica, já que muitos estudos desse porte foram feitos com excelência, nos últimos anos, nesse caso, escolhe-se aqui uma compreensão do conjunto ideológico e prático de ambos os pólos de poder histórico, dentro do âmbito comparativo, no sentido de entender o processo de institucionalização do saber histórico que, por conta das artimanhas nacionais, consegue-se formular as primeiras manifestações de narrativas históricas a respeito do aspecto político, econômico, social e cultural do Brasil, cujos parâmetros historiográficos serão fundamentais para o direcionamento da historiografia literária brasileira e, por extensão, a formação das nossas primeiras histórias literárias.

Tanto o IHGB quanto o Colégio Pedro II são produtos culturais que estão vinculados à forma de controle do poder monárquico nacional. Ambos foram projetos culturais criados e organizados pela política constitucional do Império que integram todo um sistema institucionalizado, sendo símbolos de centralização e unificação do Estado nacional. E neles a história fez-se necessária como um mecanismo de integralização desse poder instituído. O IHGB nasceu como um estabelecimento intelectual no qual a história do Brasil teria principal destaque e seria pensada, estudada e sistematizada a serviço do “delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”²⁵. O Colégio Pedro II foi pensado para formação moral, religiosa, intelectual, nacional e civilizada dos cidadãos brasileiros que eram basicamente constituídos pelo grupo de filhos da aristocracia do Império, aqueles mesmos pertencentes direta ou indiretamente à rede endógena das instituições políticas e

BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938; WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/Niterói: UFF, 1994; GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Revista de Estudos Históricos*, n.1, 1988, p. 5-27; e sobre o Colégio Pedro II: BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 1993; SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999; MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008; HAIDAR, Maria de L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. (trad. Celso Nogueira) São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

²⁵ GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Op. cit*, 1988, p. 6.

intelectuais daquele século. É que, no Colégio Pedro II, segundo Jeffrey Needell, havia a preocupação com a “formação intelectual básica necessária para um burocrata ou um político (base à qual ele provavelmente adicionaria o bacharelado na faculdade de direito de Recife ou na de São Paulo.)”²⁶ Para tanto, o Colégio possuía as bases disciplinares que pudessem constituir um espírito civilizado e nacionalista, desse último sendo partidários à convicção da unidade de um Estado monárquico, conservador e moderador e que viessem contribuir para a formação de indivíduos que fortalecessem de alguma forma tal ideologia.

Desse modo, o estudo das humanidades, seguindo os padrões de formação da ilustração européia, foi valorizado e, com destaque, para a educação dos grandes eventos históricos nacionais, em seus mais diversos compartimentos, tanto político, filológico, retórico, literário, etc, pois o “ensino da história tinha uma função cívica e patriótica. Várias gerações de estudantes aprenderam a admirar nos livros de Albert Malet as virtudes republicanas por Michelet. Também no Brasil aprendemos a respeitar a *virtu* cívica, em Feijó, ou guerreira, em Caxias.”²⁷ Desde cedo, então, seguindo tais perspectivas, o ensino de história passa a ser fundamental na formação dos brasileiros:

É importante assinalar que nesse período em que se delineavam os primeiros projetos educacionais, a História era concebida como necessidade social, devendo estar presente no ensino elementar e médio. Foi, entretanto, nos cursos secundários que se iniciou a organização e a estruturação das disciplinas de história.

O plano de estudos de 1837 do primeiro colégio brasileiro de nível secundário, o Colégio Pedro II, incluiu a História como disciplina obrigatória e assim ela se manteve no decorrer do período estudado.²⁸

Em se tratando da educação nacional, a institucionalização da história teve mais ênfase no período de estabelecimento monárquico, dividindo espaço com o estudo histórico universal e religioso que era absoluto até por volta de meados do século XIX, por conta da tradição educacional humanística dos jesuítas. Essa disciplina de viés patriótico freqüentaria com normalidade o currículo da educação secundária, principalmente nos

²⁶ NEEDELL, Jeffrey D. *Op. cit.*, 1993, p. 75.

²⁷ ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d, p. 317.

²⁸ BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Op. cit.*, 1993, 139.

últimos anos do curso, uma vez que estava direcionada a espíritos patrióticos em ritmo final de formação e que se apresentavam preparados para uma posição política a respeito de sua representação no sistema social e político do país. Basta verificar também os currículos oficiais dos Exames Preparatórios em que, entre as disciplinas obrigatórias para Medicina, Direito, os cursos mais procurados naquela época, a disciplina de história sempre esteve presente, junto com a de geografia e matemática.

Esses dois espaços – o IHGB e o Colégio Pedro II - farão o uso e abuso da história como forma de conhecimento indispensável para a formação e organização nacional de acordo com suas especificidades institucionais. É nessa sintonia que trabalharão num projeto de escrita da história do Brasil, dentro dos parâmetros exigidos pelo Estado. Desde o princípio, para os dois lados, a questão fundamental voltava-se à elaboração de uma narrativa histórica fundamentada no que diz respeito à visualização do conjunto da história do Brasil, envolvendo os principais valores de metodologia e teorização a respeito do passado histórico idealizado para o Brasil. Aos membros do IHGB essa narrativa representaria a coroação do grande projeto nacional que estipularam e, aos docentes do Colégio Pedro II, significaria o material didático que concretizaria e formalizaria o ensinamento dessa disciplina historiográfica.

O IHGB foi o órgão responsável pela explicitação dos princípios de historiografia brasileira para que conseguissem construir tal narrativa histórica, uma vez que era uma instituição especializada para a produção desse determinado tipo de conhecimento, baseando-se em academias iluministas européias, ao passo que o Colégio Pedro II foi o receptor desses princípios com o que se determinava qual poderia ser seu conteúdo curricular, tendo em vista a sua aplicação nas salas de aula. É claro eles advinham de produtores que circulavam por ambas as instituições, como, por exemplo, foram Joaquim Caetano da Silva, Joaquim da Silva Maia, Joaquim Manuel de Macedo, Cônego Fernandes Pinheiro, etc., que eram professores do colégio e também possuíam algum tipo de cargo importante no IHGB, crendo assim que esses postulados metodológicos eram pensados conjuntamente. Essa comunicação estava condicionada pelas diretrizes do poder público que se construía pela postura política de imperador, ministros de Estado, deputados,

senadores, secretários, diretores, administradores, inspetores de ensino, etc. os quais, de todo modo, participavam também do quadro de nomes pertencentes àquelas instituições.

Por isso que houve sempre fortes vínculos que estabeleciam a unidade entre os lados acadêmicos, científicos e pedagógicos da produção historiográfica brasileira oitocentista que impossibilitam tentar colocar qualquer tipo de distanciamento entre os diversos campos de saber daquela época mesmo num certo sentido participassem de áreas da administração política separadas. O saber histórico erudito e didático, portanto, entrelaçam-se. Tal asserção parece ser clara no discurso de seus integrantes que exigem, por exemplo, uma história do Brasil “simples e clara” e voltada para a formação do indivíduo, participante de modelos vistos como pedagógicos, cuja modelagem vem a partir do pensamento clássico e retórico que valoriza a “história como mestra da vida”. Por exemplo, nas palavras de Karl F. Philipp von Martius quando escreveu na sua proposta de história do Brasil ficou evidente essa proposta:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. (...)

Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. Daqui resulta que a obra a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escrita em um estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem do e empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis.²⁹

Todos estavam envolvidos pelo mesmo espírito de “coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil”³⁰, elaborar

²⁹ MARTIUS, C. F. V. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, VI, 1844, p. 399-406.

³⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 1839, 1(1), p. 9-18.

crônicas, estudar biografia de “homens ilustres” ou escrever livros didáticos e etc., de que se incumbiram homens como Varnhagen, Joaquim Norberto, Gonçalves Dias, Cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Caetano da Silva, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo, etc., a partir do que se estipulava no primeiro estatuto que o IHGB, no início de seu funcionamento, lançou que Max Fleiuss tão bem nos resumiu:

Dans la séance du dimanche, 25 Novembre 1838, l’Institut était définitivement constitué; et, à cette occasion, ses premiers statuts furent approuvés. La nouvelle société se proposait de:

1. Reúnir, mettre en ordre, publier ou classer dans des archives les documents nécessaires à l’Histoire et à la Géographie de l’Empire du Brésil, ainsi que de répandre la connaissance de ces deux branches de science au moyen de l’enseignement public;
2. Correspondre avec les associations similiares du Vieux-Continent et du Nouveau-Monde;
3. Se ramifier dans les provinces de l’Empire pour mieux atteindre les buts proposés;
4. Publier une revue trimestrielle d’Histoire et de Géographie, ou *Journal de l’Institut Historique et Géographique du Brésil*. Cette publication devait contenir des mémoires ou des extraits sur l’Histoire et la Géographie, fournis par d’autres sociétés ou erudits brésiliens ou étrangers, et, enfin, le compte-rendu des séances.³¹

Diante da perspectiva de um atraso cultural, essa tarefa de fôlego tornava-se necessária porque era a única maneira que teriam de conseguir algum *corpus* histórico do país e, dessa maneira, pudessem escrever a ansiada história geral brasileira, estimulada pela ideologia do nacionalismo de representação cultural da parte dominante. Conforme Anthony Smith, o nacionalismo como movimento sociopolítico requer “una inmersión en la cultura de la nación, el redescubrimiento de su historia, la revitalización de sus lenguas vernáculas a través de disciplinas como la filología y la lexicografía, el cultivo de su literatura, especialmente la poesía y el drama, así como la restauración de sus artes y oficios vernáculos, sin olvidar la música, las danzas tradicionales y folclóricas. Esto explica los

³¹ FLEIUSS, Max. *Op. cit.*, 1938, p. 9-10.

frecuentes renacimientos culturales y literarios asociados con llos movimientos nacionalistas, así como la rica variedad de actividades culturales que el nacionalismo puede estimular.”³²

Levando essa ideologia nacionalista em conta, desde o início, então percebiam a dificuldade de constituir tal narrativa pela carência de materiais que resgatassem alguns desses recursos culturais e no discurso da grande maioria dos intelectuais da época, expressava-se tal preocupação em relação à carência desse material e botavam expectativas em seus pares. Em 1843, no *Minerva Brasiliense*, registrava-se que uma “história geral e completa do Brasil resta a compor, e se até aqui nem nos era permitido a esperança de que tão cedo fosse satisfeito este *desideratum*, hoje assim não acontece, depois da fundação do Instituto Histórico, cujas importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar, que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever a história nacional, resultado final, para que devem convergir todos os seus trabalhos.”³³ Essa situação era geral e, dentro do sistema educacional, havia essa falta que dificultava o ensino de história pátria e em relatórios “oficiais relativos à escolarização nas primeiras décadas do Império registraram constantes reclamações sobre a ausência de manuais escolares nas escolas.”³⁴ Havia, porém, um caminho como aponta Nelson Schapochnik:

De qualquer maneira, seria importante lembrar que, mesmo os homens de letras ressentindo-se da carência de um modelo orgânico que fosse capaz de dar conta da “marcha dos nossos sucessos relacionados entre si”, já se assinalava a presença de uma pluralidade de formas que assumiria a escrita da história. Sem nenhuma tradição interna a que se filiar e tampouco sem uma definição clara de um padrão explicativo que resultasse em uma “história bem organizada”, os membros do Instituto Histórico experimentaram modalidades distintas de intervenção sob a forma de relatórios, anais e memórias.³⁵

A suposta insuficiência cultural preocupava aos dirigentes do Brasil que buscavam supri-la de todos os modos, pois, se continuassem com esse preocupante quadro,

³² SMITH, Anthony D. *Op. cit.*, 2004, p. 21.

³³ Apud GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Op. cit.*, 1988, p. 15.

³⁴ BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Op. cit.*, 1993, p. 19.

³⁵ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação*: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1992, p. 23.

prolongavam o seu atraso no que se refere à tentativa de ascensão do país aos padrões de nação e civilização. Daí que no IHGB e também no Colégio Pedro II uma das táticas foi dar ênfase em concursos com premiação em dinheiro e colocação de méritos, como forma de incentivo do setor público as novas iniciativas dos intelectuais para a aceleração do processo de escrita da história nacional e, nesse sentido, conseguir adiantar o projeto nacional. O mais conhecido ficou sendo aquele concurso do IHGB, criado pelo secretário Januário da Cunha Barbosa, cuja premiação de cem mil réis era oferecida ao intelectual que respondesse ao tema de “Como se deve escrever a história do Brasil”, expondo “um plano de escrever uma história antiga e moderna do Brasil, que tratasse da vida política, dos assuntos civis, eclesiásticos e literários do país.”³⁶

De apenas dois candidatos, pouquíssimo para um momento em que o aspecto quantitativo era valorizado em detrimento qualitativo, o ganhador foi von Martius, com a tese de título homônimo que foi publicada na revista do Instituto em 1847. Dentro do campo educacional, havia também premiações específicas àqueles que produzissem, no caso, livro didático, com a possibilidade de receber prêmios em dinheiro, distinções e honrarias, de acordo com as normas e regulamentações da legislação educacional e política do Estado, publicados como decretos oficiais.³⁷ O estímulo era maior aos professores do Colégio Pedro II pela seriedade que obtinham para a produção das obras de referência, pelos estreitos vínculos com o Instituto Histórico e a oficialização da história e, além disso, pela sua relação direta com o ensino público, eles produziram obras de destaque nacional pois elas estariam divulgando os conteúdos específicos exigidos nos Exames Preparatórios, única possibilidade de entrada nas faculdades do Império. Lembrando-se sempre que eram esses mesmos professores que elaboravam e aprovavam as ementas curriculares e os compêndios que seriam adotados no ensino público.

Dessas duas instituições que se intercambiavam em relação à ideologia social, política e histórica nasceram as primeiras sistematizações sérias do conjunto da história do Brasil, concretizando-se a idéia do forte vínculo que as nossas narrativas históricas precursoras mantiveram com o poder erudito e o didático a partir do poder instituído do

³⁶ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Op. cit.*, 2008, p. 43.

³⁷ MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: subsídios para a história da Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1936.

Estado monárquico. Todavia, se levarmos em conta o surgimento da narrativa histórica, sem considerarmos um padrão de historicização correto, a escrita da história nacional surge no âmbito escolar com o direcionamento didático, dentro do quadro de compêndios, que tende fugir dos olhares acadêmicos.

E essa ligação sempre esteve ao longo do século. Além disso, com relação à profusão de essa espécie de narrativas sobre a história nacional, o circuito pedagógico dispara na frente, já que o número dos ditos livros didáticos é bem maior em comparação ao de história do Brasil com aspecto erudito e acadêmico. Até 1869, o Brasil havia produzido mais de três compêndios sobre a história nacional que traziam formas de sistematizações do passado histórico do Brasil, enquanto, dos padrões acadêmicos, aparecia apenas a *História do Brasil*, de Varnhagen de 1857. Segundo listagem de Circe Bittencourt, os títulos mais significativos eram estes: *Introdução corográfica à história do Brasil* (1840), de Pedro de Alcântara Bellegarde; *Compêndio de geografia e história seguido de um breve epítome sobre os globos e seus círculos e de uma tabela cronológica dos principais acontecimentos da história do Brasil* (1842); *Compêndio de História do Brasil*, de José Inácio de Abreu Lima (1º. vol. de 1843 e 2º. vol.); *Resumo de História do Brasil*, de Salvador Henrique Albuquerque (1848); *Resumo de História do Brasil* (1855), de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde; *Epítome cronológico da história do Brasil* (1860), de Caetano Lopes de Moura; *Episódios de História pátria contados à infância* (1860), de Cônego Fernandes Pinheiro; *Epítome da História do Brasil – desde seu descobrimento até 1857 – adotado para uso das aulas públicas de ensino primário* (1860), de José Pedro Xavier Pinheiro; *Lições de História do Brasil – para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* (1860), de Joaquim Manuel de Macedo; *Resumo de História do Brasil – uso das escolas primárias* (1868), de Herculana Firmina Vieira de Sousa; *Compêndio de História do Brasil* (1869), de Salvador Henrique Albuquerque;³⁸

³⁸ Para consulta da listagem completa e estudo das principais obras, recorrer à supracitada tese de Circe Bittencourt.

II. O Ensino de Literatura

O ensino primário e secundário oitocentista brasileiro, equivalente ao atual ensino fundamental e médio, caracterizou-se pelo predomínio do estudo das humanidades, herança adquirida dos jesuítas que o trouxeram da Europa e o adotaram aqui desde os primórdios da colonização. A escolha pela educação humanística carrega em si a preocupação tradicional de formação integral do homem que provido de uma cultura geral, por extensão, comum a todos, estaria preparado para participar como indivíduo civilizado na sociedade. Na verdade, a conceituação de *cultura geral* compreende, naquele tempo, nada mais e nada menos, um conhecimento enciclopédico que abrange desde, por exemplo, as línguas clássicas à exótica zoologia filosófica. Esse caráter de ensino enciclopédico explica a atuação eclética dos intelectuais da época, conhecidos pelo título de *homens de letras*, os quais circulavam por diversos espaços institucionais e dominavam assuntos variados do saber humano, comprovando-se por meio da produção bibliográfica dos mesmos.

A predominância da educação humanística conferiu às instituições de ensino do período Imperial a possibilidade de conceder o grau de *bacharel em letras* àqueles que concluíssem os estudos secundários, como foi o caso do Imperial Colégio de Pedro II, em cujo Regulamento oficial de 31 de janeiro de 1838 inscreve-se: “o aluno que houver feito os estudos declarados nestes estatutos, obterá o diploma de bacharel em letras quando em todas as matérias ensinadas fôr aprovado.”³⁹

Há, porém, uma grande ironia em tudo isso. Ainda que a área de letras tivesse uma posição privilegiada no sistema de ensino brasileiro pelo seu reconhecido valor, indispensável à formação intelectual dos homens do Império, ela não foi promovida a uma das áreas do Ensino Superior daquele tempo, mesmo configurando-se, no ensino secundário, como tal. Isso só viria acontecer na década 30, do próximo século, como atesta Roberto Acízelo, com a implantação da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

³⁹ MOACYR, Primitivo. *Op. cit.*, v. 1, 1936, p.288.

na Universidade de São Paulo.⁴⁰ É bem provável que a despreocupação do ensino em elevar as letras a nível universitário deve-se à convalidação de que elas não adquiriam o *status* de área de profissionalização, da qual o direito, medicina e engenharia granjeavam desde sempre, que, por conseguinte, não poderiam atender às necessidades e aos interesses básicos da nação, tendo em vista, aqui, à própria idealização de D. João VI de quando instalou os primeiros cursos superiores, cujo plano voltava-se a formar apenas profissionais das áreas profissionalizantes para a defesa da colônia.

Pelo êxito das ciências humanas, supõe-se que o estudo da literatura obtinha um espaço privilegiado no ensino básico oitocentista, porque a própria literatura era tida como o mais eficaz meio de formação do *homem de letras*. Até meados do século XIX, a educação literária baseou-se na estrutura tradicional de ensino européia, desenvolvida pela prática teórica de retórica e poética, acompanhada pela leitura dos textos literários da tradição clássica, como, por exemplo, a *Ilíada*, de Homero; a *Eneida*, de Virgílio; a *Jerusalém Libertada*, de Tasso; os *Lusíadas*, de Camões; em particular, o *Caramuru*, de Durão; etc. De fato, a presença da literatura nas salas dos estabelecimentos de ensino da época ocorre pela necessidade básica dos professores de representá-la como exemplificação dos gêneros literários estudados ou de outras possibilidades estruturais estritamente voltadas ao nível do discurso. É, nesse sentido, que as obras, por exemplo, de Camões, Tasso, J. Basílio da Gama e Fr. Durão, nas disciplinas de Poética ou Retórica e Poética, são trabalhadas uma vez que participavam da explicitação dos gêneros poéticos, no caso, os poemas épicos, muito longe de manifestarem a produção literária de um povo, do ponto de vista histórico, o que era de se esperar com a visível influência do pensamento romântico.

O historicismo literário freqüentaria os programas escolares, no Império, a partir de 1858 pelo que se depreende da ementa do sétimo ano do curso de Retórica e Poética do Colégio de Pedro II em que se prescreve:

⁴⁰ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p.29.

Exercícios de composição, tanto em prosa como em verso, analyse crítica dos clássicos portugueses; discursos, narrações, declamações, história da literatura portuguesa, e nacional.

Em quanto não houver hum compendio proprio, o Professor fará em preleções hum curso de literatura antiga e moderna, especificamente da portuguesa e brasileira.⁴¹

Como esse colégio era tido como uma instituição *modelo*, de inspiração de todos os outros estabelecimentos de ensino do país, julga-se então que a questão do historicismo se estendia ao ensino secundário brasileiro em geral.⁴² Na verdade, mesmo com a instauração da vertente historicista dos estudos literários, no sistema educacional, a disciplina retórica e poética não foi abandonada, porque sempre esteve fortalecida até o fim do Império, sendo excluída dos currículos escolares apenas em 1892 pela ascensão e a vitória do historicismo. Simultâneo à inserção dos estudos históricos de literatura, ocorreu a implantação do curso voltado diretamente ao aprendizado da literatura brasileira, como se diria, naquele tempo, da literatura nacional, evidente também na declaração da referida ementa de 1858: “um curso de literatura ..., *especificamente da portuguesa e brasileira*”⁴³ (grifos nossos). Vale observar que a presença do historicismo literário ocorreu apenas pela necessidade nacionalista de ensino da literatura do país, fruto do programa do movimento romântico, auxiliado pela ocasião da independência.

Há algumas incoerências na atuação do sistema educacional brasileiro frente ao pensamento nacionalista da época, muito comum àquele momento.

Vejamos: a) o atraso brasileiro em apresentar uma disciplina, voltada ao estudo da nossa produção literária, uma vez que, pelo que consta, há um período de 26 anos que separa a introdução “oficial” do Romantismo no Brasil, em 1836, e a construção de uma disciplina de literatura nacional, em 1862; b) o privilegiado espaço dado à literatura portuguesa em comparação à brasileira, mesmo depois da oficialização dos cursos de literatura com a designação de *nacional*, a partir de 1862, os quais se configuravam como

⁴¹ SOUZA, Roberto Acízelo. *Op. cit.*, 1999, p. 164.

⁴² A análise dos estudos literários brasileiros no ensino oitocentista baseia-se nos Programas de Ensino do Colégio de Pedro II, publicados no citado livro de Roberto Acízelo de Souza, visto que, como já afirmamos, as outras instituições de ensino, durante o império, seguiam a mesma programação desse colégio por ser *padrão oficial* e seguir o conteúdo exigido nos Exames do Ensino Superior do país.

⁴³ SOUZA, Roberto Acízelo. *Op. cit.*, 1999, p. 164.

sendo um estudo da chamada *literatura luso-brasileira*, no qual se trabalhava conjuntamente a evolução das duas literaturas; c) a permanência de tal posicionamento lusófilo até 1876, momento em que a literatura nacional tornou-se estudada em um módulo à parte; d) a falta de um espaço privilegiado para o estudo da literatura brasileira até mesmo depois da reformulação das disciplinas literárias do Colégio de Pedro II, em 1877, quando ela passa a ser trabalhada não apenas com a literatura portuguesa, mas também com outras literaturas universais, fato constatado ao analisar os títulos e o conteúdo das ementas, escritos a partir dessa data: *retórica, poética e literatura nacional* (1879-1891); *português e literatura geral* (1879-1880); *português e história literária* (1881-1891); etc. A admissão do compêndio do Cônego Fernandes Pinheiro, o *Curso Elementar*, em 1862, confirma a posição contraditória do ensino básico brasileiro em relação ao destaque conferido ao estudo sistemático da literatura lusitana em detrimento da produção nacional, contrariando, então, a idéia de luta nacionalista pela independência literária do jugo da Metrópole portuguesa que, conseqüentemente, vem atestar o significado dúbio, por vezes, confuso, assumido pelo termo *literatura nacional*, tão utilizado e defendido pelos intelectuais nos oitocentos. Essa situação permanece ainda atual nos currículos do ensino médio, de exames vestibulares e das universidades que, para muitos, parece estranha pelo argumento, segundo Franchetti um tanto despropositado, de que a literatura “brasileira deve ser o único item curricular da grande área de “literatura” no ensino médio”. Franchetti acredita que

Nas hostes nacionalistas há, por conta dessas operações, duas frentes. A mais primária é a constituída pelas várias encarnações do ufanismo, que apenas repete, entre as grandezas da pátria, a da sua literatura. Por isso mesmo, proclama a sua suficiência curricular. A mais sofisticada, no outro extremo, é a que produziu uma formulação clássica: a de que, como literatura, a brasileira é muito pobre, mas é a “nossa” literatura, a que “nos” exprime, e por isso temos o dever de estudá-la, já que, se não o fizermos, ninguém o fará. Ao mesmo tempo, ficar apenas nos limites da literatura nacional (ou nos limites da língua portuguesa) acarretaria uma espécie de má-formação, que é o provincianismo de gosto que denuncia logo o seu portador. Ou seja, o argumento aqui é que, por fidelidade patriótica, devemos ou chegar ao cânone pela sua versão diminuída ou distorcida, ou, vindo do cânone, estudar o diminuído ou distorcido que nos coube por herança. Em todo caso, o objetivo último parece ser o de proceder ao estudo

sistemático de um déficit, talvez como forma de superá-lo, num doloroso processo de autognose.⁴⁴

Se, na nossa atualidade, a presença da literatura portuguesa nas grades curriculares da educação brasileira pode gerar desconforto, inconformidade, confusão e até polêmicas nos espíritos patrióticos brasileiros, já no período imperial quase beirou à normalidade e a incoerência colocada aqui tendo em perspectiva a ideologia nacionalista da época pode ser explicada quando se avaliam as condições que o pensamento nacional foi moldado nas terras brasileiras e as suas deficiências quanto à relação entre a ideologia nacional geral e sua aplicação prática num sistema cultural dependente da aparelhagem política. Como vimos, no século XIX, o nacionalismo brasileiro esteve condicionada às fontes de poder monárquico que carregava em si os valores da tradição monárquica portuguesa e os instintos de civilização europeus, ditando os modelos de nação a seguir.

O espírito nacional foi despertado na população brasileira – principalmente nos seus representantes intelectuais, ou seja, a aristocracia que possuía um grau de instrução maior -, porém ele manteve-se atrelado às bases disciplinares e ideológicas do Estado que cultivou um determinado tipo de valorização nacional, cujos parâmetros, como estamos estudando, relacionam-se ao conservadorismo e à unidade, fazendo crer no que Ernest Gellner acredita ser o nacionalismo “un principio político que sostiene que debe haber congruencia entre la unidad nacional y la política.”⁴⁵ Essa situação fazia sentido por conta de que, naquele momento, a forma política conservadora e constitucional era a única garantia possível de que houvesse a existência de uma nação independente, mesmo sobre o julgo implícito da Metrópole, uma vez que o “nacionalismo solo emerge en situaciones en la existencia del estado se da ya supuesta. Condición necesaria, aunque no suficiente em absoluto, del nacionalismo es la existencia de unidades politicamente centralizadas y de un entorno

⁴⁴ FRANCHETTI, Paulo. O cânone em língua portuguesa - algumas reflexões sobre o ensino da literatura brasileira e portuguesa no Brasil. O cânone em língua portuguesa - algumas reflexões sobre o ensino da literatura brasileira e portuguesa no Brasil. *Voz Lusíada* (São Paulo), v. 1, n. 18, p. 71-78, 2002. Disponível em: http://www.germinaliteratura.com.br/enc1_pfranchetti_ago06.htm. Acesso em 10 julho 2009.

⁴⁵ GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. (trad. de Javier Setó) Madrid/Buenos Aires: Alianza Editorial, s/d, p. 13.

político-moral em que tales unidades se seden por sentadas y se consideren norma.”⁴⁶
Diferentemente do restante da América Latina que, sob o instinto republicano, rompendo com os elos coloniais, a possibilidade de unidade nacional parecia bastante distante.

Diante disso, parece ser natural o cultivo do estudo da literatura lusitana, principalmente no Colégio Pedro II, estabelecimento com evidente selo da política imperial. A estruturação do ensino nacionalista ficou atrelada a esse posicionamento conservador dos intelectuais brasileiros que levavam em conta o condicionamento do saber nas medidas de solidificação das bases. A permanência dessa literatura simbolizaria a integração de um suposto passado unificado com o atual presente nacional a se unificar, do ponto de vista político, econômico e cultural. Deve-se considerar também que, com a tendência quantitativa de cultivo dos produtos nacionais, o passado literário só poderia ser representativo com a conjunção da produção portuguesa, já que, da outra forma, haveria uma grande redução no quadro de representação literária, o que levou Álvares de Azevedo a reclamar em:

E demais, ignoro eu que lucro houvera - se ganha a demanda - em não querermos derramar nossa mão cheia de jóias nesse cofre mais abundante da literatura pátria: por causa de Durão, não podermos chamar Camões nosso! por causa, por causa de quem?... (De Alvarenga?) nos resignarmos a dizer estrangeiro o livro de sonetos de Bocage!

A literatura... crêmo-la nós um resultado das relações de um povo; é um efeito cuja causa são os sentimentos cordiais, muitas vezes gerais, de ordinário muito peculiares e algumas vezes até excêntricos à vista das outras, como em relação à poesia européia os poemas chins, à vista dos dramas Schillerianos as tragédias índias.⁴⁷

A crítica de Álvares de Azevedo se insere nas questões valorativas de que, no passado literário, antes do século XIX, as relações com os aspectos nacionais tornaram-se bastante controversas pela formação de seus intelectuais que se relacionam com a vivência portuguesa e o cultivo da mesma língua colonial. Dessa forma, o autor afirmava que:

⁴⁶ GELLNER, Ernest. *Op. cit.*, p. 17.

⁴⁷ AZEVEDO, Álvares de. Literatura e civilização em Portugal: duas palavras. In: _____. *Obras Completas*. Vol. 2 São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 339.

Daí vê-se: os vezos e usanças das colônias do Brasil eram os mesmos dos portugueses; a língua foi sempre a mesma. Os poetas, cuja nascença tanto honra ao Brasil, alçaram seus vãos d'águia na mãe-pátria. Com pouca exceção, todos os nossos patrícios que se haviam erguido poetas tinham-se ido inspirar em terra portuguesa, na leitura dos velhos livros e nas grandezas da mãe-pátria. José Bonifácio e Durão, não foram tão poetas brasileiros como se pensa. Os heróis do Uruguay e do Caramuru eram portugueses. Não há nada nesses homens que ressumbre brasileiro, nem sequer um brado de homem livre da colônia, nada... até ao canto entusiasta da mocidade ardente de Antônio Pereira de Souza Caldas, até às gritas livres da insurreição do Tiradentes, esse prelúdio sublime de uma orquestra de clamores de guerra ao brilhar das palmas da independência, procelária que aí vinha desgarrada ante o bafo da tormenta. E contudo o poeta representante dessa época, Gonzaga, apesar de todos os labores do "parnasso" e do "Plutarco" do Dr. Pereira da Silva, não está muito claramente provado que fosse brasileiro. Eis portanto: os usos eram os mesmos; os homens de aquém-mar sentiam como os colonizadores; Fernandes Vieira e Amador Bueno eram a cópia bela dos guerreiros das Índias.⁴⁸

Na expressão “literatura nacional”, o termo “nacional” adquiria muitas vezes então uma concepção mais abrangente, porque, como colocamos, a idéia de nação não se restringe aos aspectos restritos apenas à questão de “brasilidade” e, com certeza, por envolver questões ideológicas e práticas que se interpõem, como um sistema natural do poder instituído e da necessidade urgente de nacionalização do país. As fronteiras nacionais se ampliam por conta da necessidade de manter vínculos com um passado nacional em que a “nação brasileira” mescla-se com a “nação portuguesa”, cujo desdobramento ocorre de maneira com que o sentimento de “nacionalidade” difere-se do de “brasilidade”, mas que, algumas vezes, se misturam. A unidade nacional comprova-se a partir da valoração do elo entre língua, laços sanguíneos e culturais principalmente. Nesse caso, a colocação, por exemplo, de escritores como Sá de Miranda e Camões no quadro “dos autores cômicos do grande século da *nossa literatura*”⁴⁹ (grifos nossos), como extraímos no discurso do Cônego Fernandes Pinheiro e, de alguma maneira, no de Sotero dos Reis como em Álvares Azevedo torna-se freqüente e natural. Por outro lado, na sua base, essa comunhão nacional

⁴⁸ AZEVEDO, Álvares de. *Op. cit.*, 1942, p. 339.

⁴⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso de literatura nacional*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, p. 102-103.

era a maneira diplomática de camuflar o espírito antilusitano dos brasileiros. Jefferson Cano salienta que

Todavia, não seria demais recordar que inclusive trabalhos que se realizaram nesse mesmo período, também na contracorrente da historiografia nacionalista, não deixaram de apontar para a existência, desde o final do século XVIII, de um “anti-lusitanismo latente”, do qual os letrados seriam os porta-vozes. Afinal, como lembra Benedict Anderson, as nações são entidades históricas, artefatos criados, mas não criados a partir do nada.⁵⁰

Há mais uma hipótese que julgo importante considerar, cuja colocação parece contradizer um pouco o posicionamento lusófilo que destacamos anteriormente. A presença literária da Metrópole na constituição do nosso passado cultural, a partir de uma análise comparativa com a literatura brasileira propriamente dita, que foi valorizada no estudo histórico-literário da educação imperial, divulgada nas histórias literárias do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis, pode ser visualizada como uma prática discursiva de destacar o processo de independência literária brasileira. A análise comparativa insere numa tentativa de acompanhar a constituição dos “traços” nacionais da expressão literária do Brasil, com certa valorização idealista dos mesmos, seguindo ao extremo as sugestões críticas, em específico, as de quem foi o nosso mentor literário de independência: Ferdinand Denis. Nesse caso, ela tendia a despertar nos estudantes de literatura e, por extensão, nos leitores dessas narrativas histórico-literárias o sentimento de nacionalidade que, agora, liga-se proporcionalmente ao sentimento de “brasilidade”. Essa atitude alimentaria a necessidade do brasileiro que, para constituir uma nação, deveria valorizar suas coisas pátrias e que os distinguiriam do passado colonial.

⁵⁰ CANO, Jefferson. *Op. cit.*, 2001, p. 127

CAPÍTULO II.

A HISTÓRIA LITERÁRIA DE CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO:

o Curso Elementar de Literatura Nacional (1862)

Não escrevendo uma história literária, temos por único propósito apresentar o que de melhor possuir a nossa literatura, para que de modelo possa servir à juventude.

(...)

Qual é porém essa região para onde caminhamos? – Ninguém o sabe. – O futuro pertence a Deus; o passado à historia: a nós cabe o presente; saibamo-lo aproveitar.

(Cônego Fernandes Pinheiro)

Depois de visualizarmos alguns dos principais condicionantes do fazer historiográfico brasileiro no que se refere à inauguração da disciplina de história literária convém nos determos, agora, na leitura verticalizada e interpretativa das três narrativas que fecham o ciclo das manifestações historicistas de literatura do período imperial e, ao mesmo tempo, o do período Romântico. Pensando nas demais narrativas históricas anteriores, é possível perceber que as histórias literárias do Cônego Fernandes Pinheiro,

Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis marcam um novo momento do pensamento historiográfico brasileiro, porque consolidam o gênero de história da literatura. Elas participam do grupo de histórias literárias que abordam a história da literatura do Brasil dentro de uma perspectiva mais sistemática e metódica em relação à contemplação da unidade literária do país. Veremos que essas três narrativas foram formas distintas de narração e sistematização do passado literário brasileiro, contribuindo para a historiografia literária brasileira.

Trataremos primeiro do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, de Cônego Fernandes Pinheiro, obra de historiografia literária aplicada ao ensino de literatura na mais famosa escola secundária do país, o Colégio Pedro II. E, novamente, assim como a narrativa da história do Brasil, com seus primeiros passos dentro dos limites do livro didático, a da história da literatura seguiu esses mesmos passos. A sistematização oficial do patrimônio literário apareceu em forma de *compêndios*, *postilas* e/ou *cursos* de história da literatura. A prática de história literária começa a se formular a partir da necessidade de obras didáticas para efetivação do estudo sério e competente sobre literatura nacional nas escolas brasileiras.

Com a inauguração oficial da disciplina da história da literatura nos colégios, os professores foram os historiadores oficiais da literatura nacional. Com estímulos do governo, alguns professores, como Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, colocaram-se à disposição de enfrentar essa tarefa. Os autores dos chamados “cursos de literatura” sabiam da repercussão desse material e sua convalidação no sistema intelectual brasileiro. Consolidaram-se e ficavam na história da historiografia brasileira. Desse modo, temos que concordar com a afirmação de Ciro Melo que “Há um aspecto curioso em relação ao livro didático, sobretudo após o estabelecimento da universidade como centro de trabalho científico. O livro didático há muitos anos é visto como fonte marginal, nunca aceito ou citado como obra de referência ou fonte confiável... É que no tempo dos autores aqui estudados, não era assim”⁵¹

⁵¹ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Op. cit.*, 2008, p. 30.



(Cónego Fernandes Pinheiro)

I. Cônego Fernandes Pinheiro

O ambiente cultural brasileiro oitocentista propiciou a formação de intelectuais, *homens de letras*, capazes de transitarem por espaços institucionais e acumularem numerosos cargos dentre os vários lugares freqüentados, cujo espírito eclético permitia que produzissem trabalhos de natureza diversa e distinta, abrangendo várias áreas de conhecimento, que se tornaram significativos para a história de nossas letras. Nesse caso se enquadra a figura do Cônego Fernandes Pinheiro, cuja biobibliografia nos revela ser um verdadeiro exemplo de *homem de letras* do tempo do Império brasileiro. O Cônego foi um dos nossos intelectuais mais conhecidos na vida cultural do Brasil do século XIX. Sua biografia revela uma surpreendente dedicação às letras brasileiras que, aqui, merece um breve resumo.

A trajetória intelectual do Cônego Fernandes Pinheiro⁵² compreende andanças pelo ambiente religioso, educacional, jornalístico, científico e literário, etc., fruto primeiro de uma educação humanística e religiosa que obteve, desde muito cedo, nas aulas no Seminário Episcopal de São José do Rio de Janeiro. Nascido nessa cidade - onde também faleceu - tendo como pais o major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Maria Filadélfia de Bustamante Fernandes Pinheiro, o Cônego iniciou seus estudos no citado Seminário, que o direcionou à carreira religiosa pela própria característica da instituição que se destinava muito mais à instrução de seminaristas do que ao ensino normal, mesmo acolhendo ao seu grupo de estudantes meninos leigos. No ano de 1848, aos 23 anos de idade, consegue receber o título de presbítero e inicia no periodismo, esboçando seus primeiros trabalhos, de aspecto ensaístico e poético, estritamente ligados à área eclesiástica. Esses trabalhos eram publicados em revistas como, por exemplo, *A Religião* ou a *Revista Universal*. No ano

⁵² Para uma biobibliografia a respeito do Cônego Fernandes Pinheiro, consultar: MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro* (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Campinas: IEL/UNICAMP/SP, 2006; PINHEIRO, Mario Portugal Fernandes. *Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

seguinte, pelos predicados advindos de sua boa atuação, durante o curso no Seminário Episcopal São José, o bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, admite-o como secretário particular, exercendo essa função até 1852. Também começa sua carreira docente como professor da disciplina de “Teologia” e, mais adiante, a de “Retórica, Poética e História Universal”. Nesse período, o Cônego Fernandes Pinheiro principia oficialmente como poeta, escrevendo dois singelos livros de poesia sacra, respectivamente, *Carmes religiosos* (1850) e *Melodias Campestres* (1851); torna-se fundador e colaborador do periódico *Tribuna Católica*, bem como de outros jornais e revistas; recebe do Imperador D. Pedro II o cargo de Examinador Sinodal e Cônego responsável pela Capela Imperial.

Como crítico literário, organiza e prefacia obras inéditas. O primeiro trabalho foi famoso “Discurso sobre a poesia religiosa em geral e, em particular, no Brasil”, cuja publicação aparece como introdução ao *Livro de Job*, de José Elói Ottoni. Em 1852, investiu nos estudos e matriculou-se no curso de Teologia da Universidade de Roma. Dois anos depois, ele retorna ao Brasil, assumindo a vice-diretoria do Instituto dos Meninos Cegos, onde lecionou a disciplina “História Sagrada e Dogma.” No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lança sua memória “Ensaio sobre os Jesuítas” que o tornará sócio, recebendo o título de secretário suplente e membro da Comissão de Revisão de Manuscrito. Entre 1859 a 1876, torna-se o Primeiro Secretário do IHGB, assumindo o cargo de Manuel de Araújo Porto Alegre que se exonerou por conta de sua viagem à Europa. O Cônego Fernandes Pinheiro foi sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; da Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro; da Academia de Ciências de Lisboa; da Academia de Ciências de Madri; do Instituto Histórico e Geográfico da França; da Sociedade Geografia de Nova York; da Sociedade Geográfica de Paris; da Societá Scientifica Litteraria-Artistica ed Umanitária El Chak, de Constantinopla.

O fim da década de 1850 foi excepcional na carreira didática do Cônego Fernandes Pinheiro. É o momento em que consegue entrar no mais famoso centro educacional brasileiro do Império, o Colégio de Pedro II, tornando-se o professor oficial de Literatura do Império, com as disciplinas de “Retórica e Poética” e “Literatura Nacional”. Ao mesmo tempo, ministra aulas de “Teologia Moral” no Seminário de São José e de “História Sagrada e Catecismo” no Colégio Inglês de Botafogo. A carreira docente foi bastante

atrativa para o Cônego Fernandes Pinheiro que, embora permanecesse nas direções religiosas, motivou-o a abandonar o seu canonicato. Visto como “um laborioso escritor e professor consciencioso; na cadeira que ocupou talvez tenha sido igualado, mas ainda não foi excedido.”⁵³ ou, ainda mais, “(...) o amigo da mocidade!”, contribuiu exemplarmente para a formação do ensino de literatura e da historiografia literária e didática do Brasil. Grande parte de sua produção intelectual advém do exercício docente. Como era de costume aos professores brasileiros oitocentistas, de suas aulas de História ou de Literatura o Cônego Fernandes Pinheiro reunia seus apontamentos didáticos em volumes que eram publicados pelas mais diversas editoras da época. Com títulos de *compêndios*, *resumos*, *bosquejos*, *postilas* ou *manuals*, essas obras eram leituras obrigatórias aos estudantes brasileiros que se baseavam nelas para conseguir ser bem avaliados nos tradicionais Exames do Estado.

Entre 1850 a 1870, Cônego Fernandes Pinheiro conseguiu publicar mais de dez obras didáticas que eram reeditadas com muita frequência pela grande procura por parte do círculo estudantil e intelectual da época. Essas publicações eram facilitadas pelo renome de seu autor, bastante requisitado pelas editoras, uma vez que representava o colégio oficial do país e garantia a vendagem das obras. As edições mais procuradas eram *Catecismo da Doutrina Cristã* (1855), *Episódios da história pátria* (1859); *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), *História sagrada ilustrada* (1863), *Meandro poético* (1864), *Gramática da infância* (1864), *Resumo de história contemporânea* (1866), *Lições elementares de geografia* (1869), *Gramática teórica e prática da Língua Portuguesa* (1870), *História do Brasil contada aos Meninos* (1870), *Postilas de retórica e poética* (1871), *Catecismo constitucional* (1873) e *Resumo de história literária* (1873).

A editora B. L. Garnier ficou responsável por quase todas as obras do patrimônio bibliográfico do Cônego e conseguiu administrar suas publicações, vendas, reedições, etc, dele, principalmente a partir da consolidação da figura do Cônego Fernandes Pinheiro no aparelho cultural e do período de sua produção mais intensa entre os anos de 1860 e 70. As negociações eram religiosamente registradas numa agenda de controle chamada *Livros de Assentos e Notas*. Todas as obras eram acompanhadas do resumo curricular do Cônego

⁵³ LAET, Carlos. Microcosmo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1883.

Fernandes Pinheiro. Em 1873, momento em que o Cônego Fernandes Pinheiro já se encontra debilitado e no fim da carreira, a editora B. L. Garnier traz a lume a primeira edição do livro *Resumo de História Literária*. Essa obra era expressiva e propunha estudar a extensa história da literatura universal, incluindo as expressões literárias européias, como a grega, latina, inglesa, italiana, alemã, espanhola, portuguesa, acrescentando-se apêndices para aquelas das colônias americanas, a anglo-americana, hispano-americana e luso-brasileira. O trabalho inédito confirmava a magnitude de seu autor para seus editores, cujos títulos haviam sido acumulados em comparação a suas primeiras publicações. A folha de rosto imprimia:

RESUMO
DE
HISTÓRIA LITERÁRIA

PELO CÔNEGO

DOUTOR JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO

**COMMENDADOR DA ORDEM DE CRISTO,
CHRONISTA DO IMPERIO, PROFESSOR DE RHETORICA, POETICA E LITTERATURA
NACIONAL DO IMPERIAL COLLEGIO DE D. PEDRO II, MEMBRO DO INSTITUTO
HISTORICOS DO BRASIL E DE FRANÇA, DAS ACADEMIAS DAS SCIENCIAS DE LISBOA E
MADRID, DA SOCIEDADE GEOGRAPHICA DE NEW-YORK, E D'OUTRAS ASSOCIAÇÕES
NACIONAIS E ESTRANGEIRAS.⁵⁴**

Embora de direcionamento didático, as obras eram divulgadas pela imprensa em geral, principalmente nos mesmos periódicos dos quais ou o seu editor era dono ou o seu autor, redator ou articulista. Algumas recebiam pequenos anúncios e outras resenhas críticas significativas em que se tentavam sempre traçar suas qualidades tendo em vista a adequação dos conceitos reproduzidos. Os publicistas da obra do Cônego Fernandes

⁵⁴ PINHEIRO, Joaquim Fernandes Pinheiro. *Op. cit.*, 1873. (folha de rosto)

Pinheiro foram Joaquim Norberto, Emilio Zaluar, Machado de Assis, etc. Esse último divulgou no *Diário do Rio de Janeiro* na década de 1860 a produção religiosa e historiográfica de Cônego Fernandes Pinheiro. Trata-se de pequenos comentários a respeito do *Manual do Pároco* e do *Meandro Poético* que, segundo Machado de Assis, respectivamente era “um livrinho do Sr. Conego Fernandes Pinheiro, editado pela casa Garnier. (...) O primeiro é um livro de summa utilidade, e que tem a rara vantagem de corresponder ao título, nesta época em que os títulos não correspondem às cousas” e também era “um livro muito aproveitável para o ensino dos collegios.”⁵⁵

Sabe-se que o Cônego Fernandes Pinheiro produziu diversos livros didáticos que expressam nitidamente o conteúdo das disciplinas ministradas nos colégios do Império em que lecionou desde jovem. As obras reproduzem seus estudos e reflexões sobre religião, história pátria e história da literatura. Os trabalhos sobre literatura teve mais repercussão no aparelho intelectual brasileiro, uma vez que o Cônego representava o professor de literatura do Império e, desde cedo, cultivava o mundo literário em suas mais diversas possibilidades. Quando jovem, elaborou alguns ensaios de poesias religiosas e publicou-os em livro sob os títulos de *Carmes Religiosos* (1850) e *Melodias Campestres* (1851), os quais não tiveram sucesso. Os livros se constituíam de poesias de exaltação pessoal em louvor de figuras divinas dentro dos padrões da poética. Os trabalhos mais expressivos foram aqueles do ramo dos estudos literários, produzidos como resultado de suas aulas no Colégio de Pedro II, quais sejam, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), as *Postilas de Retórica e Poética* (1872) e o *Resumo de História Literária* (1873).

O espírito romântico-historicista do Cônego Fernandes Pinheiro se expressa também na imprensa nacional, onde se encontravam freqüentemente seus textos pelo fato de ser, desde muito cedo, colaborador, organizador, diretor, e até fundador, dos mais importantes periódicos oitocentistas do Segundo Reinado. Como se tratava de um *homem de letras*, a produção jornalística do Cônego Fernandes Pinheiro mais uma vez se enquadrava no círculo religioso, histórico e literário, com destaque para a produção de crítica literária pelo seu número bastante significativo.

⁵⁵ ASSIS, Machado. *Chronicas*: (1864-1867). São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: W. M. Jackson, v. 2, 1938, p. 248.

A religião foi trabalhada nas páginas das revistas eclesiástica como *A Religião* e a *Tribuna Católica*, esta última fundada pelo próprio Cônego, em 1851, teve um período curto de vida interrompida pela sua viagem a Europa. O Cônego Fernandes Pinheiro declara que

Em princípios de 1848 começou a publicar-se o primeiro jornal religioso, redigido pelos srs. Monsenhor dr. Miranda Rego e padre dr. Patrício Moniz, aos quais mais tarde também nos associamos. Era o nosso propósito instruir o povo nas verdades da santa crença que professamos e combater a propaganda socialista que então devastada a França. Lutávamos nessa arena quando a grave moléstia e lamentável morte do principal redator (monsenhor Rego) obrigou-nos a suspender o certame. Buscamos depois preencher a lacuna que de um jornal religioso existia na nossa imprensa, e fundamos em 1851 outro sob a denominação de *Tribuna Católica*, que se sustentou até a nossa partida para a Europa.⁵⁶

E, também, foi organizador da seção religiosa de outros jornais: *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*. Fernandes Pinheiro dedicou-se, com afinco, ao estudo histórico e literário nas revistas de ampla circulação no círculo intelectual brasileiro, como foram a *Revista Trimestral do Instituto Histórico (RTIHGB)* e *Geográfico Brasileiro*, a *Guanabara* e a *Revista Popular*. A partir de 1854, ele passa a participar do quadro de colaboradores da *Revista Trimestral do IHGB* pela sua efetivação no Instituto e, logo em 1855, publicava seu primeiro ensaio dentre os vários que divulgaria na revista durante os dezesseis anos como sócio. Respeitando as diretrizes oficiais do Instituto, os trabalhos elaborados pelo Cônego foram na sua grande maioria de cunho historicista, os quais, alguns anos depois, seriam publicados em livro, cujo título *Estudos históricos* evidencia ainda mais adesão à linhagem histórica. Dentro dessa perspectiva, encontram-se também as biografias pertencentes à série *Brasileiros Célebres*, também presente na *Revista Popular*, trabalho conjunto realizado com o historiador Joaquim Norberto, o qual paralelamente escrevia as biografias para a série *Brasileiras Célebres*, tendo em vista à confecção da coletânea biográfica que receberia o título *Panteon Brasileiro*. No quadro dos

⁵⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de história literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1883, tomo II, p. 475.

biografados, encontram-se os nomes de D. Antônio Felipe Camarão, Cláudio Manoel da Costa, Conde de Irajá, Custódio Ferreira Leite (Barão de Aiuruoca), D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo (Conde de Irajá), Francisco de São Carlos, Frei Francisco de Mont'Alverne, etc.

Já a literatura propriamente dita seria contemplada, com mais freqüência, nas páginas de *Guanabara* e *Revista Popular*. Com a indicação de D. Pedro II para participar como diretor da *Guanabara*, em 1854, o Cônego Fernandes Pinheiro tenta oficialmente reerguer o periódico e, até 1856, mergulha-se com afinco na tentativa de torná-la notável como nos seus primeiros anos de vida. Praticamente, ele torna-se o principal redator da revista, publicando diversos artigos, sobressaindo-se aqueles enquadrados no aspecto de noticiário da crítica literária oitocentista, cujo objetivo estava na informação dos leitores enquanto germinava “a curiosidade que o conduziria à leitura efetiva da obra e, caso isto não acontecesse, assegurava, até certo ponto, o conhecimento da obra que estava sendo analisada.”⁵⁷ Dessa maneira, os textos mais representativos localizavam-se na seção “Boletim Bibliográfico” da revista, cujos cinco textos avaliam e divulgam as obras, por exemplo, de A. A. Pereira Coruja, *Lições da história do Brasil*; de A. P. Lopes de Mendonça, *Memória da literatura contemporânea*; de Mont'Alverne, *Obras Oratórias*; de Odorico Mendes, *Eneida Brasileira*; etc. O Cônego também publicou alguns ensaios críticos relevantes como “Glória do púlpito brasileiro” e “Da literatura brasileira”

Em 1859, o Cônego Fernandes Pinheiro se torna colaborador e, talvez, o principal orientador de uma das principais revistas do Segundo Reinado: a *Revista Popular*; posto em que se deteve durante os quatro anos de vida da mesma. Os textos caracterizavam o próprio espírito eclético do periódico, compreendendo assuntos desde descrições geográficas à crítica literária. Desse último ramo, o crítico participou da seção de biografia nacional da *Revista*, intitulada *Brasileiros Célebres*, a qual apareceu também na revista do *IHGB*, que, no entanto, abrangeu biografias de escritores estrangeiros. Além das biografias, que revelam de perto o seu sentimento nacionalista, colaborou com o projeto historiográfico da crítica daquele momento, escrevendo os ensaios “Origem da língua portuguesa” e

⁵⁷ CAIRO, Luis Roberto Velloso. *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura*. São Paulo: ANNABLUME, 1996, p. 51.

CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

Curso de Literatura Nacional

TERCEIRA EDIÇÃO

Apresentação de

MÁRIO PORTUGAL FERNANDES PINHEIRO

LIVRARIA EDITORA CATEDRA
RIO DE JANEIRO
em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
BRASILIA
1978

(Folha de Rosto da 3ª. ed. do *Curso Elementar de Literatura Nacional* -1978)

“Formação da literatura brasileira”, os quais são reflexos dos capítulos de sua história literária: o *Curso elementar de literatura nacional*. Na esteira do noticiário, o Cônego Fernandes Pinheiro interessou-se em divulgar obras como as de Joaquim Manoel de Macedo, *Lições de história do Brasil*; e de Gonçalves de Magalhães, *Suspiros poéticos e saudades*. Por meio desse esboço bibliográfico, torna-se possível constatar o envolvimento do Cônego Fernandes Pinheiro e a sua contribuição quantitativa e qualitativa para a história da nossa literatura que possibilitou, conseqüentemente, a construção da literatura vindo ao encontro dos anseios da pátria recém-independente.

II. O Curso Elementar de Literatura Nacional (1862)

Por razões claras, Cônego Fernandes Pinheiro foi um intelectual do sistema de ensino brasileiro oitocentista. Sua tarefa como historiador, religioso e literato, liga-se aos fundamentos da educação oitocentista. A favor da “ilustração” de crianças e jovens que Cônego Fernandes Pinheiro conquista seu espaço nas estantes dos escritores de livros didáticos do século XIX. E por ironia do destino é o que também o encaminhará para o quase completo esquecimento nos séculos posteriores. Cultivador da moral cristã e vendo na família o alicerce da educação, enxerga a “superioridade do ensino” apenas no inevitável suporte da “disciplina” e “ilustração” da juventude:

Reconhecemos a superioridade do ensino simultâneo ao indivíduo o colégio. Poucos são os meninos, que aproveitam com o ensino dado em casa, onde falta de regularidade nas horas de explicação e de recreio, os estorvos das visitas, e também os incômodos de família, são poderosos obstáculos ao bom aproveitamento do mais favorecido talento. Opinamos em prol dos colégios bem dirigidos, onde a moral seja escrupulosamente guardada, e onde os pais não tenham de ver destruída, em poucos dias, a obra, em que despenderam anos.⁵⁸

⁵⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Educação e ilustração: estudo moral. *Revista Popular*: Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 332. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 434.)

De todos os centros de ensino que atuou como professor, o Colégio de Pedro II foi o mais produtivo em termos de reconhecimento intelectual e produção bibliográfica. Dele, surgiram as suas principais obras que mereceram destaque no aparelho intelectual da época. Elas foram umas das primeiras a constituir o acervo bibliográfico nacional que tinha como objetivo formar o ensino e a intelectualidade brasileira dentro do ensino das humanidades. Podemos considerar que praticamente o ensino literário foi configurado pela perspectiva crítica dos estudos literários de Cônego Fernandes Pinheiro. De 1857 a 1876, ele representou a cadeira de literatura do Colégio de Pedro II, sustentando com firmeza a preferência pelo gosto de literatura clássica, respeitante à perspectiva retórico-poético da época. Cultivou esse método tradicional de educação humanística da literatura até as décadas de 1870. Foi com ele também que inauguramos oficialmente o estudo de história da literatura na esfera escolar brasileira.

Com 32 anos, em meados de 1857, Cônego Fernandes Pinheiro entra para o quadro de docentes do Colégio de Pedro II, assumindo a cadeira de literatura. Ele já era um religioso e intelectual reconhecido pelos seus pares, principalmente pelo cultivo do ensino religioso e da atividade jornalística. De imediato, ficou incumbido da disciplina de “Retórica e Poética” e, mais adiante, em 1860, da recém-inaugurada disciplina de “Literatura Nacional”. Essas disciplinas eram aplicadas aos alunos do sétimo ano do curso. Para cumprir o conteúdo das ementas das disciplinas - muitas das vezes sistematizadas pelos próprios professores da escola -, foi preciso ao Cônego ministrar suas aulas de literatura, adotando os poucos compêndios específicos sobre a matéria ou, pela escassez de material didático, produzindo suas próprias apostilas manuscritas. Como a disciplina de “Retórica e Poética” era veterana naquele Colégio, havia alguns poucos títulos que o Cônego Fernandes Pinheiro podia consultar e adotar como livro didático, por exemplo, as obras: *Nova Rhetorica Brasileira*, de Antônio Marciano da Silva Pontes, *Nova Rhetorica*, de Victor Le Clerc – tradução de Dr. Paula Menezes – e as *Lições Elementares de Poética Nacional*, de Freire de Carvalho. Por outro lado, com relação à recém-inaugurada disciplina de Literatura Nacional, a questão parecia ser diferente. O acervo de livros didáticos que contemplasse o conteúdo da disciplina era bastante escasso. A única alternativa era utilizar-se da prática comum aos professores do colégio. Eles escreviam e organizavam suas

próprias apostilas manuscritas com o conteúdo das lições específicas de cada aula. Pelo que consta, tanto para o ensino de retórica e poética – mesmo tendo em seu apoio aqueles títulos citados - quanto ao de literatura nacional, Cônego Fernandes Pinheiro adotou a escrita de manuscritos; manuscritos os quais eram reunidos e geralmente publicados em livro, com os nomes de “postilas”, “compêndios”, “cursos”, etc. Em introdução às suas *Postilas de Retórica e Poética*, o Cônego declarou que havendo “me demonstrado a experiência o inconveniente das postilas manuscritas, resolvi imprimir as que, em desenvolvimento do Programa adotado, dei aos alunos das classes que leciono no Imperial Colégio Pedro II”⁵⁹ ou, como vimos, em prefácio ao *Curso Elementar* que reconhecendo “praticamente a falta d'um compendio adaptado á ultima parte do nosso curso. Para preencher esse vazio tomamos sobre os nossos debéis hombros uma empreza que a outros melhor caberia; e o resultado é o que ora apresentamos ao publico.”⁶⁰

Parece que a razão para edição dessas obras envolve questões de ordem prática, ou seja, suprir a carência de manuais didáticos e resolver o inconveniente de trabalhar com textos manuscritos. Sabemos que envolve outra questão também, agora de ordem mais pessoal, que era a possibilidade do professor concorrer a mais algumas gratificações como pioneiro dentro do sistema intelectual brasileiro. Em prefácio “Ao leitor” da primeira edição do curso, o Cônego revela-nos estar consciente desse pioneirismo:

Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho, sendo o proprio em reconhecer seus defeitos; originados uns da nossa insuficiencia, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em atenção á multiplicidade de materias que estudam os alumnos do setimo anno do referido collegio, para os quaes principalmente o escrevemos. Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro em realisarmos um pensamento que, quando aperfeiçoado, será d'alguma vantagem para a juventude.⁶¹

⁵⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Advertência. In: *Postilas de retórica e poética*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. II, p. 249)

⁶⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. VII.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. VII.

O *Curso Elementar* é, em resumo, exatamente a reunião dos textos manuscritos das aulas de “Literatura Nacional” que se transformaram em capítulos para uma obra historiográfica para fins didáticos. Da data de início (1857) da carreira docente de Cônego Fernandes Pinheiro à data de publicação da obra (1862), consideramos que houve um período razoável de quase cinco anos – considerando que já em 1858 na disciplina “Rhetorica e Poética” aos alunos do sétimo ano do Colégio se ensinava a história da literatura portuguesa e brasileira - para que o Cônego exercesse a função como professor de história da literatura e pudesse elaborar as lições que seriam os capítulos de sua obra historiográfica. Esse exercício de historiografia literária parecia não ser novo ao clérigo que, desde muito cedo, embrenhava-se na prática historiográfica da literatura.

Cinco anos antes, publicou um longo ensaio inaugural sobre o que considerava a “poesia religiosa” ou a poesia que tomava “para assunto um objetivo exclusivamente religioso”, incluindo um estudo específico da produção brasileira. Servindo como prefácio à obra *Job*, de José Eloy Ottoni, vale-se nele nitidamente dos fundamentos historiográficos para traçar o surgimento e desenvolvimento desse gênero literário “em geral e em particular no Brasil”. No tocante à parte brasileira, acompanha as manifestações literárias religiosas pela ordem cronológica dos séculos de colonização, do século XVI até o século XIX. Mesmo sendo as palavras do autor um “rápido esboço que fizemos das epopéias cristãs”, percebemos que o Cônego Fernandes Pinheiro preocupa-se com o detalhamento do processo de constituição da história da literatura brasileira, oferecendo uma idéia da perspectiva historiográfica que adotaria para esse tipo de estudo no *Curso Elementar*. Conserva-se, por exemplo, a idéia de que, no período colonial, a literatura do Brasil era apenas um reflexo da literatura portuguesa, copiando seus traços de estilo gongorista. Segundo ele, a poesia brasileira

que durante os dois primeiros séculos, que se seguiram a descoberta, não fora mais do que o vagido do infante ainda no berço, no 18°. já era a voz estridente do menino buliçoso e travesso. Mas os ferros coloniais roxeavam os pulsos do gigante dos trópicos; não contente a metrópole de retardar os seus progressos materiais, como que limitava o horizonte da sua inteligência. (...)

A literatura brasileira não era mais do que um pálido reflexo da portuguesa, apenas relampadejando aqui e acolá algumas exceções. Nos séculos 16º. e 17º. seguirá a escola de Gongora e Martini, que cuja influência lavrará no meio dia da Europa.⁶²

A experiência mais reveladora de historicização encontra-se nas páginas do periódico do qual foi diretor, a *Revista Popular*. Há alguns artigos que se encaixam nitidamente à prática historiográfica que exercia nos estudos da disciplina de “Literatura Nacional”, do Colégio Pedro II, e demonstram a estrutura metodológica e temática decidida no corpo do *Curso Elementar* de 1862. Lembrando que o período de existência da revista está inserido no momento de estruturação da disciplina no Colégio e publicação da história literária, ou seja, de 1859 a 1862. Alguns artigos recebem referência explícita de que se tratava de fragmentos “de um livro inédito”. Esses mesmos artigos apresentam o conteúdo muito parecido ou até igual a alguns capítulos do *Curso Elementar*. O artigo, por exemplo, “Origem da língua portuguesa: fragmento de um livro inédito” tem título e conteúdo idênticos ao da “Lição I: Origem da Língua Portuguesa”. No artigo citado lemos

Pensamos com o Sr. A. Herculano que Portugal é uma nação nova, nascida no XII século num ângulo da Galiza, constituída sem atenção às divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território do Al-Gharb sarraceno; e rejeitamos portanto a tradição que a faz descendente dos antigos Celtas, que por mais de três mil anos souberam conservar a sua vitalidade à despeito de todas as invasões porque teve de passar a península ibérica. Cremos ainda com o mesmo douto historiador que o moderno Portugal não ocupa exatamente o lugar da antiga Lusitânia; por isso que os territórios a que se deu tal nome se estendiam pelas províncias espanholas muito além das modernas fronteiras, passo que na primeira época não passavam, pelo lado do sul, além do Tejo, e na segunda findavam ao norte pelo Douro.⁶³

⁶² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil. In: OTTONI, José Eloy. *Job*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense F. Manoel Ferreira, 1852, p. XXIV-XXV. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. II, p. 195)

⁶³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Literatura: Origem da Língua Portuguesa: fragmento de um livro inédito”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./mar. 1861, p.295-300. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 535)

Na introdução a lição I do *Curso Elementar*, o autor coloca:

Antes d'analysarmos as diversas phases da litteratura portugueza convém que digamos algumas palavras sobre a origem da lingua que le serviu d'instrumento.

Pensamos com o Sr. A. Herculano que Portugal é uma nação nova, nascida no XII seculo n'um angulo da Galliza, constituida sem attenção ás divisões politicas anteriores, dilatando-se pelo territorio do *Al-Gharb* sarraceno, e rejeitamos portanto a tradição que a faz descendente dos antigos celtas, que por mais de tres mil annos souberão conservar a sua vitalidade a despeito de todas as invasões porque teve de passar a Peninsula Iberica. Cremos ainda com o mesmo douto historiador que o moderno Portugal não occupa exactamente o lugar de antiga Lusitania: por isso que os territorios a que se deu tal nome se estendião pelas províncias hespanholas muito além das modernas fronteiras, ao passo que na primeira epocha não passavão, pelo lado do sul, além do Tejo, e na segunda findavão ao norte pelo Douro.⁶⁴

Numa análise comparativa dos textos, percebemos que, no *Curso Elementar*, houve apenas o acréscimo introdutório explicando o porquê do estudo histórico sobre origem da língua portuguesa. Tantos nos artigos analíticos como nas biografias, a seleção dos nomes explica também a formação do cânone dos portugueses e brasileiros que apareceria na sua primeira história literária. Gonçalves de Magalhães, Gil Vicente, Camões, Cláudio Manoel da Costa, etc. são os nomes mais citados.

Paradigmático é o artigo “A Formação da Literatura Brasileira”. Publicado poucos meses antes do *Curso Elementar*, ele traz uma proposta de historicização da literatura brasileira de maneira individualizada, ou seja, mesmo mantendo a mesma linha de raciocínio quanto ao surgimento e à formação da literatura brasileira do *Curso Elementar*, ela se despreende da perspectiva de análise conjunta e totalizante das produções portuguesa e brasileira incorporadas ao *corpus* da história da literatura dita portuguesa. A periodização centra-se nos condicionantes coloniais, mas ela é especificamente da história do processo histórico do Brasil. Falam-se dos tempos coloniais, dos primeiros habitantes e dos caminhos de formação da nacionalidade. As divisões dos períodos obedecem a esse momento específico. Sem nomenclaturas diretas, Cônego Fernandes Pinheiro divide a

⁶⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 1.

literatura brasileira entre “literatura colonial” e “literatura brasileira independente.” Para o Cônego, trazíamos desde os primeiros tempos de colonização alguns aspectos distintos da literatura lusitana, mas apenas tínhamos uma literatura brasileira propriamente dita a partir do marco histórico de 1836 com a manifestação de liberdade literária de Gonçalves de Magalhães. Mesmo tratando-se de um texto preparatório para a sua história literária que estava no prelo - prática aliás comum aos articulistas da *Revista Popular* como é o caso, por exemplo, do artigo “Origem da Língua Portuguesa – fragmento de um livro inédito” que configura inteiramente a Lição I do *Curso Elementar* ou dos vários artigos de Joaquim Norberto, os quais seriam os capítulos de sua fracassada *História da Literatura Brasileira* - esse artigo revela-se intrigante por que apresenta um historiador mais instigado com as questões específicas de nacionalidade no que se refere à emancipação do patrimônio literário brasileiro e, em alguns momentos, também afasta-se de seu instinto lusitanista.

Nele, o articulista ensaia uma proposta de periodização intimamente aplicada às fases da literatura no Brasil, envolvendo três períodos anteriores à inauguração da “nova época” – a reforma romântica - que “congregou os dispersos lidadores, emprazando-os para seus arraiais” Esse três períodos são percebidos como “fases embrionárias” de nossa literatura, os quais puderam preparar a base para a literatura brasileira propriamente dita. A primeira fase representa os primeiros momentos de colonização, sem traços de civilização e para “povoar o país que cada vez mais se erma, lançou-nos Portugal as fezes da sua população; e o primeiro provincial dos jesuítas considerava semelhante escória como mais danosa do que as antropófagas hordas”. Esse aspecto inibe a produção literária, porque

De semelhantes elementos nada podiam esperar as letras; homens rudes e ignorantes, com a única mira nos interesses materiais, deveram por certo ser insensíveis ao majestoso espetáculo que ante seus olhos desdobrava a natureza. No meio, porém, deles existiam algumas almas privilegiadas, que não porfiavam em cada cata do outro, que não se embrenhavam pelos sertões para fazer escravos. Eram os jesuítas, nossos primeiros cronistas, primeiros divulgadores da nossa opulência nativa da salubridade do nosso clima, da beleza do nosso céu, do sabor dos nossos frutos e do brilhantismo das nossas flores.⁶⁵

⁶⁵ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Formação da Literatura Brasileira. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, tomo XIII, 1 de janeiro de 1862, p. 45-46.

Também nesse artigo, é possível constatar que o Cônego Fernandes Pinheiro se utiliza novamente dos fatos históricos como motivadores e condicionantes para a explicação da formação literária e a justificativa do atraso literário brasileiro; muito embora coloque em destaque outros condicionantes representativos da órbita literária, como a forte influência do estilo literário português da época, o gongorismo. Para a maioria dos críticos da época, a escola de Gôngora atrapalhou o desenvolvimento da literatura portuguesa, trazendo o mau gosto de estilo e composição. Muito além do problema de influência portuguesa, Cônego Fernandes Pinheiro ressalta o fator crucial de aniquilamento da literatura, a situação de os brasileiros terem importado e cultivado aspectos de escola literária que, pela proposta temática e estrutural, inibiu o desenvolvimento temático dos traços que caracterizavam a nacionalidade literária:

Saturadas de mau gosto eram todas essas composições [as dos jesuítas e de Bento Teixeira Pinto]; porque em minguada hora nascera a nossa literatura, quando expirava o século dos Barros e Camões, quando já sobre o alcançar das lusas letras tremulavam os pendões de Gôngora, antes que os soldados do duque de Alba, e o ouro de Cristovão de Moura houvessem amortilhado a nacionalidade portuguesa nas cortes de Thomar. Educação, usos e costumes tudo era português: além do atlântico estava o diapasão marcando o tom em que deveriam cantar os brasileiros bardos; só tínhamos por nós a natureza, essa poderosa força magnética que assimila o homem à terra em que vive.⁶⁶

Pouco a pouco, os elementos de afirmação nacional começam a ser mencionados serão fundamentais para a leitura que o Cônego Fernandes Pinheiro faz da formação da história da literatura brasileira. Percebiam que a educação, usos e costumes, bem como o culto do clima e da natureza, formam algumas das características essenciais que destacavam e individualizavam a literatura brasileira em relação às outras literaturas ou, mais especificamente, à literatura portuguesa. Como irá retomar no *Curso Elementar*, os escritores brasileiros que puderam se destacar por cultivar com desenvoltura essas características foram Cláudio Manoel da Costa, Gonzaga, os dois Alvarengas, Santa Rita

⁶⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, tomo XIII, 1 de janeiro de 1862, p. 46.

Durão e Basílio da Gama. Eles participam da chamada “segunda fase embrionária”, marcada pela estréia histórica de Cláudio Manoel da Costa que

mais um passo dá a nossa literatura para destacar-se dos limbos que envolviam. Folgazão e espirituoso na vida doméstica era o cantor de Eulina, melancólico quando sobraçava o alaúde nas margens do seu pátrio ribeirão. Modelando-se por Petraca, Guarani e Metastásio, era Cláudio eminentemente brasileiro, não só nos assuntos que escolhia, como ainda em suas comparações e imagens. Chorava pelas ribeiras do Mondego e poeticamente descrevia as do Carmo; queixava-se da prosa que o rodeava, e em seu poema *Vila Rica* celebrava os Colombos do deserto, que sobre os nevados píncaros de Itacolomy haviam plantado o lábaro de Cristo. Surgiu ao aceno de Cláudio uma plêiade de brilhantes engenhos: Gonzaga, português por acaso e brasileiro de coração, os dois Alvarengas, e sobre todos Santa Rita Durão e Basílio da Gama, que, respigando nacionais tradições ergueram os muros da epopéia. Penetra uma réstia de luz nas trevas coloniais; funda-se no rio de Janeiro uma Arcádia, e em torno dessa colméia esvoaçam abelhas do progresso. Sabido é como fez mangrar todas essas esperanças o mau êxito da conspiração mineira, arrojando para s areais da África os precursores da independência literária.⁶⁷

A última “fase embrionária” é representada principalmente pelo nome do poeta Sousa Caldas, “o mais brasileiro dos nossos poetas coloniais.” Considera-se a “fase de transição” para a formação da literatura brasileira propriamente dita. Para o Cônego Fernandes Pinheiro, quanto mais se aproximava dos movimentos de regeneração política, os poetas transformavam suas poesias mais brasileiras e nacionais, a partir do momento que “mais originais se tornaram os nosso poetas, menos atenção prestaram aos ecos de além-mar. Citam-se, então, os poetas

Natividade Saldanha cantava na cítara de Píndaro os heróis das Tabocas e dos Guararapes; Lucas Alvarenga solfejava as eróticas estrofes flores dos nossos prados; o cônego Januário em seu *Niterói* travara profícuo luta entre as reminiscências mitológicas e as inspirações nativas, e João Gualberto pedia emprestada a Gesser sua pastoril flauta para cantar a *Saudade Paterna*.⁶⁸

⁶⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, tomo XIII, 1 de janeiro de 1862, p. 46-47.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 47.

III. O método

Na ocasião da publicação do *Curso Elementar*, como vimos anteriormente em uma das passagens acima, o Cônego Fernandes Pinheiro registrou claramente na sua introdução que publicava “um *compêndio* adaptado à última parte do mesmo curso” de literatura nacional. Essa palavra destacada por nós - *compêndio* - torna-se relevante para o entendimento da concepção historiográfica de Cônego Fernandes Pinheiro aplicada à escrita do *Curso Elementar*. Se na nossa contemporaneidade, a classificação do *Curso Elementar* à categoria de compêndio ou de história literária gera controvérsias, percebe-se que, naquele período, o seu autor trazia uma suposta concepção consolidada em relação a sua caracterização, pelo menos com relação a de compêndio; porém de maneira paradoxal.

Além da afirmação introdutória que escrevia um compêndio de estudo da literatura nacional, localizamos outras observações dessa espécie. A mais significativa encontra-se na “Lição XII” do *Curso Elementar* em que analisa a *Crônica de Palmeirim da Inglaterra*, de Bernardim Ribeiro. Depois de algumas citações de trechos da obra, Cônego Fernandes Pinheiro colocava que poupava “aos leitores a transcrição de muitos otros lugares onde custa a joeirar o bom d'entre myriadas de metaphoras, hyperboles e pleonasmos do mais reprovado e anachronico gosto. Não escrevendo uma historia litteraria temos por unico proposito apresentarmos o que de melhor possuir a nossa litteratura para que de modelo possa servir a juventude.”⁶⁹

A observação do Cônego inserida em meio ao estudo da obra de Bernardim Ribeiro é reveladora. Considerando a análise total, a informação contida nessa passagem revela a perplexidade de conseguir recuperar alguma qualidade dos textos literários da terceira época diante da grande influência do estilo gongórico, interpretado pelo Cônego como mau gosto literário daquele tempo. Ele alega tentar recuperar apenas as únicas partes que traduzissem a qualidade estética da obra de Ribeiro para os fins didáticos do curso de literatura. Desse pensamento decorre a informação implícita que se trata do conceito de

⁶⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 121.

compêndio em contraposição a de história literária. Da negativa de não escrever história literária, subentende-se que esteja falando da qualidade do compêndio que tinha como objetivo a formação do bom gosto da juventude, através da apresentação de breves exemplos literários de cada época. O compêndio deve ser sucinto, ilustrativo e didático. Pressupõe-se então que a história literária deva ser detalhada, complexa e erudita.

No entanto, para o Cônego, esses mesmos limites conceituais entre compêndio e história literária aparecem confusos em outros momentos e parecem permanecer muitas das vezes entrelaçados. Alguns anos depois, em 1873 com a publicação do *Resumo de História Literária*, ele conceitua esse tipo de narrativa histórica com idênticas características que havia tido sobre os compêndios. Ele sugere que por debaixo “da denominação de *história literária* compreende-se a enumeração e rápida analyse das produções litterarias”⁷⁰ (grifo do autor). A definição recupera os traços permanentes do conceito de compêndio: a brevidade; porém a distinção pode ser decidida na inclusão ou exclusão dos fins didáticos da narrativa.

A tarefa do escritor de compêndios era percebida como uma função edificadora, nobre e corajosa. Aqueles que se propunham escrever deviam ser considerados “como beneméritos”, uma vez que “tomam sobre seus ombros a difícilíssima tarefa de escrever compêndios mil vezes mais laboriosa do que a confecção de uma obra qualquer, principalmente a de algum volume de trovas.”⁷¹ O Cônego pouco justifica qual seja e o porquê dessa tarefa “mil vez mais laboriosa”, mas, pelos princípios pregados, sabemos que realmente esses escritores tinham como objeto de trabalho o instrumento institucional *par excellence* para a construção moral e patriótica da juventude brasileira porque trazia a responsabilidade futura do progresso, da glória e da civilização do seu país.

A idéia de compêndio historiográfico e, pelo que nos leva crer também de história literária, levada pelo Cônego Fernandes Pinheiro como princípio metodológico na criação do *Curso Elementar*, é oriunda dos modelos bibliográficos que, na época, se tinham sobre a

⁷⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de História Literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873, tomo I, p. 9.

⁷¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Boletim bibliográfico: *Resumo da História do Brasil* por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. Guanabara. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 329. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. II, p. 395)

história do Brasil e a história da literatura. Mais de perto, foram exemplos as *Lições de História do Brasil* (1860), de seu colega de profissão Joaquim Manuel de Macedo; o *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa* (1844), do professor português Borges de Figueiredo; o *Compêndio da História da Idade Média* (1859), de Sr. J. B. Calageras. Há outros como o *Resumo de História do Brasil* (1856), de Henrique L. N. Bellegarde; as *Lições da História do Brasil* (1856), de Ferreira Coruja. Exceto o *Bosquejo* de Figueiredo, citado na introdução do *Curso Elementar*, os outros compêndios foram resenhados pelo Cônego Fernandes Pinheiro na seção “Boletim Bibliográfico” do *Guanabara* ou da *Revista Popular* em ocasião de sua publicação. Tendo como base o período de circulação desses períodos, sabemos que são resenhas publicadas poucos anos antes da edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Do livro de Borges de Figueiredo, os comentários estão na introdução do curso.

Desses textos, buscamos apreender do discurso crítico de Cônego Fernandes Pinheiro alguns dos elementos que possam esclarecer e caracterizar a sua concepção de compêndio que pode determinar, direta ou indiretamente, a metodologia historiográfica aplicada ao *Curso Elementar*. Acreditamos que as resenhas críticas sobre os compêndios de Calageras e de Joaquim M. Macedo respectivamente foram decisivas. Na ocasião, no *Boletim Bibliográfico* da *Revista Popular*, Cônego Fernandes Pinheiro avalia o segundo volume do *Compêndio da História da Idade Média*, de Calageras, cujo tema tratado pelo historiador refere-se ao “feudalismo, as comunas, as cruzadas, e o império do Oriente”⁷² e também o primeiro volume das *Lições de História do Brasil*, de Macedo, cujos capítulos professados aos “alunos do 4º. Ano, segundo o plano de estudos do Colégio, abrangem apenas um período de 80 anos, isto é, desde o descobrimento do Brasil até o começo do domínio espanhol.”⁷³

De acordo com o Cônego Fernandes Pinheiro, o propósito das resenhas “é o de dar aos leitores da Revista uma ligeira idéia do método abraçado, emitindo por essa ocasião,

⁷² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Boletim Bibliográfico: Compêndio da História da Idade Média pelo Sr. J. B. Calageras. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul/set. 1859, p. 175. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 469)

⁷³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Boletim Bibliográfico: Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Joaquim Manoel de Macedo. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./marc. 1861, p. 362. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 539)

com rude e habitual franqueza o nosso mesquinho juízo não só sobre ele, como sobre as opiniões que mais extremadas nos parecem.”⁷⁴ Embora grande colega de trabalho de Macedo, o Cônego revela um gosto particular pelo *Compêndio da História da Idade Média*, destacando-o como modelo de excelência dentro desse gênero narrativo. Hipótese que construímos a partir da vasta quantidade de elogios sugerida ao longo da análise da obra. O compêndio de Calageras exerce a metodologia de compêndio “seguido na maior parte das obras elementares, que maior aceitação hão recebido no velho mundo.”⁷⁵

Fazendo um apanhado geral das duas resenhas, demonstra-se que a metodologia dos dois compêndios consistia em, seguindo e executando as leis da história, traçar quadros sinóticos sobre o fato histórico que possam ficar na memória do estudante. No caso das *Lições*, chama-se a atenção para a utilidade da idéia de Joaquim Manuel de Macedo

de fazer seguir à cada lição um quadro sinótico em que num rápido olhar pode o estudante recordar-se do que leu, servindo-lhe de questionário, e imprimindo-lhe ao mesmo tempo em sua memória a ordem em que se deram os acontecimentos e os nomes dos protagonistas. Facilitar a instrução deve ser a nossa tarefa, e no século do vapor a economia de tempo é um dos principais requisitos do ensino.⁷⁶

Como o método de ensino da época era a memorização de um conteúdo amplo das disciplinas, porque cobrado pelos Exames, a função do professor/autor de compêndio era conseguir escrever lições que facilitassem ao aluno a retenção na memória o máximo de dados possíveis da matéria. A técnica corriqueira era escrever narrativas bem concisas em que períodos longos da história fossem abordados em poucas páginas, mas que impressionassem ou chamassem a atenção do aluno. Elas deveriam ser acompanhadas de quadros descritivos com o mais “colorido” e “vivacidade” das cenas, dando impressão de

⁷⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, ano III, t. IX, jan./marc. 1861, p. 362. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 539).

⁷⁵ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Boletim Bibliográfico: *Compêndio da História da Idade Média* pelo Sr. J. B. Calogeras. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul/set. 1859, p. 178. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 471)

⁷⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1861, p. 362-363. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 539-540)

“extrema lealdade” e, assim, “nos parece assistir a elas, graças à evocação do passado.”⁷⁷ A utilização desses elementos narrativos sustenta-se pelo atrativo do estilo da linguagem do autor, de “estilo sempre simples e claro como convém a uma obra didática”⁷⁸, assim como percebe também no compêndio de filosofia de Monte Alverne. Vejamos um exemplo quando explica a obra de Calageiras:

Do feudalismo passa o autor à cavalaria, brilhante escola da civilização; e pesquisando sua origem vai encontrá-la nas florestas da Germânia, onde o mancebo tocando a maioridade, recebia o cavalo e as armas, sendo admitido na classe dos guerreiros. Mostra depois a sua aliança com o cristianismo, e o grande partido, que soube a Igreja tirar duma bárbara instituição. Com o habitual primor da sua palheta pinta-nos as cerimônias, que tinham lugar nessas eras, sempre que se armava um cavaleiro, e tão vivas são suas imagens, que nos parece assistir a elas, graças a sua poderosa evocação do passado. O nascimento das ordens dos Templários, dos Teutônicos, dos Hospitaleiros, etc., seus assinalados serviços à causa da humanidade, são narrados com grande veracidade e concisão.⁷⁹

Pelo que parece, para o Cônego, essa postura didática não deve, porém, atrapalhar no modo como o assunto é tratado. Ele deixa claro que o autor do compêndio deva proceder no tratamento do assunto às turmas veteranas com reflexão e densidade filosófica. Quanto ao compêndio de Macedo, por exemplo, Cônego Fernandes Pinheiro considera que, pois talvez “que alguém ache em demasia filosófica a obra do Sr. Dr. Macedo e por isso imprópria para compêndio. Quem assim pensa esquece que a destinou ele para os alunos do 4º. ano possuem certa soma de conhecimentos que os habilita para bem compreenderem as lições do eloqüente escritor.”⁸⁰ Todavia, vale ressaltar que essa concepção filosofia nada tem a ver com questões de originalidade que não se aplica aos compêndios. Com relação aos “compêndios de retórica e poética”, pelo menos no parecer às *Sinopses de Eloquência e*

⁷⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1859, p. 177. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 470)

⁷⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1859, p. 6. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 486)

⁷⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1859, p. 177. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 470)

⁸⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Boletim Bibliográfico: Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Joaquim Manoel de Macedo. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./marc. 1861, p. 365. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 539-541)

Poética, de Costa Honorato, Cônego Fernandes Pinheiro coloca que a questão de originalidade era desnecessária. No caso da disciplina retórica e poética, a questão de originalidade dos compêndios não tinha relevância, pois, conforme Eduardo Vieira Martins, “a categoria de imitador é externa à retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artifícios válidos. O que direcionava esses autores era menos o desejo de elaborar uma teoria própria e original do que o intuito de compilar e divulgar conceitos consagrados pela tradição.”⁸¹

A “*Sinopses de Eloquência e Poética*” não contem idéia alguma nova; nem isso era admissível num compêndio que, por sua própria natureza, deve apresentar o que de mais incontroverso existir na matéria de que se ocupar. O autor foi inspirar-se nas páginas de Aristóteles, Quintiliano, Blair, Fonseca, Freire de Carvalho e de outros que distribuíram em migalhas o pão da eloquência. Seu mérito está na escolha dos preceitos, e no método que seguiu com o qual quase nos conformamos.⁸²

Dois outros elementos, a verdade na narração dos fatos históricos e o ensinamento moral, parecem ser imprescindíveis a realização dum compêndio de ensino. Por diversas vezes, o Cônego ressalta essas características dos compêndios resenhados. Do trabalho de Joaquim M. Macedo, exalta a primazia de que esse escritor tenha se “revestido da grave toga de historiador, e como magistrado da verdade (...)” e assumido a responsabilidade difícil de “desentranhar a verdade dos caos das lendas e contradições em que por via de regra abundam.”⁸³ Veja que, nessas poucas palavras, Cônego Fernandes Pinheiro destaca que a verdade vincula-se estritamente à tarefa do historiador a qual conduz ao esclarecimento dos fatos ocorridos no tempo passado. Com essa credibilidade metodológica, o compêndio de história torna-se o instrumento necessário para o

⁸¹ MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista*. 2003, Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas/SP, p. 23-24.

⁸² Cf. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Parecer In: HONORATO, Manuel da Costa. *Sinopses de eloquência e poética: acompanhadas de algumas noções de crítica literária extraídas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de Eduardo Augusto de Oliveira, 1870, p. V.

⁸³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1861, p. 362. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 539)

ensinamento moral, a partir da visualização dos fatos exemplares e a conduta moral, visto como *modelo-a-seguir*, dos heróis do passado histórico. Em vários momentos, o Cônego defende o *Compêndio de História da Idade Média* por conta da doutrina moralista que, por meio da narrativa histórica, transmite aos leitores jovens. O ensino de história era o instrumento essencial para formação moral do homem. Essa moralidade só se efetiva pela capacidade estilística e filosófica de Calageiras, uma vez que, como “sempre, sabe o autor aproveitar-se do agradável efeito, produzido pelo seu estilo no ânimo dos leitores, para doutriná-los: a moralidade segue a narrativa e põe no edifício a chave da abóbada.”⁸⁴

Esses compêndios de história estavam no circuito intelectual do Império e serviram de apoio metodológico para os escritores da época. Adivindas do pensamento europeu, as diretrizes eram universais e passam a ser compartilhadas por todos os escritores que praticavam esse gênero narrativo. No caso do *Curso Elementar*, como veremos, Cônego Fernandes Pinheiro se utilizou desses conceitos básicos de que se valeu para comentar os trabalhos acima referidos para efetivar a sistematização da história da literatura portuguesa e brasileira.

No entanto, notamos que recebe influência mais de perto do trabalho lusitanista de A. C. Borges Figueiredo, o citado *Bosquejo Histórico da Literatura Classica, Grega, Latina e Portuguesa*, por se tratar propriamente de um compêndio historiográfico aplicado ao ensino de literatura. O bosquejo de Borges Figueiredo foi publicado em 1844 para aplicação do estudo de história da literatura aos estudantes do quinto ano dos Liceus em Portugal. Essa obra recebeu outras edições revisadas pelo autor. Das edições consultadas, constatamos que já em 1852 o bosquejo encontrava-se na terceira edição, revista e atualizada pelo escritor. O livro de Cônego Fernandes Pinheiro assemelha-se à obra de Borges Figueiredo em vários aspectos, não apenas no que se refere à estrutura estilística geral de compêndios literários, mas também à base metodológica de divisão, periodização e sistematização da história da literatura portuguesa. A recorrência ao método de Borges Figueiredo fica explícita nas palavras do Cônego quando, ao comentar os seus critérios de divisão dos períodos literários, ele menciona as divisões do *Bosquejo* aplicadas à história da

⁸⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1859, p. 179. (cf. MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, v. III, p. 472)

literatura portuguesa. Em introdução ao *Bosquejo*, comentando o método e plano da obra, visualizamos com clareza a idéia de história literária da qual o Cônego seguiu.

Borges Figueiredo é claro quando expõe seus critérios metodológicos. Assim como o *Curso Elementar*, o bosquejo de história das literaturas clássicas – quais sejam, a grega, latina e portuguesa – reúne em livro as lições de história da literatura aplicadas ao ensino de Portugal, com objetivo de facilitar o seu estudo aos alunos secundários do Liceu e suprir a carência desse tipo de narrativa no país:

E assim, não nos constando que em nosso idioma exista um livro elementar d'Historia Literaria, concebemos a idéa de ordenar, nas horas sobejas dos foros de nossa profissão, as breves lições, que n'esta materia davamos, no espaço d'um mez, a nossos discípulos. E tomámos alfin a emprêsa de as tirar á luz; não que presumissemos de nossas forças, senão porque, fracas como são, intendemos que devíamos contribuir com ellas para a pública utilidade.⁸⁵

Pouco contente com o uso “incorreto” da literatura para o estudo de notícias biográficas ou de História, Borges Figueiredo crê na necessidade da abordagem unitária das literaturas, com o intuito de encantar, instruir e formar o gosto dos estudantes por meio da literatura de maneira homogênea e completa. Nesse ponto, concebe um estudo cronológico resumido dos períodos mais distintos de expressão literária dos países, acompanhado com comentários dos fatos políticos, que influem para o progresso e decadência das letras, e de esboços biográficos e apreciação das obras de seus representantes. Essa apreciação crítica inclui o trabalho com a forma, linguagem e estilo dos escritores e obras, a partir da reprodução dos juízos críticos reconhecidos no campo intelectual europeu, como, por exemplo, os de Franz Ficker, Turles, Gérúzes e Ferdinand Denis. O recurso dos resumos parece ser extremamente necessário para a eficácia da memorização do conteúdo da disciplina de história da literatura. Propõe que, além da brevidade no estudo, fosse importante “rematar o *Bosquejo* com uma *Synopse* das materias, que precisamente se devem tomar de memoria. Alli, em um lancear d'olhos, se verá recapitulado o que ficou

⁸⁵ FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica: Grega, Latina e Portuguesa para Uso das Escolas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1852, p. 10.

disperso pelo corpo do compendio; o qual todavia deverá servir de subsidio, assim para a mais facil inteligencia d'alguns pontos, como para o conveniente desinvolvimento d'outros.”⁸⁶

Essa estruturação que comentamos do *Bosquejo Histórico* revela a concepção de História Literária de Borges Figueiredo que, segundo ele, “a Historia Literaria é – um quadro, que apresenta a marcha das sciencias e letras d’um ou mais povos -; ella marca as épochas do nascimento, progresso, esplendor e decadência das mesmas; descobre as causas destas vicissitudes; e indica o nome, a patria, a vida e as obras dos escriptores, que em cada periodo floresceram.”⁸⁷ A história literária é o instrumento pelo qual será transmitido aos homens “os bons modelos a seguir” de gênero literário que, para Borges Figueiredo podem “nutrir em nossa alma o amor da gloria, e a admiração de tudo o que é verdadeiramente bom, nobre e grande.”

Nesse ponto, Borges Figueiredo faz uma observação interessante que, para aquele momento, o torna um dos poucos estudiosos que trataram e discutiram a respeito do exercício da crítica literária para a escrita de história literária. De acordo com o autor, para estudar a literatura, havia dois tipos de estudo, a história literária e a crítica. Enquanto a história literária trabalha o quadro histórico do progresso e decadências das letras, a crítica aparece como o método essencial para apontar os defeitos dos grandes escritores e a “aplicação do bom gosto ás differentes producções do espirito”, uma vez que ela “distingue o bello do defeituoso, e pésa o merecimento dos escriptores; tendo o mesmo cimento, que as demais artes, - a experiencia devida á observação das bellezas, que agradam geralmente a todos os homens.”⁸⁸ Sendo assim, Borges Figueiredo acredita que a verdadeira história literária deve recorrer a esse método crítico com frequência pelo fato de que só com ela conseguirá discernir e escolher os ditos “grandes exemplos” de literatura.

Além desses conceitos estruturais da obra, vale ressaltar os critérios de divisão e periodização literários dos quais declaradamente Cônego Fernandes Pinheiro aplicou para a sistematização da literatura portuguesa e luso-brasileira do *Curso Elementar*. Primeiro de tudo, Borges Figueiredo abordou todas as expressões literárias que se agruparam ao tipo de

⁸⁶ FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Op. cit.*, 1852, p. 8.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 16.

⁸⁸ *Idem, ibidem*.

“boas letras” que, segundo seu conceito de literatura propriamente dita, “servem assim á nossa utilidade, como ao nosso prazer, e por isso se denominam *boas* ou *bellas*; taes são especialmente a Poesia, a Eloquencia e a Historia.” Esses gêneros literários aparecem no processo político de Portugal que podem ser dividida em cinco períodos: “*infância, adolescência, virilidade, renascimento* -, seguindo as diferentes vicissitudes da lingua, poesia e historia. Decorre o primeiro período desde a fundação da monarchia até D. Diniz; o segundo desde aqui até D. João III; o terceiro comprehende o seculo 16º. e o primeiro quartel do 17.º; o quarto termina depois do meio do seculo 18º.; o quinto começa a decorrer desde então até aos nossos dias.”⁸⁹

Tal periodização do *Bosquejo histórico da literatura clássica, grega, latina e portuguesa*, do português Borges de Figueiredo, encara a literatura de Portugal desenvolvida em épocas, as quais demonstram suas fases de *vitalidade e esmorecimento*, por meio de metáforas biológicas: *infância, adolescência, virilidade, velhice e renascimento*. Essas designações para a história das letras portuguesas são reflexos diretos do processo político, econômico e social da história de Portugal. Assim, por exemplo, a fase de *virilidade* da literatura compreende exatamente o período em que a nação portuguesa conquistou sua “grandeza política da Nação”, durante o comando político de D. Manoel e D. João, tempo das Grandes Navegações, da conquista da Índia e América em que

elevam ao mesmo tempo os espiritos para tocarem o mais alto grau de sua glória literaria. Sobe alfim ao throno D. João III., e, procurando estabelecer as letras sobre uma base sólida, chama á Universidade muitos sabios nacionaes e estrangeiros, e faz nos estudos uma notavel reforma. São versados de todas as mãos os modelos gregos e latinos; fórma-se o bom gosto segundo o *atticismo* grego e a *urbanidade* romana; a lingua se fixa, se enriquece e se aperfeiçoa; a poesia e a historia florecem: e dest’arte o seculo de João III., qual o de Pericles na Grécia e o d’ Augusto em Roma, marca a *edade d’ouro* na literatura portugueza.⁹⁰

⁸⁹ FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Op. cit.*, 1852, p. 150.

⁹⁰ *Idem, ibidem.*

IV. A Literatura Nacional

Como compêndio oficial do estudo de literatura em Portugal, um dos únicos na época e que obtivera a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública Português, a obra historiográfica de Borges Figueiredo foi decisiva para o suporte do projeto de estudo histórico do Cônego Fernandes Pinheiro no que se refere principalmente à história da literatura portuguesa. O Cônego se apoiou nas diretrizes teóricas e metodológicas do *Bosquejo*, porque era o único trabalho que apresentava a sistematização da literatura portuguesa nos moldes de compêndios aplicados ao ensino secundário. No entanto, deparou-se com a problemática de adaptação dessa sistematização a outro projeto particular, brasileiro, que era estudar também a história da literatura brasileira em um curso voltado ao estudo da chamada “Literatura Nacional”. A resposta do Cônego Fernandes Pinheiro foi facilitada pelo seu conceito de literatura nacional que, pela condição de dependência da literatura brasileira matida com a literatura portuguesa, estabelecida por conta do processo colonial político e econômico no país, fazia-o determinar que o Brasil ainda não possuísse uma literatura própria e nacional. Era o pensamento de que

a literatura brasileira, mesmo quando aproveitasse as sugestões da natureza local, seria um aspecto da literatura portuguesa, uma contribuição que a enriqueceria em virtude das características diversas da natureza em que os seus poetas se inspirassem. A despeito das modificações imagísticas, expressonais e estilísticas, devida ao colorido local, a produção dos engenhos brasileiros não fazia mais do que fazer avultar e enriquecer a literatura portuguesa.⁹¹

De acordo com Afrânio Coutinho, essa idéia advém da influência do pensamento crítico e historiográfico de Almeida Garrett que foi seguido “por diversos autores de livros

⁹¹ COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Edusp, 1968, p. 21.

didáticos, como Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, sem falar em críticos e historiadores, como o brasileiro Abreu e Lima e o português José da Gama e Castro (...)”⁹²

Para o Cônego Fernandes Pinheiro, portanto, pelo jugo colonial, fazia-se necessário aplicar o termo “nacional” a todas as produções literárias, tanto as produzidas em Portugal quanto no Brasil. “Nacional” refere-se à idéia de nação portuguesa, incluindo sua colônia: “prodecamos à divisão das épocas da literatura portuguesa que, por não termos uma exclusivamente nossa, chamaremos de nacional.”⁹³ Poderíamos considerar que, se substituíssemos o termo “nacional”, teríamos o título “Curso Elementar de Literatura Portuguesa” ao invés de “Curso Elementar de Literatura Brasileira”, como, de início, é possível pensar. O engano é possível, considerando-se que estava sendo aplicado no contexto brasileiro que há algumas décadas se constituía independente. Dentro da historiografia, essa perspectiva luso-brasileira diz respeito ao que Flávio Kothe considera como:

Cada opção quanto ao passado representa uma proposta para o futuro, uma disputa de espaço e de hegemonia dentro do quadro cultural do país. A postura luso-brasileira tem imposto a sua hegemonia como, no século XVIII, conseguiu impor a sua língua como língua geral, forçando uma formação lusitana da literatura no Brasil nos momentos ditos decisivos. Ser “brasileiro” não é logo ser anti-racista, pois a definição íntima da “nacionalidade” decorreu de um racismo luso, que foi imposto no período colonial pela Inquisição e pela administração. É um “racismo” que, não se reconhecendo como tal, supunha que, por estar do lado do poder, constituía necessidade e norma geral. “Racismo” é em geral um nome dado por inimigos. É mais fácil acusar a outros de racismo, para impor o seu como se fosse nacionalidade, progresso, cultura ou outra fórmula qualquer de redenção.⁹⁴

Para muitos críticos e historiadores, nesses termos, a afirmação de um período literatura luso-brasileiro “para a produção literária surgida no Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII (...) é mais correto do que considerar esse período como parte da literatura brasileira. Ele não constitui uma *literatura brasileira*, mas uma *literatura*

⁹² COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1968, p. 21.

⁹³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1978, p. 11.

⁹⁴ KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: EdUnb, 1997, p. 163.

portuguesa no Brasil. É uma parte da literatura portuguesa em uma colônia, assim como o Brasil era parcela do império português.”⁹⁵

Essa indistinção nacional das produções literárias formaliza-se na padronização do possessivo “nossa” no discurso do Cônego Fernandes Pinheiro para qualificação dos autores e obras portugueses ou brasileiros. Do início ao fim, há vários momentos em que presenciamos esse uso indiscriminado de “nossa literatura”, “nosso poeta”, “nosso patrício”, “nossos irmãos”, etc. No excerto abaixo, fica claro que as expressões “literatura portuguesa” e “nossa literatura” equivalem-se:

Abunda a litteratura portugueza em grande numero de poemas historicos, mythologicos, ou romanescos, cuja analyse levarnos-hia para longe do nosso plano. Escolheremos porém em tão rica messe o que mais digno parecer-nos d’estudo e imitação; preferindo sempre as obras que de mais geral e incontestada reputação gozam.

Singular é que o seculo XVII que, como dissemos, assistiu á decadencia da nossa litteratura fosse ao mesmo tempo tão fecundo em poemas epicos, alguns dos quaes bem indignos se tornam da categoria a que pretensiosamente aspiravam. Repercutia em todas as imaginações o echo da gloria patria, e sem calcularem suas forcas arrojavam-se innumeros lidadores no estadio em que Homero, Virgilio, Tasso e Camões haviam adquirido immurchaveis louros. Si alguma vez ponde a intenção attenuar a imperfeição da obra sirva-lhes de desculpa o ardente anelo que mostravam para vulgarisar os fastos nacionaes.⁹⁶

Numa mesma página, encontramos o recurso freqüente desses termos:

Suppõe a satyra o enfraquecimento dos laços sociaes, e o ocaso da moral : é uma maneira d’instruir por demais violenta para existir em tempos regulares; é um antidoto que reage contra os toxicos das Agrippinas, e das Lucrecias Borgias. Não nos devemos pois maravilhar que *nas primeiras epochas da nossa litteratura* note-se a ausencia dos satyricos propriamente ditos; porquanto são para nós semelhantes ás *atellanns* latinas os autos de Gil-Vicente, em que as allusões substituem as personalidades.

Fataes foram a antiga simplicidade dos costumes portuguezes ás riquezas do Oriente; e para avaliarmos dos rapidos progressos que fazia a corrupção sobre os vassallos de D. Manuel e de D. João III leiamos a sua legislação penal, veridico espelho das ideias e tendencias da epocha. A insaciavel avidez do oiro, a postergação de todos os principios d'honestidade, a

⁹⁵ KOTHE, Flávio R. *Op. cit.*, 1997, p. 155.

⁹⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 201-202.

hypocrisia mascarada em devoção, contribuíram mais do que o revez d'Africa e os soldados do duque d'Alba para a perda da nacionalidade lusitana, sequestrada em proveito do astucioso filho de Carlos V.

Abundam nos escriptores coetaneos lamentaveis quadros da devassidão do tempo, e do scepticismo egoistico de que todas as classes se achavam mais ou menos eivadas. Era portanto occasião d'apparecer a satyra : convinha recorrer aos heroicos remedios, á *ultima ratio poetarum*.

Não era em Portugal porém que devera nascer o flagellador dos vicios e dos ridiculos d'essa era, e sim na capital do Estado do Brasil, na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Sanctos. Testemunha dos desregramentos dos governadores, da vaidade dos colonos, de suas nescias pretenções á fidalguia, das dilapidações dos empregados publicos, das superstições do vulgo ignaro, o do fanatismo d'alguns membros do clero, armou-se Gregorio de Matos do azorrange da satyra, e zurziu os vicios e as más usanças com inexoravel severidade.

Participando da natureza do Aretino pela sua mordacidade, e descomedimento de linguagem, da de Juvenal pela vehemencia de suas apostrophes, e da d'Horacio pela perfeição dos seus quadros, é o *nosso patricio* digno que lhe consagremos algumas paginas d'este trabalho destinado *ao estudo da litteratura nacional*.⁹⁷ (grifos nossos)

Essa passagem é significativa. Nela, confirmam-se os recursos discursivos que consolidam a idéia de aplicação de uma única nacionalidade, a lusitana, ao estudo histórico de desinência “literatura nacional” sobre as produções literárias de Portugal e do Brasil. De início, vale-se do termo “nossa literatura” quando trata da escassez de talentos portugueses para serem inseridos no quadro dos representantes da espécie satírica das primeiras épocas da literatura portuguesa. Sabemos que se refere à literatura portuguesa através das referências explíitas aos acontecimentos políticos em Portugal e do uso destacado do nome “português”. Nessa mesma linha de raciocínio, por conta da ausência de escritores, sugere a contribuição do escritor brasileiro Gregório de Matos que, tratado como “nosso patricio”, se insere naquele quadro como um dos únicos representantes da espécie satírica e conclui que o escritor é digno de estar num “trabalho destinado ao estudo da litteratura nacional”. Nota-se que a expressão “nosso patricio” evoca a pertença do escritor à “pátria brasileira” e coloca em questionamento ao que se refere à idéia de “estudo de literatura nacional”. Identifica-se assim que se distingue o conceito de “pátria” e “nação”. Em outra ocasião, comenta o “zelo e dedicação do nosso benemérito patricio o Dr. de Caetano Lopes de Moura.” Sempre para

⁹⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 194.

escritores brasileiros. Do ponto de vista presente da narrativa, para o Cônego, poderia pensar-se na existência de duas pátrias (Brasil e Portugal) e uma nação (Portuguesa) antes da independência?

Quanto ao uso indiscriminado do possessivo e da indistinção nacional, podemos visualizar por meio de algumas passagens em que o Cônego trata escritores portugueses como pertencentes a “nossa litteratura”. Estudando a obra de Diogo Bernardes, escreve que a sua obra *O Lima* é um dos monumentos de nossa literatura:

Natural de Ponte de Lima, provincia do Minho, viu a luz pelos annos de 1530-1540 e distinguio-se desd'a mais tenra infancia pelo seu gosto poetico. Acompanhando, na qualidade de secretario, a Pcro d'Aleçova Carneiro, nomeado embaixador na corte de Madrid, ahi passou muitos annos regressando a Portugal para seguir a D. Sebastião em sua desastrada expedição d'Africa. Combatendo com galhardia no lado de seu rei cahiu prisioneiro dos mouros e curtiu os amargores da escravidão. De volta á patria abandonou a vida publica consagrando seu tempo á poesia. Julga-se que então compuzera uma collecção d'eclogas que denominou — *O Lima*, — por figurarem seus pastores nas margens d'esse rio. E' a sua melhor obra; e incontestavelmente um dos monumentos da nossa litteratura.⁹⁸

E assim são os tipos de comentários quando analisa, por exemplo, os escritores Antonio Ferreira, Luís de Souza, Bocage, entre outros:

Antonio Ferreira: “Percorramos perfunctoriamente esse monumento da **nossa brilhante litteratura**, e assignalemos com franqueza seus primores e tambem suas nodoas.” (p. 95)

Fr. Luís de Souza: “*Os Annaes d'El-Rei Dom João*, que como já dissemos consideravam-se perdidos, e que ora enriquecem a **nossa litteratura**, podem ser considerados como uma ohra biographica, a exemplodo que fizemos com a *Chronica d'El-Rei D. Manuel* por Damião de Goes;” (p. 276)

⁹⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 37-38.

Bocage: “Confiando demasiadamente em seu maravilhoso engenho pouco estudava Bocage; cuja missão na **nossa litteratura** parece ter sido o de nacionalisar as bellezas que intuitivamente descobria na latina e franceza em que era versado.” (p. 352)

No entanto, há uma significativa restrição na utilização sistemática dessa posse relativa às produções literárias. No discurso narrativo do Cônego, aparenta-se distinguir um momento específico que possa analisar as duas produções literárias englobadamente. As expressões possessivas “nossa litteratura”, “nossa poética”, agrupando a produção de portugueses e brasileiros indistintamente, começam aparecer a partir da inserção da terceira época literária. Como sabemos, equivale ao período de 1495 a 1580, ou seja, datando justamente o período histórico inicial de colonização das terras brasileiras. Anteriormente, as referências a escritores e obras são apenas através da expressão “litteratura portugueza” que pressupõem demonstrar o conceito de nacional criado pela perspectiva colonial, de “dentro” para “fora”.

O conceito de nacionalidade lusitana compartilhada é perceptível por meio tanto da utilização da periodização quanto da preferência tida pela história de Portugal que se torna central em detrimento da história do Brasil. Durante toda a narrativa de Cônego Fernandes Pinheiro, temos os momentos “grandiosos” da formação da nação portuguesa e do Brasil aparece em alguns momentos apenas como sua colônia que, no último capítulo, emancipa-se. Tal perspectiva historiográfica concedia ao Cônego o título de historiador da literatura portuguesa e sua história literária podia ser aplicada nas duas nações, como atesta a advertência do editor B. L. Garnier à primeira edição da obra, publicada folha antes do preâmbulo do autor:

ADVERTÊNCIA DO EDITOR

Reconhecida a falta que existe na litteratura luso-brasileira d'uma obra essencialmente elementar que analysando-a com o devido esmero facil torne o seu conhecimento, julgamos prestar real serviço aos dois povos que fallam a bella lingua de Camões editando o livro que para o uso dos seus discipulos acaba de compor o Sr. conego doutor J. C. Fernandes Pinheiro.

Tomando por ponto de partida a formação do idioma portuguez estuda-o através de suas variadas phases, e apreciando os auctores que maior nomeada hão grangeado, dá-nos ácerca d'elles breves, porém veridicas noções bio-bibliographicas.

Classifica os escriptores portuguezes e brasileiros conforme as escolas em que se filiáram; esforçando-se por manter a maior imparcialidade, somente ao verdadeiro merito confere a palma ,la primazia.

Tal é, em ligeiros traços, o plano da obra que ora submettemos ao esclarecido juízo do publico, cuja benevolencia respeitosa-mente imploramos.⁹⁹

Conforme Afrânio Coutinho, dessa visão que engloba as duas literaturas, não “foi sem razão, pois, que o livro teve a aprovação da Academia de Ciências de Lisboa, com elogioso parecer e o diploma de sócio correspondente ao seu autor.”¹⁰⁰ Ilustrativo é, então, o parecer de Luis Augusto Rebelo da Silva e Antônio da Silva Túlio da Academia Real das Ciências de Lisboa, publicado na segunda edição do *Curso Elementar* em 1883:

Em obediência às prescrições da classe examinamos o *Curso Elementar de Literatura Nacional* composto pelo professor do Colégio Imperial de Pedro II, no Brasil, o Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Se esta obra, pela sua índole peculiar, como compêndio, ainda não é o livro de que tanto carecem as nossas letras, parece-nos todavia um dos escritos mais completos e noticiosos, que saiu dos prelos brasileiros, ou portugueses, nos últimos tempos. O autor soube riscar o seu plano com afouteza e sem temeridade; e nos lugares mais árduos ou escabrosos ostenta o juízo sereno e perspicaz, e o conhecimento refletido do assunto, essenciais à crítica imparcial e instruída. Dividindo a História literária portuguesa em seis épocas, e caracterizando cada uma delas com os traços mais apropriados, o Sr. Fernandes Pinheiro, simplificando o método, tornou acessível aos alunos os temas de suas lições. O estilo é sóbrio e fluente; e a exposição recomenda-se pela clareza e propriedade dos termos, e pela lucidez e discernimento das opiniões. Poucos, no estreito espaço que as obras desta natureza é dado percorrer, conseguiram igual triunfo, sobretudo em um ramo perigoso, no qual o menor passo em falso ameaça de queda inevitável. (...) ¹⁰¹

⁹⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, s/n.

¹⁰⁰ COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1968, p. 21 e 22.

¹⁰¹ SILVA, Luis Augusto Rebelo da et TULIO, Antonio da Silva. Parecer da Academia Real das Ciências de Lisboa. In: PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1883, p. IX-X.

O serviço historiográfico do Cônego Fernandes Pinheiro a favor da cultura literária portuguesa foi significativo pela escassez de obras, sendo avaliado pelos nossos críticos contemporâneos como:

um dos fundadores não só da historiografia literária brasileira, mas também da portuguesa. De fato, como historiador da literatura portuguesa apenas o precederam os seguintes autores, a maioria dos quais, por sinal, sem alcançar a abrangência e sistematicidade narrativa presentes na contribuição pioneira do cônego fluminense: Friedrich Bouterwek (*História da poesia e da eloquência portuguesa*; 1805), Simonde de Sismondi (*Sobre a literatura do meio-dia da Europa*; 1813), Ferdinand Denis (*Resumo da história literária de Portugal*, seguido do *Resumo da história literária do Brasil*; 1826), Almeida Garrett (“História abreviada da poesia e língua portuguesa”, 1826), Francisco Freire de Carvalho (*Primeiro ensaio sobre a história literária de Portugal*; 1845), Álvares de Azevedo (“Literatura e civilização em Portugal”; *circa* 1850), José Silvestre Ribeiro (*Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa*, 1853), José Maria da Costa e Silva (*Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*; 1850-55).¹⁰²

A perspectiva historiográfica conjunta das literaturas portuguesa e brasileira se conserva mesmo considerando que houve a recente manifestação de emancipação literária a partir de 1836, com a reforma romântica de Gonçalves de Magalhães, quando se detecta um cunho verdadeiramente original na produção literária do país, não presente nas obras anteriores à reforma. O *Curso Elementar de Literatura Nacional* que narraria a história da literatura do Brasil transforma-se, porém, mais em um estudo historiográfico sobre a evolução literária portuguesa e brasileira, essa última ainda vista como dependente da primeira até a sua emancipação no século XIX. De acordo com o Cônego Fernandes Pinheiro:

Discordamos porém da opinião dos que pretendem enxergar uma nacionalidade, um cunho particular nos escritos de alguns ilustres brasileiros, compostos durante o regime colonial, ou ao crepúsculo da

¹⁰² SOUZA, Roberto Acízelo de. Introdução In: PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007, p. 14.

aurora boreal da independência, quando as preocupações políticas absorviam todas as atenções.¹⁰³

Então, a periodização de Borges Figueiredo utilizada pelo Cônego Fernandes Pinheiro em seu *Curso Elementar* passa por algumas adaptações, mas sem grandes alterações em comparação à proposta original. Note-se que a percepção dos períodos literários inclui o trabalho com várias nomenclaturas para definir o mesmo período. De início menciona que a literatura pode ser dividida em fases ou épocas, optando por essa para o detalhamento dos períodos. Além das nomenclaturas de Borges Figueiredo, Cônego Fernandes Pinheiro delimita os períodos em anos, com considerações a respeito de momentos políticos de Portugal, e, alguns casos, ele apresenta nomenclaturas extras, como, por exemplo: o “século áureo” equivale o período da “virilidade”; a “idade de ferro”, o período da “velhice”; e “idade de prata”, o período do “renascimento”.

Pensamos com o Sr. Borges de Figueiredo I que por cinco phases, ou epochas, passou a litteratura portugueza a que denominou *d'infancia*, *virilidade*, *velhice* e *renascimento*, a que acrescentaremos outra com o nome de *reforma*, inaugurada em Portugal pelo eximio poeta visconde d'Almeida Garrett, e no Brasil pelo Sr. D. J. Gonçalves de Magalhães.

Abrange a primeira epocha (*infancia*) um periodo de cento e trinta e nove annos, isto é, desde a fundação da monarchia em 1 140 até o reinado de D. Diniz que começou em 1279.

Comprehende a segunda (*adolescencia*) duzentos e desaseis annos, isto é, desde 1279 até 1495, servindo-lhe de marcos milliaros os reinados de D. Diniz e D. Manoel.

A terceira (*virilidade*) dura sessenta e cinco annos (de 1495- 1580) que tantos se contam desde o reinado de D. Manoel até o começo do reinado de D. Philippe II. E' este o *seculo aureo* da litteratura portugueza.

A quarta (*ívelhice*) tem de duração cento e sessenta e cinco annos (de 1580-1750) e servem-lhe de limites os reinados do D. Philippe II e o de D. João V. E' um periodo de decadencia a que os escriptores chamaram *idade de ferro*.

A quinta (*renascimento*) é de mais curta duração; pois apenas abrange o intervallo de septenta e seis annos (1750-1826), comprehendidos nos reinados de D. José I ao de D. João VI. Póde ser denominada *idade de prata*, pelos grandes engenhos que nella viveram.

A sexta (*reforma*) é a contemporanea, felizmente estreada em ambos os hemispherios por dois illustres poetas (Garrett e Magalhães).

¹⁰³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1978., p. 11.

Fallaremos mais d'espço sobre a natureza d'esta reforma que introduziu em Portugal e no Brasil a escola romantica, a que tão grandes talentos illustraram em França, Allemanha, Inglaterra e Italia.

Como era d'esperar trouxe a reforma do Sr. Magalhães o gosto pelas coisas patrias, e do estudo que d'ellas fizeram os nossos poetas e prosadores pôde-se datar a apparição da nova escola que apellidaremos de *brasílico-romantica*.¹⁰⁴

Além dos períodos iniciais que recebem os mesmos títulos – *infância, adolescência, virilidade, velhice e renascimento* -, ele introduz mais um período chamado de *reforma* que remete à manifestação da escola romântica tanto em Portugal quanto no Brasil, compreendendo de 1826 a contemporaneidade do autor. Nesse momento, ainda que sem muitas distinções, Cônego Fernandes Pinheiro menciona a existência da escola “brasílico-romântica” ou “escola romântica brasileira” que se distingue da “escola romântica portuguesa” e, em capítulos separados, dedica seu estudo a elas. Esse novo período revela uma concepção de periodização diferenciada em relação à aplicada anteriormente aos outros períodos da sistemática de Borges Figueiredo, porque prefere trabalhar a idéia de período sem ligar-se a fatos políticos diretamente, como seria o caso da aclamada independência política do Brasil. A explicação está no que visualiza como sendo “independência literária e não política”. Vejamos a introdução à “Lição XLIII – Escola Romântica Brasileira”:

Nenhuma distinção havemos até agora estabelecido entre os dois povos que, através do Atlântico, falam a língua de Camões: dividindo em escolas a sua literatura, classificamos indistintamente nelas brasileiros e portugueses conforme entendemos pertencerem-lhes seus escritos. Assinalamos todavia por mais de uma vez certa fisionomia própria que caracterizava os poetas americanos, e que os extremava de seus irmãos de além-mar; diferenças estas provenientes da influência do clima e dos costumes, mas que não eram, a nosso ver, suficientes para constituir uma literatura independente.

Bem que nos pese apartamo-nos da opinião de um particular amigo a quem muito respeitamos pelos seus profundos conhecimentos na matéria, não pensamos que possa existir literatura brasileira antes da época que vamos estudar. Fortalece-nos nesta crença as seguintes palavras escritas por um distinto compatriota nosso. “Cada povo tem a sua literatura, como cada

¹⁰⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 10-11.

homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade que para os primitivos povos é incontestável e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles, cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo. Então, semelhante às árvores enxertadas, vêem-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies, e posto que não degenerem aqueles que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos da mesma espécie. Em tal caso porém as duas literaturas marcham a par, e conhecer-se pode qual a indígena, qual a estrangeira. Em outras circunstâncias, quais as águas de dois rios, que em um confluente se anexam, e confundidas em um só leito se deslizam, as duas literaturas de tal jeito se aliam, que impossível é separá-las.”

Na última destas hipóteses pensamos poder colocar as obras dos brasileiros que escreveram antes que o sol da independência literária luzisse sobre o firmamento da pátria. Dissemos independência literária e não política, porque esta precedeu àquela: formamos primeiro uma nação livre e soberana antes que nos emancipássemos do jugo intelectual; hasteamos o pendão auriverde, batizado pela vitória nos campos de *Pirajá*, muito tempo antes que deixassem de ser as nossas letras pupilas das ninfas do Tejo e Mondego.¹⁰⁵

O amigo questionado é Joaquim Norberto que, em livros e periódicos, defendia a idéia da existência de uma literatura brasileira muito antes da colonização, com a valorização das produções poéticas dos indígenas. Esse questionamento expõe a incompatibilidade entre o pensamento nacionalista do Cônego Fernandes Pinheiro e do também historiador literário Joaquim Norberto, cuja obra do primeiro, conforme estudo de Maria Eunice Moreira, “reafirma a unidade do patrimônio entre Portugal e Brasil, quando a discussão dos românticos encaminha-se para a consolidação dos argumentos que sustentem a separação artística, sendo por demais conhecidas as manifestações autonomistas de Joaquim Norberto.” Claro que a “divergência de posição entre os dois não impede, porém, Fernandes Pinheiro de pronunciar um juízo favorável a seu contemporâneo, ressaltando sua contribuição para a pesquisa e para a fixação do patrimônio nacional.”¹⁰⁶ O juízo a qual se remete Maria Eunice é a consideração feita a respeito da obra de Joaquim Norberto na

¹⁰⁵ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1978, p. 493-484.

¹⁰⁶ MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias – a contribuição de Joaquim Noberto. In: ZILBERMAN, Regina *et al.* *As Pedras e o Arco*: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 152.

“Lição XLIII”, ressaltando-lhe as qualidades como historiador que “começa a configurar uma certa imagem do historiador Joaquim Norberto que encontrará eco nos anos vindouros.”¹⁰⁷ Cônego Fernandes Pinheiro reserva lugar privilegiado a Joaquim Norberto, o qual passa a ser representante da literatura brasileira contemporânea a ele, não apenas da historiografia nacional, mas também como de produção poética. Ilustramos com uma passagem da avaliação do Cônego abaixo:

Infatigavel esmerilhador das cousas patrias possuo o Sr. Norberto amplo cahedal de conhecimentos historicos e tradicionacs, de que faz o publico confidente, quer na forma do romance, como em *Januario Garcia*, quer na do drama e da opera como em *Amador Bueno e Beatriz*. Como Augustin Thierzy, com quem tanto se assemelha, recorre a todos os meios que lhe faculta a sua fertil imaginação para transmitir aos posterios os archivos do passado; compulsa as velhas chronicas e inintelligiveis codices, e em amena e florida linguagem desperta nos corações juvenis ardente amor. pelo abençoado torrão que benigna lhe doara a Providencia, c justo orgulho pela sua nobre linhagem.¹⁰⁸

Do outro lado, o compatriota é Gonçalves de Magalhães, o qual se tornou para o Cônego e muitos outros historiadores da literatura, como Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis, aquele que trouxe o “brado de independência, ou morte, ecoando no Ipiranga das brasílias letras.”¹⁰⁹ A diferenciação entre as independências, políticas e literárias, pretende talvez valorizar a produção literária brasileira por meio de acontecimentos dentro do próprio circuito das letras, animados pelos apelos do propulsor das literaturas nacionais, o historiador Ferdinand Denis, e os ideais de independência de Gonçalves de Magalhães.

Entretanto, a proposta de periodização distintiva do Cônego Fernandes Pinheiro ainda conserva o forte condicionante político para a explicação histórica da cultura literária do país. Ele acredita que a independência literária foi atrasada e não se deu conjuntamente com a independência política pelas preocupações patrióticas dominantes da época que culmina com a constituição da pátria. Esse atraso é lido, porém, como importante para que o Império brasileiro se constituísse como civilização e oferecesse uma base sólida para a

¹⁰⁷ MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, 2004, p. 152.

¹⁰⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 556-557.

¹⁰⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1978, p. 496.

grande reforma literária posterior que ocorreu com o Romantismo. O período de eferveção da recém-independência “nos tempos imediatamente posteriores à proclamação do império” causou “uma espécie de estagnação, um período de repouso literário.”

No artigo “Formação da literatura Brasileira”, publicado na *Revista Popular* alguns meses antes da edição do *Curso Elementar*, Cônego Fernandes Pinheiro explica com mais clareza o que ocorreu

Era que a política preocupava todos os espíritos, exigia o perigo da pátria o holocausto de todas as glórias, o seqüestro de todas as inteligências. Deixava José Bonifácio o remanso do gabinete pela agitada vida de ministro, e novo Francklin revelava-se ao mundo tão grande político como abalizado sábio, e até aqueles que no lumiar do claustro haviam abjurado o mundo ouviram a plangente voz da pátria e trocavam o púlpito pelo jornal. Bem como os rios que por largo espaço correm subterrâneos, e que de súbito se arremessam impetuosos formando majestosas catadupas, assim prorrompeu o espírito da reforma literária logo que abonçaram as paixões, e que à sombra de um berço floresceu a árvore da monarquia. Enquanto o Brasil se constituía, enquanto passava pelas provas da iniciação política, pasmosa revolução se operava o mundo literário (...) ¹¹⁰

Deixando de lado essa abordagem exclusiva e diferenciada sobre literatura brasileira, encontrada no artigo, nas quarenta e três lições que completam o *Curso elementar de literatura nacional*, a escolha do Cônego foi a de trazer uma narrativa do conjunto das duas literaturas numa seqüência cronológica em que o patrimônio literário brasileiro e português mistura-se indistintamente, exceto nas duas últimas lições em que aparece visivelmente separado por capítulos específicos. Tantos os escritores e obras portugueses e brasileiros analisados pertencem à literatura portuguesa, ressaltando-se, porém, sempre a origem de nascimento e produção.

A literatura nacional estudada é, portanto, a literatura portuguesa, formada pela produção dos portugueses e da colônia. Essa literatura constrói-se e manifesta-se por meio da história de nacionalidade dos portugueses fundamentada pelos momentos de formação

¹¹⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Formação da Literatura Brasileira. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, XIII, 1 de janeiro de 1862, p. 48-49.

do poderio da monarquia portuguesa. Desse ponto de vista, a produção literária brasileira aparece para fortalecer a idéia do domínio e do poder português. A história da literatura portuguesa é expressão e reflexo direto das marcas do passado histórico dos portugueses. Entende-se, então, que as metáforas de periodização – infância, adolescência, etc. ou século de ouro, idade de ferro, etc. - aplicadas ao desenvolvimento da história das letras nada mais é que a interpretação geral da história do reino de Portugal, na qual os escritores e suas obras aparecem como resultante documental desse processo histórico. Ao passo que as letras contribuem para a comprovação do poder monárquico, elas tornam-se também peça-chave que impossibilitou a completa estagnação do império.

Ao voltar os olhos para o passado português, a história literária do Cônego Fernandes Pinheiro firma-se na busca determinante das glórias e sucessos da nação portuguesa, percebidas como os momentos de *prosperidade* em que Portugal passou. A idéia de prosperidade atrela-se a confirmação de nacionalidade portuguesa. O ponto de referência é o período entre 1495 a 1530 quando Portugal conquista o domínio das navegações e do comércio, torna-se símbolo do descobrimento e de exploração marítima e terrestre na Europa. Essas conquistas política e econômica são lembradas sempre por meio dos nomes de seus governantes aos quais se devem o sucesso ou o fracasso da pátria. Sobressai daí a tentativa de fundamentar a história pela existência de “grandes heróis”. Dentro da história literária, esses símbolos de época são revalorizados e transformam-se em investidores e patricionadores que efetivam o sucesso no desenvolvimento das letras. D. Diniz fundou a Universidade de Lisboa que “foi uma das causas que poderosamente influíram para o desenvolvimento litterario da nação”¹¹¹:

Deve Portugal a este principe illustre, a fundação d’uma universidade, aberta em Lisboa em 1279, á imitação das que já possuíam algumas cidades da Europa. Para evitar que fossem seus vassallos mendigar em estranhos climas o pão do espirito estabeleceu el-rei D. Diniz a referida universidade, onde se lecionavam leis, canones, logica, grammatica e medicina, omittindo-se a theologia por ser ensinada nos conventos. Grandemente contribuiu semelhante fundação para os progressos da lingua e litteratura portuguezas pelo concurso dos sabios estrangeiros chamados para regerem suas diversas cadeiras. Começou então o uso das traducções

¹¹¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 17.

do arabe e do latim com que se enriqueceram as letras patrias; e o contado dos idiomas estranhos poliu e aperfeiçoou o nosso.¹¹²

Em se tratando de verdadeira prosperidade, teríamos D. Manuel que, para o Cônego Fernandes Pinheiro, se “jamais um nome proprio deveu symbolisar uma epocha, nem-um foi mais digno d'isso do que o de Dom Manuel.”¹¹³

Marca o zenith da gloria litteraria portugueza o feliz reinado de D. Manuel. Como que a porfia appareceram nessa epoca os maiores engenhos. Todos os ramos do humano saber foram cultivados e attingiram a subido grão de perfeição: e nem-um paiz da Europa lhe levava a primasia. Entrava então n'uma d'essas phases d'incremento intellectual a que chamamos seculos litterarios; porque passara a Grecia nos dias de Pericles, Roma nos d'Augusto, e a Italia no dos Medicis.¹¹⁴

Pelo que se consta, a toda idéia de prosperidade coexiste a de decadência. Esse procedimento analítico adotado pelo Cônego no *Curso Elementar* e presente na historicização da maioria das narrativas históricas do período assinala que o processo vital de constituição do padrão nacional de Portugal culmina nos períodos entre o final do século XV e o início do XVI e, logo em seguida, entra em declínio que ocasiona a quase irrecuperável estagnação da literatura portuguesa. No caso português, revela-se que o declínio ocorre de maneira abrupta, com o início do domínio dos espanhóis. As letras entraram e refletiram essa decadência:

Attribue-se geralmente a decadencia da litteratura portugueza ao dominio hespanhol, que por sessenta annos enervou as forças e abateu os brios dos netos de Viriato. Para assegurar o triumpho da força e d'astucia sobre o direito forçoso era que promovessem os monarchas usurpadores o obscurantissimo; assim pois desde D. Philippe II até D. Philippe IV vigorou em Portugal um systema calculadamente combinado para embrutecer o povo, e deturpar o gosto litterario¹¹⁵

¹¹² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 14..

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 24.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 23.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 176.

É interessante que Cônego Fernandes Pinheiro revela-se incorfomado com essa repentina decadência das letras justificada apenas pelo processo histórico de dominação castelhana. O historiador questiona a história e, incumbido também, como Joaquim Manoel de Macedo, de “desentranhar a verdade dos caos das lendas e contradições em que por via de regra abundam”, procura de todo modo explicações cabíveis que possam entender o porquê de depois do momento grandioso de sucesso literário a completa estagnação e “da perda d'essa poderosa vitalidade que tanto distingue os escriptores quinhentistas.”¹¹⁶ Longe de apontar talvez questões literárias específicas como a falta de interesse ou, até mesmo, a falta de habilidade poética dos literatos da época, Cônego Fernandes Pinheiro mune-se de vários outros fatos políticos analisados por historiadores reconhecidos pela época, como Alexandre Herculano ou Almeida Garrett que permitem se não solucionar ao menos acalmar suas preocupações. Para eles, naquele momento, houve a falta de heróis governantes superiores ou iguais àqueles que representaram os símbolos do progresso português. O rei D. João III revela-se ter qualidades opostas a de seu pai D. Manuel. A má educação dos escritores por conta da reforma educacional dos jesuítas também dá respaldo à idéia do pouco sucesso dos literatos da época.

Quanto a tão preconizada reforma da universidade os mais imparciaes historiadores não a tem em grande conta, e alguns ha que não duvidam de toma-la por causadora da corrupção do gosto, e da perda d'essa poderosa vitalidade que tanto distingue os escriptores quinhentistas. Em um memoravel livro acaba d'escrever o Sr. A. Herculano estas palavras relativamente ao assumpto de que nos occupamos «A mesma reforma da universidade, ideia generosa e grande a principio, descera ás proporções d'uma intriga de claustro, sobretudo desde a entrada dos jesuitas no reino. Sem desconhecer nos jesuitas bastante illustração não podemos deixar de censurar o monopolio que com tanto afan buscáram exercer no magistorio publico e particular; bem como extranhavel é que um soberano que tinha a honra de descender de D. Manuel expedisse a carta regia de 10 de dezembro de 1555 que firmava o dominio exclusivo da Companhia de Jesus sobre as letras lusitanas. Fatal foi em todas as epochas ao desenvolvimento intellectual o regimen do privilegio, por mais habeis que sejam aquelles em cujo prol é estabelecido. Bem sabios eram os sacerdotes do Egypto e nulla foi a sua influencia litteraria sobre a maioria da nação e sepultados com as

¹¹⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 178.

mumias ficaram os monumentos de seu espirito, que com tanto zelo resguardavam dos olhares profanos. Levando muito longe o espirito de classe, e dando ao seu ensino uma physionomia particular propicio não podia ser o ascendente dos jesuitas as producções do engenho portuguez. E' para nós um dogma de que as letras não podem medrar sem liberdade; e logo que pretende alguém submete-las a certo padrão definham e fenecem. Até que ponto prejudicaram os jesuitas ao progresso litterario de Portugal dizem-no os mais authenticos documentos; e com dor repetem-nos graves escriptores.¹¹⁷

A recorrência do discurso de um especialista da área abordada no que se refere à história portuguesa – a obra consultada acrescentada numa nota de rodapé foi *Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, de A. Herculano – alivia as preocupações do autor e sugere uma solução ao enigma historiográfico. Os maiores culpados são os Jesuítas pelo massacre das letras em Portugal. Em território brasileiro, esses mesmos eclesiásticos parecem ter contribuído para os primeiros passos da literatura brasileira, eram “os jesuítas, nossos primeiros cronistas, primeiros divulgadores da nossa opulência nativa, da salubridade do nosso clima, da beleza do nosso céu, do sabor dos nossos frutos e do brilhantíssimo das nossas flores”¹¹⁸, ao menos para o Cônego Fernandes Pinheiro. É necessário lembrar que ele era perito também na história dos jesuítas, porque havia se especializado na Companhia de Jesus no período que esteve estudando Teologia em Roma e pode colher elementos para escrever seu ensaio monográfico, intitulado *Ensaio sobre os Jesuítas* (1854). Ensaio que lhe garantiu uma vaga no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. E também foi escolhido para comentar a obra de referência da época, a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo* (1864), de Simão de Vasconcellos.

Havíamos encetado o penoso trabalho da decomposição das nossas idéias, quando um feliz ensejo se nos apresentou de melhor conhecermos o terreno, sobre o qual deveríamos assentar a base das nossas operações: realizavam-se nossos mais dourados sonhos; partíamos para a Europa. Pequena foi a nossa demora na capital do orbe católico, porém marca ela a mais bela época da nossa vida, colhemos da boca dos sábios oráculos o que estes

¹¹⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 178-179.

¹¹⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, tomo XIII, 1 de janeiro de 1862, p. 45-46.

jamais confiam aos livros, avaliamos por nós mesmos o quanto dista a prática da teoria: tudo desejávamos ver, tudo perguntávamos, e talvez que dessa nossa disposição de espírito resultassem algumas vantagens para o esclarecimento da importante questão, que ora nos ocupa.¹¹⁹

Se os jesuítas foram decisivos para derrubada do “século de ouro” das letras portuguesas, por outro lado, é bom ressaltar que, para o historiador, na colônia portuguesa eles foram àqueles principais responsáveis pelo desenvolvimento da educação e produção literária brasileira. Considerando o lado exaltante das constatações, percebe-se que Cônego Fernandes Pinheiro desconsidera que essa intervenção dos jesuítas também não tinha nada de surpreendente e muito menos foi além do previsto, uma vez que, para aquele momento, qualquer campanha colonialista de imposição cultural européia aos homens americanos teria tido o resultado que ocorreu. Em nenhum momento esse otimismo é tratado no que se refere à educação portuguesa.

O Instituto de Loiola no Brasil, bem como em toda a parte, passou por diferentes fases: corrompeu-se depois com o andar dos tempos; mas em sua degeneração foi menos fatal à nossa terra do que ao velho continente, porque, o nosso teatro era mesquinho e por isso menos destros os atores que nele representaram. Como brasileiro não deixaremos jamais de tributar o testemunho da nossa gratidão pelos serviços que ao país prestaram: nós tudo lhe devemos; forma a antiguidade da nossa história, e foram os arquitetos da presente prosperidade, e da nossa futura grandeza.¹²⁰

Porém, no *Curso Elementar*, Cônego Fernandes Pinheiro centrava-se na história da nação portuguesa, nos fatores específicos que justificavam o processo de prosperidade e decadência de lá. O importante é o que os jesuítas causaram à vida cultural de Portugal. Quanto à história do Brasil, entrava em cena apenas a partir dos momentos de independência em diante, como se, antes disso, essa lacuna revelasse que, por ser colônia, a história dos acontecimentos em terras brasileiras representasse um apêndice, ficasse à margem da história central que era a dos portugueses. Cônego Fernandes Pinheiro tinha que obedecer ao seu plano de historicização, determinado pela adoção da idéia de periodização

¹¹⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Estudos Históricos*: acrescidos de estudos avulsos e brasileiros ilustres. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/INL, 1980, p. 10.

¹²⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1980, p. 84.

de Borges Figueiredo. A divisão se aplicava à história da literatura portuguesa e, portanto, não incluía a brasileira. Descarta-se, então, a história do Brasil, como nação. O processo analítico demonstra-se mecanizado, como se o texto dissesse que, traçada a perspectiva historiográfica, ficava agora obrigatório a manter-se nela até o fim. Os brasileiros foram praticamente encaixados nas frestas dessa periodização. Quanto aos princípios de prosperidade e decadência das letras portuguesas, Cônego Fernandes Pinheiro via-se determinado aplicá-los a todo custo, ou seja, se no quinto período houve o despertar da literatura portuguesa toda a análise deveria demonstrar e comprovar os pontos dessa revitalização:

A interiorização do colonialismo está em toda a história da literatura brasileira, estruturada a partir de uma sequência de escolas e movimentos conforme se ouviu dizer que existiram nas metrópoles culturais. Tem-se primeiro um modelo de história, depois os fatos, os textos, que são tornados históricos, canônicos, conforme as conveniências do modelo. Isso não transparece muito porque a própria criação literária considerada é somente aquela que já se fez dentro da mesma mentalidade. As correntes metropolitanas foram imitadas na periferia; mais importante que isso, porém, é que se tem primeiro um esquema historiográfico e, só depois, se passa a preencher e a recheiar esse esquema: os textos, que tratam no cânone, entram porque se quer, porque é conveniente que entrem, porque é preciso preencher um espaço já previsto. É um jogo de cartas marcadas. Depois que esses fragmentos de obras entram, fica provado o esquema, que se preencheu para que fosse provado.¹²¹

A tarefa do Cônego Fernandes Pinheiro, como historiador da literatura portuguesa, dificulta-se quando se envolve na constante procura da prosperidade das letras, mesmo nos períodos mais decadentes colocados. Como analisar grandes escritores que, levando em consideração o ponto de vista inicial de periodização, em alguns momentos da história não houve? Em todos os períodos, do mais próspero ao mais decadente, a palavra de ordem era que “Mencionaremos unicamente aqui os que mais se avantajaram durante o periodo que estudamos” ou “offerecer á juventude uma grinalda das mais odoríferas flores da litteratura nacional.” Mesmo que mínimo, sempre havia alguns representantes para estudar que pudessem trazer qualidades necessárias de vitalização literária, não importando então a que

¹²¹ KOTHE, Flávio. *Op. cit.*, 1997, p. 95-96.

literatura representasse mais. Nesse caso, a presença de alguns brasileiros importava. Foi o caso, por exemplo, de Manoel Botelho de Oliveira:

A corrupção do gosto que já assignalamos na introdução a esta epocha, e a fatal influencia que a escola de Gongora exerceu sobre a poesia portugueza fez-se sentir de modo bem manifesto no genero lyrico e suas diversas especies. Nem-um dos poetas d'esse periodo pode ser apontado como modelo, e não desejando nos multiplicar citações inuteis, mas antes offerecor á juventude uma grinalda das mais odoríferas flores da litteratura nacional omittimos essa pleiade de poetas gongoristas, cujo brilhante europel poderia fascinar as suas verdes imaginações. Abrimos uma unica excepção em favor d'um compatriota nosso, a quem cabe a honra d'haver primeiro feito ouvir as harmonias da musa brasileira, e cantado as producções do nosso solo, esmaltando seus versos com *a côr local*, o mais saliente distinctivo das litteraturas coirmans.¹²²

A narrativa do Cônego Fernandes Pinheiro é graduativa com o objetivo de conduzir o leitor ao clímax do período de prosperidade da literatura, por meio da comprovação da conquista do que vê como maior de realização literária. Diante dessa perspectiva histórica, passando pelo primeiro ciclo de prosperidade portuguesa com a fase de “virilidade”, como vimos, revela-se a conseqüente decadência que representará praticamente o novo marco histórico inicial na narrativa. Para que, depois, se possa proceder na identificação e acompanhamento do segundo momento desse processo de prosperidade literária em Portugal. Considerando as nomeclaturas de periodização e o próprio relato do historiador, após a fase de estagnação, temos a impressão que Cônego Fernandes Pinheiro acompanha esse segundo ciclo da história da literatura portuguesa como se houvesse uma ruptura com a história anterior e instaurasse um novo início, intitulado “renascimento”. Entre a fase de “velhice” e o “renascimento”, vê-se implícito a revelação da “morte” das letras... A partir desse novo marco, narrar-se-á o processo de revitalização da produção literária portuguesa.

Os momentos posteriores revelam, para nós, o segundo ciclo da historização da literatura portuguesa. Na história literária, essa concepção de dois ciclos é perceptível, porém não mencionada claramente dentro do método de periodização. A narração tem

¹²² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 186.

como meta chegar à decisiva fase contemporânea ao autor, a qual está mais próxima do que representou a fase de virilidade, mas nunca a igualou. Note-se, na narrativa de Borges Figueiredo, a possibilidade de Portugal granjear mais um momento de glória apenas tinha iniciado enquanto, no *Curso Elementar*, revela-se bem mais próximo de conseguir. Nela se encontra novamente a possibilidade de perceber os caminhos prósperos da literatura portuguesa. Continua-se a análise da quinta época, intitulada “renascimento”, bem como a sexta e última época, a “reforma”, fundamentada pelo viés político-histórico-cultural que influe na mudança de estilo literário das épocas. Os comentários são dessa espécie:

Já na *lição XVIII* assignalamos o dispcntar das letras portuguezas, que, semelhantes a chrysalidas, começavam a romper o involucro da ignorancia e do máo gosto. Dado felizmente o impulso facil foi de progredir a obra; e vendo os sabios e eruditos honrados os seus trabalhos augmentou-se-lhes o ardor com que se entregavam a arduas pesquisas e assiduas lucubrações. Propicias circumstancias contribuíram para o resultado que applaudimos; entregue a vigorosas mãos achava-se o timão do Estado; e novo sangue parecia circular pelas arterias do velho Portugal. Renascia a abundancia e prosperidade; o commercio, a lavoura e a industria abençoavam o nome do marquez de Pombal, e as letras que, quaes seguros thermometros, marcam o gráo d'esplendor ou decadencia dos povos, não podiam deixar de participar de tão benefico influxo. A reforma da universidade de Coimbra, onde, na phrase de Garrett, havia-se entrincheirado a barbaridade como em sua ultima cidadella na Europa; e ainda mais a fundação d'*Arcadia Ulgsiponense* no anno de 1757, foram incontestavelmente os acontecimentos que mais de perto influíram para que de novo luzissem no firmamento litterario os bellos dias de Ferreira, Miranda e Camões.¹²³

V. História e Crítica Literária

O que relatamos acima é a perspectiva historiográfica do Cônego Fernandes Pinheiro quanto à percepção de uma periodização para a história da literatura portuguesa, concebida por ele como nacional. Resta-nos saber, então, como se efetivou dentro do processo narrativo. Conforme observamos, tanto os fatores políticos quanto os sócio-

¹²³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 292.

culturais foram determinantes para a produção da literatura. O bom funcionamento da literatura é resultado histórico e dele, dependente. Ela só caminha conforme o andamento do processo político, econômico e social do país. O condicionamento revela-se nas diferentes realizações da expressão literária ao longo do período histórico, ligadas aos seus caracteres estritamente estilísticos, ou seja, mesmo que refém da história, a literatura expressará os movimentos do processo histórico por meio da variação da metrificacão, da riqueza e vivacidade da expressão, dos traços descritivos, do brilhantismo e apropriação do maravilhoso, e etc.

Por outro lado, essa relação de dependência histórica não é concebida como questão de inferioridade, uma vez que a literatura vem a ser o elemento máximo capaz de traduzir e confirmar o poder da nação. Tal relação entre literatura e história é própria da concepção do papel da literatura que, como educador oitocentista, o historiador literário se manteve fiel, o que justificava o estudo da literatura através da historiografia. Trabalha-se, portanto, a idéia funcional da literatura. De concepção classicista, a literatura é mais valorizada por sua função de “instruir deleitando”; só possível porque é a “expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano feita por modo agradável” Ela é “na phrase do Sr. de Lamartine, a expressão memoravel do homem transmittida ao homem por meio da palavra escripta.” Ou seja, a literatura é importante apenas porque se tornou um dos principais veículos capazes de instruir/educar/moralizar o homem, transmitindo o conceito de bom e de mal, ditando as regras de condutas sociais, etc.

Essa aplicação educativa da literatura está ligada ao “ponto de vista estritamente pedagógico” que, de ação delimitada e dirigida, vem sendo cultivada até nossa contemporaneidade. A literatura é vista “ideologicamente como um veículo da tríade famosa, - o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. (...) um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga)”¹²⁴ De todas formas de educação, a literatura é a única que tem a facilidade de transmissão dos conteúdos moralizantes, por conta dos seus grandes atrativos estilísticos: atração da linguagem,

¹²⁴ CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. São Paulo. 24 (9) setembro de 1972, p. 805.

riqueza imagística, expressão da realidade, etc. Na sua totalidade, ela também adquire contornos decisivos se aplicada à instrução geral do povo como arma civilizadora e nacionalizante.

Diante dessas circunstâncias, o papel da crítica literária parece ser fundamental na escrita da história literária. Obedecendo aos padrões da retórica e poética, Cônego Fernandes Pinheiro define o conceito de crítica literária, ressaltando o seu papel importante de orientadora da produção da literatura. A crítica deve discutir os erros e acertos da literatura em busca de “evitar os erros que os maiores engenhos haviam commettido”¹²⁵, direcionando-a para a execução do “bom” e do “belo”. Sendo a literatura produção do “gênio”, os preceitos críticos oferecem apenas orientação para a padronização e o refinamento do valor estético e funcional da literatura, já que “é susceptível de corromper-se assim como de aperfeiçoar-se”. Conforme o Cônego:

Critica litteraria é o juizo imparcial e esclarecido das obras dos escriptores antigos e modernos. Exige rectidão d’espírito, sentimento vivo e delicado das bellezas e defeitos, grande honestidade e elevação de vistas, intelligencia profunda da verdade, e erudição solida e variada.

Uma severidade exclusiva que reduzisse o bello a formas convencionadas, a condições externas e secundarias, não seria verdadeira *critica*, a qual deve ser obra do talento e muitas vezes do genio que julga com indulgencia e não dá pábulo ao ciúme e á inveja.

Dá-se vulgarmente o nome de *critica* a um acervo de juizos mesquinhos em que o capricho e a malignidade profligão sem plano o lado mão das cousas e os ridiculos do auctor. Essa nunca foi a verdadeira *critica*, que fazendo garbo de desinteresse, folga com os triumphos alheios, e jamais esquece da polidez e cavalheirismo tão necessarios no tracto das letras.¹²⁶

À realização desses preceitos críticos,

Convem o papel de critico aos escritores sãos e delicados, que destituídos da qualidade inventiva limitão sua ambição a analysar os trabalhos alheios, apontando-lhes as bellezas e defeitos: os magistrados da litteratura que applicão as leis com amplo conhecimento de causa. Bem que modesta, não é menos util a sua missão; e Horacio, que com tanta proficiencia a

¹²⁵ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Postilas de retórica e poética*: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. 3ª. ed Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 170.

¹²⁶ *Idem, ibidem*, p. 169-170.

desempenhou, comparava-se á pedra d'afiar que dá corte ao ferro sem ter a virtude de cortar.¹²⁷

Partindo desses pressupostos conceituais, podemos conferir que o Cônego Fernandes Pinheiro se utiliza dessa proposta funcional para estudar a história da literatura nacional com o objetivo máximo de instrução moral e cívica dos estudantes-leitores. Ele tenta investigá-la historicamente e, para comprovação do processo histórico-literário, precisa demonstrar os elementos estilísticos que representam, expressam e comprovam tal concepção. O método teórico advém do pensamento retórico-poético estudado nas escolas oitocentistas – do qual também o Cônego Fernandes Pinheiro era seu divulgador nas disciplinas de “Retórica e Poética” no Colégio de Pedro II - que cultiva o método de análise da literatura pelo agrupamento sistêmico de gêneros e espécies literárias: “Permittindo-nos a uberidade litteraria d'esse seculo o procedermos á classificação dos generos e das especies, o que até aqui não nos foi possivel fazer, mais systematico e de mais facil comprehensão se tornará este nosso trabalho.”¹²⁸

A produção literária nacional é dividida em gêneros literários (lírico, didático, épico, dramático, romance, diálogos, epistolografia, biografia, historiografia, oratória e viagens), com subdivisões para o gênero lírico (espécies bucólica, lírica e elegíaca) e o gênero didático (espécies didática, epigramática e satírica). Em cada época, os escritores e obras são colocados e analisados de acordo com sua especificidade dentro de cada gênero. Dependendo da diversidade da obra, um mesmo escritor passa a representar diversos gêneros ou espécies literários, como, por exemplo foram Luís de Camões, Francisco de Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Bernardim Ribeiro, Pe. Antonio Vieira, Cruz e Silva, Bocage, etc. Muitas das vezes, por esse motivo, tais escritores recebem maiores méritos na avaliação crítica e historiográfica. Esse agrupamento funciona mais como forma de sistematização retórica aplicada ao ensino do que outra coisa. Talvez, revele também a tendência historicista do nacionalismo de oferecer um corpo substancial à produção literária portuguesa. O método crítico não se altera na análise dos diversos gêneros e se aplica a todas as obras avaliadas, tanto dos portugueses quanto dos brasileiros. Em algumas

¹²⁷ PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 171.

¹²⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 24.

das primeiras lições, a cada gênero ou espécie apresentado, há uma breve introdução conceitual. Por exemplo, o caso da apresentação da “espécie lírica” da “Lição VIII”:

LIÇÃO VIII

E S P E C I E ELEGIACA

Esta especie do genero lyrico, destinada aos sentimentos de dor e melancolia, foi cultivada em todos os tempos pelos maiores engenhos. Admiramos na Biblia o *Livro de Jo*, sublime hymno da mais sublime resignação, choramos com Simonides, acompanhamos Ovidio a seu exilio, e com elle saudosos nos recordamos de Roma. Parece ser a tristeza o estado normal d'alma, e é talvez por isso que a poesia elegiaca tanto nos apraz. Quasi todos os poetas portuguezes do seculo aureo illustráram-se neste ramo; a brevidade porém obriga-nos a fazer selecções mencionando unicamente os que, ao nosso ver, melhor comprehendem e desempenharam as leis da elegia.¹²⁹

Ou, o conceito de “Romance” da “Lição XII”, lembrando as definições de um livro de “Retórica e Poética”:

Forma o romance a transição entre a poesia e a prosa: conservando da primeira a faculdade inventiva, e os floreios da imaginação, e da segunda a naturalidade da phrase. A attenção que importa que prestemos ás composições em verso impede que, duradoura seja ella, ao passo que a linguagem prosaica, menos fatigante, é tambem mais comprehensivel ao grande numero de leitores. Lançaram em todas as epochas mão d'este meio d'instruir deleitando os mais abalisados auctores; a Grecia nos offerece o exemplo do grande Xenophonte escrevendo a sua *Cyropedia*, e apresentamos a litteratura latina em Quinto Curcio um distincto romancista historico. Geralmente se sabe o gosto que na idade media havia pelas ficções em prosa, e do grande emprego que d'ellas fizeram os trovadores na lingua vulgar, ou *romance*, derivou-lhe o nome por que são mais conhecidas. (...)¹³⁰

Excetuando esses momentos introdutórios, a narrativa histórica constitui-se basicamente de passagens biográficas dos escritores e dos estudos de obras (Lição XXII:

¹²⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 50.

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 115.

“Conforme a praxe por nós seguida esboçemos a biographia do auctor antes d'analysar a obra.”¹³¹), sob o determinante metodológico da brevidade que, por vezes, funcionava como justificativa para a falta de aprofundamento nas análises propostas (“Por amor da brevidade omittimos o exame das incorrecções de linguagem...”¹³² ou “Procedendo ao inventario das bellezas epistolares do P. Vieira somos obrigado a resumir o seu numero em attenção á estreitesa do nosso plano”¹³³ ou “Pela estreiteza do nosso plano deixamos de citar muitas outras bellezas de primeira ordem que abundam nos cantos pastoris do suaviloquo Domingos dos Reis Quita.”¹³⁴ ou “É justamente reputada a opera *Guerra do Alecrim e da Mangerona*, como a mais primorosa das composições d'Antonio José. Na impossibilidade de fazer uma analyse d'esta peça por falta d'espaco, contentar-nos-hemos com transcrever aqui parte da scena V da 2ª. parte em que Semicupio, criado de D. Gilvaz, se finge de medico para ter entrada em casa do velho D. Lancerole, cujo sobrinho D. Tibnrcio achava-se molesto...”¹³⁵ etc.). Veja que há preferência pelas citações de trechos das obras em detrimento da análise propriamente dita. Por sinal, citações longas. A opção pela exemplificação fundamenta-se também na necessidade retórica de demonstração e comprovação dos aspectos ressaltados e a possibilidade de contato do aluno-leitor com determinados modelos textuais.

A construção da análise dos textos literários no *Curso Elementar* se estabelece da seguinte maneira. Há pequenos comentários das principais obras dos autores que representam cada gênero literário da época histórica estudada. Os comentários se estruturam a partir da busca pela enumeração dos atributos pessoais do escritor e das características estilísticas e temáticas do texto literário. Quanto mais qualidades encontradas maior e melhor a representação histórica dos produtos literários. Esses aspectos ressaltados evidenciam a grandiosidade literária para determinado período histórico. Os aspectos quantitativos e superlativizantes são evidentes. Tudo se confirma fundamentado no “mais...”, no “melhor...”, no “íssimo”:

¹³¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 210.

¹³² *Idem, ibidem*, p. 210

¹³³ *Idem, ibidem*, p. 256.

¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 302.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 448.

“Era Fr. Heitor *um dos caracteres mais respeitaveis* do seu tempo, e refere o abbade Barbosa Machado, que havendo elle abraçado a causa de D. Antonio, prior de Grato, contra a de Dom Philippe II, fora chamado por este a Madrid com o honroso prelexlo de faze-lo sen consultor; a cuja capital chegando exclamára com apostolica liberdade.”¹³⁶

“As prophecias de Fanimor annunciando as futuras façanhas dos nulos de Clarimundo *são dos mais bellos* lugares do romance, as quaes claramente demonstram o fim para que fora escripto o livro.”¹³⁷

“*Na bellissima ecloga* consagrada á Primavera, soube o distincto poeta tirar o *melhor partido* d'amenidade do sitio por onde se deslisa o rio Mouro, de que devera guardar tão gratas recordações da infancia.”¹³⁸

Sobre as características estilísticas e temáticas, há a freqüente recorrência de adjetivação que se sobressai ao longo de toda a narrativa. São freqüentes estes termos relacionados à qualidade poética, como “mimosa”, “belíssima”, “graciosa”, “perfeita”, “sublime”, “viva”, “elegância”, “nobreza”, “naturalidade”, “graça”, “candura”, “ingenuidade”, “brilhantíssima”, “pureza”, etc. O trabalho com os textos literários permanece nesse nível de constatação das qualidades e, também, dos defeitos. Os momentos em que se percebem tentativas interpretativas dos textos referem-se aos objetivos moralizantes, disciplinadoras e patrióticas. Como dissemos, condicionado ao ideal de crítica literária praticado por retores como ele, Cônego Fernandes Pinheiro constrói seu discurso crítico a partir de um procedimento esquemático em que se mesclam demonstrações sobre “as bellezas” da obra literária e apontamentos sobre os defeitos das mesmas. Geralmente, como qualidade, ele aponta a “energia, pureza e correção da linguagem”, a “nobreza, pureza e elegância de sentimentos”, a “riqueza e a vivacidade de expressão”, a “cadência de estilo”, a “variada metrificação”, as “vigorosas descrições”, etc. Quanto aos defeitos, comenta as “imperfeições de estilo”, “a tibieza de expressão”, os “descuidos de metrificação”, a “falta de originalidade”, o “prosaísmo”, etc. Tratando-se de nomes submetidos a critérios de seleção e representantes da qualidade literária nacional,

¹³⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 127.

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 124.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 304.

pressupõe-se que esse tipo de avaliação dos “defeitos” literários não deixava interferir na avaliação geral do escritor e da obra. Depois de analisar as obras *Bristo* e *Castro*, de Antonio Ferreira, considerada monumentos da “nossa brilhante litteratura”, Cônego Fernandes Pinheiro é preciso:

Depois de ter apontado os defeitos que mais afeiam a obra do douto magistrado
justo é que não esqueçamos o summario das muitas bellezas que lhe servem
de remissão. A falla do *Cioso* na scena terceira do primeiro acto é mui
propria para exprimir as torturas moraes por que passava. Com quanta
angustia exclama elle ao rccolherse á sua casa.¹³⁹

Dentro da análise historiográfica, essa prática é percebida como o modo de demonstrar os momentos de aperfeiçoamento da produção literária nos limites do processo histórico e de apontar modelos e sugestões de “bom” e “mau” estilo para os leitores e produtores da literatura contemporânea. Todos os escritores tiveram suas obras avaliadas por esses dois lados da perspectiva crítica do Cônego Fernandes Pinheiro e nenhum escapou, nem mesmo Camões. Esse escritor considerado pela grande maioria dos historiadores literários da época e também pelo Cônego como modelo digno - e jamais superado - dos mais diversos gêneros literários, conforme afirmou a respeito de sua arte dramática: “Julgamos ter assás demonstrado na proposição que emittimos de ser Luiz de Camões superior aos seus predecessores n'arte dramatica, e d'haver melhor do que ninguem cooperado para a gloria do theatro portuguez, creado pelo fecundo e original Gil-Vicente.”¹⁴⁰

Quanto à obra *Os Lusíadas*, Cônego Fernandes Pinheiro faz os seguintes comentários críticos ou “juízo” ou “reparo”, identificando sempre os aspectos tidos como positivos e outros negativos da obra:

¹³⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 104.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 114.

Por maior pórem que sejam o nosso respeito e admiração para como *Homero Lusitano* não dissimularemos os defeitos que julgamos descobrir em sua obra, e a este numero pertence sem duvida a tibieza com que traça os seus caracteres. (...)

Não é sempre bem guirdada a verosimilhança, tão necessaria neste genero de composições, como, por exemplo, quando figura que os grandes feitos dos antigos portuguezes se achavam pintados nas bandeiras, onde so se representam as armas das nações, ou dos principes, que as governam. (...)

Procurando guardar a maior imparcialidade em nossos juizos diremos com franqueza que parece-nos mal cabida a narração dos amores d'Adamastor com a deusa Thetis; além de censuravel pela nimia voluptuosidade do quadro. De facto, onde está a verosimilhança em contar o gigante, cujas iras tão bem destre o poeta, seus amores a um temerario que lhe invadia os terminos e cuja frota quizera submergir? Não se deixaria tambem Camões arrastar demasiadamente pelo fogo da sua phantasia olvidando-se da magestade epica? (...)

Outro reparo que não podemos deixar de fazer a este lindo episodio é o d'haver nelle introduzido Camões o naufragio de Sepulveda e os seus infelizes amores: o que poderosamente contribue para tornar tibia a falla d'Adamastor, que com tanta energia começára. Alem de que este um episodio encerrado n'outro episodio. (...) ¹⁴¹

Essas críticas estavam sempre direcionadas ao caráter da linguagem literária que, a partir de uma perspectiva anacrônica, condenavam os moldes estéticos que saíam dos padrões retóricos e poéticos dos manuais, ou seja, do moldes de poesia que deveria expressar o belo e o sublime “por meio da palavra melodiosa”, da utilização do recurso rítmico.¹⁴² Esse modelo era de poesia clássica que, para os retores, se tornou mais notáveis por conta da pureza do estilo. Os poetas mais condenados e excluídos do cânone, exclusão explícita textualmente, foram aqueles que se utilizaram do estilo literário da escola de Gôngora, o Gongorismo. Esta escola marcou a quarta época da literatura portuguesa que transmitiu a corrupção do gosto e a corrupção da língua literária portuguesa nas suas mais diversas manifestações dos gêneros literários, conforme exemplificado através do gênero lírico:

¹⁴¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 63-71.

¹⁴² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Postilas de retórica e poética*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 118.

A corrupção do gosto que já assignalamos na introdução a esta epocha, e a fatal influencia que a escola de Gongora exerceu sobre a poesia portugueza fez-se sentir de modo bem manifesto no genero lyrico e suas diversas especies. Nem-um dos poetas d'esse periodo pode ser apontado como modelo, e não desejando nos multiplicar citações inuteis, mas antes offerecor á juventude uma grinalda das mais odoríferas flores da litteratura nacional, omittimos essa pleiade de poetas gongoristas, cujo brilhante europel poderia fascinar as suas verdes imaginações.¹⁴³

Por corrupção do gosto queria dizer que as obras desse tipo de literatura apresentavam menos clareza e moderação no emprego das imagens e figuras, excessivo uso de alegorias, hipérboles, atíteses e metáforas, estilo de conceitos e trocadilhos, exageros nas comparações e apaixonados “pelos arrebiques de dicção a que chamavam *conceitos* desprezavam os gongoristas o modo natural d'expressarem-se para recorrerem a guindadas e ocas phrases.”¹⁴⁴ A repulsa ao gosto gongorismo passou a ser norma geral da crítica literária do *Curso Elementar*, mas a exclusão do cânone só ocorre quando há a predominância do estilo. Atrapalharia o plano da obra de construção quantitativa do quadro literário caso houvesse a necessidade radical de excluir todos os gongoristas. Quanto à obra de padre Antonio Vieira, Cônego Fernandes Pinheiro reserva espaço a sua análise para reconhecer os lapsos de estilo do orador:

A par de tantas e tão peregrinas bellezas vem algumas nodoas gongoristicas, embaciar o esplendor dos maiores monumentos oratorios da nossa lingua. Quem por exemplo deixará de censurar os trocadilhos que no sermão do nascimento da Virgem Maria fez o Padre Vieira com os substantivos *nascimento*, *luz* e com o verho *nascer*?(...) Innumeras provas poderíamos apresentar de frequentes abusos da figura *imitheses*, da qual tanto parecia gostar Vieira.¹⁴⁵

A obra de Antonio de Sá também foi julgada pelos mesmos critérios:

Pelos excerptos que havemos feito dos sermões do P. Antonio de Sá terá conhecido o leitor que participou elle dos mesmos defeitos que assignalamos no P. Vieira, ainda mais salientes por isso que, como já dissemos, era muito inferior ao seu confrade. Pagou avultado tributo ao máo

¹⁴³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 186.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 209.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 249.

gosto do seu tempo: incensou o idolo do *gongorismo*, e militou debaixo das bandeiras do celebre prégador castelhano Frei Luiz de Granada, cujos conselhos com o mais escrupuloso respeito seguiu e observou.¹⁴⁶

O critério crítico continua o mesmo para as outras produções literárias, fora do quarto período, sem remetê-las à escola gongórica. A poesia deve ser produzida com linguagem simples, clara e objetiva. Ela deve reproduzir imagens descritivas e verossímeis dos temas abordados. É interessante que o crítico conceitua a poesia através da transposição do que seja mais apropriado às artes plásticas, analisando-a pelo nível de construção visual das imagens e de sensações. Iguala os poetas aos artistas pintando quadros. Esse recurso crítico importa também para a análise da “cor local” nas literaturas que estava em processo emancipatório. Há a colocação de expressões como “converte-se seu buril e delicado pincel”, “o poeta nos pinta a agonia das personagens”, “com as mais finas cores pinta a morte”, “diálogo de grande beleza e vivo colorido”, etc. Essas observações representam o discurso crítico geral do Cônego Fernandes Pinheiro, aplicada indiferentemente na análise dos diversos gêneros e espécies. Claro está que, porém, há algumas delimitações críticas respeitantes às especificidades de cada gênero e espécie. Essas características específicas são cobradas pelo historiador dependendo do contexto de análise.

VI. “Diferenciação e Afirmação de Autonomia”

Na “Lição XI”, sobre o gênero dramático da terceira época, Cônego Fernandes Pinheiro constata a respeito das obras de Sá de Miranda que

Nada tinham de populares as comedias de Sá de Miranda: não podiam ser comprehendidas e apreciadas como o foram as peças de Gil-Vicente: faltava-lhes o *cunho nacional*; pois os assumptos, personagens e até os lugares da scenas não pertenciam a Portugal. Produzidas pela reacção classica, inaugurada por elle, so á nata da sociedade poderiam agradar, e de

¹⁴⁶*Idem, ibidem*, p. 252-53.

facto foi perante ella que subiram á scena, e de quem receberam louvores.¹⁴⁷
(grifos nossos)

Destacamos a expressão “cunho nacional”, por que o que poderia parecer apenas um critério nacionalista, reservado ao estudo da literatura brasileira, encontra-se como fundamentação teórica geral para o *Curso Elementar*. Para o Cônego, tanto portugueses quanto brasileiros deveriam trazer traços de nacionalidade em suas obras literárias que caracterizam sua distinção dentro do sistema literário europeu. A perda desses traços gera grandes transtornos para a sistematização da história da literatura nacional. Quando se pensa num trabalho historiográfico que engloba o que seriam duas literaturas, esse determinante nacional é problemático quanto à intenção e ao objetivo do tratamento das literaturas. É o caso do *Curso Elementar*.

Cônego Fernandes Pinheiro chama a atenção com frequência para as obras que ressaltam a experiência com o “nacional”. Para ele, o modo que ocorre a descrição das imagens, o tratamento do tema, a originalidade poética é fundamental para a constatação se a poesia e a literatura são nacionais ou se perderam sua essência nacional. Porém, dentro do que considerava como nacionalidade compartilhada – que permite englobar as duas literaturas numa mesma história literária-, o processo de indentificação de nacionalidade se altera com o acréscimo de uma particularidade teórica e historiográfica. O “cunho de nacionalidade” é o elemento principal que desmembra as duas literaturas.

Como dissemos, o *Curso Elementa* apresenta a produção literária dos brasileiros pertencente ao quadro da história da literatura portuguesa por conta dos vínculos de dependência política e de influência das tendências literárias. Desconsiderava-se então a possibilidade historiográfica da existência da história de duas literaturas, portuguesa e brasileira. Esse posicionamento lusitanista justifica a concentração dos períodos literários condicionantes à história de Portugal. Por outro lado, embora apresente a produção literária dos dois países como pertencente a uma literatura só, especificamente, à literatura lusitana, e mesmo estudando os autores e obras paralelamente, numa seqüência de tempo, marcada pela evolução política de Portugal, a abordagem crítica e analítica do evento literário de

¹⁴⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 93.

cada país se configura com algumas distinções. Enquanto o evento literário português é analisado pelo viés de *busca e afirmação de prosperidade nacional*, a produção brasileira é vista, de acordo com a idéia de João Alexandre Barbosa, pelo critério de *diferenciação e afirmação de autonomia*¹⁴⁸ nacional. Vale dizer. Essa diferenciação acontece apenas no contexto de análise literária; com a escolha e a análise dos escritores e suas respectivas obras. Nesses termos, subte-se que a aplicação das qualidades “nacionais” comporta-se em sentido duplo, ora remete-se àquele conceito amplo da literatura portuguesa que vimos ora à idéia restrita e individualizante do processo de formação de uma literatura brasileira quando entram em cena os nascidos no Brasil. Nesse sentido, essa idéia confirma o que Pascale Casanova discutiu sobre os fundamentos nacionais da literatura

a construção (ou a reconstrução) das identidades nacionais e a identificação política da nação – principalmente no decorrer do século XIX – não serão o produto de uma pura história autônoma revelando-se nos limites de histórias incomparáveis e sem medida comum. São as mitologias nacionais que tentam reconstruir (posteriormente para as nações mais antigas) em singularidades autárquicas fenômenos que só se inscrevem de fato nas relações entre os conjuntos nacionais.¹⁴⁹

A base teórica para a narração da história da produção literária portuguesa é o pensamento de que a literatura portuguesa foi se constituindo até o momento ápice de realização literária por conta da “originalidade de estilo” com as obras de Luís de Camões e de Antonio Ferreira, comprovando sua verdadeira nacionalidade. Os portugueses não conseguem manter esse *status* literário e oscilam literariamente pondo em xeque sua nacionalidade até firmar-se com a manifestação romântica no século XIX. Portugal sendo uma nação com uma literatura alimenta no historiador que a narrativa de sua história da literatura deve mostrar esses momentos de altos e baixos, mas tentar localizar de todas as maneiras nos seus escritores e obras os elementos que confirmam o mantimento dessa nacionalidade. Então, os comentários sobre os aspectos nacionais das obras dos portugueses revelam esse esforço historiográfico. Estudando o trabalho do português Gabriel Pereira de

¹⁴⁸ Sobre o conceito de *diferenciação e afirmação de autonomia* de nossa historiografia literária conferir: BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária ou O cânone na história da literatura brasileira. In: *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003.

¹⁴⁹ CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. (trad. Marina Appenzeller) São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 56.

Castro, Cônego Fernandes Pinheiro focaliza nesse determinante. No caso, o uso de “poesia nacional” refere-se à nacionalidade lusitana:

Formava Gabriel Pereira de Castro o mais subito conceito da sua epopéa a ponto de recommendar em seu testamento que não fosse ella impressa senão quando *uma junta d'entendores declarasse que em superior aos Lusíadas de Luiz de Camões*. Cremos que, ou nunca reuniu-se semelhante junta, ou que desobedeceram seus herdeiros a tão vaidosa pretensão: do que lhes devemos ser gratos por não nos haverem d'est'arte privado d'uma obra, que apesar dos seus defeitos, não deixa de ser um dos ornamentos da poesia nacional.

Pertence Gabriel Pereira de Castro á escola castelhana de que foi um dos patriarchas, e admirador apaixonado de Gongora imitou-lhe o estylo e o colorido, levando-lhe porém vantagem na clareza e moderação no emprego das imagens e figuras. Injusto nos parece o que a seu respeito pensava Garrett quando fallando do estylo da *Ulysséa* dizia : « O stylo é o prototypo da *Phenix renascida*, o requinte do gongorismo, cujo patriarcha foi entre nós, pervertendo-nos á sombra da sua grande fama e brilhante engenho todo o resto escasso que de gosto tinhamos ainda, intrincando a poesia (sinão também a prosa por máo exemplo), n'um dedalo inextricavel de conceito, d'argucias, d'exagerações, d'affectada sublimidade, falsa e van grandeza; com que de todo veio a terra a poesia nacional, e que acabou a grande escola de Camões e Ferreira, que tantos e tamanhos alumnos havia produzido. E suppunha este homem vaidoso ter sobrepujado com as quichotadas da sua *Ulysséa* as naturaes bellezas dos divinos *Lusíadas*. »¹⁵⁰

Outro momento de referência à nacionalidade lusitana aparece no estudo do quinto período literário português em que

Manifestou-se o renascimento das letras por uma grande exuberancia poetica: floresceram todos os generos e especies; e a bucolica, que, como já dissemos, tanto se casa com o genio nacional, não podia deixar d'ostentar-se com toda a lonçania. Fiel ao nosso proposito, faremos selecção d'aquelles poetas que melhor attingiram ao alvo a que se propunham, e que, quanto a *HÓS*, foram Quita e Maximiano Torres.¹⁵¹

¹⁵⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 203.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 296.

Por exemplo, Bernardim Ribeiro é o português que cometeu alguns equívocos contra a nacionalidade lusitana. É bem visto só porque em alguns aspectos tentou afirmar-se como português. Analisando-o quantitativamente, esse esforço de permanecer sob a estética portuguesa e trazer a presença da “cor local” daquele país se sobressai e confirma a qualidade da nacionalidade lusitana:

Eminentemente nacional collocou Bernardim Ribeiro as suas scenas pastoris nas margens do Tejo e do Mondego; portuguezes são seus pastores e portugueza a linguagem de que se servem. “Foi tanto mais em sua simplicidade original, diz Garrett, que o que lhe falta de sublime e culto sobeja-lhes em brandura, e n’uma ingenua ternura que faz suspirar de saudade, d’aquella saudade, cujo poeta foi, cujos suaves tormentos tão longo padeceu, e tão bem pintou - ».¹⁵²

O acompanhamento da evolução da produção dos autores brasileiros gira em torno da tentativa de diferenciá-los da literatura da Metrópole e, assim, de poder afirmá-la como autônoma nacionalmente. Desde o estudo das primeiras manifestações, representadas pelos nomes de Manuel Botelho até a exposição dos nomes dos árcades, especialmente, Basílio da Gama e Santa Rita Durão, depreende-se do discurso crítico a aplicação dessa metodologia em que há preocupação em detectar, quase sempre, os elementos poéticos que denunciariam a presença da *cor local* nos versos, a qual marcaria a sua *originalidade* que, enfim, comprovaria o distanciamento das literaturas, consolidando o processo de emancipação da literatura brasileira.

Como todas as narrativas históricas da época, a análise da evolução da literatura nacional do Cônego Fernandes Pinheiro apoia-se explicitamente no critério da *diferenciação* e *afirmação* de autonomia, de acordo com conceito de João Alexandre Barbosa já referido neste texto. Mesmo analisando a produção brasileira do período colonial conjuntamente com a portuguesa, depreende-se do discurso desse historiador, por diversas vezes, um esforço em salientar que a literatura brasileira caminhava em rumo a sua emancipação, alcançada alguns anos depois da independência política do país. A escolha em colocar escritores lusitanos e brasileiros, lado a lado, oferece muitas vezes a sensação de uma estratégia comparativa para destacar o processo de desligamento literário dos últimos

¹⁵² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 27.

em relação aos primeiros. Com isso, na parte brasileira, Cônego Fernandes Pinheiro preocupa-se com o mapeamento do “passado no sentido de buscar uma tradição” que, conforme sugere o estudo de Nelson Schapochnik, reflete o papel que os homens de letras românticos praticavam:

Ao procurá-la [tradição], os homens de letras valeram-se do apoio de um traço organizador que os encaminhava, na maioria das vezes, para a exterioridade das obras (a unidade nacional, a característica de um povo, a ascensão do espírito), ou para a valorização de uma determinada obra-prima ou autor, que seriam tomados como a corporificação máxima de um “caráter” ou “espírito” nacional.¹⁵³

Ao trabalhar as poesias de Manuel Botelho de Oliveira, o Cônego declara que “Oferecendo alguns fragmentos dessa excelente produção de Botelho de Oliveira, desejamos mostrar que, apesar dos embaraços com que lutava, tendia a poesia brasileira a tomar uma physionomia própria, aspirava um cunho de originalidade que ainda não pôde totalmente alcançar.”¹⁵⁴

E confirma:

Esta descrição da *Ilha da Maré*, que talvez descuidadamente lançasse o poeta n'um recanto do seu *Parnaso*, constitue o seu verdadeiro padrão de glória, elevando-o a categoria de patriarcha da poesia brasileira, e um dos precursores dos Srs. Magalhães e Porto-Alegre.¹⁵⁵

Essa preocupação em destacar o despontar de uma literatura autônoma e diferente permeará por completo o discurso crítico do Cônego Fernandes Pinheiro, desde sua exposição da obra lírica de Botelho de Oliveira, como já vimos, até os trabalhos de um Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Conforme o passo do tempo encaminha-se em direção à consagração da independência literária romântica mais elementos nacionais são identificados nas obras desses escritores brasileiros. Digo escritores brasileiros uma vez que é o primeiro critério de seleção do cânone que formava a literatura brasileira posto em prática pelo Cônego, mas não só. Lembramos que eles ainda pertenciam no quadro geral da

¹⁵³ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Op. cit.*, 1992, p. 54.

¹⁵⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 188.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 192.

literatura nacional, à portuguesa. Nem todos os brasileiros eram representantes desse grupo emblemático da literatura brasileira. Deveriam ser brasileiros, mas também terem o “cunho nacional”, ou seja, falar sobre a natureza brasileira com originalidade estética. Abre alguma exceção sobre a questão da naturalidade, tendo em vista o caso de Gonzaga.

O estudo, por exemplo, sobre brasileiros como Gregório de Matos e Sebastião da Rocha Pita, se insere na sistemática de favorecer à história da literatura portuguesa. Escritores como Antonio Vieira também estariam no grupo lusitano. Nenhum comentário existe que consiste em afirmar a nacionalidade brasileira da obra de um Gregório de Matos. Para o Cônego, na literatura portuguesa, Gregório de Matos é louvado por ser o introdutor da metrificação dos versos italianos que denomina de “estilo gregoriano”. Chega também a questionar os seus delizes no que se refere ao cultivo do gongorismo, estilo esse que o consagrou dentro da história da literatura brasileira mais contemporânea:

Pelos specimens que havemos apresentado terá visto o leitor que a poesia de Gregorio de Matos é rica d'ornatos, e d'uma infinidade de phrases populares; vivas as suas pinturas, e profundos e penetrantes os seus golpes. Resente-se porém o seu estylo dos conceitos e trocadilhos que constituíam o vicio radical d'essa escola castelhana, a que elle se presava de pertencer. Cabe-lhe a gloria d'haver introduzido em nossa metrificação o verso italiano, ou decasyllabo, hoje muito usado, e conhecido nos compendios de Poetica pela denominação de *gregoriano*.¹⁵⁶

Poucos foram então os brasileiros destacados pelo critério de *diferenciação e afirmação nacional*. Manuel Botelho, Souza Caldas, Gonzaga, Alvarenga, Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão foram os brasileiros escolhidos. Os outros como Francisco de S. Carlos, Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Mont'Alverne, etc., estão presentes na ótica geral. Desse modo, apresentando a obra de Gonzaga, Cônego Fernandes Pinheiro verifica que o poeta poderia ter inaugurado “uma escola nova” se tivesse cantado a “natureza brasílica”, pois possuía atributos para isso, cujo trabalho poderia nos oferecer a possibilidade de dependência literária. Vejamos a lamentação do crítico:

¹⁵⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 200.

Outro reparo que não podemos deixar de fazer é que cedesse Gonzaga á funesta tendencia dos escriptores seus coevos de fecharem os olhos para não verem as maravilhas da natureza americana para moldurarem seus paineis com as reminiscencias d'alem-mar, ou phantasias mythologicas. Parece-nos que á sua alta illustração facilmente se antolharia quanta gloria lhe estaria destinada, si, rompendo com as velhas tradições, inaugurasse uma escola nova, em que as descripções do nosso clima e dos nossos costumes formassem a base.¹⁵⁷

Mas, em seguida, confessa que:

Pondo de parte a questão da naturalidade, meramente accidental, não podemos deixar de considerar Gonzaga como fazendo parte do nosso Parnaso; porque filho de brasileiro, educado no Brasil, por elle soffrendo os tormentos da prisão, e as dores do exilio, pertence-nos como Benjamin Constant pertence á França, apesar de nascido na Suissa.¹⁵⁸

Se a escolha dos brasileiros da fase colonial de nossa literatura baseia-se inteiramente em critérios de identificação dos traços que denunciam o processo de abnegação dos modelos europeus, a seleção dos românticos brasileiros está ligada à perspectiva de afirmação de autonomia. Todos os escritores românticos selecionados necessariamente apresentam o cunho de originalidade que os diferencia totalmente dos seus “compatriotas” de além-mar. Quando, por exemplo, Gonçalves de Magalhães passa a pertencer a esse quadro de literatos brasileiros, na verdade, quer dizer que a sua obra apresenta-se completamente original e nacional por meio da tematização dos elementos das plagas brasileiras apresentada com estilo original em comparação à Metrópole. Basta verificar com que propriedade proclama a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, como sendo um dos trabalhos que nos oferece a oportunidade de declarar a existência dessa literatura nacional.

Reflete nestes versos a natureza brazilica, e ninguem ao lel-os poderá duvidar da nacionalidade do poeta. Tudo aqui é nosso; os assumptos, os nomes, as comparações, as imagens, tudo é americano. É com produções desta ordem que incontestavelmente firmaremos a nossa independencia litteraria.¹⁵⁹

¹⁵⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 331.

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 336.

¹⁵⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1883, p. 575.

Entretanto, a análise das duas literaturas, do mesmo modo que se afasta, se aproxima ao passo que verificamos o tipo similar de análise classificatória da produção literária por meio dos preceitos teóricos retórico-poéticos de fundamentação humanística da tradicional vertente dos estudos literários. Em “Advertência” as suas *Postilas de retórica e poética*, de 1871, Cônego Fernandes Pinheiro confirma essa hipótese que “porquanto em conformidade do aludido programa, é no sétimo anno que, estudando a litteratura nacional, offerece-se excellent ensejo para verificar a applicação da theoria anteriormente aprendida.”¹⁶⁰ Os escritores e obras são analisados conforme a sua representatividade em cada gênero, os quais se resumem em gênero lírico, didático, épico e dramático; romance; diálogos; oratória; epistolografia, biografia, historiografia e viagens.

¹⁶⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1885, p. 6.

CAPÍTULO III.

A HISTÓRIA LITERÁRIA DE FERDINAND WOLF

(O Brasil Literário - 1863)

A civilização é a razão da igualdade.

(Camilo Castelo Branco)

(...) a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado.

(Ferdinand Wolf)

É bastante interessante pensar a história da formação do pensamento crítico e historiográfico sobre a literatura brasileira, no que diz respeito principalmente à construção de *histórias literárias*. Basicamente, iniciamos com algumas representações que vinham de olhares intelectuais de além-mar; e, por mais estranho que se possa parecer, ainda não eram nem os da metrópole lusitana, os quais, também, primeiro seriam percebidos pelos olhares estrangeiros antes de quaisquer narrativas histórico-literárias consistentes por parte de seus

próprios compatriotas. De fato, parecia inviável esperar muito dos nossos “frágeis” colonizadores que, assim como as nações neolatinas, no início do século XIX, ainda estava à espera de uma adequada história literária do país. Até então, os portugueses possuíam basicamente o ultrapassado manual bibliográfico de Barbosa Machado, a *Biblioteca lusitana* (1741-1759). Nesse sentido, no mesmo período em que os portugueses recebiam as precursoras sistematizações historiográficas dos estrangeiros, os brasileiros eram acolhidos pelas primeiras palavras críticas sobre sua produção literária. Fica claro que tal acontecimento era fruto dos vínculos estritamente coloniais que o Brasil ainda possuía com a metrópole portuguesa; ao se preocuparem em traçar a história da literatura portuguesa, que era de interesse maior, uma vez que se tratava de uma “nação”, os estrangeiros visualizavam os autores e as manifestações literárias da colônia, como sendo inseparáveis da mesma. Falo em específico dos estrangeiros¹⁶¹ Bouterwek, Simonde Sismondi e Ferdinand Denis, com suas respectivas obras: *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (1805); *De la littérature du Midi de l’Europe* (1813); *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l’histoire littéraire du Brésil* (1826); este último se diferenciaria um pouco dos demais pelo seu programa de incentivo emancipatório da literatura do “Novo Mundo”. É claro que se torna inviável não nos remeter ao ensaio de Almeida Garrett em seu *Parnaso Lusitano* ou *Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, de 1826, que também marca “a geração romântica, vindo a desempenhar um papel singular na configuração da literatura do Brasil”¹⁶².

Esses estrangeiros perceberam com entusiasmo que, na (ex) colônia portuguesa, havia uma produção literária significativa que deveria ser contemplada e difundida. E, por conta disso, deixaram os primeiros registros críticos a respeito de nossos escritores e obras, cujas idéias, principalmente as de Ferdinand Denis e Almeida Garrett, direcionaram com eficácia o nosso fazer literário e, de alguma forma, viriam a ser retomadas e incorporadas

¹⁶¹ Há uma bibliografia vasta a respeito desses historiadores. O trabalho de Guilhermino César parece ser bastante interessante para quem quer um panorama da contribuição estrangeira à constituição da tradição historiográfica brasileira. (cf. CESAR, Guilhermino. (org.) *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972., 1978). A tese de Maria Eunice Moreira também contempla, com profundidade, os críticos estrangeiros acima citados (cf. MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, 1989.)

¹⁶²cf. MOREIRA, Eunice. *Op. cit.*, 1989, p.

pelo discurso da nascente crítica e historiografia literárias do país e, também, da mais contemporânea, perceptíveis, portanto, por meio das falas críticas de um Pereira da Silva, Torres Homem, Norberto, Cônego Fernandes Pinheiro e, mais adiante, Araripe Júnior, Sílvio Romero, Afrânio Coutinho, assim por diante. Destaco o nome do francês Ferdinand Denis, porque foi ele, em comparação aos outros, o estrangeiro mais preocupado diretamente com a cultura brasileira e, com certeza, suas orientações críticas vieram ao encontro dos anseios de emancipação literária dos brasileiros. Tornou-se um verdadeiro guia crítico da época, a partir de seu consistente programa literário elaborado no *Résumé*. De acordo com Antonio Candido:

A nossa crítica romântica se desenvolveu, até a *História da Literatura Brasileira*, como um repisar das premissas do *Résumé*. O grande problema era definir quais os caracteres de uma literatura brasileira, a fim de transformá-los em diretrizes para os escritores; neste sentido, foram indicados (...) alguns traços cuja soma constitui o temário central da crítica romântica (...), vendo-se que não passam, na maioria, de uma retomada das posições de Denis.¹⁶³

Foi o historiador Joaquim Norberto quem, por exemplo, levou a fundo o reconhecimento indianista que Denis havia suscitado para a questão da nossa nacionalidade literária e, de fato, chegou ao extremo de reconhecer a capacidade poética dos indígenas, pois, para ele, em seu *Bosquejo da história da poesia brasileira*, de 1840-41, antes “que vencidos fossem pelos conquistadores portugueses, por um punhado de heróis saídos de um cantinho da Europa, os selvagens brasileiros, (...) cujo templo eram as majestosas florestas, elevavam-se acima dos povos americanos pela sua imaginação ardente e poética. (...) e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas.”¹⁶⁴

Quase quatro décadas depois da publicação do *Résumé*, o historiador francês fazia-se presente com o seu conceito de originalidade que ainda era visto com bons olhos e, com certeza, acatado, de maneira bem mais resumida e simplificada, nas instituições de ensino e, também, fora delas, por meio de uma das mais sérias e consultadas narrativas

¹⁶³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 329.

¹⁶⁴ SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 27.

historiográficas na época, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro. Denis proclamou que os brasileiros tinham a “necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ter caráter original”. E, nesse sentido, para avaliar a nossa independência literária, o Cônego similarmente se norteava também pela rigorosa posição crítica de que a literatura brasileira deveria ser original, com “idéias próprias”, longe de qualquer influência das matrizes européias. Dizia: “impossível é pedir originalidade a quem não tem idéias suas. Se por empregarem alguns nomes indígenas devem esses autores ser classificados na literatura brasileira, injusto fora excluir da indostânica Camões, Barros e Castanheda.”¹⁶⁵

Embora reconheçamos que Sílvio Romero substituiu “Denis por Taine como fanal de guia”, com “Denis”, nas palavras de Antonio Candido, “principia (...) a longa aventura dos fatores mesológicos e racial na crítica brasileira, que Sílvio Romero levou ao máximo de sistematização.”¹⁶⁶ Quanto ao interesse de Denis pelo “choque cultural do branco e do negro com o ‘bom selvagem’”, Guilhermino César verifica a retomada dessa idéia em críticos como Araripe Júnior e, um mais contemporâneo nosso, Afrânio Coutinho. Vejamos:

Araripe Júnior (1848-1911), como se sabe, adotou a teoria de Sergi sobre a “obnubilação” para explicar o processo de abasileiramento da literatura. Diz ele que, no momento em que o europeu aqui chegou, sentiu-se insensivelmente tocado pela nova terra, por hábitos, costumes e paisagens diferentes, que o chocaram de uma ou outra forma, e que nesse momento se deu um princípio de ruptura com o ambiente europeu. Afrânio Coutinho, que tanto vem encarecendo a importância dessa teoria, julga por isso mesmo que: ‘A literatura brasileira ‘formou-se’ com o barroco’.¹⁶⁷

Percebe-se, então, que o olhar de fora, o do estrangeiro, por extensão, o do “civilizado”, exerceu uma influência bastante significativa nos brasileiros românticos, já que o discurso de quem pertencia a um “verdadeiro mundo civilizado”¹⁶⁸ teria um gabarito

¹⁶⁵ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1978, p. 11.

¹⁶⁶ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 2007, p. 323.

¹⁶⁷ cf. CESAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. XXXIII-IV

¹⁶⁸ É importante dizer que como “mundo civilizado” tínhamos, naquele momento, os países da elite européia, político, social e culturalmente falando, como a França, a Inglaterra e a Alemanha, mais especificamente os dois primeiros. Conforme as palavras de Jeffrey D. Needell para “os brasileiros do século XIX, a Civilização

maior na avaliação dos nossos produtos e, portanto, serviriam para dar mais credibilidade as nossas opiniões críticas. E, nesse sentido, o nosso estudo crítico-historiográfico que ia se formando adquiria concomitantemente o caráter de adaptação das concepções críticas do estrangeiro e, assim, paradoxalmente, perdia-se em originalidade, da qual tanto se exigia a nossa produção literária. Outro fator importante é o desejo de pertencer à civilização ocidental e, por extensão, de “sentir-se civilizado”, deixando para trás o pesado fardo de povo “bárbaro”. Saber que a literatura brasileira era discutida e, por conseguinte, divulgada na Europa fazia com que sentíssemos pertencentes a ela e, de algum modo, a América seria vista como uma extensão do grande pólo cultural europeu. E, assim, a recepção, a valorização e, até mesmo, a contemplação cega dos raros discursos de críticos e historiadores do além-mar passam a fazer sentido. Nem sempre que encontrávamos alguém falando sobre uma singela colônia portuguesa ou, mais adiante, recém-nação brasileira. É a imagem do “esforço pinoquial” que Flávio Kothe constrói. A longa passagem abaixo pode melhor explicar o que queremos dizer:

A literatura brasileira coloca – já nas definições correntes do seu gesto inaugural como sistema – a presença do “outro”, o “diálogo” entre o europeu e o estranho, entre o que se pretende civilizado e o que parece um misto de utopia e barbárie, condensação que logo se desdobra em duas imagens (o bom selvagem e o canibal), assim como a imagem do europeu duplica (o aventureiro ganancioso e o civilizador). Só que esse “outro” não é determinado de dentro para fora, do nativo em relação a quem vem de longe, e sim de fora para dentro, não sendo esse elemento interno reconhecido em sua alteridade substancial: torna-se espaço de projeção das expectativas e dos (pré)conceitos do conquistador e do missionário europeu. Não há “diálogo”, pois esse “outro” não tem voz própria, quem fala não lhe dá ouvidos: se um é “in-fante”, aquele que não fala, o outro é aquele que não quer entender. Tudo transcorre, porém, sob a aparência de contato e diálogo: o dominador pretende que o outro seja o que ele diz dele.

A voz que é emprestada não é, no entanto, a voz autêntica, mas a voz de quem manipula. O *alter*, o pseudo-outro, torna-se boneco de um ventríloquo, que passa a falar como se essa fosse sua voz, pois foi-lhe ensinado que a sua fala original era a voz do diabo. Nos autos jesuítcos, os anjos e os santos falavam português, mas o demônio falava em tupi-

era a França e a Inglaterra. Na verdade, desde a época colonial, os brasileiros seguiam o exemplo português e procuravam nos dois países o que houvesse de melhor. Sobretudo em matéria de tecnologia moderna (apesar de haver poucos interessados), ambos tinham muito a oferecer: a Inglaterra, através do exemplo e da experiência, e a França, através da experiência e do ensino.” (cf. NEEDLE, Jeffrey D *Op. cit.*, 1993, p. 49)

guarani; isso se tornou mais que expurgo e difamação de uma língua: condenação da fala autêntica, diferenciada. O que a Colônia fez com negros e índios, a República fez com os imigrantes. A assimilação foi genocídio da diferença. Civilizar-se significou apenas se tornar igual ao modelo imposto, de fora e de cima. Ainda que por séculos não tenha tido maior originalidade, a literatura brasileira é – como toda a literatura de colônias – o esforço pinoquial do boneco em conquistar voz autônoma, e não apenas parecer que a tem. A historiografia literária estendeu as cordas que movem o boneco. Só assim ele tem fala: é. Às vezes pensa ter adquirido voz própria, esquece que continua a falar o que o seu mestre lhe dita. O seu mestre já está velho e cansado, não quer ditar mais nada, pois espera que cumpra o ensinado: está antes indiferente, mais preocupado consigo próprio, sem os cuidados de Gepeto com o seu boneco. Só que o próprio boneco pensa ter adquirido fala quando se ouve mover os lábios e a cara de pau conforme as palavras do dono. O mundo diverte-se com a brincadeira.¹⁶⁹

Com efeito, esse “instinto de civilização” despertado no Romantismo sempre estaria em voga¹⁷⁰ e teria outros fatores instigantes por trás do grande palco literário que se explicam por meio da presença integral do Estado Nacional e sua política externa, com seu interessante projeto de história nacional, como poderemos observar nas próximas páginas. Mesmo passadas algumas décadas, depois dos precursores olhares críticos estrangeiros, e quando as manifestações críticas dos brasileiros vinham à tona e se consolidavam, verificasse a persistência de avaliação e propagação da cultura nacional, a partir de um inquestionável olhar especializado europeu. E, com relação ao atraso de granjearmos a ansiada história oficial da literatura brasileira, de alguma forma, os europeus saíam na frente, com seu pioneirismo, confirmando, mais uma vez, o possível “atraso” crítico-historiográfico de nossos brasileiros. Foi o caso da história literária do austríaco Ferdinand Wolf.

¹⁶⁹ KOTHE, Flávio. *Op. cit.*, 1997, p. 151-152.

¹⁷⁰ Numa órbita maior, por exemplo, esse instinto também se encontra presente fortemente na formação da República brasileira: “Bastante diversa, a outra base do movimento republicano era exatamente aquele agrupamento urbano de homens movidos pela paixão por um novo Brasil, por um país em oposição à realidade agrária com a qual a elite paulista se satisfazia plenamente. Esta concepção de um novo Brasil, embora variasse segundo seus proponentes, apresentava um denominador comum: a reformulação do país conforme os modelos políticos apresentados pelos republicanos norte-americanos e franceses. Ainda mais comum eram os que propunham um modelo de desenvolvimento baseado nos mesmos mecanismos de modernização que impulsionavam a industrialização nos países do Atlântico Norte.” (NEEDELL, Jeffrey D. *Op. cit.*, 1993, p. 23)

BRÉSIL LITTÉRAIRE
HISTOIRE
DE LA
LITTÉRATURE BRÉSILIENNE

SUIVIE

D'UN CHOIX DE MORCEAUX TIRÉS DES MEILLEURS
AUTEURS BRÉSILIENS

PAR

FERDINAND WOLF

DOCTEUR EN PHILOSOPHIE, CONSERVATEUR DE LA BIBLIOTHÈQUE IMP. DE VIENNE, CHEVALIER
DE L'ORDRE IMP. AUTRICHIEN DE FRANÇOIS-JOSEPH, COMMANDEUR (DE NÚMERO) DE L'ORDRE
ROY. ESPAGNOL DE CHARLES III, MEMBRE DE L'ORDRE ROY. BAVAROIS DE MAXIMILIEN POUR
LE MÉRITE SCIENTIFIQUE, CHEVALIER DES ORDRES ROYAUX D'ISABELLE LA CATHOLIQUE, DU
CHRIST (DE PORTUGAL), DU DANEBROG ET DE LA LÉGION D'HONNEUR; MEMBRE ET SECRÉ-
TAIRE DE L'ACADÉMIE IMP. DES SCIENCES DE VIENNE, MEMBRE DE L'ACADÉMIE ROY. DE
MUNIC, DE LA SOCIÉTÉ ROY. D'HISTOIRE ET DE LANGUE DANOISES DE COPENHAGUE, MEMBRE
HONORAIRE DU COMITÉ FLAMAND DE FRANCE, MEMBRE CORRESPONDANT DE L'INSTITUT DE
FRANCE (ACADÉMIE DES INSCRIPTIONS ET BELLES-LETTRES), DE L'ACADÉMIE ROY. DE BERLIN,
DE LA SOCIÉTÉ DES SCIENCES DE GÖTTINGUE, DE LA SOCIÉTÉ D'HISTOIRE DE MADRID,
DES SOCIÉTÉS DES ANTIQUAIRES DE LONDRES, D'ÉDIMBOURG, ET DE LA
NORMANDIE, ETC.

BERLIN

A. ASHER & CO.
(ALBERT COHN & D. COLLIN)

1863

(Folha de Rosto da 1ª. ed. d'*O Brasil Literário* – 1863- publicado em francês)

I. O Brasil Civilizado

Nascido em Viena, onde também faleceu, Ferdinand Wolf (1796-1866) foi um intelectual das letras exemplar. Doutor em Filosofia, funcionário da Biblioteca Imperial de Viena, demonstrou interesse também pelas disciplinas de filologia e, principalmente, história, sendo, nesta última, reconhecido como um grande historiador das literaturas espanhola e portuguesa, escrevendo, por exemplo, vários títulos a respeito do romanceiro castelhano e tendo o seu maior reconhecimento pela confecção da *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur*, de 1859 (a *História da literatura da Espanha e de Portugal*, traduzida por Menéndez y Pelayo por volta de 1896)¹⁷¹. Além disso, o austríaco fez compilação e organização de obras raras; estudou, comentou e traduziu grandes peças medievais esquecidas. Seu nome teve repercussão nas terras brasileiras, por conta de sua obra, *Le Brésil littéraire – histoire de la littérature brésilienne* (*O Brasil literário: história da literatura brasileira*), vista por muitos como a nossa primeira história literária, porque consegue, com êxito, sistematizar consistentemente o nosso passado literário.¹⁷²

Agora, com Ferdinand Wolf, a situação configura-se um pouco diferente em comparação com os nossos estrangeiros pioneiros. Naquele momento, com Bouterwek, Simonde Sismondi e mais especificamente Ferdinand Denis, temos os europeus interessados pela cultura americana de maneira espontânea, revelando a curiosidade típica dos estrangeiros no que se referia ao exótico “Novo Mundo”, sem estabelecer, portanto, qualquer vínculo institucional com o país. Por outro lado, a presença de Wolf na nossa historiografia literária efetiva-se não só por conta desse interesse espontâneo pelas terras brasílicas, mas também de um estímulo dirigido oficialmente pelo império brasileiro, quando se constata que a sua história literária foi elaborada sob os auspícios da “Sua

¹⁷¹ Na sua bibliografia, encontram-se títulos como: *Floresta de rimas modernas castelhanas* (1837); *Ueber Romanzpoesie der Spanier* (1847); *Ueber eine Sammlung spanischer Romanzen in fliegenden Blättern auf der Universitat sbibliothek zu Prag* (1850), etc.

¹⁷² cf. CESAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. 136 e Menezes, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5. 1969, p. 1332

Majestade o Imperador do Brasil”; havia, então, as mãos imperiais interessadas em direcionar os olhares europeus as nossas plagas, afastando-se, nesse sentido, do que acredito ser o caráter espontâneo que se prefigurou nos primeiros dizeres críticos estrangeiros. Vale ressaltar que, descarta-se a possibilidade de que a acolhida pelo austríaco desse trabalho historiográfico não fizesse parte de seu gosto individual pelas literaturas neolatinas que, conforme comentamos, eram uma de suas paixões como intelectual das letras e, de fato, permitiram-no produzir vários estudos bastante relevantes para o enriquecimento da herança cultural da península ibérica.

A questão do “instinto de civilização” se faz mais do que presente nessa circunstância de produção historiográfica dirigida e, de maneira exata, permite explicitar a postura político-nacional que, através da parceria entre Estado e História Literária, a necessidade de “civilizar-se” assume; para além daquela idéia de reconhecimento meramente intelectual. Está claro, portanto, que, com a política cultural-nacionalista, o “instinto de civilização” participa de projetos progressistas da sociedade imperial, cultivados nesse momento romântico, já que, como sugere Bernardo Ricupero, após a “independência política, procura-se tornar a América latina ‘civilizada’, entendendo-se ‘civilização’ como uma nova forma de relacionar-se com o mundo, principalmente o centro capitalista.”¹⁷³ Possuir o *status* de civilização é, por conseguinte, manter relações de interesse com os donos do poder que poderiam trazer grandes benefícios à formulação do jovem império brasileiro.

Torna-se relevante apontar que à constituição imaginada de uma nação¹⁷⁴ não implicaria necessariamente a sua subsequente participação no “mundo civilizado”, embora para que se fosse visto como “civilizado”, necessitasse configurar-se, de fato, como nação. Esta, portanto, só era tida como “civilização” no momento em que conseguisse ser identificada como tal por parte do “mundo oficialmente civilizado”, que, como sabemos, no

¹⁷³ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. XXV.

¹⁷⁴ Essa perspectiva teórica de nação baseia-se particularmente nas idéias de Benedict Anderson, expostas na obra *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism (Nação e consciência nacional)*, tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Atica, 1989). Anderson define nação como sendo “uma comunidade de política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.” (p. 14)

período romântico, era a Europa. Assim, constituídos os supostos alicerces da nação¹⁷⁵, por meio do esforço intenso de organização interna do campo político-sócio-cultural, seguem-se as incansáveis tentativas nacionais de sermos percebidos pelos olhares estrangeiros e, conseqüentemente, granjear o nosso lugar ao sol, conforme as relações de expansão capitalista; cujo patrocínio imperial de uma narrativa historiográfica sobre a produção literária brasileira, de âmbitos internacionais, como a de Ferdinand Wolf, revelou-se uma das estratégias mais interessantes de estreitar oficialmente os laços com tal poder central.

É mais do que certo de que as histórias literárias possuem por si só um caráter institucional e, com certeza, a sua existência deve-se principalmente à necessidade estatal de veículos específicos de divulgação e representação do patrimônio nacional, a partir da idéia de nação que se afirma também pela propagação da produção cultural e literária local. E, como revela Hans Robert Jauss, ao discutir o verdadeiro lugar das histórias literárias na contemporaneidade, é “por intermédio da história das obras literárias” que, no romantismo, se transmitia “a *idéia da individualidade nacional* a caminho de si mesma.”¹⁷⁶(grifos nossos) Embora, em primeiro plano, esse veículo pretenda ser de circulação dentro da própria nação, com a proposta de educação do espírito patriótico de seus pares, sem visíveis pretensões de alcance além-fronteiras, onde as obras do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis podem ser exemplos mais fidedignos, ao mesmo tempo, inevitavelmente, ele opera como um símbolo nacional de representação universal e, pelo seu vínculo institucional, também, de estratégia diplomática.

O estrangeiro Ferdinand Wolf não era nenhum intelectual inocente ao estabelecer relações com o Estado e confeccionar a sua história literária que, segundo Menezes, como se observou, o tornaria amplamente conhecido no país¹⁷⁷. E, de fato, essas relações são uma via de mão-dupla, já que traziam benefícios a ambos participantes. Ao passo que o Estado lucrava com a divulgação e legitimação de seu conjunto literário no aparelho cultural, visto

¹⁷⁵ De fato, a nossa idéia romântica de nação esteve diretamente condicionada ao “instinto de civilização” que, de certo modo, se torna bastante paradoxal, uma vez que, como acertadamente constatou Bernardo Ricupero, lutávamos pela nossa especificidade de sociedade nacional, porém tentávamos, “ao fim do caminho, encontrar a civilização européia.” (RICUPERO, Bernardo. *Op. cit.*, 2004, p. XXVIII)

¹⁷⁶ JAUSS, Hans Robert. *Op. cit.*, 1994, p. 5.

¹⁷⁷ MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5. 1969, p. 1332.

como “civilizado”, Ferdinand Wolf tinha em troca, sem dúvida alguma, com o aval estatal, maior oportunidade de vir a ser reconhecido intelectualmente nos espaços da elite intelectual do Ocidente. Pelo que parece em sua dedicatória a D. Pedro II, nas primeiras páginas d’*O Brasil literário*, o historiador demonstra conhecer os benefícios que os estreitos laços entre política e literatura poderiam oferecer ao Brasil, para o efetivo alcance dos prestígios diplomáticos no “mundo civilizado”. Mais do que isso, Wolf estava completamente ciente da nossa necessidade de nos afirmarmos como “civilização”, quando expõe o seu “desejo de fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil” que “sob a augusta égide de Vossa Majestade não deixará de *atrair a atenção de todo o mundo civilizado*” (grifos nossos). Abaixo, observe as palavras dessa instigante dedicatória que transcrevo na íntegra para um melhor entendimento:

A sua Majestade o Imperador do Brasil

Senhor!

Dignando-se aceitar a dedicatória desta obra, Vossa Majestade não teve em vista senão o meu desejo de fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil.

Uma obra que apareça sob a augusta égide de Vossa Majestade não deixará de atrair a atenção de todo o mundo civilizado.

Eu me sentiria feliz, se pudesse orgulhar-me de ter produzido uma obra digna do insigne favor que Vossa Majestade houve por bem lhe conceder. É o alvo que visaram todos os meus esforços.

*Sou, com profundo respeito,
Senhor,*

*De Vossa Majestade Imperial,
o muito humilde e muito obediente servidor*

*FERDINAND WOLF*¹⁷⁸

¹⁷⁸ Cf. WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*: história da literatura brasileira. (Trad. Jamil Almansur Haddad) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

Essa questão parece ser uma das grandes preocupações trazidas pelo historiador Ferdinand Wolf. Em sua narrativa, percebe-se a retomada quase que sucessiva do termo “civilização” e de seus correspondentes, configurando-se, sem sombra de dúvida, um artefato para a discussão do processo de formação da literatura nacional que, para ele, estaria atrelado à história do desenvolvimento do país como “civilização”, numa espécie de amálgama de pura legitimação cultural. Em seu discurso, realiza uma análise comparativa explícita, tomando, para tanto, como paradigma de “civilização” a Europa, e pondo em grande destaque a nação alemã. É, sobretudo, a noção do papel civilizador europeu, no que se refere ao estabelecimento de outras “civilizações” que sobressai em sua narrativa historiográfica. Em prefácio a sua história literária, datado de 1862, Ferdinand Wolf alega que o:

Império do Brasil viu nestes últimos anos sua influência aumentar, a ponto de atrair a atenção de toda a Europa civilizada. Naturalista, etnógrafos, historiadores, homens de estado, tomaram-no por objeto de seus estudos, de que resultou um número considerável de obras importantes.

Apenas por um aspecto o Brasil continuou até agora uma terra desconhecida dos Europeus: sua literatura indígena e nacional conservou-se na obscuridade. Mal aparece entrevista em algumas obras sobre a literatura portuguesa, vindo inclusa como exíguo apêndice. (...)

O que faz com que esta literatura não tenha ainda atraído a atenção, mesmo na Alemanha, este país universal, é provavelmente o motivo de as suas fontes de estudo serem inacessíveis. (...) ¹⁷⁹

Num outro momento, Wolf trabalha a idéia de que o processo de civilização americano assemelha-se ao da “Europa moderna” e, embora pareça aproximar igualitariamente o americano do europeu, tem o intuito de deixar bem estabelecido que as condições decisivas para o nosso estabelecimento como “nação civilizada” advêm da primordial presença cultural européia, bem como, por outro lado, de invalidar qualquer vínculo de civilização com a cultura bárbara americana que, por ventura, pudesse vir a ser suscitado:

¹⁷⁹ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 3.

A história do desenvolvimento da civilização e da literatura do Brasil e de toda a América tem uma certa analogia com a da Europa moderna. Nestes dois continentes, atuaram os mesmos fatores, mas em sentido inverso. Na América este desenvolvimento teve o seu ponto de partida numa civilização anterior e de povos semi-selvagens, mas foram os conquistadores que trouxeram a civilização, enquanto que os indígenas quase todos bárbaros (com exceção dos mexicanos e peruanos) só puderam utilizar-se da cultura nascente, misturando-se a seus opressores.¹⁸⁰

Ou, assim como abria o livro, em seu desfecho, retomando a proposta de “civilização”, na qual, agora, reivindica o reconhecimento das letras brasileiras pelo seu comprovado caráter nacional:

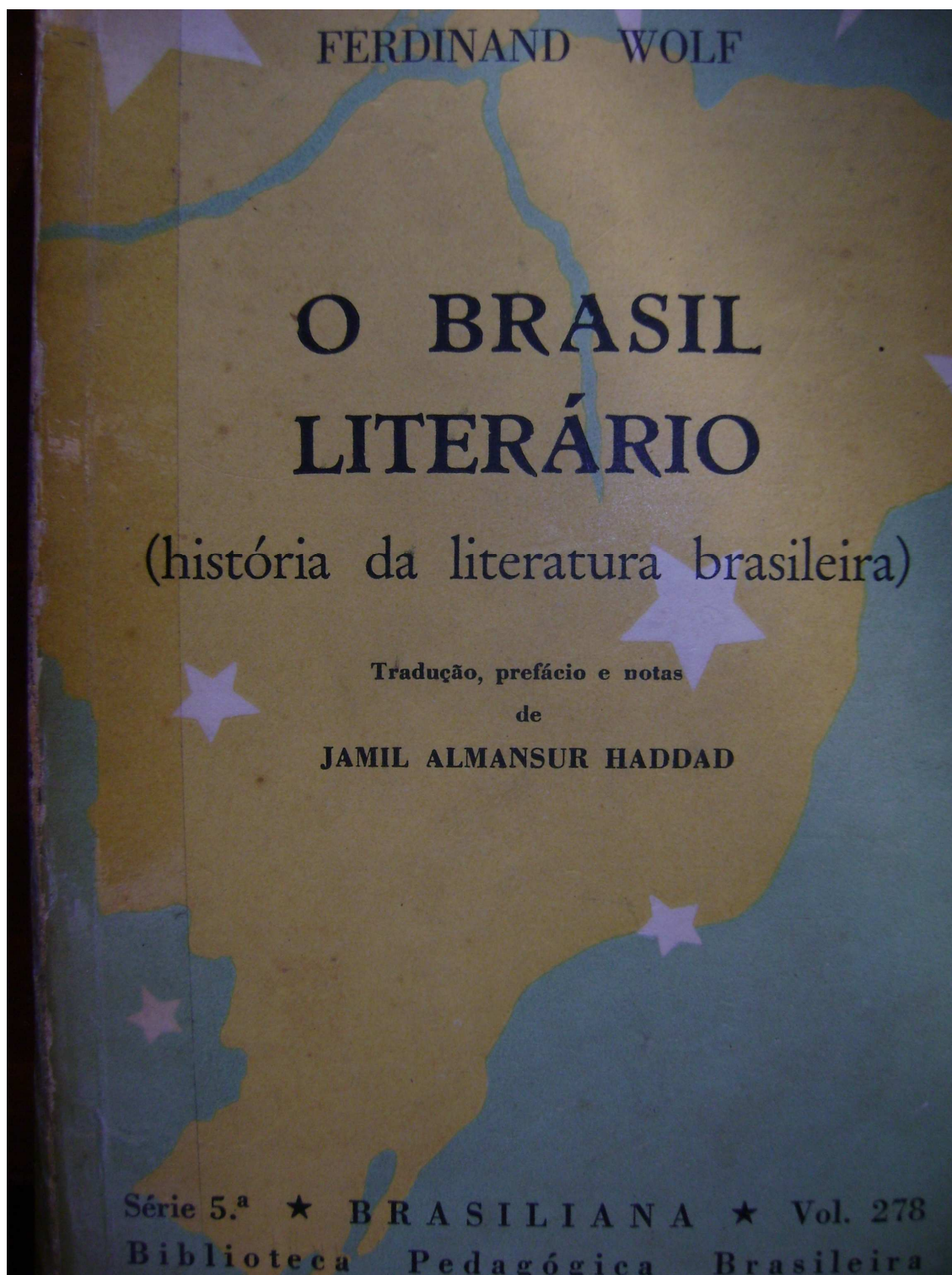
Por imperfeito que seja este ensaio, o leitor poderá tirar dele os resultados seguintes: a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado; enfim, no último período principalmente, ela desenvolveu-se em todas as direções e produziu nos principais gêneros obras dignas da atenção de todos os amigos das letras.¹⁸¹

N’*O Brasil literário*, o destaque da superioridade européia em detrimento à suposta inferioridade da civilização americana autóctone é, por diversas vezes, reafirmada, uma vez que, de acordo com opinião do austríaco, pela constante influência cultural da Europa que tivera, a “civilização americana é muito menos natural e menos original. Os próprios conquistadores, lutando sem cessar contra a natureza, as doenças e os selvagens, tiveram grande dificuldade para por sua vez, não se barbarizarem também (...)”¹⁸² Essa visão wolfiana confirma esse ideal de “civilização” colonialista que, de fato, a grande maioria dos estrangeiros trazia consigo quando se tratava das relações com os americanos. Bernardo Ricupero vai mais a fundo e constata que, nesse caso, tal posicionamento romântico configura-se no sentido de justificativa européia relativa à “expansão das potências capitalistas.”:

¹⁸⁰ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 16.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 355.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 16.



(Capa da 2ª. ed. d' *O Brasil Literário* de 1955)

Nesse sentido, também a idéia de “civilização” passa a funcionar como um quase produto de exportação, utilizado para justificar a expansão das potências capitalistas. Rudyard Kipling, por exemplo, chegará a falar em “fardo do homem branco”, sugerindo que os europeus e seus descendentes teriam quase a obrigação de levar a civilização para outros homens, que viveriam nas trevas da ignorância e da superstição.¹⁸³

De todo modo, o austríaco não era o único a valorizar o legado civilizador europeu e é mais do que provável que tenha se aproveitado de algumas das diretrizes críticas do mestre Ferdinand Denis, cujos parâmetros para visualização da cultura do “Novo Mundo” fundamentavam-se também a partir da percepção dos “benefícios da civilização” que o poder europeu trouxe aos povos americanos. E mesmo aqui os brasileiros consolidavam tal concepção estrangeira, pois tinham a consciência do poder condicionante que as nações européias tiveram na constituição de nossa nação, fazendo o grande propulsor do nacionalismo brasileiro, o poeta Gonçalves de Magalhães, afirmar que se:

compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontramos, que cuidar-se-ia que entre o passado século, e o nosso tempo ao menos um século mediara. Devido a isto a causas, que ninguém hoje ignora. Com a expiração do domínio português, desenvolveram-se as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetros dos reis.¹⁸⁴

II. Nação e Civilização

O austríaco Ferdinand Wolf passou três anos intensos dedicados à pesquisa da literatura brasileira para que, em 1863, conseguisse publicar a história literária do Brasil.

¹⁸³ RICUPERO, Bernardo. *Op. cit.*, 2004, p. XXIII-IV.

¹⁸⁴ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina et MOREIRA, Maria Eunice. (org) *Op. cit.*, 1999, p. 35.

De imediato, a história de sua publicação traria duas problemáticas significativas. Escrita na língua alemã, ela só viria a lume em francês, com a tradução de Van Muyden, de título *Le Brésil littéraire – histoire de la littérature brésilienne*; nesse ponto, há que considerar que possa gerar dúvida se os termos e idéias utilizados pelo autor realmente foram mantidos como no original. Dúvida essa que dificilmente será sanada, já que não se têm notícias da aparição de sua edição em alemão. No Brasil, essa história literária seria acolhida em francês mesmo, e também aplicada no ensino¹⁸⁵, sem nenhuma tradução de imediato; só viria a ser traduzida para a língua portuguesa quando estava prestes a completar um centenário de sua primeira edição, em 1955, pelas mãos de Jamil Almansur Haddad que, com muito zelo, traduziu, prefaciou e adicionou várias notas explicativas. Poucos anos depois, em 1978, o pesquisador Guilhermino César faria uma excelente tradução da obra, mas de apenas alguns excertos¹⁸⁶.

Outro ponto que se põe é a circunstância em que se produziu o seu texto. Ferdinand Wolf afincou pesquisador das letras ibéricas, doutor em filosofia, filólogo e historiador, nunca visitou a América, como fez, por exemplo, o historiador Ferdinand Denis e alguns outros curiosos pelo “Novo Mundo”. Nesse sentido, *O Brasil literário* é fruto basicamente de leitura dos textos literários brasileiros que recebia na Biblioteca de Viena, da qual era funcionário; e por intermédio dos amigos Ferdinand de Hochstetter, Tschudi e dos brasileiros Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França:

Acrescentemos a isto que eu tive a felicidade de travar conhecimento com os escritores mais distintos do Brasil. Quero falar dos srs. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França que *me forneceram material de toda a espécie e auxiliaram-me com seus conselhos*. Exprimo-lhes aqui publicamente meu reconhecimento, assim como ao sr. Tschudi que, não satisfeito de pôr à minha disposição a sua rica biblioteca, abriu-me o tesouro inesgotável de sua erudição.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Nos programas de Ensino do Colégio Pedro II, consta como manual didático obrigatório para o ensino da história da literatura brasileira da disciplina “Literatura Nacional”, de 1879 a 1882, a citada *Histoire de la Littérature brésilienne*, por Ferdinand Wolf. (cf. SOUZA, Roberto Acízelo. *Op. cit.*, 1999, p. 157-229)

¹⁸⁶ CESAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. 141-180.

¹⁸⁷ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 4-5. (grifos meus)

Num primeiro momento, esse tipo de contato e seleção do *corpus* literário pode ser relevante tão-somente para a compreensão das relações diplomáticas entre esses espaços literários distintos e do também “instinto de civilização”, porém, com certeza, há mais do que isso. A presença desses “filtros” na apresentação da literatura brasileira a Wolf deve funcionar como interessante condicionante para a escrita da referida história literária e, por conseguinte, a construção do cânone literário nacional. De certo modo, percebe-se que *O Brasil literário* deixa de ser um escrito de mão austríaca e passar a ser de outras mais, especialmente brasileiras. E, assim, ela imbui-se das diretrizes do nacionalismo europeu com as do americano, gerando uma história literária com um espírito nacional híbrido. Quanto ao cânone, não é à toa que Gonçalves de Magalhães e sua trupe ocupariam algumas várias páginas da obra e, em contrapartida, o nome do polêmico José de Alencar não receberia nenhuma menção!

Estou longe de desmerecer a autonomia discursiva de Ferdinand Wolf. Há apenas a necessidade de se ressaltar que essa história literária foi direcionada por outros olhares historiográficos que, de alguma forma, conduzem a uma determinada visualização de nossa vida literária. No que se refere à maneira que traça as linhas de periodização, por exemplo, fica mais do que nítida a conformidade de pensamento, quando o austríaco adere quase completamente à perspectiva de um historiador brasileiro, o Joaquim Norberto. Em introdução à obra, na qual se expõe a definição e a divisão da literatura brasileira, Ferdinand Wolf se vale explicitamente dos métodos de periodização de Joaquim Norberto, presentes naquele Bosquejo de 1841, como diretrizes para a sua própria divisão. Ao explicitar seu método, em nota, Wolf revela que:

Adotamos a divisão dada por Norberto de Sousa Silva (*Modulações Poéticas. Precedidas de um Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1841, 8º., pp. 21-53), e dela somente nos afastamos para fundir num só – o 4º. – os seus 4º. e 5º. períodos, visto como a declaração da independência, qualquer que seja sua importância política, não nos parece que tenha tido bastante influência sobre a literatura para produzir algo mais que uma época de transição francamente perceptível.¹⁸⁸

¹⁸⁸ WOLF *apud* CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. 144.

Porém, há uma pequena incongruência entre essa perspectiva de periodização e a sua verdadeira aplicação n’*O Brasil literário*. Embora declare não concordar com a existência de um período literário brasileiro, do começo do século XIX a emancipação total do país em 1840, percebe-se que Ferdinand Wolf resolve contraditoriamente permanecer com a mesma periodização de Norberto no corpo de sua narrativa historiográfica. Nesse sentido, como comprovação, basta recorrer à parte introdutória que antecede o capítulo IX da obra, no qual é possível observar que Wolf registra a abertura do “Quarto Período: dos princípios do século XIX até a emancipação política e literária”¹⁸⁹, convalidando a proposta do historiador brasileiro.

A divisão completa seria a seguinte:

I período. Do descobrimento do Brasil ao fim do século XVII. Os jesuítas, principalmente, introduzem a cultura literária oriunda da Europa; os colonos portugueses e seus descendentes imitam servilmente os modelos português e espanhol.

II Período. Primeira metade do século XVIII. A cultura literária expande-se e mergulha raízes; fundam-se sociedades literárias, mas não obstante algumas veleidades de independência, ainda persiste a imitação pura e simples dos modelos portugueses.

III Período. Segunda metade do século XVIII. A cultura literária expande-se ainda mais, a par da tendência de se emancipar da influência da metrópole. – A escola de Minas Gerais é a principal representante desse movimento.

IV Período. Do começo do século XIX, e sobretudo a partir da proclamação da independência do Brasil (1822), até a desvinculação, tanto política quanto literária, da mãe-pátria e da dominação exclusiva do pseudoclassicismo, por influência dos românticos (1840). A literatura brasileira toma caráter nacional sempre mais pronunciado, em meio aos temporais políticos, e graças sobretudo à influência direta das literaturas francesa e inglesa.

V Período. De 1840 até hoje. Consolida-se a monarquia; o governo, e o imperador pessoalmente, estimulam as letras e as belas-artes. A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se mais, graças ao predomínio da escola romântica e dos elementos brasileiros.¹⁹⁰

De qualquer modo, como discurso de autoridade estrangeira, Ferdinand Wolf consolidaria uma sistematização historiográfica válida do passado literário nacional que,

¹⁸⁹ WOLF *apud* CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. 104

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 144.

mesmo sendo uma colagem da periodização brasileira, conseguiu modificá-la e explorar muitos dos seus aspectos literários, desconsiderados pelos seus predecessores, principalmente no que tange à literatura contemporânea a eles. N’*O Brasil literário*, a periodização segue os parâmetros da escola crítica e historiográfica romântica, a qual, segundo Antonio Candido¹⁹¹, constituiu-se sob as mesmas idéias de afirmação nacional, quando se tenta perceber a evolução literária do país a partir do acompanhamento progressivo de sua possível emancipação literária. Nela, a literatura ainda é vista como parte da história social e política nacional e, com isso, mesclam-se períodos históricos com os representativos da vida literária. O pensamento crítico de Ferdinand Wolf guia-se pelo determinante de que:

os primeiros elementos literários foram trazidos ao Brasil pelos conquistadores portugueses. Os colonos, seus sucessores, mantendo relações com a metrópole e servindo-se de sua língua, continuaram a cultivá-las. À medida que se emancipavam da mãe-pátria, os Brasileiros de origem portuguesa as desenvolveram com uma independência cada vez maior.¹⁹²

Nesse sentido, a análise passa a valorizar o aspecto nacionalizante das obras literárias do Brasil e serão freqüentes colocações como “germes de um desenvolvimento nativo e original”, “o sopro da liberdade deveria tomar logo mais, bem poderoso”, “capazes de purificarem o gosto nacional”, “serviu-se da forma nacional do rondó com estribilhos e redondilhas”, “acabasse por escolher um assunto nacional”, “contribuíram a dar ao nativismo nascente seu lugar merecido na poesia”, etc. Por exemplo, ao estudar a obra de José Basílio da Gama, buscaria destacar esses traços de emancipação literária, sempre tendo em vista a literatura portuguesa, e, no caso específico de alguns escritores e obras, demonstrar a sua antecipação nacional. Vejamos:

É possível que, tratando esta matéria, José Basílio tenha atendido à sua aversão pelos jesuítas e seu desejo de agradar a Pombal, mas não é menos importante observar que havia escolhido um assunto patriótico e soube encontrar em seu país os elementos de uma epopéia. Celebra, é verdade, a

¹⁹¹ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 2007, p. 328.

¹⁹² WOLF *apud* CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. 142.

vitória das armas portuguesas e espanholas mas o seu maior interesse incide sobre os indígenas, pintando-lhes os caracteres e os costumes, dando-nos episódios tocantes e descrições magníficas. (...) É certamente com toda a razão que José Basílio procurou os elementos poéticos no próprio Brasil. Conseguiu despertar o interesse por este país e suas particularidades e contribuiu razoavelmente para o livre surto do sentimento nacional.¹⁹³

No discurso de Ferdinand Wolf, detecta-se um forte encontro com o pensamento romântico herderiano, no que se refere à percepção do “gênio” do povo como parâmetros para a configuração de sua história. À valorização do passado nacional, como uma das únicas maneiras palpáveis de se reconhecer uma nação, impõe-se a busca do “gênio do povo”, com o qual se expressa a sua “individualidade” e constitui sua “história particular”. De acordo com o que disse o estudioso Elias Tomé Saliba:

De ampla utilização e com sentidos diversos, a noção de “gênio” (do povo) possuía, em alguns textos da época, pelo menos esta tônica comum, herderiana: cada época e cada povo com sua própria individualidade e sua peculiar forma de expressão, daí a necessidade de compreendê-los intrinsecamente associados à sua história particular, sem julgá-los a partir de princípios absolutos e exteriores.¹⁹⁴

Esse tipo de realização historiográfica tende a configurar o chamado cânone nacionalista e, como expõe acertadamente João Alexandre Barbosa, “é possível ver que o elenco de Wolf é, sem dúvida, mais amplo que os anteriores, embora, em muitos pontos, coincidentes com eles”¹⁹⁵. Analisando *O Brasil literário*, constata-se que Wolf foi um excelente investigador das letras e, de certo modo, soube vasculhar os textos literários brasileiros possíveis e trazê-los comentados – oferecendo também uma antologia deles - em sua obra, sempre se valendo de notas bibliográficas consultadas. E, por isso, a relevância de seu quadro canônico, tornando-se conhecidos nomes que, até então, por diversas razões, ainda não haviam sido contemplados pela historiografia literária nacional. A relação de

¹⁹³ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 90.

¹⁹⁴ SALIBA, Elias Tomé. *Op. cit.*, 1991, p. 39.

¹⁹⁵ Os quadros canônicos anteriores a que o estudioso João Alexandre alude são, principalmente, aos do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis. (cf. BARBOSA, João Alexandre. *Op. cit.*, 1996, p. 27.)

nomes seria exaustiva aqui, deixamos-lhes apenas alguns mais representativos: Eusébio de Matos, Manoel Botelho, Manoel de Santa Maria Itaparica, Rocha Pitta, Basílio da Gama, Antonio José, Durão, Cláudio Manoel da Costa, Gonzaga, Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Souza Caldas, José Eloy, Andrada e Silva, Bernardinho Ribeiro, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Odorico Mendes, Norberto, Teixeira e Souza, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Varnhagen, etc.

O que torna a história literária de Wolf interessante é que, além de repetir os cânones dos primórdios de nossa literatura, trabalham-se nomes da atualidade literária da época, o que, com certeza, os nossos historiadores não se preocuparam em fazer ou tiveram algum receio. Além do mais, Ferdinand Wolf se interessou pela análise de outros gêneros literários mais contemporâneos, como, por exemplo, o romance, a novela, o drama, a ópera, etc. Sobre o romance, mesmo ciente de que se trata de algo recente na história da literatura brasileira, ensaia algumas considerações de que este gênero “revestiu, desde o início de forma mais moderna; é essencialmente realista, social e subjetivo”¹⁹⁶ e, nesse caminho, dedica páginas e páginas ao célebre romancista Joaquim Manuel de Macedo que, desde já, se tornaria conhecido pelas suas características de ser um “pintor de costumes da sociedade moderna; as cores são vivas, a pintura dos caracteres chegam às vezes à caricatura, principalmente nas partes cômicas; a mistura enfim do gracioso com o sentimental é das mais felizes.”¹⁹⁷ Muito longe, iríamos ao tentar estudar essa narrativa historiográfica do austríaco Ferdinand Wolf. Outros aspectos relevantes poderiam ser levantados e discutidos, porém, aqui, apenas tentamos trazer uma breve reflexão a respeito de alguns deles e, de certo modo, despertar a atenção para alguns dos problemas teóricos e metodológicos fundamentais para a leitura da tradição historiográfica nacional. Enfim, a participação desse estrangeiro, produzindo uma história literária, com bases sólidas, tornou-se importante para a convalidação do primeiro ciclo de histórias literárias no Brasil.

¹⁹⁶ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 345.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 347.

CAPÍTULO IV.

A HISTÓRIA LITERÁRIA DE SOTERO DOS REIS:

o Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873)

*Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo
desdobramento de um relato, resistência e denegação da origem,
desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente.
Ela reitera [...] os mitos que [...] fazem da linguagem o vestígio sempre
remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de
esquecer*
(Michel de Certeau)

*Porei aqui termo ao meu discurso de hoje, dizendo-vos em conclusão que
uma nação, que apresenta um poeta como o Sr. Gonçalves Dias, um orador
como Frei Francisco de Monte Alverne, um sábio e profundo moralista
como o Marquês de Maricá, já tem o direito a ocupar um lugar distinto
entre os povos cultos do Universo.*

(Francisco Sotero dos Reis)

No século XIX, como a maioria das fontes críticas revela, houve o crescimento e a consolidação significativos da produção historiográfica geral e literária, que adquiriu seus primeiros contornos, resultado da hiper valorização da história como peça fundamental para explicar o destino econômico, social e cultural das nações. No Brasil, não foi diferente. Pode-se dizer que os primeiros produtos historiográficos são dessa época, vinculados quase sempre pela tendência de construção da independência nacional. Assim como ocorre com a

produção literária propriamente dita, com as representações historiográficas é possível identificar o aparecimento de produtores mais conscientes de suas funções, participantes de uma rede sistêmica com fins específicos, produtores de múltiplas apreensões do passado da e para realidade histórica de sua nação¹⁹⁸.

Em se tratando da escrita das histórias literárias brasileiras, pode-se dizer que houve, de fato, intelectuais conscientes da importância da confecção da história da literatura brasileira e, mesmo que com divergências filosóficas e metodológicas e/ou ritmo e sintonia diferenciados, participavam dando sua contribuição. Houve grupos concentrados, interligados entre si pelo mesmo círculo historiográfico e outros, produtores esparsos e descentralizados que contribuíram de alguma forma para o êxito da afirmação nacional. Todos os intelectuais estavam empenhados, cada um fazendo sua parte. No entanto, ao passo que o empenho e esforço intelectuais eram conjuntos num certo sentido, os seus resultados configuravam-se como produtos de mãos individuais e particulares que, a meu ver, trouxeram olhares distintos que enriqueceram ainda mais na constituição da historiografia literária no Brasil. O que quero dizer é que, no nosso caso, a história das três histórias literárias – as quais pertencem ao primeiro ciclo de sistematização histórico-literária – estudadas nessa Tese se constitui por produtores que participavam de grupos intelectuais distintos, principalmente levando-se em consideração a localização geográfica, mesmo que não deixando de pertencerem àquela rede sistêmica que se estabelece por meio dos vínculos de formação intelectual e das suas referências bibliográficas em comum. Talvez, essa questão aproxime-se à idéia de “núcleos culturais” que Vianna Moog menciona em *Uma interpretação da literatura brasileira* quando estuda a literatura brasileira. Para ele, deve-se estudar a literatura brasileira pela “análise dos núcleos culturais cuja soma forma o complexo heterogêneo da chamada literatura brasileira”, uma vez que ela apresenta uma “estonteante diversidade”.¹⁹⁹ Por conta desses “núcleos culturais” revela-se a “diversidade historiográfica” no Brasil.

¹⁹⁸ Baseio-me aqui na idéia de “literatura como sistema” de Antonio Candido, divulgada no livro *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*.

¹⁹⁹ Apud. SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 139.

O Cônego Fernandes Pinheiro circula no centro cultural do Império e dialoga com seus pares do “grupo fluminense”. O estrangeiro Ferdinand Wolf visualiza a história da literatura brasileira da Europa, “vista de fora”, sem nunca aparecer no Brasil, mantendo apenas vínculos com alguns escolhidos intelectuais brasileiros por meio da relação cultural Brasil-França. O outro brasileiro, Sotero dos Reis, constrói toda sua vida intelectual no extremo do país, na província do Maranhão, nunca saindo de lá, e recebe a inspiração particular dos ideais do chamado “grupo maranhense” da utópica “Atenas Brasileira”.

Essas circunstâncias podem ser interpretadas como fundamentais na formação das histórias literárias no Brasil, uma vez que, mesmo se aproximando em alguns pontos dos parâmetros historicistas da época, esses produtores historiográficos trouxeram uma leitura diversificada da realidade histórica da literatura brasileira quanto aos seus aspectos teóricos, metodológicos e filosóficos. A presença de Francisco de Sotero dos Reis com seu *Curso de Literatura Portuguesa Brasileira*, que, se assim podemos dizer, fecha historicamente o primeiro ciclo de histórias literárias no Brasil, demonstra nitidamente esses condicionantes historiográficos que ajudaram para a variedade das histórias literárias brasileiras daquela época. Tendo uma formação classicista, lusófona e lingüística, que marca e caracteriza a sociedade intelectual ludovicense, Sotero dos Reis trará em sua análise histórica da qual se valeu para sistematizar a literatura portuguesa e, principalmente, a brasileira, marcas de um modelo historiográfico bem específico daquela província que o distinguem das outras sistematizações.

Esse capítulo tem o intuito de trabalhar essa terceira história literária, mas, para tanto, faz-se necessário aqui entender melhor esse aspecto característico da sociedade maranhense – focalizando a cidade de S. Luís do Maranhão - para, depois, nos aprofundarmos em um dos frutos intelectuais resultantes que foi o curso de literatura de Sotero dos Reis. Nessa cidade, pelo menos na parte cultural, destaca-se pela ocasião do mito da “Atenas Brasileira”, cujo ideário lança novos dados para a constituição historiográfica e da história cultural brasileira. Conhecendo São Luis do século XIX e a constituição de seu distinto lado cultural, de modo particular, ao longo do período do segundo império, valerá para entender em que situação Sotero dos Reis se criou, explicando e muito o viés crítico e historiográfico do pensamento do autor para narrar a história da

literatura brasileira em que vínculos com o grupo maranhense da “Atenas Brasileira” e o elo com a educação ludovicense modelam uma historiografia literária nacionalista, lusófila e vernácula.

I. São Luís do Maranhão

Alem do Rio de Janeiro, embora não da mesma proporção, havia outros pólos citadinos, como Recife, Fortaleza, Salvador, São Luis, etc, que passavam pelo processo de “civilização” em terras brasileiras, sob o controle das bases políticas monárquicas e constitucionalistas, dentro dos parâmetros fluminenses de instituição político, social e cultural. Essas cidades já haviam tomado importância e adquirido um nível de desenvolvimento significativo diante das demais cidades brasileiras de acordo com a sua participação no sistema de colonização do país que, nesse sentido, o Rio de Janeiro ainda era iniciante. Claro que não igual ao ritmo de desenvolvimento revolucionário e industrializado que se consolidou a partir do século XIX, tendo como indicador que, em comparação aos anos anteriores, o país vivia novas regras de organização e governo. Mesmo assim, a reestruturação das mesmas ficava muito aquém da realidade do centro-sul, uma vez que se deve levar em conta o grande empobrecimento das províncias com o fortalecimento do comércio de café do Vale do Paraíba e a tendência centralizadora do império no centro da administração política que ficava nessa região específica.

Desses outros pólos em que se predominou a mudança histórico-social, vale a pena apenas comentar a situação de um especificamente - São Luis do Maranhão²⁰⁰ – já que se

²⁰⁰ Para um estudo mais aprofundado a respeito da história de Maranhão e, mais especificamente, a de São Luís, há uma vasta bibliografia, cuja relação se encontra na bibliografia geral dessa Tese. Registro aqui as que julgo mais interessantes e nas quais pude me basear para a elaboração desse pequeno esboço: BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. (Dissertação de Mestrado) Assis: UNESP, 2000; CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e educação no Maranhão: 1834-1889*. São Luís: SIOGE, 1984; LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A educação na*

tornou um local no qual se estabeleceram momentos políticos, culturais e literários decisivos no que se refere à constituição civilizatória do país que, de muitas maneiras, se sobressaem bastante diante das demais províncias e, além disso, foi o berço no qual um dos nossos historiadores literários – no caso Francisco Sotero dos Reis – se constitui como homem e intelectual das letras e, também confeccionou toda a sua produção política, literária e historiográfica.

No século XIX, embora a situação econômica de quase todas as províncias brasileiras estivesse em declínio, principalmente as do norte e nordeste, por conta das mudanças da valorização do mercado agrícola, dos vários conflitos internos e da problemática da escravidão, a capital da antiga província do Maranhão, São Luis, como os grandes centros urbanos do país, vivia um intenso processo de transformação no que se diz respeito ao compartilhamento do ideal de ascensão da antiga colônia aos moldes da civilização européia. Diferente da corte, que, como já dissemos, representava o centro econômico, social e cultural imperial, a imposição desse padrão de civilização em São Luis configura-se de uma maneira mais emblemática por conta do paradoxal mantimento dessa proposta numa sociedade que passava por vários momentos críticos, principalmente a partir de 1830, rumo ao empobrecimento total de grande parte da população e à decadência da região.

Embora se convencionasse a pensar o Maranhão dos séculos XVI e XVIII, como uma província baseada pela tradição de subsistência, sua capital São Luis assim como parte da província maranhense destaca-se pelo seu modo de colonização recebido que, a partir das invasões francesa, holandesa e portuguesa, obtém ampla valorização que lhe oferece um ritmo acelerado no desenvolvimento econômico, social e cultural, ainda mais pelo seu ponto interessante de contato com as outras províncias do norte que auxiliava aos colonizadores explorar a região amazônica e também centrar-se no povoamento para marcação territorial. Por conta disso e depois aliado à construção da Companhia Geral de

Baixada Maranhense: 1828-1889. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1983; MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.* Maranhão: Tipografia de Frias, 1870; MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão.* São Luís: SIOGE, Secretaria da Cultura, 1960; VIVEIROS, Jerônimo. *História do comércio do Maranhão.* São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

Comércio do Grão do Pará e Maranhão (1755), inaugurada pelas mãos do Marquês de Pombal, cujos propósitos comerciais alavancaram o cultivo e as exportações de algodão e do arroz, essa região brasileira alcançava em meados do século XVIII exemplo de progresso colonial, prosperidade econômica e aumento populacional, provando-se que as “relações comerciais com as capitanias vizinhas e com a metrópole provavelmente eram mais intensas do que tradicionalmente é dito.”²⁰¹

Essa idéia de destaque que se oferece ao Maranhão, a partir da sua prosperidade com a instalação da Companhia Geral de Comércio, constrói os parâmetros para a “inventada” história dessa província que, segundo Borralho, advém das primeiras leituras e formulações historiográficas que permanece ainda hoje. Resenhando o historiador Raimundo José de Sousa Gaioso, Borralho constata que ele

fala do estabelecimento da Companhia Geral de Comércio a fim de promover a cultura do algodão que principiou em 1760, assim como também estendeu sua produção para o arroz. O arroz da Carolina foi introduzido em 1765 pelo administrador da Companhia, o referido capitão José Vieira da Silva. [...] O algodão e o arroz passaram a ser os dois gêneros de exportação mais importantes na província. Inicia-se então um período de riqueza, de opulência, que teria tirado a província de sua posição tímida, de pobreza, sendo lançada na condição de grande exportadora da colônia, recebendo grande quantidade de mão-de-obra escrava. A posição do Maranhão, enquanto lugar de destaque na economia colonial, começava a ser esboçada, a história do Maranhão começava a ser “inventada”.²⁰²

Essa expansão econômica do Maranhão só foi possível, porém, mais por conta das guerras de independência dos Estados Unidos entre os anos 1775 e 1783 que, com as leis Embargo and Non – Intercourse Acts, além de outra guerra em 1812-15, privaram a Inglaterra da importação dos produtos agrícolas e matérias-prima para as indústrias têxteis. Com o desenvolvimento do setor têxtil inglês, necessitou-se de mais fornecimento de algodão, uma vez que tais colônias diminuíram a produção e a distribuição, tornando-se o Maranhão uma dos principais pólos de exportação algodoeira e ainda com menos custos ao império britânico. E, assim, São Luís torna-se um dos centros mais importantes de

²⁰¹ FARIA, Regina Helena Martins de. Repensando a pobreza do Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. vol. 1, nº. 1, São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências Humanas, 2003, p. 17.

²⁰² cf. BORRALHO, José Henrique de Paula. *Op. cit.*, 2000, p. 40-42.

comércio europeu nas Américas e, nesse aspecto, passa a agregar mais estabelecimentos comerciais portugueses, fazendo com o que população urbana tenha um crescimento considerável, cujo resultado é o acúmulo de bens importados e a sofisticação das relações sociais.²⁰³ Como bem assegurou Sérgio Buarque de Holanda:

São Luís era o centro urbano de maior viabilidade, como sede do Governo. Prosperava a olhos vistos. Alcançava o 4º. lugar entre as cidades brasileiras. As casas de dois e três pavimentos, conforme o pronunciamento de Spix e Martius, são, na maioria, construídas de grés de cantaria, e a cômoda disposição de seu interior corresponde ao exterior sólido do conjunto burguês. A cidade dividia-se em bairros. O mais antigo e populoso chamado da Praia Grande, era justamente aquele que oferecia o aspecto altaneiro do descritivo (...) A população da cidade somava 30.000 pessoas.²⁰⁴

Deste modo, até meados dos oitocentos, com o desenvolvimento econômico da província apoiado diretamente na monocultura do algodão e do arroz, com a imposição dos serviços escravocratas, rende a São Luís uma significativa concentração da renda nacional que veio a sustentar todas as famílias aristocratas maranhenses com seus rendimentos e lucros do comércio. O beneficiamento pôde então construir um período próspero para a elite de São Luís – cidade onde se concentrava a maior parte da aristocracia maranhense - no que diz respeito aos hábitos, aos costumes e, principalmente, à intelectualidade com os quais se possibilitou ao longo do século XIX a criação e a consolidação da idéia – depois também consagrada nos séculos posteriores pela historiografia - da “Atenas Brasileira” que, como iremos ver, foi um mecanismo do qual a elite intelectual se utilizou com frequência para preencher “uma espécie de vazio deixado pela ausência de perspectivas econômicas e idealizado no plano cultural”²⁰⁵ por consequência direta das crises que o Maranhão foi acometido a partir da segunda metade do século.

São Luís do Maranhão adquire assim contornos de uma cidade europeizada e sendo ponto de uma efervescência cultural que, em comparação com os demais municípios provincianos, tornou-se bastante singular e manteve contato direto com as capitais

²⁰³ Cf. MEIRELES, Mario M. *op. cit.*, 1960.

²⁰⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1978, vol. 4, p. 141.

²⁰⁵ Cf. BORRALHO, José Henrique de Paula. *Op. cit.*, 2000.

européias, principalmente a França e Portugal, recebendo diretamente as influências da produção artística, cultural e literária dos mesmos, como, por exemplo, as últimas novidades da literatura francesa e a companhia de ópera italiana.

Com o engrandecimento financeiro favorável aos maranhenses permite-se que façam importantes investimentos para o fortalecimento dos aspectos estruturais nos hábitos social e cultural da cidade, embora dentro das possibilidades e limites da época, criando, por exemplo, espaços de lazer, diversão e intelectuais, como, clubes, salões, associações, teatros – o primeiro veio a funcionar em 1816 pelo nome de Teatro União (depois Teatro São Luís e atualmente Teatro Artur Azevedo) -; apostando nas tipografias para a profusão do jornalismo político e literário; importando a culinária, a moda, companhias teatrais e a produção literária estrangeira de preferência através do gosto francês que ditava a moda naquele período; construindo grandes arquiteturas e decorações de casarões, tipicamente portugueses; inaugurando espaço para instrução com a Biblioteca Pública (1836) e organizando o ensino público com a construção, por exemplo, do famoso Liceu (1839); financiando os estudos dos filhos de aristocratas que começavam a estudar em universidades portuguesas, francesas, inglesas ou mesmo em instituições de ensino brasileiras do Recife, da Bahia ou do Rio de Janeiro, etc.²⁰⁶

Esses investimentos na infra-estrutura física e cultural de São Luís continuam mesmo com o declínio econômico que ocorreu a partir dos anos de 1830 quando houve a estagnação da produção algodoeira e a decadência da lavoura de arroz por conta dos baixos preços de exportação ocasionado pelas revoltas regionais, como a Balaiada (1838), que migrou os interesses para os seringais da Amazônia, e a concorrência do mercado internacional que, desse momento em diante, passa por um fortalecimento significativo pela suposta estabilidade dos países recém-independentes. Nas décadas posteriores, tentou-se sem muito êxito expandir a economia da província apostando num novo produto agrícola – o açúcar - que, conforme palavras de Maria do Socorro C. Cabral, a “partir aproximadamente dos anos 40, grande número de lavradores, sobretudo das regiões de Alcântara, Guimarães e Viena, diante da baixa rentabilidade da produção de produção

²⁰⁶ Cf. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A educação na Baixada Maranhense: 1828-1889*. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1983.

algodoeira, passou a cultivar a cana-de-açúcar. Segundo esses senhores, a produção de açúcar apresentava, sobre a do algodão, vantagens, como menor vulnerabilidade nos preços, inexistência de fortes concorrentes, como os Estados Unidos, além da existência de regiões propícias ao cultivo de cana.”²⁰⁷ E, além da cana-de-açúcar, acreditou-se na alternativa de enriquecimento por meio da indústria têxtil, cuja idéia tornou-se apenas possível pelo acúmulo de dinheiro que a restrição na compra de escravos proporcionou aos nobres. Figura-se também nessa tentativa desenfreada de mantimento do *status* econômico maranhense o comércio monopolizado pelos estrangeiros portugueses, franceses e ingleses.

Para evitar a decadência total, a política pública foi incisiva e decisiva e, nem por isso, conseguiu restabelecer a ordem totalmente. Ainda que Maranhão obtivesse relativa autonomia administrativa, o poder do Estado Unificador mantinha as rédeas da situação na instauração de leis administrativas de organização e disciplina, agindo como agente regulador do ambiente ludovicense e maranhense. A polícia se responsabilizava pela fiscalização e manutenção da ordem pública, tendo em vista a ordem social e estabilidade do Estado, sem as ameaças de infratores como a ação dos escravos na sociedade. Por volta da década de 1860, inicia-se um processo de urbanização pela partes mais privilegiadas da cidade ludovicense que, dos serviços prestados, recebeu saneamento básico que incluía água encanada e coleta de lixo, bem como a instalação de iluminação pública a gás, o aumento de ruas e sua pavimentação, a construção de edifícios comerciais, etc. Outros serviços eram oferecidos à sociedade maranhense e, por meio de leis, havia o controle municipal que vistoriava a execução deles e a obediência da população diante das suas responsabilidades como cidadão, cujo descompromisso com a lei e autoridade acarretaria em multa – que serviam para inibição e acarretamento de dinheiro ao cofre público – e, alguns casos, levava à prisão.

No entanto, nem com todas essas investidas, o Maranhão conseguiu voltar ao seu apogeu anterior e, no caso das fábricas têxteis, pela falta de interesse dos aristocratas na renovação das máquinas, elas foram sendo deixadas de lado. A respeito da agricultura, destaca-se a superioridade que a cultura norte-americana tomou no comércio internacional

²⁰⁷ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Op. cit.*, 1984, p. 73.

e o atraso das técnicas agrícolas brasileiras. No *Diário do Maranhão*, de 1856, o articulista Fábio Alexandrino dizia que:

Entre nós a agricultura vive presa ao cepo da rotina, alheia aos progressos do mundo civilizado, e ainda hoje, como nos tempos primitivos da conquista, não usa de outros instrumentos além do machado e do sacho, ou antes a devastação reduzida a sistema. Adotemos a cultura sábia dos povos civilizados, procuremos aprender e seguir os métodos aprovados pela ciência e pela experiência, demos à terra, por meio dos adubos, os elementos de fertilidade que lhes faltaram; e não desprezemos o arado, que é o instrumento clássico da lavoura desde os tempos mais remotos.²⁰⁸

A única alternativa foi conseguir conservar, a todo custo, a aparência e o *status* de centro espiritual, cultural e intelectual, o que faz Abranches dizer em seu livro de memórias que em “1881, São Luís ainda conservava os seus foros de metrópole espiritual do Brasil. A cultura do vernáculo tornara-se o padrão de glória dos maranhenses: ninguém os excedia pelas outras províncias na pureza, na correção e na elegância da linguagem.”²⁰⁹ Com a grave crise financeira, a preocupação da elite era continuar ostentando o requinte que, assim, funcionaria como um dispositivo de manter as aparências em frente à crise econômica que se assomava para a sociedade maranhense de um modo geral, assim como foi, com relação à tradição cultural, a interessante continuação da “Atenas Brasileira” por parte dos intelectuais da época. De fato, o que restava aos ludovicenses – pelo menos é o que pensavam naquele tempo - era apenas o poder de negociação que – como único bem cultural - o nome das famílias mais abastadas poderia oferecer e a possibilidade de granjear algumas negociações para impedir a decadência financeira, como, por exemplo, casando suas filhas com estrangeiros.

Assim como no Rio de Janeiro, os nobres na cidade de São Luís abusavam das oportunidades de imaginar viver nos trópicos o estilo de vida europeu, principalmente, como já ficou dito, o estilo francês de vida, uma vez que quanto mais se cultivava o gosto do velho mundo mais poderiam considerar-se “civilizados”, a partir da influência direta do processo de independência que se alastrou por todo território brasileiro. Essa idéia se

²⁰⁸ REIS, Fábio Alexandrino de. C. Breves Considerações sobre a nossa lavoura apud CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Op. cit.*, 1984, p. 94.

²⁰⁹ ABRANCHES, Dunshee. *O Cativoiro*. 2 ed. São Luís: ALUMAR, 1992, p. 104.

fortaleceu quando os filhos da elite da aristocracia maranhense começaram a circular nas principais capitais européias do século XIX em busca de aprimoramento dos estudos universitários e, depois de um tempo, voltavam querendo inserir os mesmos modos de vida em que tiveram contato.

Mesmo com graves problemas administrativos, econômicos e sociais – conservava-se o modo patriarcado e escravocrata colonial -, de modo geral, esses filhos que representavam a intelectualidade ludovicense começaram cultivar a excelência intelectual na tentativa de dar orgulho aos seus conterrâneos e, por conta da grande riqueza cultural que construíram e os nomes dos grandes literatos, a imagem da cidade de São Luís do Maranhão como “Atenas Brasileira” foi sendo consolidada ao longo do século XIX. Nesse período áureo em que a literatura floresce de uma proporção absurda possibilitada pela proliferação de livros estrangeiros e pelo investimento na produção jornalística e literária, por meio das tipografias instaladas, surgiram nomes importantes que, dentro da história da literatura brasileira, ficaram conhecidos como, segundo José Veríssimo, pelo título de “grupo maranhense” que puderam consolidar o produto literário nacional. Esses intelectuais e escritores como Gonçalves Dias, João Lisboa, Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade, entre outros, fizeram com que o Maranhão se tornasse um dos principais cenários da poesia, da prosa e da produção jornalística do século XIX no Brasil.

II. A Atenas Brasileira

O espírito de pertença ao território e à sociedade maranhense e a exaltação da cultura literária local, advinda do grupo maranhense, tornaram-se próprios aos conterrâneos daquela província ao longo do século XIX. A província é visualizada como um território a parte, independente, principalmente culturalmente, de todo restante do país. Famosos são os discursos calorosos, as narrativas épicas, as poesias em louvor a tudo que se refere às coisas

do maranhão por grande parte de seus intelectuais. Em 28 de julho de 1831, nas folhas de um dos jornais mais reconhecidos na sociedade maranhense, o *Farol Maranhense*, encontra-se Sotero dos Reis exaltando as glórias do Maranhão:

Ao Aniversário da Independência do Maranhão

Surgindo dentre as ondas brilhantadas
Do sol meridiano à luz dourada,
Qual outrora surgiu da branca espuma
Nas cíprias águas a formosa Vênus;
Aqui, donde o destroço miserando
Dos naufragos baixeis de Aires da Cunha
Verde-negros tristões pasmados viram;
Ilha feliz se c'roa de verdura
No argentado do pego cristalino,
Mansão vernal do Zéfiro macio,
Da amável Flora, e gênios benfazejos,
Protetores da América: que às festas,
Que à dança estrepitosa presidiam
Do homem natural, quando, fugindo
Das regiões do Austro, às nossas praias,
Em guerras sanguinosas sucumbido
Vago Tupinambá pedia asilo,
Sob o peso vergado sacrossanto
Dos ossos dos maiores. Mas, voarão

Sobre as asas dos ventos, açodados
Esses amigos Gênios, mal que Europa.
Com a polícia e artes de mistura
Seus vícios nos mandou (funesta herança)
Em retorno do ouro destes climas.
Atônitas então as filhas virão
Do ocidental Nereu, as píneas casas,
Quase monstros alígeros nadando
Dos virgens mares na cerúlea tona;
E três nações belígeras a posse
Desta ilha, por seu turno, disputar-se!
Pela primeira vez os trons medonhos
Da irada artilharia os níveos rostos
Das dríades gentis dos nossos bosques
De susto empalidecem. Sangue em chorro
Banhou por vezes a arenosa praia,
E de brancas as ondas fez vermelhas!
Te que ao braço esforçado de Barreiros
Cede o colono Batavo, que os hinos

Inda há pouco cantava vitória.
 Longos evos decorrem, e gemia
 Pela imensa extensão da Terra América
 Curvado ao jugo o Americano inulto:
 Mas ao norte fuzila a grata aurora
 Da liberdade, esquiva ao resto do Orbe:
 Os sagrados pendões primeiro em Boston
 Aos ventos tremularam matutinos,
 Exemplo ao Novo, exemplo ao Mundo Antigo!
 Ao brioso reclamo, enfim desperta,
 Da dura escravidão no torpe sono,
 O Americano Austrino, e os ferros quebra
 À voz da Deusa, presto, que ribomba
 Da foz de São Lourenço à foz do Prata!
 Filha dos Céus, avulta a Liberdade:
 Co'a frente luminosa os astros toca,
 Em pé no Mundo Novo, outro nas Gálias,
 Do adamantino escudo vibrando,
 Com que as trevas dissipa do erro inferno,
 Transpor ameaça as Hiperbórias serás,
 E aos foros seus reivindicar a terra.
 Corre a Deusa o Brasil, seus dons nos verte:
 E no vôo altaneiro não se esquiva
 De visitar-te, oh Pátria! Ilha mimosa!
 Fecundo Maranhão! Três vezes salve,
 Neste áureo dia, que pasmou de feito,
 Por teus filhos o brado, quando o jugo
 Sacudirão de si: da lapa algosa
 Ergue o Bacana a maldita cabeça;
 E celebrar se apraz o teu triunfo,
 Como que as margens do mais belo verde
 Se arreia, se tapiça: as Ninfas suas
 Com alternado pé ferindo a terra,
 Mil danças trançam de chistosa graça...
 O campo ferve em jogos, em tripúdios...
 Subindo aos ares vão alados Hinos,
 Festivos núncios d'alegria nossa,
 Do prazer que borbulha em nossos peitos...
 Volvendo eterno nos fuzis do tempo,
 Seja oh Dia feliz, tua memória
 Aos estranhos assombro – aos nossos glória!²¹⁰

²¹⁰ REIS, Francisco Sotero dos. Ao aniversário da independência do Maranhão. *Farol Maranhense*. n. 321, de 28 de Julho de 1831. *apud*. LEAL, Antonio Henriques. *Patheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, t. I., p.145-146.

De estilo neoclássico e sentimento nacional romântico, esse poema configura-se como uma entoada épica sobre um episódio de independência que, como no caso explícito o seu título, trata-se da província do Maranhão. O poeta revela todo o sentimento ufanista ao cantar essa independência como glória nacional que, não fossem os elementos de referência explícita à província - “ilha feliz” e “ilha mimosa” – ganha contornos da imagem alegórica do próprio Brasil, com seus aborígenes guerreiros, as lutas de conquista, suas belezas naturais e etc. Interessantes são os destaques dados a características naturais e culturais maranhenses, como “amável flora”, “fecundo Maranhão”, “gênios benfazejos” que contribuem para exaltação do extremo poder do Maranhão como nação independente.

Sotero dos Reis não foi o único a ter esse espírito laudatório. Outros intelectuais contemplavam as grandezas e os esplendores da Província que servem como palco profícuo para o surgimento e o cultivo dos costumes literários no Maranhão. Em se tratando do louvor a sua capital, São Luís do Maranhão, vista como o centro o qual se reúnem e sintetizam as riquezas maranhenses, a representação é ainda maior. Em 16 de abril de 1850, Ferreira Valle escreve no jornal *O Progresso* um texto poético que vem a confirmar tal ponto de vista:

São Luís! E esse o nome da minha terra natal: no mundo não tem igual.

Minha cidade gentil, das agoas nasce risonha, sempre alegre e vecejante, a quem saúda o navegante do seio do mar de anil [...].

A aurora quando desponta vem cercada de primores, e harmônicos cantores, festejam seu despontar: tudo goza alma alegria, nessa terra abençoada quando amanhã desejada no mundo se vem nos mostrar [...].

Os lírios cheios de orvalho exalam doces perfumes, cantão sentidos queixumes, as tristes aves nos moinhos saúdam o nascer do dia. No seu galho o sabia canções elevão a Jehovat, nos ramos os passarinhos [...].

Nas nossas terras do norte maior brilho tem o sol: tem da manhã o arrebol

Mas cortejo de cantores – A nossa lua he mais bella que a dos mares do sul, tem o mais brilhante azul como seu manto de mil cores [...].

He uma terra benedicta a terra de São Luís. Não há no mundo paiz que abunde em mais primores. Quem me dera verte já oh minha pátria querida, quero em ti perder a vida o terra de meus amores²¹¹

Nesse poema de Valle, o poeta recorre-se a um maior grau de ufanismo quando da tentativa de destacar as supostas qualidades que fazem da cidade de S. Luis e, por conseguinte, o Maranhão ser vista superior as demais terras, uma vez que, para ele, sua “terra natal: no mundo não tem igual”. Vejam-se as afirmações de que ela possui “maior brilho”, a lua é “mais bela”, cantores harmônicos e chega acreditar que a cidade como “pátria querida”. Como foi dito, essa celebração consolida-se ao longo do século XX e transforma-se numa das mais marcantes características dessa região até os dias atuais, como podemos perceber folheando os jornais e revistas de todos os períodos. Em 8 de setembro de 2000, o jornal *O Imparcial*, um dos principais jornais da capital, publicou o poema *Louvação de São Luis*, de José Pinheiro Gomes Tribuzzi, cujo valor encontra-se como referência na cidade. Vejamos:

Ó minha cidade
Deixa-me viver
que eu quero aprender
tua poesia
sol e maresia
lendas e mistérios
luar das serestas
e o azul de teus dias

Quero ouvir à noite
tambores do Congo
gemendo e cantando
dores e saudades
A evocar martírios
lágrimas, açoites
que floriram claros
sóis da liberdade

Quero ler nas ruas
fontes, cantarias
torres e mirantes
igrejas, sobrados
nas lentas ladeiras

²¹¹ VALLE, Ferreira. Maranhão. *O Progresso*, n. 44, 1850, p. 2.

que sobem angústias
sonhos do futuro
glórias do passado

Esse poema representa o hino da cidade de São Luís do Maranhão, entoado, cantado e declamado em datas cívicas. Seu conteúdo transmite os mesmos valores e entusiasmos que visualizamos naqueles outros textos oitocentistas acima, nos quais prevalecem a devoção pela beleza da natureza e dos valores culturais e literários. Segundo Borralho,

Suas estrofes pontuam, cadenciam aquilo que se tornou lugar comum na cidade, ou referência, o que precisa ser continuamente repetido como uma tradição. As imagens da decantada cidade ao longo do século XX foram nessa Louvação “imortalizada”. Assim, sua transformação em Hino cria legibilidade, registro para se pensar ou olhar a cidade a partir de uma certa ótica. Ali estão a poesia, sol e mar, lendas, tambores, liberdade, fontes, cantarias, sonhos do futuro e glórias do passado, entre outras, todas enunciações transformadas em semioforização, primeiro dos moradores de São Luis, depois de todos os maranhenses.²¹²

É perceptível que os maranhenses, em particular, os ludovicenses, forjaram uma identidade própria em relação às demais províncias, a partir desse “espírito de pertença”, cujos principais propulsores foram os seus homens de letras. No campo das letras, a constituição de um grupo de intelectuais que, como dissemos, José Veríssimo chamou de “grupo maranhense”, é bastante ilustrativa. Esse grupo de letrados, representados pelos nomes de Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes e Sotero dos Reis, procurou legitimar a produção literária local, tendo como base o cultivo de características literárias supostamente distintas que o afastavam dos demais produtos literários nacionais ou, até mesmo, internacionais. Eles buscavam criar vínculos políticos e intelectuais que impulsionavam a juventude da aristocracia ter uma formação superior específica para que, concebidos como sujeitos independentes e de idéias superiores, na “terra abençoada quando amanhã desejada no mundo se vem nos mostrar”, terem o gabarito de servir como modelo e tentar construir o ambiente de intelectualidade daquela região. De algum modo, os

²¹² cf. BORRALHO, José Henrique de Paula. *Op. cit.*, 2000, p. 18.

intelectuais da província ao longo do século XIX granjearam e consolidaram o seu lugar na elite intelectual do país no que diz respeito à possibilidade de transmitir determinados ideais que revelariam sua particularidade dentro do sistema intelectual. Tornam-se personalidades que possibilitaram a construção do símbolo de “Atenas Brasileira” que levaram a José Veríssimo afirmar categoricamente e com mesmo calor e vigor daqueles provincianos que este

grupo é contemporâneo da primeira geração romântica toda ela de nascimento ou residência fluminense. O que o situa e distingue na nossa literatura e o sobleva a essa mesma geração, é a sua mais clara inteligência literária, a sua maior largueza espiritual. Os maranhenses não têm os blocos devotos, a ostentação patriótica, a afetação moralizante do grupo fluminense, e geralmente escrevem melhor que estes.²¹³

Se esse grupo pôde se distinguir dos outros grupos intelectuais brasileiros, talvez não valha a pena avaliarmos tal questão e, muito menos, tentarmos chegarmos a um veredicto, uma vez que tentamos visualizar cada grupo como contribuintes do que seja a fortuna cultural do país, sem cairmos em juízo de mérito ou numa crítica totalmente parcial. Vejamos, porém, qual foi a contribuição desse grupo maranhense que, mesmo com as tentativas de distinção provinciana, trabalhou naquele período em prol da literatura e cultura brasileira como um todo.

De modo geral, a ação dos intelectuais envolve diretamente a produção jornalística, a sua relação com as atividades políticas e as outras esferas de poder e o cultivo do valor lingüístico da língua portuguesa para a efetivação do produto literário nacional. A imprensa se desenvolve desde muito cedo na província, um pouco antes da instituição da imprensa no país ainda no período de dependência política pelo domínio português. Reconhece-se que os primeiros jornais eram publicados em manuscritos pelos jovens intelectuais em meados de 1821 e distribuídos aos habitantes da capital. O primeiro e mais famoso é o jornal *Conciliador Maranhense* que foi determinante como veículo de grande importância pelo exercício político que militou e pela sua natureza literária. No relato de J. M. C. Frias, os

²¹³ VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 179.

maranhenses, sôfregos de publicar os seus pensamentos, de transmitir a todos as suas idéias, criaram uma tipocaligrafia sem que Gutenberg tivesse parte no seu invento.

Reunidos vários moços no pavimento térreo do Edifício da Relação, escreviam porção de números de um jornal denominado [*O*] *Conciliador do Maranhão* e o faziam distribuidor pelos habitantes da cidade. E essa improvisada tipocaligrafia durou até 31 de outubro de 1821, em que chegou da Europa e, por conta da Fazenda Nacional, a primeira tipografia que possui o Maranhão, a qual continuou a publicação daquele jornal.²¹⁴

Sotero dos Reis, Odorico Mendes e João Francisco Lisboa foram os que mais destacaram na profusão da imprensa maranhense e dos debates políticos difundidos nela. A fundamentação muito das vezes doutrinária do grupo maranhense nas páginas dos jornais e revistas era fruto de reflexões das discussões em conferências organizadas pelas sociedades políticas e literárias que os seus mentores se incumbiam, como, foi, por exemplo o Instituto Literário Maranhense que foi inaugurado dia 17 de janeiro de 1858. Esse instituto possuía uma séria organização, com secretaria, mesa administrativa, títulos de sócios, estatutos e reuniões periódicas. Outra instituição, a Sociedade Filomática Maranhense, também é exemplo desse ritmo cultural. Ela foi construída para renovação do cenário das letras ludovicenses, na qual havia cursos à sociedade de Física, Aritmética, Química, etc, mas não durou muito por falta de frequência de público. *Jornal de Instrução e Recreio*, *Chronica Maranhense*, *A Sociedade Filomática*, *A Revista*, *O Arquivo*, *Jornal de Timon* protagonizam o palco da diversidade de periódicos daquele período. João Francisco Lisboa, por exemplo, opera com destaque na publicação do seu *Jornal de Timon*, de 1852, na qual produz sátiras aos costumes políticos e sociais de seus conterrâneos, com alto valor literário, e se empenha na luta anti-colonial. Além disso, ele põe em questão a quase todo momento a necessidade de cultivo do campo literário, destacando as suas relações com o público-leitor. Sotero dos Reis inova quando escreve sua precocidade *A Revista*, em 1840, o primeiro periódico em que se conciliam política e literatura que, conforme José Veríssimo, “inicia o jornalismo literário na sua Província.”²¹⁵ Para alguns, *A Revista* “que se dizia política e literária e que se apelidava revista, outra coisa não foi que uma publicação de caráter e fins políticos. Preocupado [Sotero dos Reis] com o andamento da coisa pública,

²¹⁴ FRIAS, J. M. C. *Memória sobre a tipografia maranhense*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 14-16.

²¹⁵ VERISSIMO, José. *Op. Cit.*, 1969, p. 172.

servindo, ora aos negócios dos administradores provinciais, ora aos seus próprios interesses políticos, até vir a ser deputado provincial. Sotero dos Reis na direção da *Revista* não foi senão político militante, não fez senão um jornal político. E basta lembrar que de literatura apenas apareceram nas páginas da *Revista* dois ou três folhetins do dr. Antonio de Carvalho Oliveira e as poesias de Gonçalves Dias”²¹⁶ Porém, para outros, como José Veríssimo e Antonio Henriques Leal, destacam o seu caráter literário, principalmente por conta que Gonçalves Dias lançou suas primeiras poesias, como, por exemplo, o poema “Mar”. Antonio Henriques Leal dizia que:

A *Revista* não era só política, senão, como seu título bem o dizia, literária: - literária no estilo portuguesíssimo, no castigado da frase, no culto aos preceitos da boa gramática, aliados a muita nobreza de expressão e de sentimento. Quando se lhe deparava ensejo, não deixava passar uma obra literária de cunho sem dar dela notícia, assinalando-lhe as belezas e reproduzindo trechos das originais brasileiras ou portuguesas, ou traduzindo-os, das que eram em língua estranha. Se tinha conhecimento de um talento superior, era o primeiro a afagá-lo, a animá-lo, e a dá-lo a conhecer ao público.²¹⁷

O trecho em destaque de Antonio Henriques Leal para além de expor a inovação do jornalismo no maranhão em se tratando de uma província brasileira do século XIX, com a publicação do que diz ser o “jornalismo literário” de Sotero dos Reis, remete-nos também à forte tendência maranhense pelo estudo da língua portuguesa. Tendência que é uma das principais marcas que imortalizaram a idéia mítica do São Luís como a “Atenas Brasileira”. Em 1866, Joaquim Serra, conhecido como Ignotus, dizia em seu estudo sobre a imprensa no Maranhão que é

o Maranhão inquestionavelmente uma das províncias onde melhor se fala e escreve o português. Estuda-se a língua com seriedade ali, e é por isso que os literatos maranhenses são, antes de tudo, escritores de castigada e correta linguagem.

Sotero dos Reis, João Lisboa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Trajano Galvão, Henriques Leal, Gentil Braga, Marques Rodrigues, os dois

²¹⁶ SILVA, M. Nogueira da. *Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 27-28.

²¹⁷ LEAL, Antonio Henriques. *Op. cit.*, p. 78.

Vilhenas, Cândido Mendes, Teófilo de Carvalho, Luís Carlos e muitos outros são modelos de vernaculidade.

Alguns desses levaram o purismo ao mais alto grau e escreviam como se fossem contemporâneos de João de Barros.²¹⁸

Muitos estudiosos que consultamos alegam que essa cultura lingüística explica-se historicamente pelo forte elo dessa parte da colônia com a Metrópole portuguesa. O contato facilitado por conta da posição geográfica da região que impulsionou a imigração de portugueses, os privilégios dos portos depois da vitória contra os Holandeses oferecidos pelo rei, os interesses de colonização, fortaleceram a presença portuguesa. José Veríssimo acreditava que também a insistente permanência do elemento português na capital depois da independência talvez explicasse

o sotaque maranhense aproximar-se mais do que nenhum outro brasileiro do português, o que explicaria também, sabida a influência da fonética na sintaxe, que ali se tenha falado e escrito melhor que algures. Porque são os escritores maranhenses os que menos praticam a colocação brasileira de pronomes pessoais oblíquos, senão porque a sua pronúncia se avizinha mais da de Portugal? Não se pode mais duvidar que este fato lingüístico é em suma produzido por um fenômeno prosódico.²¹⁹

De fato, os maranhenses tiveram uma cultura lingüística - gramatical e filológica -, que perpassa também pelo ramo da tradução, bastante intensa durante o período oitocentista. O interesse pela língua engloba não só o cultivo de produção de textos literários, mas também o estudo e a reflexão criteriosos sobre seu funcionamento. Nesse período, houve um número interessante de compêndios de gramática, estudos filológicos e traduções, como a contribuição do *Compêndio de gramática filosófica da língua portuguesa*, de Antonio da Costa Duarte; as traduções de Homero, Virgílio e Voltaire, de Odorico Mendes; as *Postilas de gramática geral, aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos*, a *Gramática portuguesa* e os *Comentários de Caio Julio César, traduzidos em português*, de Sotero dos Reis; a *Gramática elementar portuguesa* e o *Manual homofonológico*, de Pedro Nunes Leal; *A língua portuguesa*, de Filipe Franco de

²¹⁸ SERRA, Joaquim (Ignotus) *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 77.

²¹⁹ VERISSIMO, José. *Op. cit.*, 1969, p. 171.

Sá e a *Gramática portuguesa*, de Hemetério José dos Santos. Esses dois últimos que, de acordo com Araújo, “encerram a contribuição do Grupo Maranhense do séc. XIX às letras pátrias.”²²⁰ O grupo maranhense ofereceu contribuição significativa para a história da gramática no Brasil e, segundo Antonio Martins de Araújo, tanto “os historiadores de nossa literatura, como os de nossa filologia honrosamente têm aberto espaço para o chamado Grupo Maranhense, que pontificou no século XIX. Entre as características desse grupo os críticos e os historiadores são concordes em apontar o acendrado e o consciente mimetismo de suas obras com as do período clássico e o coevo lusitano.”²²¹

De modo geral, todos esses trabalhos foram resultado do exercício de docência desses eruditos em esfera da educação pública ou particular como podemos perceber no caráter e organização discursiva do texto e nas palavras introdutórias, como as de Pedro Nunes Leal. Assim afirma:

Surprehendido por alguns amigos – antigos alumnos do “Instituto de Humanidades” de que fui proprietario e director – na leitura e revisão de alguns trabalhos sobre lexicographia, a que outr’ora, me entregara nos momentos de lazer d’aquelle afanoso labor, nos tempos do meu rapido transcurso pela esphera da educação da mocidade, n’esta boa terra, então de primazias nas letras, não era licito furtar-me ao desejo por elles manifestado de dar-se à estampa aqueles modestos “OPUSCULOS” para conselho e insinamento da geração actual, que me não conhece, mas já representa os seus progenitores e lhes é herdeira no amor ao estudo e na sêde do saber.²²²

O ensino e, por conseguinte, o aprendizado, sistematizado da língua portuguesa era concebido como determinante à formação intelectual dos “grandes” homens daquela sociedade que desejavam alcançar vantagens na carreira política, acadêmica e cultural. O “correto” português, ou seja, aquele falado pelos colonizadores, que representa, portanto, a língua do período de Camões, era compreendido como grande elemento civilizatório pela proximidade que julgavam ter com o Velho Mundo. Além disso, a exaltação da

²²⁰ ARAÚJO, Antônio Martins. *A herança de João de Barros e outros estudos*. São Luís: AML, 2003, p. 52.

²²¹ ARAÚJO, Antônio Martins. *Op. cit.*, 2003, p. 45.

²²² LEAL, Pedro Nunes. *Diccionario manual homophonológico: contendo a significação e prosódia*. São Luís, s/d, p. 10.

“verdadeira” língua portuguesa se fazia pelo fato de que ela se tornava a representante moderna da língua mãe – o latim - por conta da sua proximidade lingüística. Como modelo clássico, o latim era modelo absoluto. Sotero dos Reis chegou a visualizar a língua portuguesa como exclusiva dentro do grupo de línguas latinas. Ele afirmava em uma das suas lições introdutórias do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* que:

Para todos os que teem feito estudo comparado da língua latina com as linguas suas derivadas, é facto incontestavel que o Portuguez vem do Latim, assim como o Hespanhol, o Italiano, o Francez, o Provençal, e a lingua romance do norte da França, porque todos esses idiomas, analogos entre si, aproximão mais ou menos da lingua mãe, ou fonte donde derivão no material das vozes, e na indole, que os caracteriza. De todos elles porém o que mais se chega a origem commum é o Portuguez, tanto na estrutura de suas vozes adoptadas do Latim com poucas excepções, e apenas aportuguezadas com leve alteração, como em muitas de suas construcções e maneiras de dizer analogas ás construcções e maneiras de dizer dos Latinos. Assim a derivação latina do ultimo é, por sua maior analogia com a lingua mãe, mais directa, que a de nenhum outro idioma seu análogo.²²³

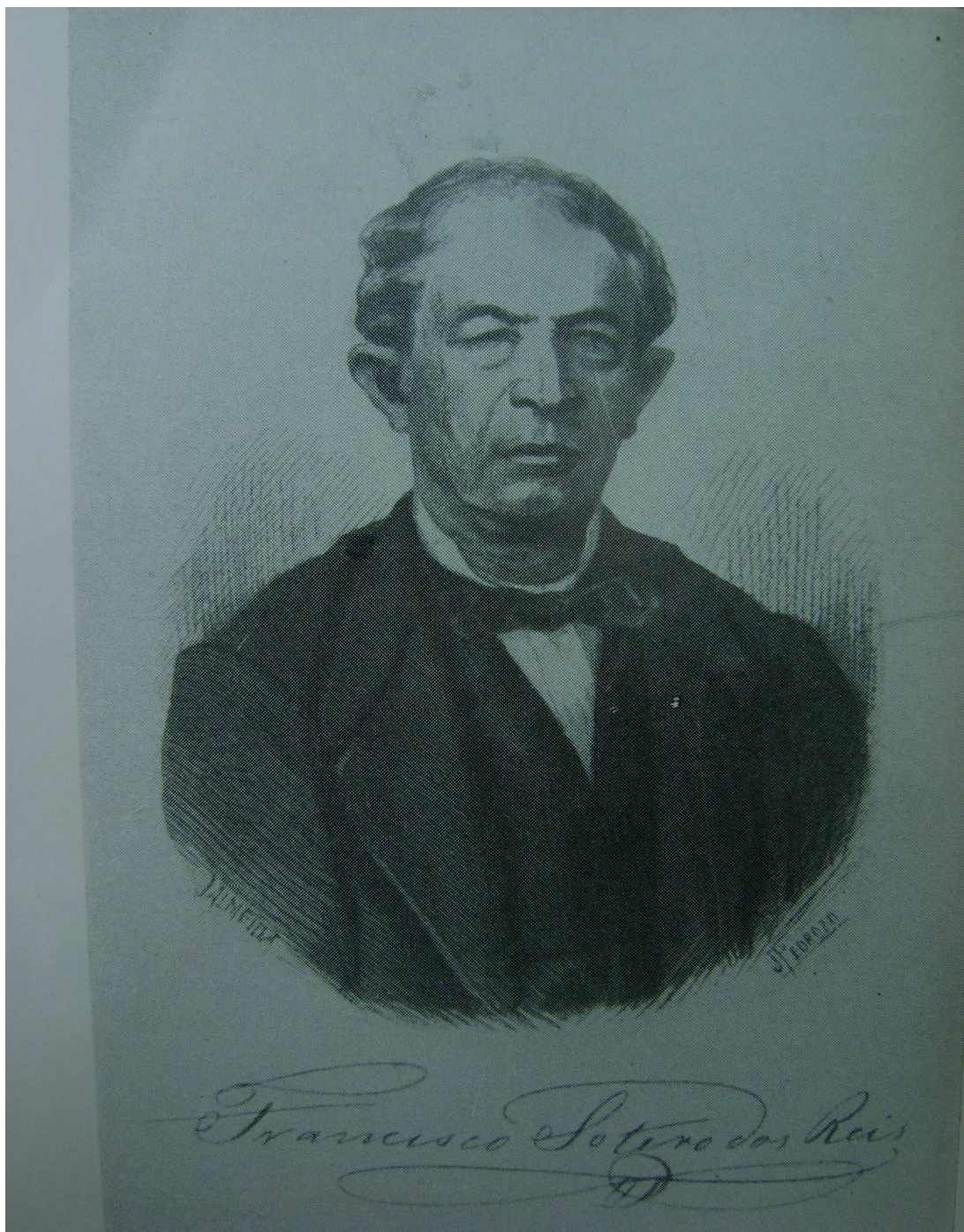
O conhecimento detalhado da língua portuguesa clássica, tão próxima da latina, permitia aos intelectuais terem o seu reconhecimento como excelentes escritores e oradores, uma vez que o estudo da gramática “pois, que não é outra coisa, segundo temos visto, senão a arte que ensina a pronunciar, escrever e fallar correctamente qualquer lingua [...]”²²⁴ Os maranhenses, portanto, dedicavam-se ao culto da língua portuguesa que não limitava à língua escrita, mas abrangia a língua falada. Por exemplo, o maranhense Condurú, como a maioria dos gramáticos, apreciava a gramática como “a arte que trata da linguagem articulada, quer esta se exprima de viva voz, quer por caracteres que a representem” e estudava então “fallar, escrever, ler, letra, syllabas, palavra, nome, monossyllabo, palavra primitiva, palavra simples, palavras na accepção natural, palavras na accepção figurada, oração ou frase e periodo.”²²⁵

²²³ REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. São Luís: Typ. B. Mattos, 1866, t. I, p. 13-14.

²²⁴ BARBOSA, Jeronymo Soares: *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios de Grammatica Geral Applicados à nossa Lingoagem*. 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875, p. X.

²²⁵ CONDURÚ, F. B. de O. *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*. 13.ed. São Luis: MA, 1988, p.3.

Para tanto, os maranhenses valorizavam por demasiado o estudo gramatical, tendo como base os textos literários clássicos da literatura portuguesa – vale ressaltar literatura



(Francisco Sotero dos Reis)

ligada à Metrópole - que, seu maior expoente, era o escritor Camões. O homem formado nesse tipo de abordagem teria êxito em escrever bem o português e, ao mesmo tempo, poderia se expressar em público e proferir discursos meritórios. E, como afirmou Regina Zilberman, no artigo “No começo, a leitura”, que “leitura e literatura integram-se ao programa de português, que toma sua feição definitiva. Ambas conduzem ao conhecimento da língua materna, que é simultaneamente língua pátria e língua literária.”²²⁶ Tal visão sobre a função da gramática se insere, como já foi dito, na tentativa de continuidade da tradição greco-latina, sobretudo porque se encaixava nos modelos retóricos da época que recebiam dos gramáticos de Port-Royal, muitas das vezes através de preceitos portugueses, como os de Jerônimo Barbosa.

Por fim, apesar do esforço intelectual dos maranhenses refletir o espírito romântico geral da grande maioria dos intelectuais brasileiros da época, não só fluminenses, como baianos, cearenses, rio-grandenses, etc, o conceito mitificado que ficou dos maranhenses por eles mesmos e também pelos outros olhares foi de que eram sujeitos interessados pelo desenvolvimento das letras locais, inspirados pela tentação imitativa de se equiparar ao potencial da sociedade européia, tido como superior, no que se refere aos hábitos eruditos e refinados que representavam. Nesse sentido, os homens de letras da província baseavam-se na eficácia da produção literária local, no estudo da cultura clássica, com suas traduções, e da língua portuguesa, estudando sua gramática, para ter o efetivo sucesso e desenvolvimento emancipador que tinham por objetivo.

III. Sotero dos Reis

Relendo as reminiscências de infância da personagem Amâncio em *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo, elaboradas por um narrador onisciente muitas das vezes bastante determinista e pessimista, chamou-nos a atenção a interessante construção de imagens a respeito do campo educacional maranhense do século XIX e a forte presença do estudo

²²⁶ ZILBERMAN, Regina. No começo, a leitura. *Aberto*. Brasília. Ano 16, n. 69, jan./marc. 1996, p. 25.

gramatical, além de outros vieses daquela sociedade patriarcal. Embora seja uma citação longa, resolvemos colocá-la abaixo por ser tratar de tema relevante para nossa Tese. Trata-se de alguns fragmentos do capítulo II do referido romance. Vejamos:

No dia seguinte mudava-se Amâncio para a casa do Campos. Seria por pouco tempo — até que descobrisse um "cômodo definitivo".

Deixou com algum pesar o hotel. Aquela vida boêmia, com os seus almoços em mesa-redonda, o seu quartinho, uma janela sobre os telhados, e a plena liberdade de estar como bem entendesse, tinha para ele um sedutor encanto de novidade.

Nunca saíra do Maranhão; vira de longe a Corte através do prisma fantasmagórico de seus sonhos. O Rio de Janeiro, afigurava-se-lhe um Paris de Alexandre Dumas ou de Paulo de Kock, um Paris cheio de canções de amor, um Paris de estudantes e costureiras, no qual podia ele à vontade correr as suas aventuras, sem fazer escândalo como no diabo da província.

Há muito tempo ardia de impaciência por tal viagem: pensara nisso todos os dias; fizera cálculos, imaginara futuras felicidades. Queria teatros bufos, ceias ruidosas ao lado de francesas, passeios fora de horas, a carro, pelos arrabaldes. Seu espírito, excessivamente romântico, como o de todo maranhense nessas condições, pedia uma grande cidade, velha, cheia de ruas tenebrosas, cheias de mistérios, de hotéis, de casas de jogo, de lugares suspeitos e de mulheres caprichosas; fidalgas encantadoras e libertinas, capazes de tudo, por um momento de gozo. E Amâncio sentia necessidade de dar começo àquela existência que encontrara nas páginas de mil romances. Todo ele reclamava amores perigosos, segredos de alcova e loucuras de paixão.

(...)

Aos sete anos entrou para a escola. Que horror!

O mestre, um tal de Antônio Pires, homem grosseiro, bruto, de cabelo duro e olhos de touro, batia nas crianças por gosto, por um hábito de ofício. Na aula só falava a berrar, como se dirigisse uma boiada. Tinha as mãos grossas, a voz áspera, a catadura selvagem; e quando metia para dentro um pouco mais de vinho, ficava pior.

Amâncio, já na Corte, só de pensar no bruto, ainda sentia os calafrios dos outros tempos, e com eles vagos desejos de vingança. Um malquerer doentio invadia-lhe o coração, sempre que se lembrava do mestre e do pai. Envolvia-os no mesmo ressentimento, no mesmo ódio surdo e inconfessável.

Todos os pequenos da aula tinham birra ao Pires. Nele enxergavam o carrasco, o tirano, o inimigo e não o mestre; mas, visto que qualquer manifestação de antipatia redundava fatalmente em castigo, as pobres crianças fingiam-se satisfeitas; riam muito quando o beberrão dizia alguma chalaça, e afinal, coitadas! iam-se habituando ao servilismo e à mentira.

Os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de "endireitar os filhos".

(...)

Só aos doze anos fez o seu exame de português na aula do Pires. Houve muita formalidade. A congregação era presidida pelo Sotero dos Reis; havia vinte e tantos examinandos. Amâncio tremia naqueles apuros. Não tinha em si a menor confiança. Foi, contudo, "aprovado plenamente". Mas não sabia nada, quase que não sabia ler. Da gramática apenas lhe ficaram de cor algumas regras, sem que ele compreendesse pataвина do que elas definiam. Pires nunca explicava: — se o pequeno tinha a lição de memória, passava outra, e, se não tinha, dava-lhe algumas palmatoadas e dizia-lhe que trouxesse a mesma para o dia seguinte. Mas, enfim, estava habilitado a entrar para o Liceu onde iria cursar as aulas de francês e geografia.

O Liceu, que bom! — oh! Aí não havia castigos, não havia as pequenas misérias aterradoras da escola! Não poderia faltar às aulas, é certo; mas, em todo o caso, estudaria quando bem entendesse e, lá uma vez por outra, havia de "fazer a sua parede"! E, só com pensar nisso, só com se lembrar de que já não estava ao alcance das garras do maldito Pires, o coração lhe saltava por dentro, tomado de uma alegria nervosa. (grifos nossos)²²⁷

Mais adiante, no capítulo XVI, passados alguns anos, Amâncio já adulto experimenta algumas das sensações de sua infância escolar em que ficaram marcadas em sua memória na ocasião do exame do concurso acadêmico ao qual estava se submetendo:

:

Chegou, finalmente, a véspera do amaldiçoado exame.

Que ansiedade! Que dia de angústias para o pobre Amâncio! E que noite, a sua! — Não descansou um segundo; apenas, já quase ao amanhecer, conseguir passar pelo sono; antes, porém, não dormisse, tais eram os pesadelos e bárbaros sonhos que o perseguiam.

Via-se entalado num enorme rosário de vértebras que se enroscava por ele, como uma cobra de ossos; grandes tíbias dançavam-lhe em derredor, atirando-lhe pancadas nas pernas; as fórmulas mais difíceis da química e da física individualizavam-se para o torturar com a sua presença; os examinadores surgiam-lhe terríveis, ríspidos, armados de palmatória, todos com aquela feia catadura do seu ex-professor de português no Maranhão.

Pelo incoerente prisma do sonho, o concurso acadêmico amesquinhava-se às ridículas proporções do exame de primeiras letras. Era a mesma salinha do mestre-escola, a mesma banca de paparaúba manchada de tinta, o mesmo fanhoso Sotero dos Reis presidindo a mesa. João

²²⁷ AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ática, 2002.

Coqueiro, Paiva e Simões, vestidos de menino, fitavam o examinando com um petulante riso de escárnio. Amâncio sentia correr-lhe o suor por todo o corpo e agulhas visíveis penetrarem-no até a medula. O professor, transformado em juiz e ostentando as feições do falecido Vasconcelos, inquiria-o com asperezas de senhor; mas as suas perguntas, em vez de concernirem às matérias do ato, só se referiam à Amélia.²²⁸ (grifos nossos)

Nessas passagens, temos Amâncio explicado através das lembranças de infância escolar. Nelas, percebe-se um menino que esteve subordinado aos maus tratos do pai e da figura do mestre de língua portuguesa, o professor Pires, que muito determinaram na sua conduta como homem adulto. Nesse processo de revelação da personagem, visualizamos a voz de um estudante maranhense, a partir da perspectiva do narrador onisciente, oferecendo-nos um quadro do que possivelmente configurasse o ensino primário e secundário da capital da província do Maranhão. Num momento, apresenta-se uma marcante hipótese de metodologia de ensino de que alguns professores maranhenses se utilizavam para a disciplina dos alunos nas escolas, principalmente primárias, que se resumia em castigo e violência sem medidas. Em outro, demonstra a presença obrigatória das disciplinas de gramática que, segundo o narrador, “apenas lhe ficaram de cor algumas regras, sem que ele compreendesse patavina do que elas definiam”, como pertencente ao currículo escolar geral para a avaliação dos alunos que poderiam ter o direito de acesso ao mais requisitado colégio da região do norte que era o Liceu Maranhense.

Como vimos, o culto gramatical tornou-se um dos elementos que definiram a intelectualidade do grupo maranhense. Pela narrativa de Aluísio Azevedo, escritor maranhense, pode-se constatar que a gramática se fez presente e era determinante para aqueles homens que pretendiam uma carreira adequada naquela sociedade, porque configura a educação dos exames preparatórios. Além dessas questões, o relato evidencia a presença de um professor que, pelo tom das palavras do narrador e o seu posicionamento, parecia exercer um poder maior dentre os demais professores. Esse professor presidia a banca de exames e era representante do Liceu Maranhense. Era o “fanhoso Sotero dos

²²⁸ AZEVEDO, Aluísio. *Op. cit.*, 2002, p. 144

Reis”. De fato, independentemente de seus problemas dicção²²⁹, Sotero dos Reis também freqüentou outras páginas de ficção, como importante protagonista do ensino maranhense, sendo o presidente dos exames do Liceu. Acompanhando a saga da personagem Damião, intelectual negro maranhense, em *Os tambores de São Luís*, de Josué Montello, deparamo-nos novamente com a presença de Sotero dos Reis, agora por outra perspectiva narrativa. Esse professor é lembrado por ser “famoso pela sua severidade” o qual popularizou a personagem Damião como excelente professor de latinidade, sem preconceito de cor ou raça que era determinante naquela sociedade. O narrador coloca:

Por esse tempo já Damião tinha em São Luís renome de grande latinista, e mais de uma vez fora chamado pelo Professor Sotero dos Reis, famoso por sua severidade, para os exames finais do Liceu Maranhense. A despeito de lhe darem sempre o último lugar na ordem das arguições, bastava-lhe o fato de estar ali, metido na sua roupa escura, depois de ter passado entre alas de alunos assustados, nas escadas e corredores do Convento do Carmo, para que uma sensação nova de orgulho lhe alteasse a cabeça. Os pontos duvidosos, no corredor dos exames, eram freqüentemente aclarados por ele, que sempre trazia os textos apropriados de Horácio e Virgílio na ponta da língua.

Numa dessas ocasiões, comentou o velho Sotero:

- Em matéria de latim, o nosso Damião é um livro aberto.
- E numa ótima edição – completou o Beneficiado Justino Cid, que também fazia parte da banca.
- No próximo ano, já o teremos aqui como professor. Falei ao Presidente da Província, que me prometeu nomeá-lo.²³⁰

De alguma maneira, o aparecimento de Sotero dos Reis nas páginas dos romances de Aluísio Azevedo e de Josué Montello não parece ter sido por acaso ou para mera ilustração ficcional. Pertencente ao grupo maranhense, do qual foi seu grande expoente, Sotero dos Reis ficou na memória de muitos, porque conquistou um papel de destaque entre a elite intelectual maranhense, principalmente como diretor e professor do Liceu Maranhense. Representou também a política, a imprensa, a educação e a literatura na

²²⁹ Essa característica da fala de Sotero dos Reis, ressaltada em tom irônico na ficção de Aluísio Azevedo como “fanhoso”, pode ser verídica, pois se confirma por meio das impressões de seu biógrafo Antonio H. Leal quando diz que Sotero dos Reis não “tinha os raptos vigorosos e felizes da eloquência espontânea, nem esse entusiasmo na voz e nos gestos que comovem o auditório e abalam as convicções; mas seus discursos, pautados pelo raciocínio e pela boa razão, convenciam pela força e lucidez de argumentos.” (*Op. cit.*, p. 73)

²³⁰ MONTELLO, Josué. *Os tambores de São Luís*. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 301.

província. E, para além do circuito provinciano, Sotero dos Reis destacou-se como importante referência nos capítulos da história das idéias gramaticais do Brasil, com suas duas gramáticas pioneiras e inovadoras: *Postilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* e a *Gramática Portuguesa* e, no âmbito da historiografia literária, porque produziu uma das principais histórias literárias para a época, o seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, do qual iremos tratar aqui.

Em seu tempo, Francisco Sotero dos Reis (1800-1871)²³¹ era visto como modelo a seguir, uma vez que, desde muito jovem, tinha uma conduta exemplar como filho (assumiu a responsabilidades da casa aos 18 anos depois da morte de seu pai, deixando de realizar seu sonho de cursar faculdade de medicina na França) e dedicou-se integralmente às letras e ao seu ensino. Sotero dos Reis nasceu em Maranhão, onde também faleceu, foi um intelectual que nunca saiu de sua província. Teve contato com os livros apenas aos doze anos quando adoeceu e passou um tempo na fazenda dos pais. Depois de seu retorno à cidade de São Luís, deixou a carreira de comerciante da família do pai Baltasar José dos Reis e começou a estudar latim, filosofia e retórica na escola pública do Convento de Nossa Senhora do Carmo e, em aulas particulares, aprende a língua francesa e aritmética. Seu biógrafo, amigo e admirador, Antônio Henriques Leal, ressalta a competência autodidata de Sotero dos Reis que

foi mestre de si mesmo, estudou e acrescentou-se em saber, guiado unicamente por sua clara e robusta inteligência: nunca frequentou cursos superiores, nunca bebeu em mananciais de ciência que lhe ministrassem outros, nem sequer saiu alguma vez de sua cidade natal. Aprendendo nesse limitado recanto os rudimentos de humanidade nas poucas e mal regidas aulas que o zelo suspicaz da Metrópole concedia com muito custo e parcimônia às capitais das capitanias de suas conquistas do ultramar,²³² se adestrou ele para dar-nos tão brilhantes documentos de seu engenho.

²³¹ Sobre Sotero dos Reis consultar: LEAL, Antonio Henriques. *Op. cit.* 1987, t. I., p. 65-94; MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense*. 2ª. ed. São Luís: SIOGE, 1977, p. 95-99; MORAIS, Clóvis *Terra Timbira*. Brasília, 1980, p. 126; ARAÚJO, Antônio Martins. *Op. cit.*, 2003, p. 54-61; MOISÉS, Massaud et PAES, José Paulo. *Pequeno Dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967, p.211-212

²³² LEAL, Antonio Henriques. *Op. Cit.*, tomo I, p. 69-70.

Sotero dos Reis teve participação na política maranhense como representante do partido conservador. Pertenceu ao Conselho Geral da Província e, em 1832, foi eleito deputado do Maranhão, cargo que ocupou até meados de 1864 quando abandona a cadeira presidencial. Exerceu a função de vereador da Câmara Municipal de São Luís e de Primeiro Inspetor do Liceu. Além disso, a partir de 1825 até 1861, militou no jornalismo local, administrando e redigindo alguns dos principais jornais e revistas de teor político e literário da época, dentre os quais se destacam *O Maranhense*, o *Constitucional*, *O Investigador Maranhense*, *A Revista*, *O Correio dos Anúncios*, *O Constitucional*, o *Observador*, *O Publicador Maranhense*, etc. Além da carreira política e jornalística, Sotero dos Reis ensaiou algumas poesias as quais revelam seu potencial para a prática poética; “um poeta de grande imaginação e inspiração elevada”²³³, mas que não chegou a cultivar. Digamos que a mais conhecida foi a poesia dedicada à esposa, D. Anacleta Cândida Compasso, com quem se casou em 30 de março de 1836 e teve nove filhos, dois deles, Francisco Sotero dos Reis Jr. e Américo Vespúcio dos Reis responsáveis pela obra do pai depois de falecido. Vejamos como ilustração:

À ESPOSA

Se lá na eterna glória a que voaste,
A lembrança do mundo se consente,
Aceita, alma piedosa, a dor pungente
De tudo quanto aqui idolatraste :

O esposo, a filha, os filhos que deixaste,
Em mágoas e saudade permanente,
Vivem na terra vida descontente
Des' que as corpóreas vestes tu largaste.

Ao seio de Deus, tornas radiante
De virtude e bondade, qual saíste
Imaculada de nascer no instante :

A nos queixosos neste vale triste
Volve-te como foste sempre amante,
Porque entre nos só amargura existe!²³⁴

²³³ SILVA, M. Nogueira da. *Op. cit.*, 1942, p. 28.

²³⁴ Cf. FREIRE, Laudelino (org.). *Sonetos Brasileiros: século XVII-XX*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1913.

De todo modo, a atividade que mais o canonizou como intelectual foi a de docente. Com apenas dezoito anos de idade lecionava aulas particulares de francês e latim em sua própria casa. Em 1821, assumiu a cadeira de gramática latina no Colégio D'instrução na Quinta das Laranjeiras e continuou ainda com as suas aulas particulares e ajudando no Asilo de Santa Teresa, do qual foi diretor entre 1864 e 1870. Dois anos depois, vagando a cadeira de Latim, concorre e passa pelo concurso público, tornando-se o professor e também diretor do Liceu Maranhense. Com a fundação do Instituto de Humanidades em 1861, sob comando do proprietário e diretor Pedro Nunes Leal, tornou-se bibliotecário e também professor de latinidade e literatura portuguesa e brasileira até seu fechamento. A partir desse período, desprende-se da carreira jornalística e política, por conta de alguns desentendimentos relacionados à postura do presidente Major Primo de Aguiar, e, então, foca-se integralmente a carreira do magistério e da produção das letras.

É o momento em que vem a lume seus primeiros trabalhos em livro sobre gramática, tradução e literatura. Antes havia publicado apenas alguns textos esparsos nos periódicos e a biografia do Dr. Eduardo Olímpio Machado, datada de 1855. Em 1862, incitado pelo amigo Pedro Nunes Leal, reúne suas anotações das aulas de gramática latina que “tinha por uso juntar à explicação das regras da gramática latina aquilo em que as da portuguesa divergiam daquela”²³⁵ e elabora suas *Postilas de gramática geral, aplicada à língua Portuguesa pela análise dos clássicos* e, em seguida, no ano de 1863, inicia a publicação de *Os comentários de Caio Júlio Cesar, traduzidos em português* que são finalizados em seis fascículos em 1869. No período de 1866, Sotero dos Reis publica a *Gramática Portuguesa, acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática* e, ao mesmo tempo, começa a publicação da obra *Curso de literatura portuguesa e brasileira* que teria cinco volumes; os quatro primeiros entre os anos 1866 e 1868 e o último como publicação póstuma em 1873. Segundo Roberto Acízelo, “com diversos outros autores – entre os quais, Antônio Henriques Leal, Joaquim Serra e Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade) – [Sotero dos Reis] colaborou também na novela *A casca*

²³⁵ LEAL, Antonio Henriques. *Op. Cit.*, tomo I, p. 84.

da caneleira (1866), irreverentemente qualificada pelo grupo de autores como *steeple-chase* (corrida de obstáculos), cuja idéia era desenvolver uma trama desconexa e disparatada (...)”²³⁶.

Como títulos, Sotero dos Reis foi Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, bem como, segundo Clóvis Moraes, o “Patrono da Cadeira nº. 19 dos sócios correspondentes da Academia Brasileira de Letras, sendo dessa entidade o primeiro titular e da de nº. 17 da Academia Maranhense de Letras, fundada por José Augusto Corrêa.”²³⁷ Nesse sentido, pelo que vemos na sua biografia, a homenagem poética de Gonçalves Dias com seu poema “O Cometa” ao famoso professor maranhense (Ao Sr. Francisco Sotero dos Reis)²³⁸ parece fazer jus a posição canônica do homenageado, visto como a mais nobre figura literária do seu tempo. Embora elabore a imagem do cometa, parece que o poeta constrói conotativamente uma exaltação à figura poderosa de Sotero dos Reis em que o atribui grandeza, força, determinação e, até mesmo, onipotência:

O COMETA

Ao Sr. Francisco Sotero dos Reis

Non est potestas, quae comparetur ei qui
factus est ut nullum timeret.
-- Job

Eis nos céus rutilando ígneo cometa!
A imensa cabeleira o espaço alastra,
E o núcleo, como um sol tingido em sangue,
Alvacentos luzir verte agoireiro
Sobre a pávida terra.

²³⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 2007, p. 70.

²³⁷ MORAIS, Clóvis. *Op. cit.*, 1980, p. 126.

²³⁸ Quanto a essa homenagem, sabe-se que a poesia de Gonçalves Dias “quando foi publicada na *Revista* tinha a seguinte dedicatória: - Ao Sr. Francisco Sotero dos Reis. *Tributo de Amizade e Reconhecimento*. E era precedida por estas palavras do seu redator: - *Publicamos a seguinte peça em verso que o sr. Antônio Gonçalves Dias se serviu dedicar-se, não por vaidade, com quanto muito nos penhora este testemunho de afeição de sua parte, mas porque, em razão dos lampejos de gênio que nela se notam, serve para confirmar o juízo que acerca do mesmo Sr. emitimos na “Revista” n. 296.*

Aquela dedicatória apareceu nos *Primeiros cantos* assim redigida: - “Ao Sr. Francisco Sotero dos Reis, em agradecimento ao seu obsequioso da sua *Revista Maranhense*”. E na segunda edição dos *Cantos*. Leipzig, 1857, bem como nas posteriores edições dos *Cantos e Poeias*, simplesmente: *Ao Sr. Francisco Sotero dos Reis.*” (cf. SILVA, M. Nogueira da. *Op. cit.*, 1942, p. 28)

Poderosos do mundo, grandes, povo,
Dos lábios removei a taça ingente,
Que em vossas festas gira; eis que rutila
O sangüíneo cometa em céus infindos!...
Pobres mortais, - sois vermes!

O Senhor o formou terrível, grande;
Como indócil corcel que morde o freio,
Retinha-o só a mão do Onipotente.
Ao fim lhe disse: - Vai, Senhor dos Mundos,
Senhor do espaço infindo.

E qual louco temido, ardendo em fúria,
Que ao vento solta a coma desgrenhada,
E vai, néscio de si, livre de ferros,
De encontro às duras rochas, - tal progride
O cometa incansável.

Se na marcha veloz encontra um mundo,
O mundo em mil pedaços se converte;
Mil centelhas de luz brilham no espaço
A esmo, como um tronco pelas vagas
Infrenes combatido.

Se junto doutro mundo acaso passa,
Consigo o arrasta e leva transformado;
A cauda portentosa o enlaça e prende,
E o astro vai com ele, como argueiro
Em turbilhão levado.

Como Leviatã perturba os mares,
Ele perturba o espaço; - como a lava,
Ele marcha incessante e sempre; - eterno,
Marcou-lhe largo giro a lei que o rege,
- Às vezes o infinito.

Ele carece então da eternidade!
E aos homens diz - e majestoso e grande
Que jamais o verão; e passa, e longe
Se entranha em céus sem fim, como se perde
Um barco no horizonte!²³⁹

²³⁹ DIAS, Gonçalves. *Cantos*: coleção de poesias. 3 ed. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1857, p. 72-73.

CURSO DE LITTERATURA
PORTUGUEZA E BRAZILEIRA

PROFESSADO

POR

FRANCISCO SOTERO DOS REIS.

Nº

INSTITUTO DE HUMANIDADES

DA

PROVINCIA DO MARANHÃO

DEDICADO PELO AUCTOR

AO DIRECTOR DO MESMO INSTITUTO

O DR. PEDRO NUNES LEAL.

TOMO PRIMEIRO,

MARANHÃO.

MDCCCLXVI.

(Folha de Rosto do 1º. Vol. do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* -1866)

IV. O Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873)

De todas as fontes críticas recorridas, o nome de Sotero dos Reis é sempre lembrado como o grande erudito do grupo Maranhense, cultivador das letras clássicas e representante oitocentista das idéias lingüísticas e da historiografia literária brasileiras. No âmbito da historiografia, como dissemos, produziu o famoso *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* para a formação de nosso grupo de histórias literárias. Em 1861, Sotero dos Reis assumiu as aulas de latinidade e literatura no Instituto de Humanidades a convite de seu amigo Pedro Nunes Leal que era o proprietário e, também, diretor. O Instituto de Humanidades era um colégio particular de instrução primária e secundária, sem patrocínio algum do governo, cujo papel educacional foi bastante importante para a formação intelectual dos homens da região do norte, seguindo os padrões europeus de ensino. Segundo relatos de alguns ex-alunos e docentes, essa instituição de ensino possuía o melhor quadro docente e inovadora grade curricular comparável apenas a colégios como o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. O maranhense Almir Nina dizia que ele representou a “idade de ouro das letras maranhenses” que “a um tempo excelente instituição pedagógica, e *arcadia luzida*; onde brilhavam as estrelas mais fulgurantes da constelação litteraria”, bem como Jose Augusto Correia acreditava que “era o melhor collegio que já possuímos, quer pela sua direcção superior, quer pelo seu pessoal docente, que pelas condições hygenicas do edificio;”²⁴⁰ Na sua “Introdução” ao *Curso de Literatura*, como era de se esperar, Sotero tece também alguns comentários a favor dessa instituição, dando créditos principalmente ao pioneirismo da mesma em relação à aplicação da disciplina de “Gramática Portuguesa” e de “Literatura”.

O Instituto de Humanidades, cujo progresso tem sido constante desde a época de sua fundação, é hoje um dos melhores estabelecimentos de educação do Brazil em tudo o que respeita o regimen economico e disciplinar, e o unico de empresa particular que mantem uma cadeira de

²⁴⁰ apud. LEAL, Pedro Nunes. *Op. cit.* s/d, p. III.

litteratura, tanto para seus alumnos, como para aquelles que querem assistir ás respectivas prelecções, pois não consta até agora que haja outro no imperio que o faça. Iniciado em todos os melhoramentos da educação da mocidade nos paizes mais cultos da Europa, e inteiramente dedicado ao fim que se propoz, o seu illustrado e infatigavel director não olha para realisal-os aqui á sacrificios actuaes que podem ser compensados no futuro com o credito crescente da instituição que se acha em bom pé de prosperidade. Distingue-se ainda este estabelecimento por comprehender no seu plano geral de estudos, que é completo para a instrucção primaria e secundaria aperfeçoada, que nelle se recebe de professores escolhidos, uma cadeira de grammatica geral applicada á lingua portugueza, cujo estudo é mui pouco cultivado no Brazil, que havendo dado tão largos passos nas vias do progresso intellectual, como o attesta a sua nascente e já brilhante litteratura, tem-se nisto descuidado de collocar a par de Portugal, onde se faz um estudo muito mais serio e refletido da lingua que fallamos, e devemos saber com perfeição.²⁴¹

Assim como o Cônego Fernandes Pinheiro, deparou-se com a falta de material didático apropriado para o ensino das respectivas disciplinas, situação que era bastante corriqueira no sistema educacional brasileiro da época. Em 1862, Gonçalves Dias em visita às províncias nordestinas a pedido do governo para estudar o problema da instrução pública informava ao Imperador que

Um dos defeitos é a falta de compêndios; no interior porque os não há, nas capitais porque não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos pelas autoridades.²⁴²

Nesse sentido, como era de costume dos professores, com a escassez de livros didáticos, Sotero dos Reis também preparava textos que eram proferidos durante as aulas e, com a insistência de seu diretor, começou a compeli-los e publicá-los com o nome introdutório de *Postilas* ou *Compêndios*. Daí surgiram os primeiros volumes do curso de literatura que ministrava que, segundo o autor, recebeu “o generoso e animador auxílio

²⁴¹ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. XIX-XX.

²⁴² apud MOACYR, Primitivo. *Op. cit.*, 1939.

decretado na Lei Provincial nº. 793, de 16 de julho de 1866”²⁴³. O plano inicial da obra era produzir três tomos, seguindo as diretrizes do currículo de literatura portuguesa e brasileira da instituição, porém, com decorrer dos anos e sendo o conteúdo tão vasto, o autor sentiu-se na necessidade de planejar mais dois volumes para dar conta do estudo das duas literaturas. Em dois anos, ele conseguiu publicar os três volumes do projeto inicial, o primeiro saiu em 1866 e os dois seguintes, em 1877. O quarto volume apareceu em 1868. Todos eles foram publicados pela Typographia de B. Mattos. No entanto, Sotero dos Reis não conseguiu concluir sua empreitada, uma vez que a publicação do quinto e último volume da série ficou impossibilitada por conta da falta de auxílio do governo e de assinaturas. Esse volume só seria publicado cinco anos depois de sua morte, informação oferecida pelo seu filho Américo Vespúcio dos Reis que esteve incumbido de administrar a produção bibliográfica do pai depois de sua morte em 1871. Na introdução do quinto volume do *Curso*, Américo Vespúcio diz que:

Sendo entre nós avultadas as despesas de impressão, e contando apenas com diminuto numero de assignantes desta obra, por terem muitos deixado de o ser, sem duvida por causa de ser ella longa e demorada, não foi possivel a meu querido pae publicar este 5º. e último volume do seu *Curso de Litteratura Portuguesa e Brazileira*, como fez os outros quartos, em sua vida; tanto mais não tendo sido concedido auxilio algum pela assemblea provincial nas legislaturas de 1869-1870 e 1870-1871, como acontecêo para a publicação daquelles.

(...)

Pelas razões adduzidas é que se nota a grande interrupção de cinco annos entre a publicação do 4º. volume, que teve logar em 1868, para a d'este, que ora é dado à luz.²⁴⁴

Pelo que consta, o *Curso de literatura* de Sotero dos Reis restringiu-se ao circuito comercial da província, porque se tratava de livro didático específico para exercer a cátedra de literatura portuguesa e brasileira daquele instituto. É claro que a repercussão da obra restrita regionalmente ocorreu também pelo motivo de que seu autor participava de uma rede intelectual ainda isolada da província e se tornou pouco conhecido além das fronteiras do Maranhão. Em ocasião da publicação da biografia de Eduardo Olimpio Machado, escrita

²⁴³ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. II, 1867, p. VI.

²⁴⁴ REIS, Américo Vespúcio dos. Introdução. In: REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. V, 1873, p. V.

por Sotero dos Reis, na *Revista Trimestral do IHGB*, a redação da revista notifica em nota de rodapé que

O presente trabalho biographico, que julgamos digno de figurar nas páginas da *Revista Trimestral*, é devido a penna de um distincto litterato e escriptor de não vulgar merecimento da provincia do Maranhão, a respeito do qual expressou-se assim o *Correio Mercantil*, folha diaria d'esta corte: “Obrigado a uma vida laboriosa para se manter – sem recursos materiaes para sahir do limitado horizonte provincial – o sr. F. Sotero dos Reis, apesar de seus talentos e estudos litterarios, é apenas conhecido por uma ou outra pessoa, que haja passado pelo Maranhão. E no emtanto, quer no conhecimento e uso da lingua portugueza, quer na lição dos classicos das principaes litteraturas, é elle um digno compatriota de Timon [o sr. João Francisco Lisboa], de Odorico Mentos, de Gonçalves Dias.

Nota da Redacção.²⁴⁵

Por outro lado, embora a obra de Sotero dos Reis circulasse basicamente em seu território provinciano e com “diminuto número de assinantes”, houve divulgação em outros pólos do Império por meio de jornais e revista brasileiros, como vimos nessa passagem em que cita o *Correio Mercantil*. Em 1867, na seção de “Obras offerecidas ao Instituto durante o anno de 1867”, da *Revista Trimestral do IHGB*, Antonio Henriques Leal e Francisco Balthazar da Silveira anunciavam a *Gramática Portuguesa*, de Sotero dos Reis. Nessa mesma revista, encontra-se também o próprio Sotero dos Reis divulgando o segundo volume de seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*:

Obras offerecidas ao Instituto durante o anno de 1867

(...)

Pelo Sr. Dr. Antonio Henriques Leal

Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra seguidos da immediata applicação pratica composta por Francisco Sotero dos Reis. Maranhão, 1866, 1 vol. in 8.²⁴⁶

²⁴⁵ Cf. *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, t. XIX (t. VI da Terceira Série), p. 607.

²⁴⁶ Cf. *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867, t. XXX, parte III, p. 560.

E depois:

Pelo Sr. Francisco Sotero dos Reis

Curso de litteratura portugueza e brasileira professado por Francisco Sotero dos Reis no instituto de Humanidades na província do Maranhão, 1867, in-8.²⁴⁷

Mesmo com essas investidas, em seu tempo, o historiador Sotero dos Reis ficou à margem, sobressaindo-se apenas como gramático e filólogo em todo o Império, cuja comprovação vem das várias edições de suas obras gramaticais e somente uma do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. Antônio M. Araújo chega a dizer que Sotero dos Reis

Não só pontificava, como chegou fazer carreira. Como também não é força de expressão dizer-se que Sotero exportava filologia para o resto do Império. Isso pode-se comprovar com um curioso manual didático do bacharel Augusto Freire da Silva (1836-1917). Chamava-se *Noções de prosodia e orthographia para uso da infancia que frequenta as aulas do 1º. Grau do Instituto Santista, intercalladas de um resumo de etymologia e syntaxe, extrahido da Grammatica Portugueza de Francisco Sotero dos Reis pelo Dr. Pedro Nunes Leal, sob o titulo de Noções Grammaticaes, brevemente additadas e compiladas*. São Luís, 1871.

Chegou mesmo seu autor a tirar uma segunda edição dessa obrinha, “mais correta e aumentada”, com indicação de São Paulo, 1875, mas com efeito editada em São Luís, pela tipografia do Frias (...) ²⁴⁸

Na verdade, o público alvo, ou seja, o assinante do *Curso de Literatura* era os alunos do Instituto de Humanidades que estavam se formando necessariamente para tentar os Exames Preparatórios do Governo Imperial e, também, conseguir alguma oportunidade nas universidades européias. Porém, como o Cônego Fernandes Pinheiro, havia interesses de conquistar um público que ultrapassa as barreiras escolares e seu reconhecimento nas outras esferas intelectuais. Independentemente das intenções comerciais, o texto tem o propósito didático. Em introdução, Sotero dos Reis esclarecia:

Acrescentarei agora algumas palavras sobre a origem deste livro que me constitui autor de mais uma obra que estava longe de propor-me, e que por direita razão dedico ao meu amigo o Sr. Dr. Pedro Nunes Leal, pois a não

²⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 562.

²⁴⁸ ARAÚJO, Antônio Martins. *Op. cit.*, 2003, p. 58.

ser ele que instantaneamente me convidou a ler na cadeira de literatura, criada no Instituto de Humanidades de que é mui digno diretor, vencendo a minha repugnância a fazê-lo, nunca teria certamente existido. Assim se algum mérito tiver esta obra que ofereço ao Público mais confiado em sua benevolência, que no cabedal das próprias luzes, a ele principalmente deve ser atribuído, que me animou a empreender um trabalho provavelmente superior às minhas débeis forças, mas que tenho me esforçado por desempenhar com a melhor vontade, se não com a suficiência desejável.//Do livro cai naturalmente o discurso sobre o estabelecimento de instrução que é em última análise a causa eficiente dele, por ser aquele onde se dá o curso por mim professado, o qual, além de literatura portuguesa e brasileira que atualmente se publica, deve compreender também a antiga, bíblica e clássica, que reservei para depois da primeira.²⁴⁹

Dessa maneira, a estrutura da obra parece obedecer à proposta curricular da disciplina de literatura daquela instituição escolar em que Sotero dos Reis trabalhava que, por conseguinte, baseava-se nos conteúdos de aprovação dos Exames Preparatórios do Colégio Pedro II. O estudo atenta-se então as duas literaturas, a portuguesa e a brasileira, como se deixa bem explícito no próprio título da obra *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. A colocação dos nomes das literaturas do título talvez prepare o leitor para a ordem que o autor optou em tratá-las ao longo da obra; primeiro a literatura portuguesa e, por último, a brasileira. O papel secundário desta última pode revelar também o interesse do ensino literário da época muito mais aplicado à história da produção literária portuguesa do que à da brasileira, uma vez que, da primeira, Sotero se ocupa largamente com várias seções e lições em todos os cinco tomos enquanto, da segunda, escreve apenas uma parte do quarto tomo e do último.

Como foi dito, a obra se divide em cinco tomos, sendo que o último publicado postumamente pelo filho do autor. Os três primeiros tomos acompanham a história da literatura portuguesa, com a análise de seus escritores mais representativos, além da parte introdutória – a qual perfaz grande parte do primeiro tomo - em que se comenta sobre a origem e a formação da língua portuguesa e os critérios de divisão historiográfica das literaturas portuguesa e brasileira. No quarto tomo, temos o estudo das duas literaturas, reservando a primeira metade ainda à literatura portuguesa e a segunda, à literatura

²⁴⁹ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. XVIII-XIX.

brasileira. No último tomo, há a inversão da ordem em que, primeiro, aparece a literatura brasileira e, em seguida, a literatura portuguesa. Nele, como apêndice, houve o acréscimo do estudo da literatura bíblica pelo seu organizador Américo Vespúcio, como exigência editorial para completar o volume, sem que tivesse a ver com o plano da obra inicial.

E, assim, como afirma Roberto Acízelo

Em resumo, podemos dizer que a parte brasileira do *Curso* corresponde materialmente ao conteúdo de um volume (metade do 4 e metade do 5), ao passo que a portuguesa equivale a três volumes inteiros e mais cerca de 75% de outro, dele se descontando o pequeno espaço dedicado à introdução teórica e ao apêndice “literatura bíblica”.²⁵⁰

Ademais dessa divisão por tomos, Sotero dos Reis utilizou-se o seguinte critério metodológico para organização da obra. Basicamente, os tomos apresentam o estudo das literaturas por “Livro” (I ao VIII) que se subdividem em “Seção” (27 seções) e, finalmente, cada lição possui os subitens “Lição” (total de 103 lições). Há algumas exceções, o autor não obedece criteriosamente essa sistematização, principalmente por conta da extensão da obra e do período de confecção que demorou três anos para serem publicados os quatro tomos. Essas poucas modificações revelam o processo de produção intelectual de seu autor. Nos dois primeiros tomos, Sotero dos Reis utiliza-se apenas divide a matéria em “Seções” e “Lições”. O item “Livro” aparecerá a partir do terceiro tomo, com o número “III”, o que pressupõe que os dois anteriores foram respectivamente os livros “I e II”. Outra mudança ocorre a partir do quarto tomo em que se acrescenta a divisão por partes. O “Livro VI” se subdivide em “Parte I” e “Parte II”, para depois se introduzir as respectivas “Seções” e “Lições”.

Embora bastante confusa, é possível compreender a sistemática operada pelo Sotero dos Reis para a organização de sua obra. Para ele, os “Livros” representam os períodos literários, divididos pela idéia de formação política e lingüística. No primeiro tomo, menciona que

²⁵⁰ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 2007, p. 92.

Em razão das prelecções sobre a lingua que com o discurso preliminar occupão toda a primeira secção ou oitenta e seis paginas, não poude este volume a que aliás acresce a introdução actual, comprehender mais de um periodo litterario ou de um livro, pois para isso seria necessário que fosse a perto de seiscentas paginas; mas o segundo que já se acha no prelo, e não será precedido de introdução alguma de vulto, constará de dois periodos litterarios, ou de dois livros, e pela ventura dos mais interessantes desta obra.²⁵¹

O plano de trabalhar dois períodos literários no tomo II foi fracassado pela vastidão do tema e o interesse do autor pela obra de Camões. Por outro lado, pelo visto, essa periodização literária representada pela terminologia “Livro” só esteve mais clara para o autor na ocasião do terceiro tomo em que, justamente, colocou pela primeira vez como título em caixa-alta o termo “Livro” e explicou nitidamente o seu critério de periodização na “Introdução” ao volume. Nela, há também a explicação da abordagem sobre a divisão entre literatura portuguesa e brasileira que iremos tratar mais adiante. Sotero dos Reis esclarece:

Comprehende este volume dois periodos, o terceiro e o quarto, divididos em dois livros sob numeração igual á dos periodos, visto como os dois volumes anteriores formão, cada um, um só livro que abrange um periodo litterario. Mas o quarto periodo litterario deste volume comprehende só os portuguezes de subido merito que nelle florecêrão, ou Pedro Antonio Correia Garção e Antonio Diniz da Cruz e Silva, e não os poetas brasileiros de igual notabilidade, que a elle pertencem na ordem chronologica, ou Frei José de Santa Rita Durão e José Basilio da Gama, porque os reservo, assim como ao poeta brasileiro, Antonio Pereira de Sousa Caldas que ainda pertence na ordem chronologica ao quinto periodo da Litteratura Portugueza para compõem a primeira parte da Litteratura Brasileira.²⁵²

Com exceção do tomo I, cada seção diz respeito a um escritor escolhido para análise, específico do período literário abordado. Só no primeiro tomo que uma seção dedica-se à questão de definição, divisão e a função da literatura e da introdução à formação da língua portuguesa e da história da literatura portuguesa e brasileira; quanto a segunda e terceira estudam o primeiro período literário da literatura portuguesa, comentando os autores e obras representativos de modo panorâmico tanto na faceta poética

²⁵¹ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. XVI.

²⁵² REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1867, t. III, p. V-VI.

como em prosa. As lições representam a divisão do estudo sobre os escritores e suas obras. Consiste que, a cada lição funcionando como subdivisão das “Seções”, o autor dedica-se a um aspecto particular de análise dos escritores da história da literatura portuguesa e brasileira. Geralmente, Sotero dos Reis escolhe a primeira lição para traçar a biografia do escritor a ser estudado e as lições subsequentes para cada obra mais famosa do mesmo dentro da divisão dos gêneros literários (lírica, épica, etc.).

Assim, temos no primeiro tomo a contemplação do primeiro período literário da literatura portuguesa que compreende o período do século XIII a meados do século XVI, cujos escritores representativos são D. Diniz, Bernadim Ribeiro, Gil Vicente, Sá de Miranda, El-rei D. Duarte, Gomes Eannes de Azurara; Garcia de Resende. O segundo tomo analisa o “segundo periodo litterario” que “comprehende a idade de ouro da lingua e letras portuguezas; pois florecêo na segunda parte do século XVI, ou nos últimos dias d’el rei D. João III, na regência da rainha D. Catharina, avó d’el rei D. Sebastião, e no principio do reinado d’estes.”²⁵³ Os escritores estudados são Antonio Ferreira, Luiz de Camões e João de Barros. Já o terceiro aborda os dois períodos literários seguintes da história lusitana, respectivamente, o terceiro que vai do final do século XVI a XVII – com os escritores Quevedo Castelo-Branco, Gabriel Pereira de Castro, Frei Luiz de Souza, Abade J. Freire de Andrade, Padre Antonio Vieira, – e o quarto, o século XVIII ou o período de “renascimento das letras em Portugal”, representado pelos poetas Pedro Antonio Correia Garção, Antonio Diniz da Cruz e Silva.

Como dissemos o quarto tomo introduz a narrativa da história da literatura brasileira, mas continua abordando a da literatura portuguesa. Quando a literatura brasileira vem à tona, Sotero dos Reis torna-se menos claro e pouco confuso nos critérios de periodização. Tudo indica que, nesse volume, ele pretendeu trabalhar o quinto período literário português, cujo período temos a menção aos “tempos modernos” da literatura portuguesa que possivelmente equivale ao início do século XIX até atualidade do historiador. Nele, há dois portugueses pertencentes ao período, Felinto Elísio e Bocage. Eles aparecem no “Livro V” que diz respeito a primeira metade do volume. A segunda metade, intitulada “Livro VI”, na qual se trata da literatura brasileira, Sotero dos Reis

²⁵³ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1867, t. II, p. 1.

elabora que, “para compôrem a primeira parte da Literatura Brasileira”, “ha de constar de um livro dividido em duas partes, a primeira compreendendo os três mencionados poetas [Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Souza e Caldas], a segunda, os autores que só florecêrão depois de constituída a nação brasileira, servindo a primeira como de introdução á ultima”²⁵⁴, quais sejam, Odorico Mendes e Gonçalves Dias. Mesmo sendo uma proposta do prefácio de 1867, a divisão realiza-se com sucesso quando a edição foi publicada no ano posterior. Finalmente, o último tomo que, como já foi dito, é uma edição póstuma, organizada pelo filho de Sotero dos Reis, Américo Vespúcio. Nele, pelo que parece, segundo a proposta do autor de 1868, continua-se trabalhando os escritores da literatura “brasileira propriamente dita” nas suas diversas representações dos gêneros literários. Para tanto, os nomes escolhidos foram ainda Gonçalves Dias e, depois, Marques de Maricá, Monte Alverne, Antonio Henriques Leal e João Francisco Lisboa. Esse tomo também se detém no estudo da literatura portuguesa, agora vista como “contemporânea”, com a presença dos escritores portugueses vivos daquele período: Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Esse estudo aparece na “Lição VIII”, depois que Sotero dos Reis contempla os escritores brasileiros nas páginas anteriores da “Lição VII”.

Quanto à edição póstuma, vale dizer algumas palavras sobre os problemas da continuação de sistematização historiográfica anterior. Como se trata de organização de Américo Vespúcio dos Reis torna-se bastante complicado afirmar se o organizador seguiu ou não à risca os mesmos critérios que Sotero dos Reis deixou para a edição do quinto volume, uma vez que houve algumas pequenas alterações na divisão do estudo. Como sabemos, Américo Vespúcio acrescentou os textos de Sotero dos Reis sobre a Literatura Bíblica como apêndice, os quais haviam sido publicados no periódico *Semanário Maranhense*, tendo em vista completar o volume para a publicação. Segundo ele,

para que o [volume] tirassemos com 52 folhas de impressão, ou com 400 paginas pouco mais ou menos, foi-nos preciso, entendendo não vir muito fora do jeito, addicionar-lhe seis prelecções sobre a *Litteratura Bíblica*, que compoz o auctor, e que já foram, á excepção da primeira, impressas no jornal litterario – *Semanário Maranhense* -, que publicou-se nesta capital

²⁵⁴ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1867, t. III, p. VI.

durante o espaço de um anno, desde Setembro de 1867, até setembro de 1868.²⁵⁵

Nesse trabalho, Sotero dos Reis faz algumas considerações a respeito da literatura do Velho e Novo Testamento, analisando as obras de Job, David, Salomão, Isaías e Jeremias. Outra modificação que, nesse caso, o editor não comentou foi a introdução de um novo “Livro”, ou seja, obedecendo a lógica terminológica de periodização dos outros volumes, seria um outro “período” para a continuação do estudo mesmo período da literatura brasileira trabalhado no tomo anterior. Como Sotero dos Reis continua a tratar do segundo período literário brasileiro, cuja relação está com a independência política do país, era de se esperar que continuasse a se utilizar do termo “Livro VI” e, possivelmente, acrescentar uma terceira parte (lembrando que o “Livro VI” subdividia-se em duas partes). Por fim, além do acréscimo de um novo período, houve a colocação confusa dos subitens “Parte I” e “Parte II” aos respectivos livros “VII e VIII”. Por exemplo, tendo a “Parte II”, pressupõe-se que, no “Livro VIII”, haja uma “Parte I” a qual não se encontra em nenhum tomo!

Abaixo, para ilustração, colocamos um esquema da organização dos tomos do *Curso de Literatura* de Sotero dos Reis que discutimos acima:

ORGANIZAÇÃO GERAL DA OBRA

Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (5 tomos: 1º./1866; 2º./1867; 3º./1867; 4º./1868 e 5º./1873*edição póstuma) –

1º Tomo –(possível Livro I) total de 3 Seções e 17 lições

S. I – 8 lições; (introdução, noção de literatura e história da língua portuguesa)

S. II – 4 lições; (período sec. XIII-XVI; D. Diniz, Bernadim Ribeiro, Gil Vicente, Sá de Miranda)

S. III- 5 lições; (sec. XV – XVI; prosadores: El-rei D. Duarte, Gomes Eannes de Azurara; Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda)

2º. Tomo –(possível Livro II) total de 4 Seções e 18 lições

²⁵⁵ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1873, t. V, p. VII.

S. I – 2 lições; (Antonio Ferreira)
S. II – 9 lições; (Luiz de Camões)
S. III – 4 lições; (Luiz de Camões)
S. IV – 3 lições; (João de Barros)

3º. Tomo – total de 2 livros, 6 seções e 23 lições (Livro III: S. I-IV, 14 lições e Livro IV: S. I-II, 9 lições).

Livro III –

S. I. – 2 lições; (V. M. de Quevedo Castelo-Branco e Gabriel Pereira de Castro)
S. II – 4 lições; (Frei Luiz de Souza)
S. III – 1 lição; (Abade Jacintho Freire de Andrade)
S. IV – 7 lições; (Padre Antonio Vieira)

Livro IV

S. I – 4 lições; (Pedro Antonio Correia Garção)
S. II – 5 lições; (Antonio Diniz da Cruz e Silva)

4º. Tomo – total de 2 livros, 7 seções e 26 lições (de 59 a 84). (Livro V: S. I-II, 11 lições) e (Livro VI: Parte I: S. I-III, 8 lições) e (Parte II: S. I-II, 7 lições)

Livro V –

S. I. – 7 lições; (Felinto Elisio)
S. II – 4 lições; (Manoel Maria de Barbosa Du Bocage)

Livro VI –

Parte I

S. I – 2 lições; (Santa Rita Durão)
S. II – 2 lições; (Basílio da Gama)
S. III – 4 lições; (Souza e Caldas)

Parte II

S. I – 2 lições; (Odorico Mendes)
S. II – 5 lições; (Gonçalves Dias)

5º. Tomo (póstumo) – total de 2 livro, 2 partes, 7 seções e 19 lições. (Livro VII: Parte I – S. I-V, 12 lições) e (Livro VIII: Parte II – S. I-II, 7 lições) – [Acréscimo da parte Literatura Bíblica, com 6 lições]

Livro VII

Parte I

S. I – 2 lições; (Gonçalves Dias)
S. II – 2 lições; (Marques de Maricá)
S. III – 2 lições; (Frei Francisco de Monte Alverne)
S. IV – 1 lição; (Antonio Henriques Leal)
S. V – 5 lições; (João Francisco Lisboa)

Livro VIII

Parte II

S. I – 6 lições; (Visconde de Almeida Garrett)
S. II – 1 lição; (Alexandre Herculano)

Apêndice: Literatura Bíblica – Lição I-VI;

Lição I – (Considerações gerais sobre o Velho e Novo Testamento)
Lição II – (Job)
Lição III – (David)
Lição IV – (Salomão)
Lição V – (Isaias)
Lição VI – (Jeremias)

V. Questões de Método

Ítalo Calvino, em suas reflexões sobre “a palavra escrita e a não-escrita”, entre outras coisas, trabalha a sua relação de dependência como intelectual e de outros intelectuais também ao manuscrito ou “ao mundo feito de linhas horizontais, onde palavras seguem palavras, uma de cada vez, e cada frase e cada parágrafo ocupa seu lugar

estipulado, um mundo talvez muito rico, ainda mais rico do que o não-escrito, mas que, de qualquer forma, requer um ajuste especial, a fim de que possamos nos enquadrar nele”. E confessa: “Seja como for, não há como fugir de meu destino: na vida pública e na vida privada, mantendo sempre uma folha escrita a poucos palmos do nariz.”²⁵⁶ Para tanto, previamente, explica que “aqui estou eu, tendo cuidadosamente preparado minha fala, e as páginas que tenho nas mãos são o texto que escrevi. Não podendo improvisar, sou obrigado a ler, confortado pela etimologia latina da palavra *lecture*, também dada pelo Webster”.

Essas palavras introdutórias de Ítalo Calvino produziram forte efeito quando estudamos os textos de Sotero dos Reis, principalmente o *Curso de literatura*, e os relacionamos com a tradição retórica de estudo do século XIX em que a formação intelectual acontecia a partir da leitura em voz alta. O professor elaborava “preleções” na forma textual, assim como o texto de Calvino, e as proferiam ou ditavam-nas ao seu público alvo que eram os seus alunos. Os alunos, por conseguinte, aprendiam com eles e carregavam os efeitos desse processo pedagógico. Desde pequenos, os alunos das séries iniciais tinham como regras aprender a ler bem e ter uma boa leitura em detrimento da escrita, cujo ensino era deixado para depois que soubessem ler. De acordo com Zilberman

Nem leitura, nem literatura, contudo, têm consistência suficiente para se apresentarem como disciplinas autônomas. No século XIX e início do século XX, a leitura em voz alta formava o estudante no uso da língua, em essencial na expressão oral, respondendo às necessidades da Retórica ainda dominante na escola. Quando a leitura tornou-se passagem para a leitura, revelando a ênfase agora dado ao escrito, tomou acento na cadeira de Português, junto com seus companheiros de viagem, os textos literários. Mas nunca deixou de ser propedêutica, preparando pra o melhor que vem depois.²⁵⁷

No caso de Sotero dos Reis, tudo leva a crer que as suas aulas eram planejadas mediante a elaboração sistemática de lições – em forma textual - que eram proferidas aos alunos ao longo do período. Esses textos proferidos, tanto sobre gramática – portuguesa e latina – quanto sobre literatura – portuguesa e brasileira – eram coligidos e publicados em

²⁵⁶ CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: AMADO, Janaína et FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da história oral*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 139-147.

²⁵⁷ ZILBERMAN, Regina. *Op. cit.*, p. 25.

volume, sem a preocupação de passá-los por um processo de adequação do “saber didático” às normas do “saber erudito”; pois justamente eram para aqueles estudantes de suas disciplinas que pudessem adquiri-los. As obras de Sotero dos Reis estão carregadas do aspecto oratório da retórica que, tudo indica, eram realmente lidas em voz alta na prática pedagógica. Do início ao fim, os leitores dessas obras podem constatar que elas se modelam de acordo com o discurso oratório, com suas expressões e cacoetes típicos da fala, dando a impressão de contato mais próximo do autor com o leitor; e até a interessante sensação de parecer vivenciar aquelas aulas no momento da leitura. Torna-se, então, muito corriqueiro o manuseio dos vocativos: “senhores”, “vos” ou de expressões como “vossa atenção”, “vossa desculpa”, etc. A introdução da “Lição I” do *Curso de Literatura* representa o discurso típico de seu autor:

Bem ou mal collocado nesta cadeira, terei, senhores, de occupar a vossa attenção com uma serie de preleções sobre litteratura, assumpto tão importante como elevado, porque respeita essencialmente á cultura da intelligência, ou ao que há mais nobre no homem, e o assemelha á divindade. A tarefa de que me encarreguei por convite do illustrado director do *Instituto de Humanidades*, o sr. dr. Pedro Nunes Leal, para desenvolvimento dos alumnos mais adiantados do estabelecimento, é sem dúbida superior ao fraco cabedal de luzes de que posso dispôr; mas intimamente convencido de que ensinar é aprender, farei os possiveis esforços para dar cumprimento ao que de mim se exige, appellando para vossa benevolencia, que me desculpará os Eros para attender unicamente aos bons desejos de que me acho possuido. Peço pois a vossa benevola attenção por alguns momentos.²⁵⁸

A leitura recorrente do texto e, por extensão, do texto literário torna-se mais clara quando Sotero dos Reis aplica que, por exemplo, para “que façais ajustada idea desta soberba versão [dos salmos pelo Padre Sousa Caldas]” passará “a **ler-vos** della o primeiro, e o decimo oitavo psalmos, com suas variantes em versos da arte menor”, como exemplificação de um assunto específico abordado em determinada lição de matéria poética. Nesse caso, trata-se da explicação da tradução dos salmos de Padre Sousa Caldas que, segundo Sotero dos Reis, “superior a todas quantas se lêem em diversas linguas, é um

²⁵⁸ REIS, F. Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. 1-2.

verdadeiro thesouro de poesia, com que forão enriquecidas as letras no Brazil e em Portugal (...)”(grifos nossos)²⁵⁹

O aspecto didático, baseado no decoro da retórica educacional, torna-se determinante para definir a forma de abordagem do estudo da história das duas literaturas, ou seja, a metodologia historiográfica da qual Sotero dos Reis se vale para a construção de sua história literária. Embora preso a alguns padrões retóricos da tradição humanística, Sotero dos Reis se permitiu utilizar de novas perspectivas críticas, pois, dizia que “não quero com isto dizer que seja completo meu trabalho debaixo do ponto de vista em que o concebi; não, não nutro semelhante vaidade; o que apresento é apenas um imperfeito ensaio cuja idea me foi sucitada pela leitura das obras de alguns modernos litteratos francezes; ensaio que pode ser melhorado pelos que depois de mim trilharem a mesma estrada.”²⁶⁰. Como se pode observar, mais adiante, um desses “modernos literatos franceses” foi o professor Abel-Francois Villemain:

Os Francezes modernos, e nomeadamente Mr. Villemain, teem comprehendido melhor a necessidade de fazer um estudo serio e aprofundado desta segunda parte, dando-nos a analyse das producções do gênio em cursos especiaes, onde tudo quanto respeita á literatura de diversos povos é tratado e exposto com o preciso desenvolvimento.²⁶¹

Sotero dos Reis foi adepto da nova metodologia francesa de crítica literária desse professor, visto, por muitos naquela época e também pela crítica contemporânea, como aquele que rejeitou a “velha retórica” e introduziu a “nova crítica literária”. Villemain tornou-se conhecido pelas suas aulas de literatura francesa, com a publicação dos seis volumes do *Cours de littérature française* (1828-1829). De acordo com Fernand Baldensperger, Villemain ficou popular dentro do grupo de críticos da “Critique de Mouvement” pela sua crítica de caráter persuasivo advindo da oratória acadêmica:

Dans la triade Guizot-Cousin-Villemain, si populaire parmi la jeunesse des Ecoles sous la Restauration, si intimement liée aux destinées de la Monarchie de Juillet, Guizot représentait um “juste milieu” de civilisation et

²⁵⁹ REIS, F. Sotero dos. *Op. cit.*, t. IV, 1868, p. 243-244.

²⁶⁰ REIS, F. Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. XV-VI.

²⁶¹ REIS, F. Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. 6-7.

Victor Cousin, philosophe de l' "éclectisme", une sorte de séduisante indécision; Villemain est nettement l'orateur, et l'orateur académique. *Lès avantages et lès inconvénients de la critique* avaient été l'un de sés premiers écrits, encadré de deux "éloges"; les six volumes du *Cours de littérature française* (1828-1829) consacraient quatre volumes au XVIII^e. siècle, considéré dans sés mérites sociaux plus que dans sés réussites purement littéraires. Une critique persuasive par son accent plutôt que par sés preuves; une magnifique carrière faisant de l'académicien precoce um secrétaire perpétuel de la Compagnie, um depute, un pair de France et um ministre: cette destinée, brillante plus que féconde, était comme inscrite, pour-raït-on dire, dans les leçons de libéralisme et de rationalisme qui lui valaient tant d'applaudissements avant la Révolution de Juillet.²⁶²

Influenciadora de muitas mentes, a obra de Villemain surpreende por que coloca uma nova prática de crítica em que se quebram os vínculos "com a crítica dogmática e abstrata e com o exame das obras consideradas em si mesmas, 'relacionadas com vagas teorias'. Fazendo entrar a biografia na crítica, buscou a influência da religião, dos costumes e das leis sobre a literatura."²⁶³. Em resenha ao primeiro tomo do *Curso de Literatura* de Sotero dos Reis, o crítico Lafayette já percebia ser Villemain

na arte da crítica o grande mestre – o incomparável – diremos dele, como de Tucídides diziam aos gregos.

Villemain anima com o sopro vivificador de seu gênio os monumentos literários que escolhe para assunto da discussão; estuda-os em todos os sentidos, interroga a história e a biografia; explora todas as fontes de informação; institui paralelos; e de sua crítica profunda e luminosa ressalta fielmente interpretado o pensamento do escritor: a sublimidade da idéia, o movimento das paixões, a pintura dos caracteres, a urdidura da composição, os primores da forma, defeitos e desvios; tudo é julgado à luz de uma estética superior e de uma filosofia elevada.

A crítica assim praticada, é uma grande arte, fecunda em resultados, e que inspirando-se nas fontes do belo, enriquece as literaturas com suas produções, com obras-primas.²⁶⁴

Por outro lado, Wilson Martins considera que, mesmo sendo inovador, Villemain não deixava de ser

um clássico retardado (como Sotero dos Reis), acrescento por minha conta, condicionando a sua visão de letras por preocupações moralizantes. No que

²⁶² BALDENSBERGER, Fernand. *La Critique et l'Histoire Litteraires em France*. Bretanos's: s/d. p. 54.

²⁶³ MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, 1983, vol. I, p. 153.

²⁶⁴ LEAL, Antonio Henriques. *Op. cit.*, vol. I, p. 157-158.

aliás, respondia com fidelidade às concepções do seu tempo: pode-se pensar que foi influente, como sempre acontece, simplesmente porque refletia e exprimia a opinião generalizada e as verdades aceitas. Ainda em 1825, por exemplo, observava numa das suas lições ser impossível falar de Molière na Sorbonne “sem infringir o rigoroso decoro que nos é imposto”.²⁶⁵

De fato, do mesmo modo que Villemain e a maioria dos críticos da época, Sotero dos Reis também tinha a concepção educadora e moralizante do estudo das “belas letras” que, “sem cujo conhecimento não pode haver solida educação civil e scientifica.”²⁶⁶ Por isso, acreditava na eficácia do papel do crítico e historiador da literatura para “apontar o melhor caminho a seguir” e “aprender a formar o gosto” que se deve conseguir pela escolha do melhor método de estudo. O método de Villemain parecia a sua melhor opção para a abordagem das literaturas portuguesa e brasileira. Como já observamos, a qualidade de divisão e subdivisões do *Curso de literatura* inclui a sistemática que segue à risca o modo do conteúdo da disciplina de literatura ministrada em que as partes e seções revelam a temática do conjunto das aulas e, de fato, as “lições” correspondem a cada aula proferida pelo professor.

Nesse ritmo de lições, Sotero dos Reis concebeu um estudo historiográfico a partir do esquema em que o estudo da literatura envolvia em lições distintas o conhecimento histórico da biografia e a análise concentrada das obras mais importantes para representação literária do país estudado. Nesse sentido, cria na seleção criteriosa de autores e obras, de número reduzido, mas de “valor”; sem conceber que fizesse necessário aglomerar um número excessivo de nomes, os quais passariam por “exame (...) summamente ligeiro e infructifero, estendido a todas e quaesquer de centenas e centenas delles.” Quanto a isso, Sotero dos Reis parece estar ciente de seu trabalho historiográfico e faz crer em um possível “pioneirismo”, claro que “seja completo o meu trabalho debaixo do ponto de vista em que o concebi; não, não nutro semelhante vaidade; o que apresento é apenas um imperfeito ensaio (...)”:

²⁶⁵ MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, 1983, vol. I, p. 153.

²⁶⁶ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. XVI.

Assim todos os que o tentarão, não teem feito mais que dar-nos resumos superficialissimos, em que pouco ou nada ha que aprender; porque o exame que podia ser proveitoso, concentrado nas melhores obras de algumas dezenas de auctores escolhidos, torna-se summamente ligeiro e infructifero, estendido a todas e quaesquer de centenas e centenas delles.

(...)

Pode ser que eu esteja enganado, mas parece-me que o methodo seguido até hoje nos dois paizes de lingua portugueza não é o mais apropriado ao fim que se tem em vista.²⁶⁷

E, assim, o

melhor meio pois de aprender a litteratura não é fazêl-o por compendios ou resumos de historia litteraria, que apenas nos apresentam um juizo succinto sobre o merito em geral de cada auctor com a data do seu nascimento, ou da época em que florecêo, e a enumeração das obras que compoz; é sim ouvir prelecções de litteratura, dadas em cursos publicos, onde se exponhão as bellezas e defeitos dos modelos que se offerecem ao nosso estudo, acompanhando-se a analyse de cada um delles com a noticia dos factos mais notaveis de sua vida.²⁶⁸

Essa prática era tradicional dos estudiosos latinistas. Márcia Abreu relata que, por exemplo, Pierre Chompré modificava a estrutura das obras latinas sem remorsos para “preservar uma certa moralidade e prender a atenção das crianças” e estruturava seus textos da forma que o brasileiro latinista Sotero dos Reis aderira os fundamentos na sua história literária:

Com esses pressupostos, são apresentados extratos, em latim, dos textos praticamente todos os autores clássicos, dos mais conhecidos aos de menor destaque. Os trechos escolhidos são precedidos de pequenas biografias de seus autores, de breves comentários sobre as obras, de indicações de edições que poderiam ser consultadas e de uma sumária bibliografia. Em duas ou três páginas, apresenta-se o período em que viveu o autor e sintetiza-se a avaliação crítica sobre ele, fornecendo assim os elementos necessários para a realização da boa leitura: examinar os textos a luz dos conhecimentos sobre a época e a vida dos autores.²⁶⁹

²⁶⁷ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. XV-VI.

²⁶⁸ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. 7.

²⁶⁹ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ABL)/FAPESP, 2003, p. 253.

Sotero dos Reis conseguiu manter-se firme em seu propósito e, realmente, ofereceu um estudo de autores e obras mais concentrado, selecionando apenas aqueles expoentes do sistema literário concebido por ele, dando-nos suas biografias, analisando-os textualmente nas suas mais diversas facetas dentro dos gêneros literários e detendo-se nas mais representativas. No tomo II, dos expoentes do segundo período literário português – a “idade de ouro das letras portuguesas”, por exemplo reserva espaço apenas a três expoentes literatos Antonio Ferreira, João de Barros e Luis de Camões, este último sendo trabalhado em 13 lições das 18 que completam esse tomo – duas de Antonio Ferreira e três, de João de Barros. De todos eles, como dissemos, Sotero dos Reis escolhe detalhar-se na obra mais expressiva do escritor, mas também reserva espaço as outras composições poéticas. Antonio Ferreira é estudado nas facetas poéticas dos gêneros lírico e didático, muito embora, para Sotero dos Reis, seja mais reconhecido pela tragédia *Castro*. Essa última analisada com mais parcimônia e exemplos. De Camões, sobressai a obra épica *Lusíadas*, a qual aparece estudada em seis preleções, nas quais acompanham-se longos trechos da obra. Nas demais, aparecem os sonetos e canções líricos e as poesias didáticas.

Para o caso brasileiro, continua-se a mesma sistemática, porém de maneira mais concentrada nas obras centrais de cada poeta. Dos poucos literatos escolhidos - o total de nove nomes-, todos eles são introduzidos pela lição biográfica e, para logo em seguida, apreciar os seus textos literários. Por exemplo, Santa Rita Durão aparece como escritor do *Caramuru*; Basílio da Gama, de *Uruguai*; Odorico Mendes, da tradução de *Eneida*; assim por diante. Há, porém, dois poetas mais privilegiados pelo professor Sotero dos Reis em que o número de obras analisadas é maior, quais sejam, os poetas Souza Caldas e Gonçalves Dias. Para eles, procura deter-se em mais de uma obra. Ele analisa as traduções, as poesias líricas e profanas de Souza e Caldas e os *Primeiros*, *Segundo* e *Últimos Cantos*, os *Timbiras*, *Boabdil* e o *Brasil e a Oceania* de Gonçalves Dias.

Levando-se em consideração a extensão da obra e o espírito nacionalista que tentava constituir o patrimônio literário da época, pressupunha que história literária de Sotero dos Reis viesse a reunir um número de nomes bem maior para a construção de um cânone literário aos moldes românticos do Brasil. Porém, pelo que parece, o pensamento

historiográfico de Sotero dos Reis percebe a produção literária muito mais através do viés “qualitativo” do que o “quantitativo” que era valorizado pela maioria dos intelectuais da época. Assim, para Sotero dos Reis, a configuração do cânone literário acontece apenas se o escritor elaborou uma produção significativa dentro dos seus valores literários estilísticos e lingüísticos que pudesse significar o enriquecimento das belas letras. Tal funcionamento era aplicado tanto ao estudo da literatura portuguesa quanto da literatura brasileira. Claro que o cânone literário brasileiro perpassa a questão da avaliação dos caracteres nacionalizantes das obras, mas tudo analisado pelo viés da qualidade estilística. Veremos que, por outro lado, os conceitos de literatura nacional deixam ser operacionalizados na história literária de Sotero dos Reis da mesma forma que eram pela maioria dos historiadores nacionalistas da época que construía um cânone literário propriamente nacionalista da história da literatura brasileira. A análise é bem mais estilística. Talvez, podemos ver que se esquece de pensar num cânone nacional para valorizar o que poderia ser um “cânone literário brasileiro”. Todavia, há uma pequena particularidade. Embora escape dessa restrição dos termos nacionalizantes, Sotero dos Reis recai no que podemos chamar talvez de “cânone provinciano”, uma vez que recheia seu *Curso de Literatura* com escritores maranhenses, deixando de lado grande parte de literatos que produziam também literatura de valores estilísticos que ele valorizava. Letícia Malard acredita que

O fato de o professor [Sotero dos Reis] escolher figuras locais como objeto de seu ensino seguramente não passaria, como hoje, por uma atitude consciente de valorização da literatura regional. Ainda mais porque nem mesmo conceitos de literatura nacional são operacionalizados por Sotero. Com o ensino da literatura brasileira não estava sistematizado – nem pela via da historiografia nem pela composição curricular – o cânon era estabelecido de forma aleatória pelo docente. Assim, em termos práticos, Sotero acabou por transformar seu curso de literatura brasileira em curso de literatura maranhense.²⁷⁰

²⁷⁰ MALARD, Letícia. Aulas de literatura brasileira no século XIX. *Ipotesi*: revista de Estudos Literários. Juiz de Fora, vol. 1, nº. 2, p. 27-28.

Se a história literária de Sotero dos Reis se posiciona com distinção em alguns pontos das demais manifestações historiográficas da época, principalmente no que diz respeito à avaliação e seleção literária na constituição do cânone, convém refletirmos sobre os critérios de que se utilizou Sotero dos Reis para esse tipo de abordagem historiográfica. Primeiro de tudo, requer buscar qual base teórica de literatura em que se apóia para poder selecionar e avaliar os textos literários. Havíamos notado que, pelo discurso introdutório e a própria estrutura do *Curso de Literatura*, Sotero dos Reis preocupa-se com uma nova prática sistêmica de historiografia para estudar a história das literaturas portuguesa e brasileira, baseado em obras que diz serem dos “escritores franceses modernos”, os quais parecem se resumir apenas na figura de Villemain.

Essa perspectiva “moderna” consistia no olhar historiográfico que compreende detalhar-se tanto na biografia quanto na história e, selecionando algumas obras representativas, analisá-las em detalhes, com várias exemplificações. A modernidade, porém, consistia apenas na metodologia enquanto que a análise do texto literário propriamente dito ficava a cargo dos recursos críticos da retórica tradicional pela qual foi criado, uma vez que revela nas análises críticas das obras a necessidade de exaltá-las por meio do belo e do gênio, além de utilizar-se do sistema comparativo entre os grandes cânones da literatura mundial, principalmente os escritores clássicos, para tentar igualar a capacidade poética e reivindicar a sua respeitabilidade no meio literário. E nisso pode-se dizer que se apropriou das leituras que fez do “sabio professor inglez Hugo Blair no seu curso de rhetoria e bellas letras (...)”²⁷¹

No seu conceito de literatura, há a retomada de todos os ideais humanistas e retóricos do caráter literário, mas valorizando-se o aspecto de expressão social e de formação humanística. Neles, Sotero dos Reis apóia as definições de Lamartine e Bonald que revelam que a literatura é expressão do homem ou da sociedade. Nesse sentido, com a visão generalizante, conceitua a literatura apoiado na definição da palavra latina *littera*, significando “a expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano, por meio da palavra escrita.”²⁷² A literatura engloba então todos os textos direcionados à

²⁷¹ REIS, Francisco Sotero. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 7.

²⁷² REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 2.

formação integral do homem, tanto os das “sciencias e da erudição propriamente dita” quanto das humanidades e belas letras. Por outro lado, compreende que o estudo da literatura pode ser delimitado apenas no grupo das humanidades – que incluem poesia, eloquência, história, a gramática geral ou estudo comparado das línguas, a filosofia ou ciência dos princípios, a crítica, a retórica, a geografia, a aritmética, a geometria, etc. -, uma vez que, tendo os homens várias ocupações, bastam cultivar a parte da literatura que tem “relação mais immediata com a humanidade”. Note-se também que, mesmo delimitando o conceito, a literatura ainda abarca as áreas consideradas como exatas. Mesmo concebendo que essa delimitação facilita à formação humanística do homem, Sotero dos Reis não acredita que esse conhecimento restrito de literatura ainda possa confirmar a erudição, revelando-se ainda preso à concepção humanística de modelo de erudição dos teóricos clássicos.

Limitado a um campo menos vasto, e por conseguinte muito mais fácil de percorrer em todos os sentidos, muito mais possível também se torna o estudo das diversas ocupações sociaes que absorvem grande parte da vida do homem. Eis a vantagem da distincção a que me refiro. Tempo virá certamente em que os conhecimentos humanos se generalisem por tal forma com o progresso da civilização, que o litterato seja erudito, e o erudito litterato.²⁷³

Desse modo, dentro do conceito, o que sobressai na teoria de Sotero dos Reis é a valorização da funcionalidade da literatura. Ele busca e defende o lado prático e útil da literatura. A literatura deve servir para algo e, por esse sentido, encontra-se o seu serviço na “instrução” ou “educação” do homem, a partir do deleite. Como se aproxima do “belo”, do “divino”, do “sublime”, portanto de “Deus”, trazendo os seus valores cristãos, ela se torna a peça fundamental mais importante para a formação humanística do homem. Literatura liga-se diretamente com a Moral. Daí a importância de estudá-la na educação escolar, porque ela traz os “bons” valores de conduta à mocidade:

Para os que as estudam com proveito, são as letras uma útil ocupação na mocidade, um poderoso recurso na virilidade, uma doce consolação na velhice; acompanham-nos por toda a parte em quanto vivos, fazem-nos

²⁷³ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 4.

depois de mortos viver na memoria dos outros homens; não se perdem como os bens da fortuna, nem como a consideração proveniente dos cargos publicos ou da posição social; o que possui cabedal de letras pode dizer com o sabio da antiguidade: *Omnia mea mecum porto*, o que é meu trago comigo.²⁷⁴

Tendo em vista a utilidade da literatura, Sotero dos Reis parte para a sustentação da divisão da literatura, partindo das características intrínsecas dos ideais literários. Como Antonio Candido sugere, ele “considera em sentido estritamente tipológico, não histórico: sucedem-se cronologicamente mas não se excluem. Assim, Sousa Caldas é bíblico em nossos dias, como Odorico Mendes é clássico e Gonçalves Dias romântico (...)”²⁷⁵ Fica claro que concebe a existência de três tipos de literatura: a clássica, a romântica e a bíblica, destacando sempre o seu papel de modelo para a formação humanística. Da “Lição I”, podemos extrair o conceito na íntegra:

A litteratura clássica é filha do acurado estudo, e da bem entendida imitação dos grandes modelos da litteratura grega e romana.

A litteratura romantica é filha da inspiração cristã, e do espírito cavalleiroso e aventureiro que dominou na idade media desde o reinado de Carlos Magno até o tempo das cruzadas inclusive.

A palavra classica tem a sua origem na exposição que se faz nas classes escollares dos escriptores da antiguidade, que por seu subido merito litterario e incontestavel auctoridade podem servir de modelos.

A palavra romantica tem a sua origem na lingua *romance* ou *romana*, que substituiu o Latim em alguns paizes da Europa, dominados outr’ora pelos Romanos, ou na lingua em que os trovadores da idade media escreverão suas composições.

Esta divisão porem tem o inconveniente de excluir a litteratura bíblica, alias importantíssima por sua elevação, magestade e belleza, para todos os que se dedicão ao estudo das humanidades.²⁷⁶

Dessa definição e, também, ao longo do *Curso de Literatura*, pode-se constatar que Sotero dos Reis vem a valorizar muito mais, em primeiro, a literatura bíblica e, depois, clássica, por dois motivos simples. A literatura bíblica pelos seus motivos cristãos tematizados e seu vínculo divino torna-se representante direta do que seja o alto padrão de

²⁷⁴ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 4.

²⁷⁵ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 2007, p. 668.

²⁷⁶ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 5.

literatura, na qual, como vimos, se agregam os valores essenciais para a “instrução” da sociedade. Já a literatura clássica traz os modelos da essência da língua portuguesa que tanto o grupo maranhense valorizava. Esses dois pontos facilitam o entendimento do método de seleção e análise dos autores e obras da história das literaturas portuguesa e brasileira no *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. Sotero dos Reis entenderá a história das referidas literaturas como representantes desses dois tipos de literatura, mesmo que, para isso, tenha que contemplar os escritores de literatura romântica, como Gonçalves Dias. Porém, toda vez que isso ocorre, tenta aproximá-los aos clássicos percebidos somente pelo trato que fazem com a língua portuguesa para conseguir “a pureza e magestade classica”.

Dentro da história literária, a preocupação pela particularidade linguística da literatura conduz também na hipervalorização da prática de tradução dos clássicos latinos como distinção na escolha da produção literária entre os escritores historicizados. Tradutor de algumas obras, como os *Comentários de Caio Julio Cesar*, Sotero dos Reis concebe a prática da tradução em língua portuguesa como um dos caminhos mais dignos do exercício de aperfeiçoamento da língua, pois permite conhecer a língua pelo o contato direto com o idioma de origem e produz, como a tradução dos Mártires de Chateaubriand por Francisco Manoel do Nascimento, “um requíssimo thesouro de linguagem, estylo poetico, e poesia imitativa, e tão caudal que, depois dos immortaes Luziadas, é pela ventura o livro em que o estylo epico levanta mais alto na lingua portugueza.”²⁷⁷ Essa possibilidade de aproximação das duas línguas pelo estudo comparado “é um dos melhores meio de combater a corrupção do idioma, proveniente de pessimas traducções do Francez, é seguramente fazer versões do Latim, lingua mãe do Portuguez, na qual se pode restaurar o estylo com bons fundamentos do dizer”.²⁷⁸ Dentro dos gêneros literários, Sotero dos Reis coloca esse tipo de tradução em destaque, classificada pela terminologia de “poesia imitativa” que, segundo ele, chega ao ponto de superar os originais dependendo da capacidade, do talento e estudo poético do tradutor, o qual deve saber reproduzir com propriedade as “figuras, imagens e perfeição de estylo” e “trasladar todas as belezas de estilo e metrificacão” com fidelidade ao original,

²⁷⁷ REIS, Francisco Sotero dos. *Os Comentários de Caio Julio Cesar*: traduzidos em português. São Luis: Typ. de B. de Mattos, 1863, p. XIV.

²⁷⁸ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1863, p. V.

como fizeram Francisco Manoel do Nascimento, Sousa Caldas, Cesarotti e Odorico Mendes. Na introdução à obra *Comentários*, salienta:

É engano manifesto supõe que as traducções, as dignas deste nome entende-se, são trabalhos meramente secundarios, improprios para occupar os bons engenhos, e sem influencia na litteratura de qualquer paiz, ou que esta só dev constar de obras originaes. Há traducções que valem bem excellentes obras originaes, e são mui superiores ás mediócras, em pureza de linguagem, e perfeição de estylo.²⁷⁹

E no *Curso de Literatura*, conclui:

Traducções ha certamente tão ricas, que excedem o proprio original na perfeição da forma, como seja por exemplo a dos Martyres de Chateaubriand por Francisco Manoel do Nascimento, a dos Psalmos de David pelo padre Antonio Pereira de Sousa Caldas, e a Ossian de Machpherson pelo abbade Cesarotti na lingua italiana; não acontece porem o mesmo com as traducções das obras de Virgilio, as quaes por mais primorosas que sejam, muito fazem, si se assemelham ao original em belleza. Tão perfeito é elle! Tal é a novíssima e bella tradução da Eneida por Manoel Odorico Mendes, superior a quantas se teem publicado do mesmo poema na lingua portugueza, e sem rival em concisão entre as mais gabadas feitas em outras linguas, ás quaes aliás nada tem que invejar no bem acabado, si é que as não supera ainda nesta qualidade.²⁸⁰

Essa valorização explícita das “superiores traduções” explica a presença de vários tradutores que compõem o quadro de literatos no *Curso de Literatura*, por que, como expressões literárias originais, são “base e parte essencial de nossa nascente litteratura”. A colocação dessas traduções naquela narrativa serve “de estímulo aos professores e litteratos brasileiros e portuguezes para nos enriquecerem com boas traducções do Latim e Grego, de que é probrissima a litteratura portugueza.” Sotero dos Reis tinha o “desejo de concorrermos com o nosso fraco contingente para inspirar á mocidade brasileira o gosto do estudo comparado das linguas, que não consiste só na theoria, mas também, e especialmente na pratica (...)”²⁸¹

²⁷⁹ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1863, p. XIII.

²⁸⁰ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. IV, p. 300.

²⁸¹ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1863, p. XIII e XV.

Esse ponto é fundamental para se entender a linha motriz da historicização das literaturas de Sotero dos Reis. O pressuposto teórico sobre a literatura fundamenta-se no aspecto de formação da língua portuguesa que dará o caráter de análise estilística à crítica historiográfica do autor. De formação classicista, Sotero dos Reis avalia a literatura como modelo da expressão lingüística constituinte da sociedade por meio de sua história. A história da literatura nada mais é que a história de constituição da língua de uma nação que, por conseguinte, revela-se como sendo o reflexo de sua história política e social, “porque as linguas e as letras elevão-se, e declinão-se com os povos, em que florecem, ou florecêrão. Cada phase litteraria tem a sua época subordinada á de cada phase social”²⁸². Por isso que a história entra como base para o entendimento da formação da língua portuguesa manifestada pela literatura: “Nem podião os referidos idiomas ter outra filiação, attentas as circunstâncias especiaes e locaes que precederão á sua formação. **Appelemos para a historia, e disso nos convenceremos.**”²⁸³ (grifos nossos) Sendo assim, a história literária de Sotero dos Reis transforma-se simultaneamente numa história da formação da língua portuguesa em que a produção literária brasileira passa representá-la também. Por outro lado, percebe-se que, para o historiador Sotero dos Reis, essas duas histórias coexistem, pois que representam a história das letras portuguesas, sem qualquer distinção entre literatura e língua.

Partindo desses pressupostos, é possível entender a predileção pela análise do gênero poético em detrimento do prosa literária e pelos poetas mortos ao proceder com sua análise literária. Essa circunstância tem como base o seu posicionamento historiográfico quando se propõe a valorizar o que tem como o “aperfeiçoamento da língua”. A análise do processo lingüístico, compreendendo a formação da língua portuguesa, recorre-se ao elemento constitutivo da história que é o tempo passado em que, para Sotero dos Reis, unicamente se encontram as etapas de formação já estabelecidas, as quais podem ser sistematizadas. O poeta em exercício possuindo *work in progress* não pode oferecer elementos certos que levem a estabelecer a explicação para o aprimoramento da língua,

²⁸² REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 39.

²⁸³ *Idem, ibidem*, p. 14.

uma vez que, estando em desenvolvimento, “nunca fica completo o trabalho, podendo o autor ou produzir mais, ou alterar o que tem produzido.”²⁸⁴

A preferência pela poesia se justifica também no passado histórico. Segundo o autor do *Curso de Literatura*, a poesia é a prova do exercício poético dos poetas para conseguir a “perfeição da língua”, os quais são pioneiros em comparação aos prosadores dentro do tempo cronológico:

Na apreciação dos modelos propostos para estudo devem por via de regra ter a primazia os poetas, não só pelo natural atractivo da poesia, que convida a estudal-os, e suavisa o trabalho dos que aprendem, como por sua precedencia na ordem chronologica de qualquer literatura, conforme o attesta a historia. Em quase todas as linguas, ou antes em todas ellas, os poetas precederão aos prosadores, quer historiadores, quer oradores, quer philosophos, quer de outro genero; e em quase todas as litteraturas forão os poetas os que mais concorrerão para o aperfeiçoamento da respectiva lingua. Adstrictos á regras que não podem ser violadas, como a do metro, a da harmonia imitativa, a da consonancia sustentada, vêem-se elles obrigados a apanhar e incluir o pensamento, si assim me posso exprimir, em certos conceitos breves; e no que respeita o estylo, a procurar não só o termo proprio, mas ainda a expressão mais concisa, animada, ou pittoresca. A mesma difficuldade a vencer é parte para que cheguem não poucas vezes á perfeição summa, seja na força do enunciado, seja no colorido da expressão.

É incontestável a prioridade dos poetas sobre os prosadores.²⁸⁵

De todo modo, para que o poeta traga uma composição digna de seu conceito, ele passa por uma análise criteriosa que envolve conceitos retóricos e lingüísticos. O crítico deve apontar os defeitos e qualidades do trabalho literário. Os defeitos são aqueles que o poeta não atinge as características ou elementos necessários para se constituir como “obra-prima” da literatura. De modo geral, a crítica literária de Sotero dos Reis é respeitante do pensamento crítico de sua rede intelectual, sem que traga inovações para a época. Levando em conta os conceitos teóricos contemporâneos, digamos que Sotero dos Reis exercita o

²⁸⁴ Vale ressaltar que, no entanto, Sotero dos Reis decide abrir duas exceções, estudando uma obra de Eurico Mendes e outra de Antonio Henriques Leal. “Neste ponto, apenas nas prelecções que estão por imprimir [tomo V], fizemos duas excepções em mui pequena escala, si tal nome merecem, - os juizos sobre a biografia de João Francisco Lisboa, e sobre a prosa poetica do Eurico -, sendo que versão sobre trabalhos especiaes sem pretensões á uma apreciação completa sobre as demais obras dos respectivos autores; e isso, pelas razões plausiveis ahi allegadas.” (cf. REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. I, p. VI.)

²⁸⁵ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. I, p. 8-9.

que chamamos de técnica de análise estilística, despreocupando-se com a questão de interpretação do texto literário. O olhar volta-se para as descrições das imagens, a demonstração da representação das imagens poetizadas e as sensações causadas por elas, a partir da identificação da construção da estrutura textual. Sotero dos Reis preocupa-se com a qualidade da invenção e execução da forma literária e busca pela sua excelência e originalidade. O poeta precisa ser ousado, mas, para tanto, só é possível se ele apresenta o “gênio”²⁸⁶ ou “talento” – ou seja, o dom natural poético - e o “engenho” – o preparo técnico. Esse último conseguido apenas com muito trabalho e tempo de experiência literária. Claro que Sotero dos Reis deixa sobressair “o poder do gênio” em comparação ao “engenho”. Para ele, muitas vezes, o “gênio” se sobressai e torna-se digno de exaltação, como é exemplo Gonçalves Dias. Em “Lição LXXXII”, introduz:

Quereis, Senhores, saber o que é o genio em seu progresso ascendente até topetar com os astros que fita, o genio que não pode ser desconhecido em seu primeiro raíar, e brilha depois em todo seu esplendor, inundando-nos da mais pura luz? Em ninguém o conhecereis melhor do que no poeta Antonio Gonçalves Dias, que vivia ainda hontem, admirado por todos nós, e cujo inexgotavel estro começou a produzir logo mui cedo, porque nelle o vereis, para bem dizer, desabrochar, viçar, florecer, fructificar, e amadurecer. Nos Primeiros Cantos deste eximio poeta ha poesias por elle compostas aos dezeseis e dezoito anos de idade, que surpreendem, e arrebatão a quantos as leem por sua belleza ou elevação, parecendo obra de uma idade provecta, como vistes no provecta, como vistes no precedente discurso em que as analysei; (...)²⁸⁷

E defende seu ponto de vista até o fim:

Assim si os Francezes se jactão de que o seu La-fontaine, homem provecto, quando compunha as suas fabulas, si exprimisse tão bem na antiga linguagem, ou langage du vieux temps, com mais razão devemos nós os

²⁸⁶ O conceito de “gênio” aparece na “Lição LXXX”: ou, de acordo com as palavras de Sotero dos Reis, “certos homens privilegiados a quem a natureza enriquece com aquillo, que se póde considerar a supremacia, ou a realeza da intelligência, concedendo-lhes faculdades intellectuais muito mais envolvidas, que as dos outros homens. Este dom especial, ou este privilegio, que distingue o homem como intelligencia, não de milhares, não de centenas de milhares, mas de milhões e milhões de outros homens, é o que se chama genio, egenho singular, talento por excellencia, porque todas as denominações são mesquinhas para bem designalo.” (REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. IV, p. 309)

²⁸⁷ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. IV, p. 335.

Brazileiros gloriar-nos de que o nosso Gonçalves Dias, ainda mui moço, manejasse tão bem a antiga linguagem portugueza, como aquelle celebre fabulista manejava a franceza, já maduro.

Buffon definiu o genio “longa paciencia” mas isto não passa de um paradoxo; porque o genio que vemos brilhar em Gonçalves Dias na mais verde mocidade, e ainda depois atravez da pobre linguagem do Cancioneiro de D. Diniz, ou desacompanhado, para assim dizer, da lingua culta, attesta que o sabio naturalista francez confundio o genio, ou a intelligencia mais apurada, que a natureza concede á seus privilegiados, com o estudo e trabalho apenas contribue para aperfeiçol-o. Do que dizemos é uma prova não só Gonçalves Dias, mas o mesmo Buffon que sem genio nunca seria o que foi.²⁸⁸

E como o poeta consegue tal ousadia poética? Há dois aspectos que são os que mais Sotero dos Reis destaca. Primeiro de tudo, o texto literário, e em particular a poesia, precisa conseguir comover o público, ter a capacidade de provocar emoção e falar ao coração. Ele se destaca quando traz apelos sentimentais e mexe com os sentimentos humanos. Como se utiliza bastante frequência, os versos precisam ser “sentimentaes e patheticos”. Há um apelo explícito para os aspectos sensitivos e imagísticos da poesia. Essas sensações são causadas pela construção de imagens que são percebidas como “pinturas”, “retratos” ou “quadros” de obras de arte. As canções de Camões são admiradas pela “serie de quadros, cada qual mais bello, primeiro a variedade das pinturas, que não se encontram umas com outras, ou não se assemelham entre si; depois a amenidade das descripções, a viveza do colorido, a inimitavel perfeição de estylo; e finalmente o effeito musical do artificio da metrificação (...)”²⁸⁹ Em se tratando da poesia de Basílio da Gama,

tudo é bello, primoroso, pathetico – as imagens, os versos, e o conceito. Ninguem ao ler esta magnifica descripção da belleza morta, e morta de morte prematura e voluntaria, para não pertencer ao filho de quem lhe assassinára o amante esposo, deixará de exclamar enternecido, é natural, arrebatador; sublime, pois faz vibrar todas as cordas do coração. Assim só accrescentarei que uma tão primorosa pintura não podia terminar melhor, que por estes inimitáveis versos, que revelão a um tempo o coração sensível, e o apurado gosto do poeta: “Inda conserva o pallido semblante Um não sei que de magoado e triste, Que os corações mais duros enternece. Tanto era bella no seu rosto a morte!”²⁹⁰

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 337-38.

²⁸⁹ Refere-se à análise da “Canção XVI”, de Camões. (cf. REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1867, t. II, p. 261.)

²⁹⁰ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. IV, p. 229-230.

A recorrência aos termos “pintura”, “retrato”, etc., relaciona-se não só com a tentativa de reproduzir as paisagens, a “cor local”, de características visuais; mas também com o sentido de verossimilhança que deve ser trabalhado na poesia. As sensações e emoções só são possíveis quando podem ser vivenciadas, sentidas, estão próximas da realidade do leitor. Elas podem transmitir o que considera como “real”. Por isso que os sentimentos são mais “vivos” e “reais” a partir do momento em que temos o poeta que passa pela situação, conhece por experiência própria ou observou de perto o que reproduziu em suas composições literárias. Esses “quadros”, por sua vez, são conquistados pela habilidade do escritor em lidar com alguns dos elementos estruturais do texto, como utilização da língua, versificação, metrificação, composição, harmonia, musicalidade, construção das metáforas, dentro do estilo poético que se propõe. Considerando a poesia lírica do poeta português Antonio Ferreira, resume:

Como poeta lyrico é Ferreira superior a quantos o precederão, dotado de muito gosto, grande conhecedor das bellezas de estylo, bom e fino colorista, sabedor da língua, como poucos, mas poeta de pouca imaginação e invenção. Prima no genero erótico e pastoril, mas não tem os vãos lyricos e rasgos sublimes de Antonio Diniz da Cruz e Silva, de Francisco Manoel do Nascimento, e do Padre Antonio Pereira de Souza Caldas. A sua metrificação, si bem que muito superior á de Sá de Miranda, pecca ainda ás vezes por falta das convenientes pausas, e por duros ectylipses contrários ao genio da lingua.²⁹¹

Mesmo com o propósito de ser rígida no que se refere aos requisitos da linguagem poética, a avaliação de Sotero dos Reis gira em torno de uma análise rápida e panorâmica em que aparecem vários e longos excertos dos textos literários (por exemplo, a exemplificação com a poesia *Camões* de Almeida Garrett ocupa nada mais e nada menos que 17 folhas ininterruptas do *Curso de Literautra*) com rápidos resumos e comentários classificatórios de pura exaltação e pouco aprofundamento. Todas as expressões literárias que revelam a magnitude do literato são comentadas com a utilização de uma enumeração de elementos com suas respectivas qualidades. Analisando a obra *D. Branca* de Garrett,

²⁹¹ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1867, t. II, p. 16.

Sotero dos Reis diz que se “a *D. Branca* pelo fabuloso do assumpto e antiguidade que se lhe supõe, abre campo mais vasto à ficção, o *Camões* que menos a Ella se presta, por considerações que são óbvias, sobresahe pela **elevação do pensamento, na verdade do entusiasmo, e força do pathetico que nascem do assumpto prendendo-se em ambos a acção principal mui bellos episodios.**”²⁹² (grifos nossos). Já o começo da “cantata de Pigmalião”, do padre Sousa Caldas, “cujo objecto é Pigmalião enamorado da bella estatua que formou, pedindo ardentemente aos deuses que a animem, e vendo-a por um milagre de amor animar-se, e cingi-lo estreitamente em seus braços, quasi todos os versos estão cheios de poeticas imagens, que tornão o estylo de grande perfeição e belleza (...)”²⁹³

Para completar, podemos perceber alguns dos excertos acima a habilidade de Sotero dos Reis em utilizar-se da análise comparativa que, como dizemos, com o intuito de tentar aproximar o escritor estudado aos grandes clássicos das línguas eruditas. Com o mesmo padre Sousa Caldas, por exemplo, introduz que este “grande poeta que foi, segundo attesta o seu dialecto poetico e apurado gosto, um dos mais genuinos representantes da escola de Camões, florecêo no reinado de D. Maria I, e na regência do principe D. João que reinou depois como o título de D. João VI, e foi contemporaneo de Francisco Manoel e de Bocage, aos quaes igualou em talento, e excedêo em instrução.”²⁹⁴

No *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, há a prática analítica do texto literário para historicização de modelos de duas literaturas distintas em que, ambas percebidas num processo histórico conjunto, são submetidas pela leitura teórica que ora se aproxima ora se afasta. Para traçar uma narrativa linear sobre a história de formação das letras portuguesa e brasileira, conta com o apoio do estudo da biografia dos escritores participantes da mesma e a prática de análise do texto literário, a partir daqueles pressupostos teóricos como comprovação da formação, recorre-se à perspectiva cronológica de representação dentro do tempo histórico-político de Portugal, como Metrópole, e do Brasil, como colônia independente. Queremos dizer que Sotero dos Reis centra-se na história política de Portugal para conduzir sua narrativa histórica e, só no momento oportuno que comenta a “nascente literatura brasileira”, parece relevar apenas a história

²⁹² REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1873, t. V, p. 252.

²⁹³ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1868, t. IV, p. 282.

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 230.

política do Brasil no processo de independência. Como se a história do Brasil interessasse apenas quando marca o momento de independência literária que se efetiva a partir da independência política.

Sotero do Reis relaciona essa emancipação literária de modo distinto à proposta do Cômego, já que a visualiza em conjunto ao processo de independência política do Brasil, registrada em 1821 que, para ele, começa a nascer uma “nação brasileira” distinta da de Portugal. Por diversas vezes, o historiador salienta essa situação histórica da literatura brasileira e evoca a questão de ela, a literatura brasileira, ainda ser recém-surgida ou, como se quer nas palavras dele, “a nossa nascente literatura”. No primeiro tomo, coloca nos seguintes termos:

A revolução portugueza foi abraçada com entusiasmo por todo o Brazil, que já abundava nas mesmas idéas, communicando-se com a rapidez do relampago do Amazonas ao Prata; mas o desgosto ocasionado pela partida do rei, para Portugal, as injustas pretensões das côrtes portuguezas, e a existência do principe herdeiro da corôa entre nós, produzirão tambem logo em 1821 a independência do Brazil, que, com muito mais recursos que Portugal, tinha direito á sua emancipação política, e não lhe podia ficar sujeito.

D’esta época em diante, ou com a emancipação política do Brazil, deve-se estabelecer a linha divisoria entre as duas literaturas, a portugueza, e a nascente brasileira.²⁹⁵

E mais adiante na lição VIII

Tendo no precedente discurso tratado de nossa nascente litteratura, devo, Senhores, antes de concluir esta minha introducção sobre a lingua, lançar um rapido volver d’olhos para a litteratura portugueza da mesma época, só quando baste a estabelecer as differenças essenciaes que se notão entre ella e a nossa, si é que já é possível determinál-as bem, sendo que não ha ainda cousa de meio seculo formavão ambas uma só litteratura, pertencente ao mesmo povo, que se dividio em duas nações distintas no anno de 1821.²⁹⁶

²⁹⁵ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. 66.

²⁹⁶ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. 76.

Na verdade, Sotero dos Reis adota a mesma perspectiva de acompanhamento de vitalidade literária da Metrópole, porém com outro suporte metodológico. Ele valoriza o estudo literário dos autores e obras e os aspectos da história de Portugal aparecem apenas como plano de fundo que, em sua narrativa, está como resumo introdutório de cada período. A análise do texto literário fica evidente nas várias lições individuais a cada obra da literatura em comparação apenas uma sobre o evento histórico português em geral. Em apresentação de seu método, declara que o

melhor meio pois de aprender a litteratura não é fazêl-o por compendios ou resumos de historia litteraria, que apenas nos apresentam um juizo succinto sobre o merito em geral de cada autor com a data do seu nascimento, ou da época em que florecêo, e a enumeração das obras que compoz; é sim ouvir prelecções de litteratura, dadas em cursos públicos, onde se exponhão as bellezas e defeitos dos modelos que se offerecem ao nosso estudo, acompanhando-se a analyse de cada um delles com a noticia dos factos mais notáveis de sua vida.

Por este meio a impressão que recebe o alumno, firma-se muito melhor em seu espirito, e o desejo de consultar e estudar os escriptos dos modelos analysados torna-se nelle muito mais vehemente.

Este systema adoptado quase geralmente na Europa tem produzido mui bom resultado.²⁹⁷

A proposta historiográfica de Sotero dos Reis se aproxima do que, anos depois, José Veríssimo iria defender como metodologia válida das histórias literárias brasileiras. Um cuidado específico com o valor estético intrínseco à obra literária. Talvez, a função como tradutor o tenha influenciado numa prática historiográfica que começava a perceber a literariedade da produção literária, despreendendo-se de suas relações diretas com os fatos históricos. Independentemente desses direcionamentos diferenciados, Sotero dos Reis manteve-se na história literária que demonstra “o esforço organizador para fins didáticos das espécies literárias numa ordem que a muitos se apresenta como um fluxo evolutivo, já que comumente se concebe o período contemporâneo como climax de um processo intelectual.”²⁹⁸

²⁹⁷ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. I, 1866, p. 7.

²⁹⁸ LUCAS, Fábio. Literatura e história: história da literatura. *Revista de Letras*. São Paulo: Editora da UNESP, 1982, p. 84.

CAPÍTULO V.

A IDÉIA DE HISTÓRIA LITERÁRIA NO BRASIL

*A História da Literatura no Brasil
seriamente me ocupa, desespero com a falta de
documentos.*

*(...) por outras palavras diremos que o
nosso fim não é traçar a biografia cronológica
dos autores brasileiros, mas sim a história da
literatura do Brasil, que toda a história, como
todo o drama, supõe lugar da cena, atores,
paixões, um fato progressivo, que se
desenvolve, que tem sua razão, como tem uma
causa, e um fim. Sem estas condições nem há
história, nem drama.*

(Gonçalves de Magalhães)

Feita, assim, a leitura de três pioneiras obras historiográficas que exemplificam tentativas de escrita da história da literatura brasileira no século XIX, devemos retomar alguns dos pontos abordados no sentido de recompor sinteticamente suas principais contribuições para a idéia de história literária no Brasil. Como vimos, o próprio *corpus* trabalhado representa uma variedade do pensamento historiográfico oitocentista a respeito da sistematização da literatura brasileira tanto no aspecto teórico-conceitual quanto

metodológico. Ora são convergentes; ora, divergentes. Essa multiplicidade permite-nos repensar sobre alguns dos juízos totalizantes posteriores a respeito da prática historiográfica literária brasileira oitocentista que, por exemplo, giraram em torno de ressaltar sempre as questões sobre o exacerbado culto nacionalista. Sabemos que, no cerne da escrita da história literária, houve um consenso geral de afirmação nacional; por outro lado, as manifestações foram diversas e visualizavam o patrimônio literário nacional através de óticas particulares, com fins específicos também, “vendo as diferentes histórias literárias como expressão de diferentes projetos nacionais”²⁹⁹. Nesse sentido, o critério de nacionalidade, a análise de obras e autores, a formação do cânone, a funcionalidade da literatura, nem sempre foram constituídos da mesma forma. E por tratar-se de outro contexto de veiculação da história da literatura, é fato que a constituição do discurso dessas primeiras histórias literárias no Brasil passa por um processo de adequação do pensamento historiográfico em comparação as outras expressões historicistas da época, que se encontravam em artigos de jornais e revistas, em bosquejos introdutórios, etc. Dessas particularidades que vamos tratar nesse capítulo.

1. O Caminho

É conhecida a história das estratégias de autonomia cultural do Brasil. Em resumo, temos que, por conta da independência política, despertou nos brasileiros o sentimento de patriotismo e o instinto de nacionalidade, desejo incondicional de constituir uma nação brasileira. Tal ânsia levou-lhes à valorização dos produtos culturais brasileiros. Muitas vezes como forma de repúdio a tudo aquilo que fosse considerado da Metrópole portuguesa. No âmbito da literatura, sob influência do espírito romântico, essa tomada de consciência nacional demonstrou-se por meio da preocupação em construir um patrimônio

²⁹⁹ WEBER, João Hernesto. *Op. cit.*, 1997, p. 18.

literário propriamente brasileiro que pudesse funcionar como exemplo para a produção literária vindoura. Os textos literários que tematizassem os elementos característicos do Brasil, como, por exemplo, as belezas naturais, a “cor local” e os aborígenes, poderiam protagonizar no quadro dos representantes nacionais.

A historiografia literária entra em cena para servir de instrumento oficial para a efetivação desta proposta brasileira. Inspirados pelo pensamento de alguns críticos europeus, mais especificamente a partir de Ferdinand Denis e Almeida Garrett, os intelectuais brasileiros se convencem da necessidade urgente de estabelecer quantitativa e sistematicamente o patrimônio cultural nacional. As diretrizes vinham do projeto de história do Brasil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que segundo Manoel Luís Salgado Guimarães:

Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas, relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (Guimarães, 1988: p. 2)

Os veículos de “materialização” do patrimônio foram os bosques, os parnasos, as galerias, os panteões, as histórias literárias, nos quais todo o *corpus* literário poderia ser (re)conhecido e divulgado. Foi Antonio Candido que, no livro *Formação da Literatura Brasileira*, trouxe um esquema importante para se entender a formação da historiografia e crítica literária brasileira. Nele, podemos encontrar descritas com exatidão as várias etapas pelas quais passamos antes da suposta efetivação de um projeto de construção das histórias nacionais. O autor enfatiza o caráter do trabalho coletivo de vários intelectuais, brasileiros e estrangeiros oitocentistas que, em sintonia historiográfica, “reuniram textos, editando obras, pesquisando biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua [de Sílvio Romero] *História da literatura brasileira*, no decênio de 1880”. Mesmo canonizando a

figura de Sílvio Romero como sendo o primeiro grande sistematizador da história da literatura brasileira, Antonio Candido atribui também méritos aos participantes das etapas anteriores de nossa historiografia literária, sem as quais Sílvio Romero não seria tão bem sucedido, e assim afirma:

Visto hoje, esse esforço semi-secular aparece coerente na sucessão das etapas. Primeiro, o panorama geral, os “bosquejo” visando traçar rapidamente o passado literário; ao lado dele, a antologia dos poucos textos disponíveis, o “florilégio”, ou “parnasos”. Em seguida, a concentração em cada autor, antes referido rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em “galerias”, em “panteons”. Ao lado disso, um incremento de interesse pelos textos, que se desejam mais completos; são as edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informações biográfica (sic). Depois, a tentativa de elaborar a história, o livro documentado, construído sobre os elementos citados.

Na primeira etapa, são os esboços de Magalhães, Norberto, Pereira da Silva; as antologias de Januário, Pereira da Silva, Norberto, Adet, Varnhagen. Na segunda etapa, as biografias, em série ou isoladas de Pereira da Silva, Antônio Joaquim de Melo, Antônio Henriques Leal, Norberto; são as edições de Varnhagen, Norberto, Fernandes Pinheiro, Henriques Leal, etc. Na terceira, os “cursos” de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, os fragmentos da história que Norberto não chegou a escrever.³⁰⁰

No que se diz respeito à primeira fase, o primeiro trabalho brasileiro significativo foi o *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, entre 1829 e 1831, obra espelhada na publicação de Almeida Garrett, o *Parnaso Lusitano*, de 1826. Daí por diante, a etapa antológica adquire força, principalmente com o *Parnaso*, de Pereira da Silva, e o *Florilégio*, de Varnhagen. Vale lembrar que, nessa fase de *parnasos*, como poderíamos denominá-la, os intelectuais não ficaram apenas tentando compilar textos e escrever biografias, mas também se incumbiram da tarefa de traçar uma teoria da história da literatura do Brasil que teria como precursor o poeta Gonçalves de Magalhães quando publica o seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”³⁰¹, na *Niterói*, em 1836.

³⁰⁰ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 2007, p. 663.

³⁰¹ Esse “Ensaio” foi publicado posteriormente na edição dos *Opúsculos históricos e literários* (Rio de Janeiro: Garnier, 1865, tomo VIII, p. 239-71) sob o título de “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”. Recentemente, as pesquisadoras Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira publicaram-no com a

Como dito, esse processo de reconstituição histórica do passado literário brasileiro sucedeu-se em etapas. O desenvolvimento do trabalho de compilação do *corpus* literário brasileiro tem como resultado a formatação das primeiras manifestações de história literária, cuja sistematização do patrimônio literário brasileiro evidentemente nos permitiria visualizar a existência do conjunto possível da literatura nacional, oferecendo-nos, por conseguinte, a possibilidade de proclamar a autonomia cultural. Esse esforço conjunto de uma geração de estudiosos de tentar instituir uma tradição literária, muitas vezes forjada, que figurasse como símbolo identitário da jovem nação, só pode ser interpretado como uma *invenção da tradição*. O termo “tradição” como sinônimo de acúmulo de elementos que, enlaçados imaginariamente dentro da linha histórica, levam (in)voluntariamente à união e ao progresso. A expressão *invenção da tradição* refere-se ao que Eric Hobsbawm conceituou como:

um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.³⁰²

Houve várias tentativas de histórias literárias. Primeiro, foram os trabalhos dos estrangeiros, publicados quase todos antes da independência política da colônia brasileira: a *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit* (1801-1819), de Friedrich Bouterwek (1765-1828), que estuda a literatura portuguesa no quarto volume, intitulado *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (1805); *De la littérature du Midi de l'Europe* (1813), de Sismonde de Sismondi (1773-1842); o *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), de Ferdinand Denis (1798-1890) e o *Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e*

grafia atualizada nos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. V. 5, n. 2, Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, agosto/1999.

³⁰² HOBBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, 1984, p. 9.

modernos (1826), de Almeida Garrett (1799-1854).³⁰³ Por conta do período, essas narrativas estudavam a história da literatura portuguesa. Estas, assim, considerava a produção da colônia brasileira como representantes da literatura portuguesa, que, nesse caso, como disse Guilhermino César, “nossos autores ali figuraram, em alguns casos, sem nenhuma referência ao lugar de seu berço”³⁰⁴ e participaram como produtos que vinham enriquecer ainda mais a história da literatura lusitana.

Desse quarteto, sobressai-se o *Résumé* de Ferdinand Denis que seria o que mais se destaca pela consistência do ponto de vista da representação literária nacional, uma vez que traz um trabalho de análise sobre os autores e obras brasileiros e, mesmo vendo a literatura brasileira como integrante da Metrópole, realiza sua investigação à parte do conteúdo português. O *Résumé* sobre a literatura brasileira é um apêndice à história da literatura portuguesa. Pelo menos naquele período, a fama de trazer a primeira história literária da produção nacional brasileira lhe é negada, por deixar de lado, como fundamentação metodológica, a periodização e a apresentação sistemática do conjunto da literatura brasileira. Esses aspectos seriam comuns para a convalidação desse tipo de representação historiográfica. Até o momento, para muitos críticos e historiadores, a narrativa de Ferdinand Denis poderia ajuntar-se à categoria dos “manifestos literários” que servem de direcionamento e de incentivo para o melhoramento prospectivo da situação cultural de um país. Ele participa como fundamentação teórica de propulsão à conquista da independência literária brasileira. Essa estratégia discursiva pode ser visualizada no *Résumé* de diversas maneiras, demonstradas aqui através de uma passagem conhecida:

O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.

(...) A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma; nossa glória literária não pode sempre iluminá-la com um foco que se enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a

³⁰³ Cf. MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 1989, 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

³⁰⁴ CESAR, G. *op. cit.*, p. XI.

apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia.³⁰⁵

Por outro lado, acresce-se ao caráter de “manifesto literário” o viés ensaístico da obra na qual localizamos a reflexão pessoal e individual a respeito dos aspectos específicos de alguns dos nossos escritores e obras mais representativos. Tentativa de buscar o caráter “nacional” da literatura. Nisso, desvaloriza-se a padronização do método mecanicista aplicado ao estudo do conjunto literário brasileiro. Conforme sugere Rouanet:

o grande traço distintivo de uma literatura genuinamente brasileira devia ser a temática americana, e uma vez que o acontecimento do passado tinham um papel muito importante a desempenhar nessa montagem (...) este vai ser, então, o objetivo maior do Resume, i. e., o de rastrear todos os passos e todos os aspectos que pudessem vir a configurar uma tradição literária nacional brasileira.³⁰⁶

Entre os historiadores brasileiros, a figura de Norberto é ressaltada pelo seu esforço como historiador da literatura e pelo projeto de construir uma “verdadeira” história da literatura brasileira. Em 1840, o historiador Norberto escreveu o *Bosquejo da história da poesia brasileira*, publicado no *Despertador* e, em 1841, inserido no livro *Modulações poéticas*. Nele, o historiador brasileiro trouxe uma periodização do fenômeno literário nacional, mas direcionado especificamente à produção poética. Essa periodização consagra Norberto, como Américo Mirando notifica, como “o primeiro a propor, em bases razoáveis, uma divisão da história da literatura brasileira em períodos”³⁰⁷, aprofundando os trabalhos de Ferdinand Denis e Gonçalves de Magalhães. Antonio Candido diria que o bosquejo seria “a primeira tentativa de distinguir períodos configurados em nosso passado literário”³⁰⁸, com uma sistematização válida do nosso passado literário, dentro dos parâmetros

³⁰⁵ DENIS apud CESAR, Guilhermino. (org.) *Op. cit.*, 1972, p. 36.

³⁰⁶ ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 232.

³⁰⁷ MIRANDA, José Américo. Introdução. In: SOUSA E SILVA, Joaquim Noberto. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1997, p. 11.

³⁰⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971, p. 335.

historiográficos românticos tradicionais. Mesmo assim, Candido, Américo e outros críticos defendem a idéia de que a primeira história literária do país não seria a de Norberto. Essa narrativa histórica seria apenas um *bosquejo* que servia de introdução a um livro de poesias e trazia a avaliação específica da poesia brasileira.

Norberto, invejável historiador brasileiro, considerado por Antonio Candido, “um rato de arquivo”³⁰⁹, ou mais, “a figura central da crítica romântica, pela operosidade e constância com que se dedicou ao estudo da nossa história literária”³¹⁰, tentou publicar também, nas páginas da *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e da *Revista Popular* (1859-1862), os capítulos projetados da *História da literatura brasileira*. O esquema era compor uma obra sobre a história da literatura nacional que convalidasse a história da nação brasileira, como afirma Nelson Schapochnik:

Partindo do princípio de que “um povo que não tem uma literatura chegará dificilmente a ser uma nação”, Joaquim Norberto de Sousa e Silva corroborava a utilização das obras literárias como documentos que poderiam ser utilizados para representar a história. Desta forma, a história da literatura passaria a ser concebida como um capítulo da história nacional, e as obras literárias como um reflexo ou ilustração da história.³¹¹

O historiador estava preocupado com a oficialização de uma história literária no Brasil (e, aqui, o que pode querer dizer nas entrelinhas que ele mesmo não considerasse o *Bosquejo* propriamente uma história). Norberto idealizou uma história literária bastante interessante do ponto de vista da reflexão e teoria nacionalistas brasileiras, conforme podemos conferir através da divisão proposta em nota ao seu ensaio “Literatura brasileira” na referida revista. A *História* seria composta da seguinte maneira: “Livro 1º - Introdução histórica: 1º Da Introdução; 2º Da Nacionalidade; 3º Da inspiração; 4º Da originalidade; Livro 2º - Século 1º (1500): 1º Das tendências dos selvagens para a poesia; 2º Da catequese e instrução dos selvagens pelos jesuítas; 3º Da língua portuguesa; 4º Da literatura portuguesa; Livro 3º - Século 2º (1600); Livro 4º - Século 3º (1700); Livro 5º - Século 4º

³⁰⁹ CANDIDO, A. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EdUSP, 1988, p. 21.

³¹⁰ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1971, p. 334.

³¹¹ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Op. cit.*, 1992, p. 51.

(1800);”³¹² Todavia, grande parte dos críticos e historiadores posteriores alegou que ele tenha fracassado no seu pioneiro projeto historiográfico, por conta da impossibilidade de reunir os capítulos num volume e de concluir os outros planejados. Uma história literária inconclusa.

Entretanto, observamos que esse trabalho conjunto de homens letrados oitocentistas só chega a sua consolidação com a conquista das primeiras sistematizações consistentes que traziam características metodológicas fundamentadas na confirmação da unidade nacional. Falamos das narrativas que, como dissemos, tiveram um caráter sistematizador e, em vários aspectos, concluso a respeito da unidade da história da literatura nacional. Histórias literárias que, segundo Erich Auerbach, procuravam “compreender cada fenômeno e cada época em sua própria individualidade, e buscando, ao mesmo tempo, estabelecer relações que existem entre eles, compreender como uma época emergiu dos dados da que a precedia e como os indivíduos se formam por via da cooperação das influências de sua época e meio com seu caráter peculiar.”³¹³ Desse modo, devemos nos remeter ao interessante terceto formado por dois brasileiros e um estrangeiro, ou se quisermos, um fluminense, um maranhense e um austríaco: o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro; *O Brasil literário* (1863), de Ferdinand Wolf; e o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), de Sotero dos Reis.

A história dessas primeiras narrativas é uma das mais interessantes da nossa história cultural e não tão simplória como parece demonstrar os pequenos resumos que, ao longo dos anos, fizeram sobre as mesmas. Elas participam do exercício historiográfico geral a serviço do poder imperial; envolvem-se em questões diplomáticas e políticas civilizatórias; relacionam-se com o saber didático e institucional; misturam-se com as tarefas da crítica literária da época que, naquele momento, também está se formando; trazem modelos de historiografia que combinam a tradição retórica com o pensamento cientificista que começava a entrar em voga naquele período; e, além de outros fatores como poderemos constatar a partir de sua análise e interpretação.

³¹² SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Literatura Brasileira. Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t.XVI, out./dez. de 1862, p. 261.

³¹³ AUERBACH, Erich. *Op. cit.*, 1972, p. 31.

Sem dúvida alguma, o aparecimento das histórias literárias do Brasil ocorreu com algumas peculiaridades que, no âmbito geral, foram frutos da preocupação nacionalista do poder instituído que tenta organizar o país e prepará-lo para a constituição de uma nação brasileira com aspectos de civilização, utilizando-se, portanto, da cultura historicista. Elas são baseadas nos parâmetros historiográficos do grupo de historiadores oficiais do Instituto Histórico, pelos quais se determinou como se deveria escrever uma história geral do país, incluindo assim o seu aspecto literário como parte de sua mais relevante cultura. Assim como queriam uma História Geral do Brasil, os intelectuais brasileiros oitocentistas ansiavam contribuir desde muito cedo com a efetivação da sistematização do patrimônio cultural e literário, um dos símbolos maiores de civilização. Gonçalves Magalhães declarava em 1836 que, como registramos em epígrafe do capítulo, “a História da Literatura no Brasil seriamente me ocupa, desespero com a falta de documentos”.

A falta de documentação estimulou fortemente o grupo dos intelectuais do Império que, paralelamente à tarefa historiográfica geral, tentou então coletar todo o material literário possível para a conclusão do projeto nacional, realizado, como vimos em Antonio Candido, em algumas etapas sucessivas. Outro aspecto a se considerar é que, diante da preocupação maior no que diz respeito à consolidação efetiva da História Geral do Brasil e, porque não dizer, de um método válido para tal historização, parece ser coerente que a história da literatura, como apêndice subsequente da outra não se torne o centro das atenções de nossa intelectualidade.

Os caminhos eram nebulosos. Assim como na História do Brasil, poucos tiveram fôlego suficientemente para assumir com seriedade a tarefa de escrever literalmente uma história sistematizada do conjunto do passado literário brasileiro, mesmo aquele mais assíduo no seu ofício de historiador que foi Joaquim Norberto. Havia mais manifestações ou propostas historiográficas do que narrativas históricas acabadas. Percebia-se que ainda não havia materiais consistentes que pudessem fazer o estudo narrativo detalhado a respeito dos textos literários nacionais, o qual envolvia muito mais do que a tarefa de estipular datas e períodos a respeito dos mesmos e inseri-los nessa espécie de quadro de periodização histórica, o que já se fazia nos bosquejos e parnasos de literatura. Tal indeterminação

permeava outros campos do saber, como o ensino de história e literatura. Conforme Ciro Flávio, havia poucos modelos de história a seguir:

Lembre-mos que, ao longo do séc. XIX, o ensino da história se fazia ainda em busca de melhores caminhos de tratamento, periodização, análise. Na primeira metade do século XIX, no Brasil, a história, vista como disciplina escolar, seriada com textos adequados às faixas de idade dos que deveriam ter acesso a eles, ainda procurava o rumo e os caminhos que eram quase desconhecidos, pois livros didáticos não existiam e, se modelos eram buscados fora do país no caso da História Geral, no caso interno, os caminhos tinham que ser construídos.³¹⁴

Nesse caso, a reflexão de Gonçalves de Magalhães, voltando à outra epígrafe do capítulo, demonstra o espírito conflitante que se passava na época: “(...) por outras palavras diremos que o nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos autores brasileiros, mas sim a história da literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama.”³¹⁵

Esse tipo de narrativa histórica necessitava, portanto, de uma metodologia específica, uma vez que, por mais que fosse o espírito da época de tratar a literatura como material histórico em detrimento da literariedade do texto, que Afrânio Coutinho tanto questionou, a sua exposição dependia do enredo sobre os aspectos literários também e, para tanto, impunha-se conciliar os métodos da nascente crítica literária. A urgência do nascimento dessa narrativa fazia-se mais do que sentir no período em todo território brasileiro. O pontapé inicial foi dado, por um lado, em função da política educacional e do funcionamento do ensino brasileiro que, inaugurada em meados do século XIX, a disciplina de história da literatura havia de notar a falta de um material de estudo para esse fim específico e, por outro lado, por conta da política de diplomática e emancipatória do Império.

³¹⁴ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Op. cit.*, 2008, p. 97.

³¹⁵ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina et MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, p. 35.

II. A Tríade

Tratando-se daqueles três pioneiros modelos de história literária no Brasil, quais foram algumas das soluções então que puderam oferecer? A década de 1860 foi decisiva. Foram respostas praticamente simultâneas que tivemos. Havia três obras recém-saídas do prelo que tentavam resolver a carência dessa espécie dos estudos historiográficos sobre a literatura nacional. Uma em 1862, outra 1863 e, por fim, 1866 (até 1873). Os seus autores eram personalidades distintas dentro do ambiente cultural brasileiro e internacional, respectivamente Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871). O primeiro era representante do centro cultural brasileiro e das instituições oficiais do Estado brasileiro. O segundo, um olhar estrangeiro, pesquisador e divulgador da literatura brasileira na Europa. O último advinha dos olhares afastados do centro fluminense e determinados pelo espírito cultural da província maranhense.

Por falta de uma obra de referência, as obras desses três intelectuais apareciam como estratégias historiográficas para resolver problemas específicos de representação histórico-literária do país. Os cursos de literatura, tanto de Cônego Fernandes Pinheiro quanto de Sotero dos Reis, funcionavam como caminhos alternativos para o ensino de literatura nos institutos de ensino do Brasil. O trabalho de Ferdinand Wolf era a tentativa por parte do poder imperial de inserção da cultura da recém-formada “civilização brasileira” ao ambiente modelo de cultura “civilizada”, o europeu. Esses historiadores não criam que haviam estabelecido o modelo ideal de narração da história da literatura. Eles reconheciam que não se considerava trabalho fácil a produção de tal obra. Exigia-se deles uma produção de texto muito mais elaborada, conforme os modelos que eram buscados dos centros intelectuais da Europa. Por outro lado, reconheciam o ineditismo e se sentiam satisfeitos com a hipótese de contribuir pioneiramente para a determinação de alguns padrões historiográficos que poderiam influenciar as demais produções brasileiras da época.

Com as propostas desses três historiadores, a história literária brasileira começou a ter um corpo mais definido. Desde 1862, os interessados pela literatura brasileira poderiam consultar tais obras que ofereciam propostas acabadas por meio de uma narrativa contínua a respeito do processo de formação da literatura nacional. De acordo com o contexto brasileiro, as estratégias foram de conseguir adaptar-se aos modelos historiográficos vigentes. As obras desses brasileiros foram planejadas, a partir dos saberes educacionais de “fora”, o dos europeus, em outras palavras, o dos franceses e portugueses; a do austríaco, independente dessa restrição de saber (mesmo que sem direções didáticas a obra de Ferdinand Wolf serviria como compêndio oficial do Colégio Pedro II nos anos 1879 e 1881³¹⁶), condicionou-se às propostas historiográficas de mais perto, às de “dentro”, às dos brasileiros. Para o *Curso Elementar*, Cônego Fernandes Pinheiro baseou-se na metodologia e periodização do compêndio português de Borges Figueiredo; já Sotero dos Reis com o *Curso de Literatura* foi influenciado diretamente pela obra do conhecido professor francês Villemain que inaugurou a nova corrente de ensino de literatura na França. Ferdinand Wolf teve as referências historiográficas européias, mas também escreveu *O Brasil Literário* seguindo às perspectivas historiográficas já em andamento de brasileiros, como Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto ou até mesmo de Cônego Fernandes Pinheiro.

A princípio, então, a questão da resolução dos métodos parece ser determinante. A partir dela que se determina o trato histórico com a literatura e se definem os caracteres literários a serem historicizados. A palavra de ordem era proporcionar uma visão de conjunto da literatura nacional para determinados fins, como a formação do espírito nacional e, como queria Ferdinand Wolf, afirmar “o lugar que lhe [a literatura do Brasil] compete na história das literaturas nacionais.”³¹⁷

³¹⁶ Em nota de rodapé à obra *Introdução à historiografia da literatura brasileira* (2007), o professor Roberto Acízelo interpreta que a adoção d’*O Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, demonstra “o caráter ainda precário da presença institucional da literatura brasileira, pois é sintoma da carência de materiais disponíveis para estudo.” Mais adiante: “O austríaco, por sua vez, além de também ter influído no meio brasileiro por seus incentivos para a adoção de uma perspectiva nacionalista na produção e apreciações literárias, tornou-se importante referência didática, pela circunstância de sua obra – escrita originalmente em alemão, depois traduzida para o francês e publicada em Berlim sob os auspícios do imperador Pedro II – figurar entre os compêndios adotados na escola brasileira do século XIX.” (p. 18 e p. 32)

³¹⁷ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 3.

Nesse sentido, as histórias de Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis se aproximam enquanto postulados didáticos gerais em prol de uma educação cívica, monárquica e nacional dos estudantes brasileiros, mas se afastam ao passo que, em alguns pontos, apresentam perspectivas metodológicas diferenciadas de compêndio didático ao que se refere principalmente à aplicação da leitura e análise literária das obras, ou seja, da crítica literária. Elas se aproximam ainda pelo espírito nacionalista-conservador que fazia crer na necessidade do estudo compartilhado entre as literaturas de Portugal e do Brasil, diferenciando-se, porém, na formação do cânone dessas mesmas literaturas. O estrangeiro Ferdinand Wolf é um caso mais particular em comparação as essas outras duas anteriores. Ele apresenta uma obra diferenciada, mais pelo aspecto conceitual do que metodológico. *O Brasil Literário* é uma obra sem pretensões didáticas, mesmo que, como afirmamos acima, venha a ser compêndio escolar nos colégios brasileiros do século XIX e a diferenciação do que seja compêndio e história literária fosse incerta. Ainda que envolvido com o poder conservador, ele difunde uma historização apenas do patrimônio literário dito brasileiro. É, conforme afirmação de Roberto Acízelo, o “primeiro livro inteiramente dedicado à história da literatura brasileira.”³¹⁸ Por outro lado, tal obra integra-se ao grupo anterior por conta da prática similar de crítica literária que dominou o fazer historiográfico romântico brasileiro.

É interessante apontar que, no século XIX, havia quase um consenso por parte dos intelectuais brasileiros de que os compêndios didáticos distinguiam-se das narrativas mais especializadas, a História Geral, a História do Brasil e a História da Literatura. Alegava-se que eles apenas serviam como auxiliares na ausência dessas obras que pudessem vir substituí-las. Havia apenas essa opinião, mas nada além. As preocupações eram outras, queriam produzir narrativas! Os dois historiadores brasileiros estudados aqui escreveram obras didáticas, mas que, nos olhos de hoje, funcionaram propriamente como histórias literárias em comparação as demais produções da época, como os bosquejos ou florilégios. Além disso, a composição de compêndios didáticos parecia resolver a situação por inteiro, pelo menos até aquele momento. As escolas precisavam com urgência de um manual oficial de estudo sobre a literatura nacional, não bastando mais os manuscritos dos professores; os brasileiros necessitavam de uma narrativa que oficializasse a história da literatura nacional.

³¹⁸ SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.* 2007, p. 31.

Um compêndio traria a organização de resumos panorâmicos dentro de um princípio cronológico (de acordo com Carpeaux esse princípio “é a outra descoberta do romantismo – é puramente formal; não tem conteúdo ontológico”³¹⁹) que condizia com os aspectos da história da literatura nacional. E, mais do que tudo, o compêndio também firmava a idéia de conjunto literário e, sendo o tipo de história literária que possuíam, freqüentaria os vários ambientes intelectuais da época, de escolas às associações científicas. Como vimos, Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis explicitavam os objetivos didáticos que caracterizavam os cursos de literatura, a partir declarações introdutórias e expressões lexicalmente demarcadas ao longo dos mesmos. A pretensão de Ferdinand Wolf era escrever uma história da literatura brasileira, possivelmente na tentativa de concluir o projeto de história literária de Magalhães e Norberto, ou seja, das obras que objetivavam “reunir os materiais da história literária futura ou tentar uma súmula de seu desenvolvimento.”³²⁰ Mas mesmo assim se iguala aos cursos de literatura no que se refere à organização geral da obra.

Escolhem-se, então, o método de acompanhar a literatura a partir dos princípios cronológicos. Os livros de Cônego Fernandes Pinheiro, de Sotero dos Reis e de Ferdinand Wolf se esquematizam basicamente dentro da visão historiográfica de periodização. Essa periodização conseguiria organizar as mais diversas manifestações literárias brasileiras numa seqüência de tempo pré-definida que “nos aparece através do tecido das datas cronológicas”, demarcando a corrente herderiana do “conceito de ‘literatura nacional’, como a expressão mais completa da evolução espiritual do espírito de uma nação”³²¹. Havia o sentido histórico e métodos que reconstituíam as origens da literatura nacional e estabeleciam as etapas de desenvolvimento, com o espírito de cada época e sua atmosfera particular de cada período. A reunião de variedades literárias condizia com a afirmação do conjunto da literatura e alimentava o espírito quantitativo de afirmação nacional.

Nas três histórias literárias estudadas, percebe-se que os autores se utilizam dos padrões históricos de classificação, ordenação e periodização de acordo com a perspectiva

³¹⁹ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. vol. 1. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959, p. 23.

³²⁰ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 12.

³²¹ CARPEAUX, Otto Maria. *Op. cit.*, 1959, p. 21.

de tempo da história política, tratando a literatura como produto histórico com “causas determináveis – a subjetividade dos autores e/ou os processos sociais -, atribuindo-se como tarefa a ultrapassagem dos textos em busca de suas motivações primeiras, das quais eles seriam reflexos secundários” Desse modo, elas agregam

outros saberes constituídos como ciências modernas no século XIX, razão por que, em suas realizações concretas, encontramos em geral certo ecletismo: sugestões da psicologia no esclarecimento do sentido das obras pela biografia dos autores; ressonâncias da sociologia no pressuposto de que os produtos literários documentam a vida social; aplicações da filologia nas tentativas de reconstituição material e/ou explicação literal de textos, bem como no rastreamento de fontes e influências e na discussão de problemas relativos a autenticidade e autoria de documentos escritos; e ainda (...) interferências da crítica literária configuradas nas frequentes emissões de juízos de valor.³²²

A divisão de períodos fechados é marcada por meio da sequência do desenvolvimento da literatura, estabelecido dos limites da suposta origem até ao ápice da contemporaneidade. Esses períodos literários são determinados e, por conseguinte, encaixados pelos/nos períodos dos acontecimentos políticos considerados mais relevantes de constituição nacional, no caso tanto da colônia quanto do colonizador. Há uma relação declarada de dependência da literatura com a história política em que os melhores ou piores momentos de expressão literária justificam-se sempre pelo sucesso do andamento político do país. Cônego Fernandes Pinheiro justifica “a decadência da litteratura portugueza ao dominio hespanhol, que por sessenta annos enervou as forças e abateu os brios dos netos de Viriato”³²³ Sotero dos Reis também afirma que, depois do século XVI, Portugal “começará elle a decahir de tamanho esplendor, e as letras com elle, pela fraqueza dos sucessores dos dous grandes reis D. João II e D. Manoel I.”³²⁴ Ferdinand Wolf alega que, na segunda metade do século XVIII, houve um “novo surto da literatura no Brasil sobretudo em consequência da boa administração de Pombal” quando o “Rio de Janeiro é declarado

³²² SOUZA, Roberto Acízelo. A idéia de história da literatura: constituição e crises. In: MOREIRA, Maria Eunice (org) *Op. cit.*, 2003, p. 142.

³²³ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 176.

³²⁴ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 35.

residência do vice-rei, o que cria um novo centro literário.”³²⁵ Para esses historiadores literários, a literatura parece ser nitidamente a expressão do processo político e dele depende e os modos que o representam é por meio de dados estéticos e temáticos. Tanto a ausência de elementos da natureza brasílica quanto o culto das estruturas literárias clássicas, trazidas dos poetas portugueses, demarcam a dependência política e literária do Brasil. Outro fato é que, por exemplo, há o consenso de que só com a emancipação política houve meios de se constituir, nas palavras de Sotero dos Reis, “a nascente, e já brilhante litteratura brasileira propriamente dita”³²⁶. Cônego Fernandes Pinheiro acredita que os eventos pós-independência chegam a atrasar o processo de emancipação da literatura brasileira e postergando-o para 1836.

Daí que é necessário entender o princípio de literatura nacional que as guia na medida em que são projetos românticos de uma história nacional. Os títulos apontam para quais diretrizes nacionalistas que se apoiavam. Relacionando o título d’*O Curso Elementar de Literatura Nacional* com a totalidade da obra, percebemos que o termo “nacional” tende a englobar tanto o patrimônio literário português quanto o brasileiro. A nacionalidade da literatura define-se a partir dos vínculos políticos da colônia, ou seja, o que é literatura nacional diz respeito à literatura portuguesa estritamente. Os produtos literários do Brasil importam como contribuição da colônia para o enriquecimento da literatura de Portugal. Entende-se que, no *Curso Elementar*, a utilização do termo “Literatura Nacional” referindo-se especificamente à nacionalidade da “Literatura Brasileira” ainda não é possível, muito embora revele os passos decisivos rumo à afirmação dessa nacionalidade quando trabalha o período contemporâneo a ele. Sotero dos Reis é mais objetivo. O *Curso de Literatura* trabalha a história de duas literaturas, indiciada pela colocação dos dois predicados *Portuguesa e Brasileira*. Elas são também nitidamente separadas no corpo do texto, por meio da divisão dos volumes e dos capítulos. Essa metodologia explicita que Sotero dos Reis percebia as distinções de nacionalidades literárias, mesmo crendo na dependência literária brasileira pela portuguesa nos períodos coloniais. Claro que, dentro dessa perspectiva lusófila, constrói-se outra: a formação da literatura brasileira, cuja

³²⁵ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 74.

³²⁶ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. IV, p. 286.

nacionalidade só se afirmava plenamente a propósito dos momentos posteriores a 1826. O critério de nacionalidade de Ferdinand Wolf afasta-se da perspectiva lusófila. Estudando apenas as expressões literárias ditas brasileiras, ele estabelece uma unidade literária nacional. Ela é perceptível pela expressão “O Brasil Literário” do título que define e delimita a qualidade literária de um único país. Outro elemento que aponta para esse critério nacionalista é a organização da obra por meio da periodização de Joaquim Norberto, o historiador brasileiro reconhecidamente nacionalista.

Formados, então, os blocos de periodização com denominações de períodos e épocas políticas, essas histórias literárias reúnem as produções literárias que devem ser enquadradas nos mesmos, conforme a representação dos escritores, de nacionalidade e dos gêneros literários. As obras dos escritores são classificadas de acordo com os padrões da retórica e poética em ordem de prioridade no que se refere aos gêneros poesia e prosa. O gênero poético é o principal escolhido, prioridade justificada geralmente por se tratar de questões históricas. Sotero dos Reis esclarece que

Na apreciação dos modelos propostos para estudo devem por via de regra ter a primazia os poetas, não só pelo natural atractivo da poesia, que convida a estudal-os, e suavisar o trabalho dos que aprendem, como por sua precedencia na ordem chronologica de qualquer litteratura, conforme o attesta a historia. Em quasi todas as linguas, ou antes em todas ellas, os poetas procedêrão aos prosadores, quer historiadores, quer oradores, quer philosophos, quer de outro genero; e em quase todas as litteraturas forão os poetas os que mais concorrêrão para o aperfeiçoamento da respectiva linguas. Adstrictos á regras que não podem ser violadas, como a do metro, a da harmonia imitativa, a da consonancia sustentada, veem-se elles obrigados a apanhar e incluir o pensamento, si assim me posso exprimir, em certos conceitos breves; e no que respeita ao estylo, a procurar não só o termo proprio, mas ainda a expressão mais concisa, animada, ou pittoresca. A mesma difficuldade a vencer é parte para que cheguem não poucas vezes á perfeição summa, seja na força do enunciado, seja no colorido da expressão.

É incontestável a prioridade dos poetas sobre os prosadores.³²⁷

Dentro do gênero poético, dividem-se as obras nas categorias tradicionais de poesia lírica, didática, dramática e épica. Os outros gêneros trabalhados são Romance, Diálogos,

³²⁷ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 8-9.

Oratória, Biografia, Historiografia, Viagens, Tradução e Teatro. Em comparação aos dois outros historiadores, Cômego Fernandes Pinheiro é aquele que mais esteve preso à sistematização dos gêneros poéticos, como critério rígido de representação literária. No *Curso Elementar*, a classificação dos gêneros literários antepõe-se aos nomes de autores e obras, a qual especifica cada época literária e permite organizar os títulos das lições/ dos capítulos. Pelo menos nas terceira, quarta e quinta épocas literárias, selecionam-se representantes dos gêneros literários, como subitens dos capítulos nessa mesma sequência de apresentação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS LITERÁRIOS NO <i>CURSO ELEMENTAR DE LITERATURA NACIONAL</i>
1. Gênero Lírico: 1.1 Espécie bucólica; 1.2 Espécie lírica; 1.3 Espécie elegíaca; 1.4 Espécie didática; 1.5 Espécie satírica; 1.6 Espécie epigramática;
2. Gênero Didático: 2.1 Espécie didática; 2.2 Espécie epigramática
3. Gênero Épico:
4. Gênero Dramático:
5. Romance:
6. Diálogos:
7. Oratória:
8. Epistolografia:
9. Biografia:
10. Historiografia:
11. Viagens:

Sendo menos rigorosas, as histórias literárias de Sotero dos Reis e de Ferdinand Wolf valorizam os nomes dos escritores como expressão literária de cada época ou período da literatura. Desse modo, as denominações de gêneros se aplicam às particularidades de produção de cada escritor estudado. No *Curso de Literatura*, Sotero dos Reis sintetiza cada seção, informando que, por exemplo:

Secção II.

Comprehende-se os poetas do primeiro periodo litterario que decorre desde fins do seculo XIII até meados do século XVI. El-rei D. Diniz; sua biographia; seu Cancioneiro; apreciação de algumas de suas trovas; origem provavel de certos termos provençaes ou catalaes, que nellas se encontrão. Bernadim Ribeiro; sua biographia; suas poesias; apreciação de um dos seus romances; digressão sobre os romances populares; apreciação de uma de suas eglogas, paraphrase de uma passagem de Virgilio em outra. Gil Vicente; sua biographia; seus autos, farças e tragicomedias; apreciação da sua farça Ignez Pereira. Sá de Miranda; sua biographia; suas poesias; apreciação de uma de suas cartas, e de outras poesias de diverso genero.³²⁸

Ferdinand Wolf adota essa técnica de resumo para cada capítulo d'*O Brasil Literário*. Como no *Curso de Literatura*, os gêneros aparecem compartilhando espaço com outras características temáticas, como o elemento cristão, o caráter panegirista, a eloquência, etc. O destaque está no nome que seja a “lista dos poetas brasileiros consideráveis, cujas obras chegaram até nós (...)”. Na introdução do capítulo II, descreve que os temas serão abordados:

Capítulo II

Gregório de Matos, primeiro poeta brasileiro importante; seu irmão Eusébio; Bernardes Vieira, Manuel Botelho de Oliveira e outros poetas, até o fim do século XVII. Imitadores servis dos escritores portugueses e espanhóis contemporâneos.³²⁹

³²⁸ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, 1866, t. I, p. 282.

³²⁹ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 28.

Ou

Capítulo VII

Poetas líricos da Escola Mineira – Cláudio Manuel da Costa, Tomaz Antônio Gonzaga, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto e outros.³³⁰

A adesão a esse tipo de classificação baseada nos gêneros literários é consequência da permanência do “julgamento neoclássico da adequação da escrita aos modelos antigos ou renascentistas” num momento em que os românticos passavam a substituir “o *critério formal* de beleza do ideal clássico pelo *critério histórico* do valor representativo dos autores e obras. O texto passou a valer pela sua capacidade de reapresentar os caracteres que se supunham próprios da sociedade que o gerou.”³³¹ Na verdade, havia a conciliação desses dois critérios de investigação das obras que, por assim dizer, revelava a adaptação das histórias literárias de herança da retórico-poética aos novos padrões românticos de valores historicizados. Essas questões então apontam que, para se constituir como disciplina específica, a história literária praticava história e também crítica literária.

A literatura percebida como produto histórico passa pela avaliação e julgamento da crítica literária. Diante da já dita adaptação da tradição clássica às tendências românticas, a crítica desenvolvida sobre as obras “consistia apreciar a conformidade de um texto às regras do gênero respectivo”, mas também “como decorrência da revolução romântica, a crítica se torna pessoal e arbitrária, quando muito fixando como critério de qualidade noções vagas como autenticidade emocional ou verismo figurativo.”³³² Os pontos geralmente ressaltados são a correta execução do estilo literário à proposta poética; a variedade dos gêneros literários; a adequação dos aspectos formais como figuras de linguagem, rimas, metrificação; o grau de transmissão das emoções, sentimentos e idéias; a

³³⁰ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 102.

³³¹ BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In: *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 10

³³² SOUZA, Roberto Acízelo. *Op. cit.*, 2003, p. 145.

apresentação de moralidade dos pensamentos; a verossimilhança transmitida por meio da vivacidade e da beleza de imagens poéticas;

III. O Cânone Nacional

Além disso, podemos pensar essas histórias literárias como configuradoras dos cânones literários nacionais. Se realizássemos uma pesquisa modesta, no Brasil, solicitando a um público-leitor não-especializado ou, até mesmo, especializado nas letras que relacionasse numa lista nomes de escritores conhecidos da nossa literatura brasileira até a fase romântica³³³, possivelmente, uma grande maioria citaria, sem receios, os nomes, por exemplo, de Gregório de Matos, Tomas Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Castro Alves, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo. O mesmo aconteceria se essa mesma pesquisa se aplicasse a nomes de obras literárias: seriam os livros mais representativos desses mesmos escritores.

O fato de esses nomes, tanto de escritores como de obras, encontrarem-se no imaginário do grande público-leitor denuncia que, sem dúvida nenhuma, eles alcançaram uma posição privilegiada na história da literatura brasileira. Eles formam o nosso cânone literário. Como conseguiram tal mérito? A primeira hipótese seria a qualidade estética superior da *forma* de seus textos literários que possibilitou a sua acolhida e permanência no tempo. Na fixação dos nomes canônicos de nossa literatura, a questão da qualidade estética poderia ser um dos pontos relevantes para pensarmos o processo de consagração de uns escritores e suas respectivas obras e, por conseguinte, a marginalização de outros. Essa conjectura se aproxima da tese de Franco Moretti que, ao refletir sobre a formação do

³³³ Delimitei o período até o Romantismo brasileiro para que a enumeração não se tornasse extensa e cansativa.

cânone literário, em “The slaughterhouse of literature”³³⁴, destaca a importância da *forma* para a eficácia desse processo. Aqui, vale a pena expor em linhas gerais o que sugere Moretti.

Primeiro de tudo, Moretti verifica que são os leitores um dos principais participantes na construção do elenco canônico da literatura, no momento em que eles se interessando por uma determinada obra passam a lê-la e, mantendo-a “viva” a partir da leitura, transmitem-na a outros leitores. Tal transmissão realizando-se sucessivamente de geração a geração faz com que a obra “elegida” participe de um “sistema literário” do qual obtém como resposta sua legitimação. Há também como co-participante o mercado livresco que reproduzirá apenas aqueles livros mais procurados pelos leitores, de acordo com a estatística de compra: “A space outside the school, where the canon is selected: the market. Readers read A and so keep it alive; better, they *buy* A, inducing its publishers to keep it in print until another generation shows up, and so on.” (Moretti, 2000: 209-210)

Por outro lado, Franco Moretti demonstra que alavanca para o desencadeamento deste processo - da seleção dos livros à reprodução destes pelo mercado - seria a *forma literária*, ou melhor, a *qualidade* dessa *forma*. Se os leitores são tidos como os “selecionadores” das obras que pertencerão ao rol da elite literária, julga-se então que há um critério fundamental envolvido por trás dessa “escolha” que os próprios leitores não estão cientes. O seu interesse pela literatura advém da questão do “gosto particular” e o que, então, determinará que um texto conquiste esse “gosto” do público será o modo como o escritor o constrói formalmente, utilizando-se, para tanto, dos vários recursos estético-literários. Moretti ilustra essa idéia remetendo-se ao gênero policial da literatura de língua inglesa, por exemplo, cujo trabalho de colocação das *clues* influenciou diretamente na aceitação das obras. Resumidamente, para o crítico Moretti, a forma, o leitor e o mercado são os elementos-chave que estabelecem o cânone literário.

Não descartando a hipótese de Moretti, de todo modo, seria complicado demais considerarmos apenas essa premissa como verdadeira para analisar a formação do cânone brasileiro, já que muitos outros escritores, na história da literatura, escreveram obras com trabalho formal de grande *valor* e, curiosamente, acabaram sendo marginalizados por

³³⁴ In: *Modern Language Quarterly*, spring 2000.

décadas, e, só agora, passam a ser reconsiderados. É o que aconteceu com o escritor romântico Souzaândrade, por exemplo. Há, de fato, outros fatores envolvidos nesse processo de canonização que proporciona o massacre de determinadas expressões literárias. Uma das alternativas seja talvez a presença determinante das histórias literárias, principalmente no âmbito do ensino brasileiro, uma vez que, segundo Márcia Abreu, a “escola ensina a ler e a gostar de literatura. *Alguns* aprendem e tornam-se leitores literários. Entretanto, o que *quase todos* aprendem é o que devem dizer sobre determinados livros e autores, independentemente de seu verdadeiro gosto pessoal.”³³⁵

Geralmente, as histórias literárias aparecem como um mecanismo narrativo histórico de sistematização do conjunto da produção literária do passado, em que se adota uma perspectiva evolutiva da literatura, em uma linhagem temporal, organizando autores e obras por suas características em comum de um referente intra ou extra-literário. Todo esse mecanismo fundamenta-se em um *recorte* do fenômeno literário (e os critérios de seleção podem variar de narrativa para narrativa), por meio do qual, inevitavelmente, alguns serão deslocados do seu meio e, “gloriosamente”, serão levados ao patamar superior dos legitimados ou, pelo contrário, caminharão em direção ao “matadouro” da literatura. Esse *recorte* consegue permanecer por gerações, tendo em vista que participa de um veículo institucional próprio para o direcionamento da leitura de futuros leitores quando aplicados ao ensino de literatura. Esse fato acontece pelo fato de que, na maioria das vezes, essas narrativas históricas funcionam como manuais de ensino de literatura para a formação da mentalidade cultural e literária dos estudantes em geral.

Nessa perspectiva, tal consideração traz uma provocação à proposta de Moretti sobre a relação direta de seleção canônica de leitura por conta do “encanto” do leitor pela *forma* literária. Atualmente, verifica-se que a grande parte dos leitores brasileiros só tem acesso aos nomes de nossa literatura, pela primeira vez, por intermédio das indicações de leituras das histórias literárias das instituições de ensino. Frequentemente, a escolha de leitura fica condicionada aqueles nomes já preestabelecidos pelas mesmas ao longo dos anos, desde suas primeiras formulações oitocentistas.

³³⁵ ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 19.

De maneira geral, o princípio de formulação historiográfica brasileira é reflexo do momento romântico de configuração da unidade nacional do país. As leituras historiográficas do passado literário direcionavam-se para o resgate quantitativo dos nomes de escritores e obras que formavam a possível tradição da literatura brasileira. O recorte é nacionalista. O critério de julgamento deles envolvia basicamente a avaliação da expressão de nacionalidade através dos aspectos temáticos. O valor estético da obra era a construção de imagens ou, como diziam, de “pinturas de quadros” dos elementos característicos brasileiros que permitiam afirmar a “physionomia propria que caracterisava os poetas americanos, e que os extremava de seus irmãos de além-mar”.³³⁶ O culto da natureza, os traços indígenas, eram o gosto literário da época. O escritor do passado consagrava-se no cânone brasileiro se tivesse manifestado esse gosto nacionalista.

No caso das três histórias literárias, a construção do cânone brasileiro esteve condicionada aos passos desse pensamento nacionalista. A seleção envolve a expressão literária dos escritores nacionais, que trazia assuntos especificamente brasileiros, transmitida através das diversas formas literárias, desde a poesia à historiografia. Muitos escritores também eram representantes dessa diversidade de gênero literário. A reunião da variedade literária confirma novamente a concepção quantitativa de afirmação nacional daqueles historiadores literários. Os historiadores literários Cônego Fernandes Pinheiro, Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis estavam cientes da prática da construção do cânone literário que prestigiavam alguns e silenciavam outros. O mais importante é que sabiam dos critérios de seleção. As justificativas eram sempre as mesmas. Pela característica resumida dessas histórias literárias, eles eram conduzidos ao processo classificatório da literatura, guiado, como fez Cônego Fernandes Pinheiro, pela escolha de escritores “que se tornarão mais notáveis pela importancia de suas obras” ou, ainda, “o que mais digno nos parecer de estudo e imitação, preferindo sempre as obras que gozam de mais geral e incontestada reputação.”³³⁷ Ferdinand Wolf se desculpava pelo rigor da seleção e conclui: “Nossos leitores compreenderão termos passado em silêncio grande número de nomes, e que o nosso dever de historiador poderia ter-nos obrigado a cita. Não mencionaremos senão aqueles que

³³⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1883, p. 567.

³³⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 195.

se elevaram acima do nível ordinário, e seguiram um caminho que pode servir para caracterizar o período.”³³⁸

Ferdinand Wolf não foi tão criterioso como poderia parecer. Das três histórias literárias, *O Brasil Literário* parece ser a mais ampla em relação à reunião de escritores. Do pequeno volume, concentram-se mais de cinquenta nomes que ora são estudados detalhadamente ora apenas mencionados em algumas linhas, sob o título de “outros poetas”, por exemplo. Paralelamente, percebe-se então que Ferdinand Wolf constrói dois cânones da literatura brasileira, dos poetas “elevados” e dos “outros poetas”. Pela idéia de cânone, diríamos os poetas “maiores” e os “menores”, ou melhor, os “poetas cânones” e os “poetas marginalizados”. Por aparecerem, estes últimos merecem algum grau de “elevação” ou “reputação” em comparação àqueles nem citados, os silenciados pelo cânone wolfiano; todavia, pelo que se leva crer, aparecem mais por conta da tentativa ilustração da história literária do Brasil do que valorização literária.

Os nomes em ordem de aparição são: Bento Teixeira Pinto, Gregório de Matos, Eusébio de Matos, Bernardo Vieira Ravasco, Manuel Botelho, Jorge Borges de Barros, João Álvares Soares, Diogo Grason Tinoco, D. Joana Rita de Souza, João Brito de Lima, Gonçalves Soares de França, Bartolomeu Lourenço, Fr. Francisco Xavier de Santa Teresa, Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, Manuel de Santa Maria, Prudêncio do Amaral, Sebastião da Rocha Pita, Antonio José da Silva, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, José Francisco Cardoso, Cláudio Manoel da Costa, Tomaz Antonio Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Domingos Vidal, João Pereira da Silva, Antonio Mendes Bordalo, Joaquim José da Silva, Domingos Caldas Barbosa, Francisco de Melo Franco, Bento Figueiredo Terreiro Aranha, Manuel Joaquim Ribeiro, Joaquim Ignácio de Seixas Brandão, José Inácio da Silva Costa, PE. Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas de Sabará, Antonio Pereira de Souza Caldas, Francisco de S. Carlos, José Elói Otoni, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Vilela Barbosa, Marques de Paranguá, Manuel Alves Branco, Visconde de Caravelas, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, Paulo José de Melo Azevedo e Brito, José da Natividade Saldanha, Luiz Paulino Pinto da França, Joaquim José Lisboa, Gaspar José de Mattos Pimentel, Januário da Cunha Barbosa, Padre

³³⁸ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 323-324.

Silvério de Paraopeba, Ladislau dos Santos Titara, João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Álvaro Teixeira de Macedo, Francisco Bernardino Ribeiro, Antonio Augusto de Queiroga, Monte Alverne, Mariano José Pereira da Fonseca, Marques de Maricá, Antonio de Moraes e Silva, Domingos Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Odorico Mendes, Joaquim Norberto, Teixeira e Souza, Joaquim José Teixeira, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Firmino Rodrigues, Antonio Joaquim de Melo, Francisco Otaviano Almeida Rosa, PE. José Joaquim Correia de Almeida, José Bonifácio de Andrada e Silva, João Silveira de Sousa, Martins Pena, Ernesto Ferreira França, Joaquim Norberto, Varnhagen, Luis Antonio Burgain, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Candido José da Mota, Pinheiro Guimarães, Luis Vicenti de Simoni, Pereira da Silva, José de Alencar, irmãos Antonio Carlos e Martim, Francisco Ribeiro de Andrada, Lino Coutinho, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Jequitinhonha e Lopes Gama.

Cônego Fernandes Pinheiro seleciona um número bem menor de escritores. Chega a vinte e dois nomes. Essa restrição é entendida pela proposta da obra. O quadro era composto mais por representantes portugueses que brasileiros. Havia também a rigidez dos critérios de avaliação poética que pressupunha avaliar basicamente as obras que exemplificassem os padrões das aulas de retórica e poética. Estudando a obra de Basílio da Gama, dizia que “Lembremos aos alumnos de rhetorica que aqui encontrarão também o feliz emprego das figuras *reduplicação* e *anaphora*.”³³⁹ Pela ordem, estão Manoel Botelho, Gregório de Matos, Rocha Pita, Sousa Caldas, Tomas Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga, Cláudio Manoel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Souza, Joaquim Norberto, Joaquim Manuel de Macedo, Dutra e Melo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Pereira da Silva, Varnhagen, João Francisco Lisboa. Já Sotero dos Reis reduz o cânone ao máximo, reflexo da “forma mesmo de uma mais arguta leitura dos textos, na seleção estrita (...)”³⁴⁰. De todo o livro, são dez escritores brasileiros estudados, detalhados na biografia e na análise das principais obras. A seleção revela um cânone mais regionalista em que, dos dez escritores,

³³⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 419.

³⁴⁰ BARBOSA, João Alexandre. *Op. cit.*, 1996, p. 29.

quatro são maranhenses: Manoel Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal e João Francisco Lisboa. Os demais são: Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, Sousa e Caldas, Marques de Maricá e Monte Alverne.

Desse modo, percebe-se que, nessas narrativas, o cânone é dividido em dois momentos. Um está no passado colonial, mais reduzido; e outro, na contemporaneidade dos autores, mais amplo e revelador. Nessas histórias literárias, os quadros canônicos são bem variados. Há, porém, os nomes mais recorrentes que oferecem dados para a formação do primeiro cânone literário nacional. São os escritores Manuel Botelho, Gregório de Matos, Rocha Pita, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Gonzaga, Silva Alvarenga, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Manoel Odorico Mendes, Joaquim Manoel de Macedo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Varnhagen, João Francisco Lisboa, Norberto, Pereira da Silva e Teixeira e Souza.

O marco está em Manuel Botelho. Ele é o primeiro brasileiro que aparece nas histórias de Cômego Fernandes Pinheiro e de Ferdinand Wolf. Sotero dos Reis o silencia completamente. Para aqueles dois historiadores, o valor de Manuel Botelho é apenas histórico pelo pioneirismo de publicação em comparação, de acordo com Wolf, a “outros poetas brasileiros mais importantes que ele.”³⁴¹ Outros poetas como os irmãos Matos. Esse desmerecimento literário ocorre por consequência dos vícios estilísticos do gongorismo que impedia a independência completa dos valores nacionais cultivados. Cômego atribui-lhe a posição de “patriarcha da poesia brasileira e um dos precursores dos Srs. Magalhães e Porto Alegre”, porque foi quem publicou as primeiras poesias que permitiam afirmar que a literatura brasileira tomava “uma physionomia propria, aspirava um cunho d’originalidade, que ainda não pode totalmente alcançar.”³⁴² A única poesia destacada é a “Ilha de Maré” por ser “uma descrição um pouco longa e às vezes muito prosaica da Ilha de maré, perto da Bahia, mas onde as passagens relativas aos encantos da natureza dos trópicos emprestam uma cor a um tempo poético e local, que não se pode deixar de admirar” o que “lhe assegurou um lugar honroso na história da literatura brasileira.”³⁴³

³⁴¹ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 42.

³⁴² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 188 e 192.

³⁴³ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 43.

Essas histórias literárias trazem cânones literários construídos pela perspectiva de progressão nacionalista dos autores e das obras. O aparecimento deles é gradativo à medida que se aproxima dos momentos contemporâneos de afirmação nacional, registrado historicamente por meio do discurso declamatório de independência literária feito por Gonçalves de Magalhães em 1826. Dos autores do período colonial, há uma predileção pelos poetas Santa Rita Durão e Basílio da Gama. Eles estão presentes nas três histórias literárias do grupo, com certa exaltação. O motivo é claro: para esses historiadores, eles foram os escritores brasileiros que, de maneiras mais sólidas, apontaram soluções para a proposta de emancipação literária: resolver questões de adaptação do estilo à temática nacionalista. A tentativa de construção de um poema épico brasileiro pareceu tornar possível Basílio da Gama e Santa Rita Durão poetas adequados para a concretização dos símbolos brasileiros de nacionalidade:

Durão e José Basílio tem o mérito de terem pintado os indígenas da América muito antes de Cooper e Longfellow. Muitos dos personagens criados por eles como Cacambo, Cepé, Jararaca, Lindóia, Paraguassu, Moema tornaram-se tipos na poesia brasileira. “O Uruguai” e “Caramuru” popularizam-se dia a dia e começam a ser conhecidos no estrangeiro (há duas traduções francesas do “Caramuru”)³⁴⁴

Dessa seleta dupla, Sotero dos Reis revela-se certo da primazia de uma epopéia brasileira. Para Sotero, por exemplo, Santa Rita Durão é digno de exaltação, pois apresentou uma obra épica à história da literatura brasileira, mas também rompeu com a estagnação do gênero nas literaturas de língua portuguesa desde a publicação dos textos camonianos:

Disse eu no precedente discurso, que, entre todas as epopéas de segunda ordem escriptas em Portuguez, o Caramurú deve ser reputado uma das melhores, não obstante os seus defeitos; e com effeito assim me parece, ou se attenda ao merito intrinseco do poema que não é inferior ao dos outros de sua cathegoria, ou sobre tudo á circumstancia de ser uma das que melhor preenche o fim, pela cor local que o poeta soube dar aos seus quadros, muitos dos quaes são eminentemente poeticos.

³⁴⁴ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 101.

Apesar de ser tão fecunda a litteratura portugueza, e do Brazil, que já se achava descoberto a mais de dois seculos, offerecer assumptos e prospectos os mais ricos e variados a todo o genero de poesia, não havia até então uma epopéa brasileira. Durão foi o primeiro que tentou a empreza (...) ³⁴⁵

Cônego Fernandes Pinheiro atribui pioneirismo a *Uraguai*, de Basílio da Gama, por conta de ser “pois indubitavelmente (...) primeiro poema brasilico tanto na ordem chronologica, como na perfeição da obra.” ³⁴⁶ Como dissemos, essa perfeição é atingida por se centrar na história do Brasil e, também, resolver a carência de estilo poético. Para Ferdinand Wolf:

É possível que, tratando esta matéria, José Basílio tenha atendido à sua aversão pelos jesuítas e seu desejo de agradar a Pombal, mas não é menos importante observar que havia escolhido um assunto patriótico e soube encontrar em seu país os elementos de uma epopéia. Celebra, é verdade, a vitória das armas portuguesas e espanholas mas o seu maior interesse incide sobre os indígenas, pintando-lhes os caracteres e os costumes, dando-nos episódios tocantes e descrições magníficas. Põe em jogo, malgrado seu é possível, as simpatias pelos vencidos, pelas vítimas do engodo. É certamente com toda razão que José Basílio procurou os elementos poéticos no próprio Brasil. Conseguiu despertar o interesse por este país e suas particularidades e contribuiu razoavelmente para o livre surto do sentimento nacional. (...)

Neste poema, José Basílio distingue-se por uma versificação harmoniosa e frequentemente imitativa, e acabou por adquirir, por suas outras poesias também, a reputação de mestre do estilo e da harmonia. ³⁴⁷

Essas considerações giram em torno sempre das mesmas constatações. As obras épicas dos poetas Basílio e Durão são precursoras do que seria a poesia brasileira propriamente dita, porque se preocuparam com a descrição ou a “pintura” dos “elementos brasileiros”, cuja simbologia maior encontra-se nas temáticas épicas “indígenas”. Pelo que parece, eles só não poderiam inaugurar o momento de emancipação literária, uma vez que,

³⁴⁵ REIS, Francisco Sotero dos. *Op. cit.*, t. IV, 1868, p. 182.

³⁴⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 416.

³⁴⁷ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 92.

para esses historiadores, a história da literatura brasileira estava atrelada às concepções da periodização de independência política do país.

A valorização do indianismo permite explicar a preferência pelas expressões contemporâneas de um Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Norberto, por parte dessa tríade de histórias literárias do Brasil. Magalhães é aquele que emitiu o “brado de *independencia, ou morte*, echoando no Ypiranga das brasílias letras.”³⁴⁸ O marco é o volume de poesias *Suspiros Poéticos e Saudades*, de 1826; mas a obra que o canoniza ou, segundo Ferdinand Wolf, “tornou o nome de Magalhães mais ilustre ainda que em virtude de suas poesias líricas e dramáticas”³⁴⁹, é a epopéia *Confederação dos Tamoios*. Cônego Fernandes Pinheiro dizia que foi:

Um bardo fluminense que, fugindo ao sinistro ruído das discordias civis, na Europa fora receber a consagração dos seus estudos, impressionado pelo grande movimento intelectual que em torno de si se operava, pensou na pátria, e julgou que chegado era o momento de também dotar-lhe com novas e livres instituições. Esse mancebo é o poeta-diplomata, o philosopho dos *Factos do Espírito humano*, o cantor dos *Tamoyos*, n'uma palavra o Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhaens.³⁵⁰

Amigo de Magalhães, pelo qual teve acesso à produção literária do Brasil, Ferdinand Wolf o reserva um espaço significativo nas páginas d'*O Brasil Literário*, levando em conta outras obras poéticas dele, como as do gênero dramático. O primeiro tradutor da obra de Wolf, Jamil Almansur Haddad, sugere que

Grande parte do livro é dedicada a Magalhães, o que o transforma numa contribuição de relevo ao estudo desta fase auroral de nosso romantismo. Por aí é que o nosso autor foi incriminado de exagero ou camaradagem. Mas é possível que Magalhães haja merecido tamanho relevo. O que aqui importa não é nossa perspectiva do fenômeno Magalhães. Mas sim a do tempo de Wolf. E principalmente a do tempo anterior a Wolf. E este tempo consagrava Magalhães. (...) A posição de Magalhães como primeira –

³⁴⁸ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 536.

³⁴⁹ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 219.

³⁵⁰ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 536.

cronologicamente – figura do nosso Romantismo tem sido quase que universalmente aceita. (...) ³⁵¹

Em parte, ao contrário que pensa Haddad, é possível identificar camaradagem não apenas em Wolf, mas também em Cônego Fernandes Pinheiro e Soter dos Reis que ultrapassa a questões de mero culto romântico à figura de Magalhães, como grande precursor da emancipação literária do Brasil. Magalhães era um “escritor consagrado e protegido pelo Imperador, chefe reconhecido da literatura brasileira e centro de um poderoso grupo (...)” ³⁵². Da mesma forma, essa camaradagem pode esclarecer o destaque dado, por exemplo, a Gonçalves Dias ou a Norberto nessas três narrativas e, por outro lado, o silêncio unívoco ao também indianista daquele período, José de Alencar. No caso do *Curso de Literatura*, de Sotero dos Reis, a camaradagem revela-se ainda mais na preferência pelo círculo intelectual de seus conterrâneos. Os escritores escolhidos pertenciam à mesma rede conservadora imperial do IHGB da qual os elaboradores das histórias literárias participavam. Eles obtinham a proteção do Imperador e recebiam cargos de confiança, voltados sempre para a atividade de nacionalização e de civilização do país. Nada mais natural que ganhassem destaque no aparelho canônico nacional pelos seus pares.

O caso de Norberto é ilustrativo. Como poeta, a despeito de poucas qualidades poéticas, esse escritor ainda manteve-se bem recebido pela história e crítica daquele momento. Para muitos, ele era digno principalmente da carreira nacionalista. Ferdinand Wolf o aprova porque “Norberto escolheu de preferência para assunto de seus cantos as tradições, os costumes, as cenas da vida indígena e tratou-os como os da Baladas, o que aprovamos.” ³⁵³ Cônego Fernandes Pinheiro reitera a idéia que “Naturalizou entre nos o Sr. Norberto a ballata, especie de poesia tão convinavel á educação poetica do povo, tão azada a alimentar nelle os sentimentos patrioticos, e o culto das grandes ideias” e reconhece o que os críticos posteriores confirmariam que “Infatigavel esmerilhador das cousas patrias

³⁵¹ HADDAD, Jamil Almansur. Ferdinand Wolf e a Aurora do Romantismo Nacional. In: WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário*. (Tradução de Jamil Almansur Haddad) Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955, p. IX-X

³⁵² COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1968, p. 97.

³⁵³ WOLF, Ferdinand. *Op. cit.*, 1955, p. 294.

posso o Sr. Norberto amplo caudal de conhecimentos históricos e tradicionais, de que faz o público confidente (...)”³⁵⁴. Já a exclusão de José de Alencar, que de acordo com o tempo foi equiparado por outros historiadores da literatura à capacidade nacionalista exemplar, é consequência da polêmica d’A *Confederação dos Tamoios* de 1856. Combatendo rigorosamente a nobreza épica da obra de Magalhães, José de Alencar estabelece rivalidades com parceiros do poeta d’A *Confederação* que saem em defesa dele, como “Araújo Porto Alegre, D. Pedro II, Frei Francisco de Monte Alverne, e diversos outros anônimos.”³⁵⁵ Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis oferecem a José de Alencar o completo silêncio entre os poetas indianistas como Gonçalves Dias e romancistas como Joaquim Manuel de Macedo. Fica claro mais ainda que, nessas histórias literárias, à formação do cânone implicavam condições externas ao valor literário, como se pode pressupor da afirmação de Ferdinand Wolf – o único da tríade a mencionar rapidamente a obra de José de Alencar – que só “o ‘Guarani’ de Alencar pode fazer exceção, mas não conseguimos lê-lo.” Embora não explicado o porquê do impedimento da leitura, tudo leva a crer que havia as mãos de Magalhães por trás dessa questão. Foi Magalhães que selecionou as obras que eram enviadas a Ferdinand Wolf e, como vimos, o poeta brasileiro possuía vários motivos para que as obras de José de Alencar não fizessem parte das correspondências.

Para finalizar, podemos dizer que, como vimos, estudos apontam que foi, no século XIX, o surgimento das primeiras representações de nosso discurso historiográfico que, de fato, são as matrizes da historiografia brasileira. E, nesse aspecto, pode-se dizer que a *história literária* foi um dos seus principais motores propulsores, uma vez que se tornou institucionalmente o veículo discursivo mais adequado para a invenção e a convalidação de nossa tradição literária, especialmente, por trazer o selo oficial do patrocínio imperial. Foi exemplo de estruturação sistemática dos discursos teóricos e metodológicos historiográficos oitocentistas sobre a literatura nacional com relação à periodização, à análise literária, à conceituação de “literatura nacional”, à formação do cânone literário, entre outros aspectos.

³⁵⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, 1862, p. 553-556.

³⁵⁵ COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1968, p. 99.

CAPÍTULO VI.

O destino das histórias literárias: um adendo

A essência da História é a sua eterna mutabilidade
(Burckhardt)

I. A Revisão

Em 1983, um poeta brasileiro, Carlos Drummond de Andrade, divulgava num dos volumes do seu último livro publicado em vida, intitulado *Nova Reunião*, o poema “O historiador” em que se refletiria a idéia de história. Nesses versos drummondianos, a figura central é a do historiador, colocado em evidência no título de forma determinante, a partir da utilização do artigo definido “o” antepondo o vocábulo “historiador”. Aqui, o historiador parece assumir o posto de “grandioso” e “rei”. Quem é o “mestre” é o historiador e não a história. A história descentraliza-se e passa a receber o papel de “material”, “objeto” do

historiador e, por conseguinte, quem pode conduzi-la serão apenas as mãos de seu “mestre”. Vejamos:

O HISTORIADOR

Veio para ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos, as condecorações,
as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões
jamais confirmadas nem desfeitas.
Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço da memória.
É importuno.
Sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.³⁵⁶

Percebe-se que, com essa autonomia e poderio, o “eu-póético” proclama que os olhares historicistas devam voltar-se a um passado relativo, particular e transitório, deixando-se de lado, sendo assim, a necessidade de contemplar eventos “grandiosos”, “glorificados” e “absolutos” (Veio para contar/o que não faz jus a ser glorificado...) A história constrói-se a partir de elementos passados singulares, adversos e com cânones distintos, tornando-se totalmente multifacetada (Veio para ressuscitar o tempo/e escarpelar os mortos (...)/ o ardido queixume das solteironas, /os negócios de trapaça, as ilusões/ jamais confirmadas nem desfeitas...), a que, no campo da ciência da história, segundo Paul Veyne, chamaríamos de *non-événementiel*, ou seja, aqueles novos eventos históricos que ainda não participam como objetos historicizados. Talvez, também, naquilo que Walter Benjamin concebe como os “heróis marginalizados” da história. Com isso, Drummond pratica dentro dos limites poéticos a “historicidade” que, segundo Le Goff, “exclui a idealização da história, a existência da História com H maiúsculo”.³⁵⁷ Porém, mesmo que

³⁵⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova Reunião*. 4º. v. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1983.

³⁵⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. (trad. Bernardo Leitão et al.) 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 20.

tenha postulado um tipo idealizado de historiador, trabalha-se a pluralidade do fazer histórico, uma vez que se o “verdadeiro” historiador examinar minuciosamente ou, nas palavras do poeta, “escalpelar” esse passado múltiplo, variado e “não oficial”, com certeza, por extensão, ele trará uma narrativa historiográfica que não escapará desse caráter.

O foco muda e, com isso, altera-se a perspectiva historiográfica. É nítido, portanto, que, com Drummond, poetiza-se uma nova abordagem teórica e metodológica de se pensar a escrita da história que, de todo modo, demonstra um espírito questionador em relação à prática historiográfica tradicional, consolidada ao longo do século XIX. Drummond parece ter influência direta aqui do ideal revisionista de alguns teóricos da história novecentistas que, contrários à posição estagnada dessa tradição historicista, buscam a desconstrução dos valores praticados e a instauração de novos modelos para a constituição da história. Com a contribuição de correntes do pensamento com o *New Criticism*, a *École des Annales*, o Pós-modernismo, o Desconstrutivismo, o Multiculturalismo, os Estudos Culturais e Pós-coloniais, as contestações e reformulações sérias a respeito puderam ser elaboradas com eficácia e plausibilidade e colocadas em evidência.

Diante dessas variadas perspectivas teóricas sobre a história, sobressai-se a questão da “libertação” do historiador com relação às regras convencionais de explicação histórica e de elaboração de enredo, a partir das fontes, que assim fundamentaria o viés interpretativo e pessoal do mesmo. Daí a necessidade de Carlos Drummond de Andrade permitir-se a escolher o vocábulo “contar”, cujo posicionamento fere o pressuposto da terminologia “científica” dos estudos históricos e remete-se à despretensão de neutralidade que caracterizaria agora a “arte de contar” e à construção da história como gênero narrativo. Tal liberdade narrativa justifica também o poder desse historiador de revelar aquele passado que mesmo constituinte da história foi deixado de lado, uma vez que, segundo a historiografia oficializada, não participaria do quadro histórico de uma “verdade”.

Com Nietzsche, esse propósito já começou a ser revelado quando começou a questionar, principalmente em *Genealogia da Moral* (1887), o modo com que se percebia o passado histórico de modo a apreender uma verdade única, uma vez que acreditava na possibilidade de “verdades” - no plural -, enquanto perspectivas individuais a respeito do passado. Nietzsche, de acordo com Hayden White, “representou um momento decisivo,

porquanto rejeitou as categorias de análise histórica que os historiadores vinham utilizando desde a década de 1830 e contestou a realidade de qualquer coisa a que se pudesse dar o nome de processo histórico, no qual se apoiassem essas categorias.” E, não só:

O escopo de Nietzsche era destruir a crença num passado histórico no qual os homens pudessem aprender qualquer verdade única e substancial. Para Nietzsche, como para Burckhardt, havia tantas “verdades” acerca do passado quantas fossem as perspectivas a respeito dele. Em sua opinião, o estudo da história não devia constituir um fim em si mesmo; devia servir de meio para algum fim ou objetivo *vital*. Os homens encaravam o mundo por ópticas que se harmonizavam com os propósitos que os motivavam; e exigiam diferentes visões da história para justificar os vários projetos que deviam empreender a fim de realizar plenamente sua humanidade.³⁵⁸

Num percurso histórico do pensamento filosófico, pode-se perceber outros teóricos da história compartilharem desse pensamento em que se defende uma escrita historiográfica que atribui relevância ao aspecto subjetivo e interpretativo no que se diz respeito à abordagem dos eventos históricos. Estes tentam superar a tradição historiográfica sob a quimera da verdade objetiva, de bases cientificistas absolutas, construída desde o século das luzes e consolidada nos oitocentos, tendo em vista à valorização dos elementos narrativos da escrita da história. No início do século XX, o filósofo e historiador britânico Robin G. Collingwood, com seu reconhecido trabalho *A idéia de história*, preocupou-se com a visualização do historiador como “contador” de histórias, uma vez que se encontravam neles qualidades de uma possível liberdade na representação da experiência do passado:

No meu esboço histórico da idéia de história, tenho procurado demonstrar que a história escapou, finalmente, a uma situação de tutela por parte das ciências da natureza. O desaparecimento do naturalismo histórico, porém, implica a conclusão de que a actividade, pela qual o homem edifica, o seu mundo histórico em constante transformação, é uma actividade livre. Não há outras forças, além de sua actividade – que o dirige, modifica, ou obriga a um outro tipo de comportamento – para a construção duma espécie de mundo, de preferência a outra.³⁵⁹

³⁵⁸ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. (trad. José Laurênio de Melo) 2ª. ed. São Paulo: EdUSP, 1995, p. 339-340.

³⁵⁹ COLLINGWOOD, R. G. *Op. cit.*, p. 466.

Claro que Collingwood não desconsidera de todo o papel decisivo da investigação científica na prática historiográfica, a partir das fontes, porém, como a história busca descobrir algo desconhecido (*res gestae*), a respeito das ações humanas praticadas no passado, tem-se a importância crucial da interpretação nesse processo de auto-conhecimento humano. Essa postura interpretativa aponta para a liberdade de criação/imaginação quando se constrói a narrativa histórica que, nesse sentido, leva-nos a pensar novamente na questão da relatividade da verdade e da defesa das diversas perspectivas históricas na escrita da história em busca de respostas acerca de acontecimentos passados. E, nesse sentido, repensar o passado como uma espécie de (re)construção que o historiador tenta trazer no momento em que se propõe a reconstituí-lo diante do presente.

Mais adiante, outras proposições epistemológicas puderam direcionar de alguma forma o saber histórico a projetos multidisciplinares em que se sobressaem o arranjo da construção discursiva dentro do aspecto polifônico. O postulado da verdade científica, definitiva e incontestável, dos documentos pode ser contestado no sentido de que haveria evidentemente formas alternativas de compreensão do mundo que, com essa liberdade de imaginação no relato dos fatos, conduz à reconstrução do passado de maneira mais individualizada e subjetiva. Em meados de 1960, Paul Veyne, prestigioso intelectual da *École des Annales*, ao abordar os significados da escrita da história, impunha a condenação da prática historiográfica anterior (cartesiana, estrutural, principalmente marxista), visualizando uma nova dinâmica de apreensão do acontecimento – objeto da história - que seria apreendido de forma lateral, imperfeita e parcial, por meio de documentos, já que de algum modo seria fruto das ações humanas, rompendo com a idéia de totalidade histórica. Se o que o historiador pode narrar relaciona-se com os atos dos homens, que são autônomos e fazem sua história pelo acaso, pode-se afirmar então que se torna impossível captar a história de forma integral:

Um acontecimento só tem sentido numa série, o número de séries é indeterminado, não se dirigem hierarquicamente e como veremos tão pouco tendem para um geometral de todas as perspectivas. A idéia de História é

um limite inacessível, ou antes, uma idéia transcendental; não se pode escrever esta história, as historiografias que se crêem totais enganam sem saberem o leitor sobre a mercadoria e as filosofias da história são um absurdo que depende da ilusão dogmática (...) ³⁶⁰

É interessante ressaltar que, com o rompimento da totalidade histórica, Paul Veyne veicula a hipótese de que, para a escrita da história, deixa-se de possuir um paradigma conceitual, teórico e metodológico, lançando-se mão do que seja *intriga*, composta a partir da organização dos acontecimentos em *séries*. Essa percepção de *intriga* importará por conta do viés narrativo do fazer histórico. A história passa a ser percebida de várias perspectivas e, por extensão, o seu narrador – o historiador – desobriga-se de ter que trazer um relato “correto” e “certo” a respeito da mesma, tendo a oportunidade de construir uma narrativa histórica a partir dos múltiplos olhares – filosófico, psicológico, antropológico, literário, *et cetera*.

Em *Rethinking Intellectual History*, Dominick LaCapra defende esta idéia da dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica, uma vez que na (re)construção da história intelectual permitem-se o pensamento abstrato e fatores subjetivos. Claro que, ao mesmo tempo, deve-se valorizar a necessidade de uma coerência conceitual, teórica e metodológica – mas não estipulada - diante da complexidade e diversidade das categorias do passado para que, de modo geral, não se transmita um discurso caótico e inteligível. O que o historiador vai necessitar é de um conhecimento textual e contextual coerente ao seu mundo criativo. ³⁶¹

Outro estudioso, Hayden White, segue essa linha teórica da linguagem poética na construção da escrita histórica, mas a partir dos *tropos* do discurso. Um relato histórico desdobra-se em vários níveis, cujas estratégias são de causar diferentes tipos de impressão explicativa, revelando-se assim estilos historiográficos distintos. O mais interessante da argumentação de Hayden White pode ser considerada a identificação e a aplicação dessa prática historiográfica retrospectivamente quando se trata de desvendar a consciência

³⁶⁰ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. (trad. Antônio José da Silva Moreira) Lisboa: Edições 70, 1983, p. 38-39.

³⁶¹ Cf. LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca /New York: Cornell University Press, 1983.

histórica de qualquer época em que se praticou, principalmente nos registros oitocentistas, como, exemplo, dos filósofos da história Hegel, Marx, Nietzsche e Croce e, também, os ditos historiadores, como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt.

Ao apresentar minhas análises das obras dos pensadores históricos magistrais do século XIX na ordem em que aparecem, procuro sugerir que o pensamento deles representa a elaboração das possibilidades de prefiguração tropológica do campo histórico contidas na linguagem poética em geral. (...)

E, terá sido parcialmente desbravado o caminho para a reconstituição da história como forma de atividade intelectual que é ao mesmo tempo poética, científica e filosófica em suas preocupações como foi durante a idade do ouro da história no século XIX.³⁶²

Com isso, a criação histórica passa a ser vista como uma tática literária o que significa dizer o mesmo que “produto de ficção”. O brasileiro Luiz Costa Lima também não fugiu dessas preocupações conceituais ao escrever seu recente livro *História. Ficção. Literatura*³⁶³ que, dividido em três seções [Seção A: A Escrita da História; Seção B: A Ficção; e, Seção C: A Literatura;] contemplando, respectivamente, cada um dos termos, tem como objetivo perceber os seus possíveis ou, também, impossíveis espaços limítrofes e, por conseguinte, entender como tradicionalmente vieram sendo constituídos desde a Antiguidade, por meio de uma análise erudita que se propõe fazer a partir de diversos textos clássicos e, para Costa Lima, fundamentais, da nossa história e literatura ocidental. Como assegurou o professor Pedro Caldas:

Na verdade, a escolha do grupo de obras, feita pelo autor, desvenda-se ao longo do livro: clássico é plástico. O clássico não é dogmático, tampouco um conjunto de preceitos que deve ser fielmente seguido. O clássico é capaz de adaptar-se às várias verdades, ou, mais do que isso, “ajuda” cada época encontrar uma representação de si mesma (sei que o sotaque hegeliano não faz parte da semântica do autor) sem que por esta época ou aquela cultura o clássico se sacrifique e nela se dissolva. Pelo contrário: as ultrapassa.³⁶⁴

³⁶² WHITE, Hayden. *Op. cit.*, 1995, p. 14-16.

³⁶³ Cf. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁶⁴ Cf. CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A consciência híbrida: “História. Ficção. Literatura”, de Luiz Costa Lima. *Fênix: revista de história e estudos culturais*. vol. 3, ano III, nº.3, julho-setembro 2006. www.revistafenix.pro.br, p. 2-3.

De um lado, Costa Lima traz Heródoto e Tucídides - diz ele: “não são o princípio da escrita da história; são apenas os primeiros historiadores de quem possuímos os textos integrais. Tornam-se os primeiros com os quais começa a questão que nos perturba: por que não os considerar pertencentes à mesma linhagem homérica?(...)”³⁶⁵ -, que contrastam, do outro lado, com os cânones da poesia: Homero, Virgílio e Ovídio. E, por fim, no estudo de caso, Euclides da Cunha e Graciliano Ramos pensados numa perspectiva de tematização do hibridismo textual pelo qual tenciona verificar o possível rompimento das fronteiras dos gêneros historiográfico e literário, uma vez que, já de início o escritor ressaltava [cf. Seção A], a literatura “tem fronteiras muito mais fluidas que a ficção.”³⁶⁶ É claro que o rol de escritores é bem mais amplo: discuti a leitura e a formação teórica em François Hartog, Jeremy Bentham, Hans Vaihinger, Wolfgang Iser, Proust, Valéry, etc, num imbricado jogo de empirismo e teorização que dilui e quebra muitas vezes as fronteiras da sua proposta teórica de sistematização.

Como já salientamos, o livro gira em torno da preocupação central de descobrir um eixo – de alguma maneira ficcional – pelo qual se pode unir a história da poesia e vice-versa ou, se quiser, por onde se separariam ambas. E, nesse caso, entra a questão excêntrica da verdade (*alétheia*) e da ficção que, basicamente, aquelas se alimentariam destas para o “enriquecimento” e/ou “destruição” do seu próprio discurso. Em outras palavras, o caráter do discurso histórico bem como o do literário será configurado/definido satisfatoriamente a partir do momento em que sabe utilizar-se de uma dosagem certa desses dois elementos, melhor dizendo, da escolha de um deles. Caso não, conclui-se, seria insuficiente, posto que geraria a instabilidade de leitura. Nesse sentido, teríamos esse esquema que expomos de maneira simplória: a poesia se afasta do comprometimento com a verdade, porque se atrela diretamente ao campo que seria o discurso ficcional no qual, como Costa Lima afirma, a verdade é colocada entre parênteses – mas não eliminada. Muito pelo contrário, à história cabe respeitar a verdade, sem deturpá-la (e, assim, coloca a literatura entre parênteses?), como seria o da perspectiva historiográfica grega de “preocupação primeira com a verdade”

³⁶⁵ LIMA, Luis Costa. *Op. cit.*, p. 32.

³⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 31.

(Hobbes) e, para tanto, deve basear-se nos discursos documentais e fontes da realidade empírica:

Já a historiografia tem um trajeto peculiar: desde Heródoto e, sobretudo, Tucídides, a escrita da história tem por aporia a verdade do que houve. Se se lhe retira essa prerrogativa, ela perde sua função. Torna-se por isso particularmente difícil ao historiador não considerar prova aporética o que resulta do uso de suas ferramentas operacionais. As tentativas de Cornford e Hayden White de aproximá-la do poético procuravam conjurar essa dificuldade; terminaram, contudo, por criar um desvio tão grande quanto: converter a escrita da história em uma modalidade de ficção.³⁶⁷

Com efeito, observando a formulação de *fringe* da realidade, conceituada por William James – depois, futuramente, mais desenvolvida pelos escritores Alfred Schütz e E. Goffman -, e resenhada no prefácio de *História. Ficção. Literatura.*, é possível observar o direcionamento de Costa Lima para o subjetivismo do sujeito e a fragmentação dos discursos na captação da verdade que, por assim dizer, encaminha também à eficaz justificativa da tenuidade discursiva em questão. Apontaríamos, pois, aqui, a fundamental sensibilidade crítica no que cerne à aporia da verdade, vivenciada pelo historiador, e, descartada pelo ficcionista. O historiador sempre enfrentará a grande problemática de conviver com a “eterna busca” da completude da verdade histórica que, para ele, está evidente não poder ser definitivamente exaurida, porque a “verdade da história sempre mantém um lado escuro, não indagado.”³⁶⁸ Essa “eterna busca” não se verifica na ficção, o que, nesse ponto, a contrastaria com a história; é, precisamente, pelo fato de que ela, a ficção, tenta captar os outros ângulos perceptíveis da verdade, sem se ater em sua exaustão, configurados dentro do plano imaginário.

³⁶⁷ LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.*, p 21.

³⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 156.

II. As Soluções Brasileiras

De modo geral, essa tendência de rompimento com a idéia de perspectiva absoluta que, na prática historiográfica, realizava-se em busca de oferecer a impressão de uma única “verdade” no que diz respeito à construção do passado retrospectivo, perpassa por todas as áreas de conhecimento. De alguma maneira, tenta-se relativizar a ilusão do absoluto e mostrar a subjetividade de nossa consciência tanto coletiva como individual. Talvez, possamos recorrer ao estudo de Anatol Rosenfeld que, em “Reflexões sobre o romance moderno”³⁶⁹, constata que, na modernidade, rompe-se com a “visão perspectívica” da realidade, desenvolvida no Renascimento, e a “realidade dos fenômenos projetados por ela” quando se tem em vista esse fenômeno na pintura, teatro e romance.

E, valendo de sua primeira hipótese, “supomos pois que mesmo numa cultura muito complexa como a nossa, com alta especialização e autonomia das várias esferas – tais como ciências, artes, filosofia – não só haja interdependência e mútua influência entre esses campos, mas, além disso, certa unidade de espírito e sentimento de vida, que impregna, em certa medida, todas as atividades.”³⁷⁰ Então, tais características percebidas podem nos auxiliar no processo de desvendamento de nosso material de pesquisa que, no caso do estudo da formação das histórias literárias, torna-se muito mais possível por conta do estreito vínculo que história sempre manteve com a literatura, principalmente quando se pensa que, como assegura Maria Eunice Moreira, “unidas na base, história e literatura traçaram um caminho comum e, se a história da literatura surge em decorrência dessa união, sua realização desdobra-se em vários ramais, que devem ser encarados por todos aqueles que se voltam aos estudos literários.”³⁷¹

Em face disso, vale apontar que, a partir do século XX, no círculo dos estudiosos da literatura, houve uma grande movimentação de vários pesquisadores – tanto estrangeiros quanto brasileiros - que, com a sua multiplicidade de olhares, tinham por finalidade comum procurar discutir e refletir a respeito da escrita de histórias da literatura em suas mais

³⁶⁹ ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

³⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 76.

³⁷¹ MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Op. cit.*, 2003, p. 10.

diversas relações, uma vez que, segundo Hans Robert Jauss, tem “inequivocamente trilhado o caminho da decadência constante”, pois “vive tão-somente uma existência nada mais que miserável, tendo se preservado apenas na qualidade de uma exigência caduca do regulamento dos exames oficiais.”³⁷² E, no caso latino-americano, a colocação da venezuelana Beatriz González Stephan parece ser fundamental para complementar o que estamos vendo:

En los últimos 20 años los supuestos teóricos de los estudios literarios latinoamericanos están siendo cuestionados en virtud de la emergencia de nuevas necesidades y exigencias. La insuficiencia observada en la disciplina literaria tradicional no debe ser entendida simplemente como una inoperabilidad de su aparato conceptual, sino como la limitación de las bases epistemológicas que la fundamentan para dar cuenta de los fenómenos literarios. En el fondo esta crisis sólo puede ser plenamente comprendida y superada si se la relaciona con la crisis histórica de la concepción del mundo de los sectores política y socialmente dominantes desde la década del 60. En otras palabras: el agotamiento de los axiomas del sistema ideológico liberal resultan estrechos e inadecuados para explicar nuestras realidades culturales.³⁷³

O comentário de Beatriz G. Stephan direciona-nos para a situação verídica de que os questionamentos histórico-teóricos em relação à história da literatura tornaram-se bem mais evidentes, principalmente da metade do século XX em diante, por ocasião da crise do método historicista e, por extensão, da manifestação anti-historicista da época que coloca em xeque a situação da narrativa de história da literatura; tudo resultado da modificação do sistema ideológico e cultural da época. Em “Os destinos da subjetividade: história e natureza no romantismo”, Luiz Costa Lima destaca que “autores de obras depois tão distintas como Lukács, Jakobson e Benjamin, em seus ensaios juvenis, respectivamente ‘Observações sobre a teoria da história literária’ (1910), ‘Do Realismo artístico’ (1921) e ‘História literária e ciência da literatura’ (1931), já constatavam a crise indisfarçável daquele ramo historiográfico.”³⁷⁴

³⁷² JAUSS, Hans Robert. *Op. cit.*, 1994, p. 5.

³⁷³ STEPHAN, Beatriz González. *Op. cit.*, 1987, p. 9.

³⁷⁴ LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 129.

Embora o aspecto revisionário das disciplinas “história” e seu considerado subgênero “história da literatura” partiu praticamente dos mesmos princípios teóricos e metodológicos, ou seja, como vimos, do questionamento dos paradigmas historiográficos tradicionais e a reivindicação de novos modelos que consigam dar conta dos diversificados e distintos campos do material historizado, a história dessa nova tópica na historiografia literária fundamenta-se de algum modo em problemas epistemológicos específicos, mas de caminhos interpenetráveis. Depois de granjear espaço de extrema importância até fins dos oitocentos, com a figura central de Gustave Lanson, as formulações de narrativas históricas a respeito do passado literário começam a ser percebidas a partir de novos pensamentos disciplinares e perspectivas teórico-críticas, sob representação do estruturalismo, o *new criticism*, o formalismo russo, a estética da recepção, etc. De acordo com opinião pertinente de Roberto Acízelo de Souza:

A história da literatura viu-se assim contestada na sua tríplice investidura já referida: como gênero, porque se matinha fiel ao caráter linear e orgânico da narrativa tradicional, sem experimentar modos novos de escrever-se (ao contrário, por sinal, do que se passava com uma forma literária sua contemporânea e com ela estruturalmente aparentada, o romance, submetido a verdadeira reconcepção por influxo do modernismo); como ciência, porque persistia confiante no primado epistemológico da história, além de conservar-se presa a uma idéia de linguagem como instrumento, longe portanto da concepção sistêmica ou estrutural; como instituição, porque servia ao propósito burguês de consagração de um cânone homogêneo e normativo – recurso pedagógico de reforço à posição de classe dos bem-nascidos –, de que se excluía por conseguinte produtos tidos como “diferentes” ou extravagantes, justamente aqueles em alta segundo os critérios então revolucionários de vanguardas tanto artísticas quanto políticas.³⁷⁵

As contestações de que Roberto Acízelo de Souza menciona nesse panorama da crise historiográfica ocorrem por assim dizer em dois momentos particulares e, em se tratando de produção brasileira, manifestam-se de maneira emblemática para a fundamentação dos paradigmas historiográficos da literatura que se canonizam no círculo intelectual e acadêmico e tornam-se referências nacionais. Depois do curto tempo de

³⁷⁵ SOUZA, Roberto Acízelo. In: MOREIRA, Maria Eunice (org) *Op. cit.*, 2003, p. 150.

exercício do formalismo eslavo, entre 1915 e 1916, sob comando dos filólogos de São Petersburgo e Moscou, cujo programa estabelece rígida crítica contra “o primado da exposição diacrônica, com o desfile de períodos, influências e escolas, em que considerações de ordem político-social supunham o realce da mensagem sobre a configuração interna da obra”³⁷⁶, a figura de René Wellek parece ser paradigmática, pois atacou com radicalismo as bases epistemológicas do historicismo e propugnou as novas ferramentas para o estabelecimento de narrativas histórico-literárias que pudessem perceber a literatura em si mesma, sua especificidade como artefato lingüístico autônomo, em contraposição à perspectiva historicista de apresentar a história de uma literatura, por meio de elementos simplesmente extrínsecos ao texto literário e de seus determinantes causais:

A maioria das principais histórias da literatura são ou histórias da civilização ou colectâneas de ensaios críticos. O primeiro não é história de arte; o segundo não é *história* de arte. (...)

Outra dificuldade reside no preconceito de que é impossível elaborar uma história da literatura a não ser em função de uma explicação causal de outra qualquer actividade humana. Terceira dificuldade resulta de toda uma concepção do desenvolvimento da arte da literatura.³⁷⁷

Jakobson, partidário desse ideal, afirmava: “Se a história da literatura quer-se tornar uma ciência, deve pôr o artifício (*priëm*) artístico como seu único objeto de estudo.”³⁷⁸ Nesse aspecto, como Jakobson, Wellek parece também querer reivindicar um *status* autônomo da narrativa histórico-literária em relação ao jugo de ser vista como um ramo ou subgênero e, por conseguinte, discípula da história política, social ou em geral, ainda mais porque os objetos historizados de ambas seriam díspares em certo sentido. A seu ver não havia justificativa em estudar as manifestações literárias dentro da perspectiva da historiografia.

³⁷⁶ LIMA, Luiz Costa. Uma fortuna problemática: a história da literatura no Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*; Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. 12, nº. 1, out. de 2006, p. 93-98.

³⁷⁷ WELLEK, R. et WARREN, A. *Teoria da literatura* (trad. José Palla e Carmo) Lisboa: Publicações Europa-América, 1971, p. 321.

³⁷⁸ *Apud* LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.*, 2006, p. 93.

A maior parte das histórias literárias divide, porém, os períodos de acordo com as mudanças políticas. A literatura é, assim, entendida como se fosse inteiramente determinada pelas revoluções políticas ou sociais de uma nação, e o problema de determinar os períodos é endossado aos historiadores políticos e sociais, cujas divisões e períodos são adotados usualmente e sem questão. Se examinarmos histórias mais antigas da literatura inglesa, descobriremos que são escritas ou de acordo com divisões numéricas ou de acordo com um critério político simplista – os reinados dos soberanos ingleses.³⁷⁹

Questiona-se assim a focalização historiográfica da literatura, afastando-se daquele ideal de apenas relatar as histórias de autores e obras, de problemas extraliterários, e, por conseguinte, as suas relações como configuradoras de uma fisionomia literária. Sugere-se que à consciência histórica cabe a unidade essencial da obra pelos seus aspectos singulares, parecendo trazer aqui – não de maneira tão esclarecedora – à tona “as relações íntimas que possam e devam haver entre a História e Crítica Literária”³⁸⁰. A posição do crítico é fruto do *New Criticism* e das manifestações anti-historicistas estrangeiras, iniciadas no final do século XIX, pelas vozes de Audiat, Dilthey, Cysarz, Croce, Van Tieghem, etc., os quais se posicionavam contra as perspectivas históricas, mecanicistas e cientificistas de Sainte-Beuve, Taine, Gaston e, principalmente, de Lanson, o qual “transformou a Sorbonne na fortaleza do historicismo, a ponto de as idéias e diretrizes metodológicas por ele praticadas na sua cátedra e no seu famoso e influente manual de *Histoire de la Littérature Française* (1894) constituírem o ‘método lansoniano’, etiqueta local do método histórico”.³⁸¹

As histórias literárias tradicionais contestadas eram aquelas tidas como discípulas do método histórico, cujo estudo da literatura baseava-se na transposição da teoria e metodologia da disciplina *história* para a história da literatura e, por meio dele, encontrava a explicação da arte. A literatura era encarada mais como “produto histórico” do que “manifestação artística”. Esse tipo de historiografia literária passou a ser desenvolvido a partir do século XVI por meio das tentativas de Vico, de Tirabachi ou dos benetinos de Saint-Maur de levantar e compilar as biobibliografias de artistas. E, conseguiu consolidar-

³⁷⁹ WELLEK, R. et WARREN, A. *Op. cit.*, 1971, p. 332.

³⁸⁰ BARBOSA, João Alexandre. Ensaio de historiografia literária brasileira. In: *OPUS 60: ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 29.

³⁸¹ COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1972, p.12.

se no meio intelectual, durante o século XIX, quando se obteve uma teoria e um método de pesquisa historiográfica e literária ligados, por um lado, à “escola histórica ou romântica alemã – Herder, os irmãos Schlegel, os irmãos Grimm, - que considerava os produtos do espírito como oriundos do ‘gênio do povo’, acentuado por isso o interesse pela poesia popular e pelas origens ‘históricas’ e místicas ou divinas daqueles produtos” e, por outro, à “escola positivista, de matriz francesa, patrocinada por Augusto Comte, que buscou apoio nas ciências naturais para estabelecer o método de pesquisa histórica e literária, e para explicar os fatos do espírito pelas leis gerais da evolução histórica, da gênese sociológica e das características psicológicas, acentuando o papel da herança biológica, dos quadros social e geográfico no condicionamento dos fatos do espírito.”³⁸² Os estudos feitos pela história literária valorizavam amplamente a obra de arte como “produto histórico” nacional; o critério analítico histórico e social em detrimento da literatura; o esboço biográfico dos artistas; os meios de periodização mecanicistas a partir da evolução política do país ou outros sem ligação direta à literatura; a conceituação de influência e imitação artística; a catalogação de livros, etc.

No Brasil, o reflexo desse posicionamento esteticista sobre a reconstituição teórica e metodológica da *história literária* leva-nos à década de 50 do século passado, quando surgiram as nossas primeiras reformulações explícitas da historiografia literária, por conta da crise do método histórico, uma vez que questionavam o que vinha se produzindo como *histórias* da história da literatura brasileira, com relação à conceituação e metodologia tradicional e, ao mesmo tempo, recusavam-na e propunham uma nova maneira de leitura do fenômeno literário nacional que alterariam o paradigma da historiografia literária brasileira. Até o início da década de 50 do século XX, além da *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, o país seria abastecido por outras narrativas históricas da literatura brasileira, as quais, embora com orientações teóricas e metodológicas diferentes, dariam continuidade no desejo de apresentar uma história da literatura brasileira, seguindo alguns dos critérios da historiografia tradicional, como, por exemplo, seriam: a *Pequena história da literatura brasileira* (1919), de Ronald Carvalho; a *História da literatura brasileira*

³⁸² COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1972, 9-10.

(1930), de Artur Mota; a *História da literatura brasileira* (1938), de Nelson Werneck Sodré; e a *História da literatura brasileira* (1954), de Antônio Soares Amora³⁸³.

Com certeza, Afrânio Coutinho foi o crítico brasileiro que encarou a “briga” de frente, tornando-se a figura mais emblemática na questão. Publicando *A literatura no Brasil* (1955-1968), ele proclama a crise do método histórico na tradição historiográfica literária e revela militantemente a necessidade de reformulação da metodologia das histórias literárias no país. Inspirado pelos estudiosos estrangeiros, principalmente por Van Tieghem e Wellek, Coutinho buscava uma metodologia específica à história literária no Brasil, que julgava ainda não ter, pois, segundo ele, até então, nossa produção historiográfica sustentava a tradicional metodologia historicista, como sendo modelo *absoluto* para o estudo do fenômeno literário do Brasil. De qualquer modo, Coutinho queria afirmar que havia uma uniformidade metodológica nos projetos historiográficos de literatura antes dessa tomada de consciência de avaliação estética de que ele seria o precursor. Recusando a tradição, o crítico ambicionava um tipo de história literária *estilística*:

que considera as obras em termos da tradição literária, no processo de desenvolvimento da própria literatura, como arte, em relativa independência de fundo de cena, ambiente ou autor, relacionando as obras com as outras do mesmo gênero ou do mesmo estilo, identificando períodos pela similitude de traços estilísticos, convenções estéticas, analisando os artifícios literários, os temas, os gêneros, as convenções, as técnicas, os elementos estruturais, os recursos lingüísticos, etc. É para êsse último tipo que se voltam as atenções dos que aspiram a uma história *literária* da literatura, próxima da estética e da lingüística.³⁸⁴

A literatura no Brasil, publicada em ciclos, entre 1955 e 1968, pretendia ser o novo modelo de história literária do país que os “revolucionários” do período ansiavam. Se deixou muito a desejar da proposta inicial, a obra se torna importante pelo questionamento e a tentativa de rompimento com a tradição historiográfica, pois visionava uma história

³⁸³ Foge aqui do propósito desse texto analisá-las como ainda não pertencentes à vertente das novas tentativas de mudanças historiográficas, deixando-as assim apenas como uma hipótese de estudo para uma pesquisa posterior.

³⁸⁴ COUTINHO, A. *Op. cit.*, p. 16.

estético-estilística, praticando uma análise divisória da literatura brasileira por meio de períodos estilísticos:

A solução está na historiografia literária que seja a descrição do processo evolutivo como integração dos estilos artísticos. As hesitações e os erros da periodologia corrigem-se com a adoção de tal sistemática.

É a que inspira a concepção e planejamento de *A Literatura no Brasil*. Suas divisões correspondem aos grandes estilos artísticos que tiveram representação no Brasil, desde os primeiros instantes em que homens aqui pensaram e sentiram, e deram forma estética a seus pensamentos e sentimentos.

Assim compreendia, a evolução das formas estéticas no Brasil corporificou-se nos seguintes estilos: Barroquismo, Neoclassicismo, Arcadismo, Romantismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Impressionismo, Modernismo.³⁸⁵

Mas como assevera João Alexandre Barbosa a

concepção da obra, obrigando a tratar a literatura segundo critérios artísticos, se, por um lado, teve a enorme vantagem de procurar aprendê-la através de pressupostos estético-estilísticos, afastando alguns preconceitos de muito assentados em nossa historiografia literária, como, por exemplo, a negação do Barroco ou a incompreensão com a escrita simbolista ou impressionista, nem sempre, por outro lado, é bem resolvida pelos inúmeros colaboradores, nem todos, é claro, afinados com tal concepção.³⁸⁶

A obra de Coutinho possui com certeza um valor diferencial em relação à trajetória do fazer *história literária* no país, uma vez que trouxe, pelo menos, uma reformulação do caráter historiográfico literário em voga e impulsionou outras tentativas de releituras da evolução literária nacional, as quais tentariam reformular o caráter da metodologia desse ramo historiografia. Por outro lado, torna-se perigoso afirmar, como Afrânio Coutinho, que em nosso passado historiográfico, até então, não houve preocupação em buscar uma nova maneira de abordagem do fenômeno literário. O que diríamos da concepção de literatura como arte de José Veríssimo ou “mesmo a noção esteticista e impressionista de uma

³⁸⁵ COUTINHO, A. *Op. cit.*, p. 33.

³⁸⁶ BARBOSA, João Alexandre. *Op. cit.*, 2003.

literatura luso-brasileira tal como era defendida por Antonio Soares Amora em sua *História da literatura brasileira*”³⁸⁷?

Sob influência ou mesmo reação à voga estruturalista de início do século XX, outras revoluções histórico-críticas foram feitas desse momento em diante, sendo de maior expressão, ainda por volta da década de 50, as iniciativas de Otto Maria Carpeaux e Antônio Candido que continuam a pertencer ao patamar dos modelos mais bem acabados do pensamento historiográfico da literatura brasileira, principalmente nas respectivas realizações *História da Literatura Universal* (1947) e *Formação da Literatura Brasileira* (1959). Vale dizer que seus apontamentos para a maneira de pensar a história da nossa literatura, mesmo que formados pelos fundamentos da nova crítica, apresentam uma (re)elaboração desses ideais críticos para dentro dos limites de nossa produção nacional, escapando do radicalismo excessivo na aplicação das influências estrangeiras como fez Afrânio Coutinho.

Embora não seja o objetivo analisar detalhadamente o posicionamento teórico e metodológico de Candido e Carpeaux, é importante fixar os componentes de suas formulações. Respeitando a individualidade de cada um, permite-se aqui fazer algumas aproximações entre ambos. Em suas obras, eles abordam o conceito da escrita da história da literatura pelos parâmetros textuais da literatura e suas singularidades o que leva Antonio Candido a declarar, no prefácio da 2ª. edição, que “o presente livro é sobretudo um estudo de obras; sua validade deve ser encarada em função do que traz ou deixa de trazer a este respeito” e, em seguida, completar que procurou “mostrar até que ponto a consideração dos fatores externos (legítima e, conforme o caso, indispensável) só vale quando submetida ao princípio básico de que a obra é uma entidade autônoma no que tem de especificamente seu. Esta precedência do estético, mesmo em estudos literários de orientação ou natureza histórica, leva a jamais considerar a obra como produto; mas permite analisar a sua função nos processos culturais.”³⁸⁸

A passagem elucida a defesa do predomínio estético-crítico na avaliação histórica da produção literária, porém associado ao discernimento quanto à contribuição de fatores

³⁸⁷ BARBOSA, João Alexandre. *Op. cit.*, 2003, p. 45.

³⁸⁸ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 2007, p. 17-18.

socioculturais na sua construção pelo forte vínculo que possui com as questões de literatura e sociedade. Tanto em Carpeaux quanto em Candido também há uma séria oposição aos valores do pensamento determinista em relação ao modo que submetia a literatura nos liames historiográficos, como foi a metodologia, por exemplo, de Silvio Romero. Por outro lado, se estabelece uma tensão para aquilo que se considera, como sugere Carpeaux, “o próprio ritmo dialético” do tempo histórico que “a literatura não deixará de refletir esse ritmo – refletir, mas não acompanhar”³⁸⁹, por isso “a inviabilidade”, segundo Antonio Candido, “da crítica determinista em geral, e mesmo da sociológica, em particular quando se erige em método exclusivo ou predominante.”³⁹⁰

Uma década depois, a autoridade da história literária que começava a ser questionada sofre ainda maiores e incisivas contestações que se fortalecerão nitidamente ao longo dos anos posteriores, sob estímulos de correntes filosóficas interdisciplinares que, ao mesmo tempo, baseiam-se em igual diretriz sobre o funcionamento discursivo da protagonista “linguagem” em sua mais diversa aplicação. O desprestígio alivia significativamente o fardo da história literária, advindo da disciplina historicista, de se manter ligada à narração de “eventos” e/ou “fatos” dentro dos limites da “verdade”, uma vez que cabia a ela investigar apenas a produção da linguagem literária – que chamamos literariedade - num espaço de tempo que também se relativiza. Essa possibilidade reconhece o estreito vínculo da disciplina com as construções lingüísticas e, em certo sentido, parece querer romper com as representações canônicas da literatura.

O pontapé inicial advém da Escola de Konstanz na Alemanha, representado pelo nome de Hans Robert Jauss que, na conferência “História da Literatura como provocação a Teoria Literária” - depois publicada em livro -, propõe uma nova maneira de se analisar a história de uma literatura, levando-se em conta agora a experiência estética do leitor e o aparato teórico da recepção do texto. O autor sugere como fator decisivo a ação do leitor que determinará a permanência de uma obra literária no decorrer do tempo histórico e, portanto, descartando a vigência totalitária da teoria marxista (literatura = retrato social) e da escola estruturalista (literatura = forma). É perceptível que Jauss se incomoda com a

³⁸⁹ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. vol. 1. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978, p. 35.

³⁹⁰ CANDIDO, A. *Op. cit.*, 2007, p. 18.

supervalorização da literatura como peça meramente direcionada a mãos especializadas da filologia ou dos historiadores, posto que, primeiro de tudo, ela é uma arte destinada ao público leitor em geral que busca a fruição estética. Esse determinante explicará o “caráter artístico de uma obra literária” e a sua permanência no tempo, fundamentando os novos parâmetros para a escrita da história da literatura:

A maneira pela qual uma obra literária, no momento histórico de sua aparição, atende, supera, decepciona ou contraria as expectativas de seu público inicial oferece-nos claramente um critério para a determinação de seu valor estético. A distância entre o horizonte de expectativa e a obra, entre o já conhecido da experiência estética anterior e a “mudança de horizonte” exigida pela acolhida à nova obra, determina, do ponto de vista da estética da recepção, o caráter artístico de uma obra literária.³⁹¹

Portanto,

Considerando-se que, tanto em seu caráter artístico quanto em sua historicidade, a obra literária é condicionada primordialmente pela relação dialógica entre literatura e leitor – relação esta que pode ser entendida tanto como aquela da comunicação (informação) com o receptor quanto como uma relação de pergunta e resposta -, há de ser possível, no âmbito de uma história da literatura, embasar nessa mesma relação o nexo entre as obras literárias. E isso porque a relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas. A implicação estética reside no fato de já a recepção primária de uma obra pelo leitor encenar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas. A implicação histórica manifesta-se na possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra e tornando visível sua qualidade estética.³⁹²

Trazendo o leitor à tona, como uma das possibilidades da escrita da “nova” história literária, Hans Robert Jauss esforça-se para instaurar uma prática historiográfica que independe da perspectiva linear da história, mas, segundo Paulo Franchetti, “concebida

³⁹¹ JAUSS, Hans Robert. *Op. cit.*, 1994, p. 31.

³⁹² JAUSS, Hans Robert. *Op. cit.*, 1994, p. 23.

como narrativa da fusão dos vários e sucessivos horizontes de expectativa.”³⁹³ Essa multiplicidade corresponde ao que Haroldo de Campos, ainda motivado pelo pretensão jakobsoniana, defendeu em “Por uma poética sincrônica”, cuja “função tem um caráter eminentemente crítico e retificador sobre as coisas julgadas da poética histórica” a qual se contrapõe ao “processo fatual que é a evolução literária assim vista, um evento sociológico ou de significação meramente documentária pode assumir maior importância que uma ocorrência caracterizadamente estética.”³⁹⁴

Com a reflexão de Jauss e Haroldo de Campos, possibilitam-se trazer mais claramente duas questões para se entender as novas vertentes de narração histórico-literária dos noventa: 1) o rompimento com a perspectiva totalitarista do historicismo reconstrói os cânones literários; 2) a disciplina “história da literatura” tenta se particularizar diante do conjunto das ciências do conhecimento. A mudança de foco histórico-analítico, com a concepção, por exemplo, da poética sincrônica e a estética da recepção, flexibiliza-se a atuação das histórias literárias, tornando-as mais particulares e múltiplas no trabalho com material literário historicizado.

No caso dos cânones, pode-se lembrar daquilo que Franco Moretti expôs, meio século após Jauss, em “The slaughterhouse of literature”³⁹⁵ para repensar a formação do cânone literário. Moretti acredita que os leitores podem ser considerados como uma das principais peças na constituição do quadro canônico de uma determinada literatura, pois eles condicionam o funcionamento de transmissão do sistema literário, a partir de suas escolhas de leitura. E as histórias literárias espelharão tal movimentação do sistema.

Ademais, os elementos canonizados se renovam ainda mais se se considerar a aplicação dos novos olhares analíticos da literatura que revertem o campo das histórias literárias, apostando na construção de um quadro não-canônico dos “marginalizados” e “esquecidos” da história da literatura, por questões justificáveis pela mudança conceitual de literatura – a literariedade - e a forte influência dos estudos culturais, como sugere a atuação de David Perkins em *Is Literary History Possible?* de 1992. Num apanhado geral, Paulo Franchetti sintetiza que Perkins “detectou uma renovação do interesse pela historiografia

³⁹³ FRANCHETTI, Paulo. *Op. cit.*, 2008.

³⁹⁴ CAMPOS, Haroldo. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969, p. 206-207.

³⁹⁵ In: *Modern Language Quarterly*, spring 2000.

literária, principalmente no campo das histórias não canônicas, como as ligadas à afirmação dos estudos de gênero, etnia, etc.” e, numa previsão pessimista, “esmiuçando as contingências e contradições das formas do discurso da história literária, defendia a tese de que nenhuma história literária pode ter a ilusão de representar um entendimento objetivo do passado.”³⁹⁶ Nesse aspecto, faz sentido o que Michel Certeau, em *A escrita da história*, visualiza como “um fenômeno estranho na historiografia contemporânea”:

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula *em torno* das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas.³⁹⁷

Mais uma vez, depara-se com a flexibilização nas tentativas de historização da história da literatura dentro desse movimento dialético da constituição da historiografia literária, sob os domínios das correntes do pensamento histórico. É claro que se deve levar em conta que, com a amplidão e heterogeneidade do material literário, os diversos pontos de vista que ele pode ser analisado e preocupação do historiador pelas margens e os silenciados – descartando a centralidade canônica histórica -, o fardo do historiador diminui razoavelmente, uma vez que seu trabalho torna-se parte de um fenômeno maior, e, por assim dizer, ocasiona uma reviravolta na escrita da história da literatura enquanto produtora de sentido. Para Perkins, uma narrativa histórico-literária exerce outras funções que vai além do mero condicionamento absoluto dos tempos passado, presente e futuro, como, por exemplo, quando se pensa no poder estimulante de leitura e conhecimento literário que produz. Torna-se grandiosamente interessante tentar ampliar os modos de perceber as múltiplas manifestações de literatura em todos os graus possíveis e imagináveis do que se restringir a uma única possibilidade de sistematização de um universo literário bastante amplo:

³⁹⁶ FRANCHETTI, Paulo. *Op. cit.*, s/d.

³⁹⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. (trad. Maria de Lourdes Menezes) 2^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 87.

Moreover, a literary history views a work as part of group of works, within a narrative that may contain many works and systems of them. Often the many works discussed are radically diverse, yet in most cases the literary historian views them more or less impartially. For these reasons, literary history tends to prevent us from strongly identifying with any single work. (...)

And there are many works – whole periods – that we could not and would not read without the mediation of literary history. Thus, to learn to read with the perspective of literary history is like growing up. We encounter a wider, more diverse world of books, expressing mentalities that challenge us by their difference.³⁹⁸

Nessa perspectiva contemporânea, é também interessante mencionar, por exemplo, os debates montados pelo grupo de teóricos alemães que, participando de um espírito crítico, surgido na Alemanha ao longo da década de 1980, cuja diretriz era retomar a discussão sobre a história da literatura, acaba por divulgar importantes trabalhos que “orientam a percepção atual dos problemas envolvidos na escrita da história de literatura”³⁹⁹. Ou, pelos membros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, incluindo pesquisadores de diferentes instituições de ensino, como Eduardo Coutinho, Heidrun Krieger Olinto, Hugo Achugar, José Luís Jobim, Roberto Acízelo, Maria Helena Rouanet, etc.; Ou, por fim, pelos latino-americanos da Associação Internacional de Literatura Comparada, os quais trazem uma proposta nova em relação à constituição de uma história literária latino-americana que, levando-se em conta as suas atuais reflexões historiográficas, pudesse vislumbrar o campo da literatura da América Latina “como constituyendo una región de significaciones históricas y culturales comunes, así como la articulación de lo heterogéneo en una estructura global que ha ido integrando históricamente áreas (...).” E, sob o comando de Ana Pizarro como condutora dessa discussão, organizou-se o reconhecido livro *América Latina: palabra, literatura e cultura* em 1994, com três volumes de ensaios que “abordam un conjunto de temas y problemas de carácter historiográfico de importancia relevante para nuestros estudios. Es decir, sin llegar

³⁹⁸ PERKINS, David. *Is literary history possible?* Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1992, p. 184.

³⁹⁹ OLINTO, Heidrun Krieger (org). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, p. 7.

a constituir un tratamiento global de todos los temas a lo largo de los períodos tratados, cubren âmbitos significativos.”⁴⁰⁰

Esse apanhado dos discursos desses escritores com suas respectivas tentativas de reformulação historiográfica nos interessam por alguns motivos bastante substanciais: para se elaborar e reivindicar outros conceitos de historização tanto da história propriamente dita quanto da história literária, os teóricos e historiadores (da literatura) precisaram se voltar para o período questionado com intuito de poder reavaliar esses modelos tradicionais da teoria da história e prosseguir com enfoques diferenciados que ofereceriam uma base a nova historiografia e, nesse sentido, acabaram oferecendo outras possibilidades de abordagem epistemológicas, metateóricas e metodológicas da consciência e prática historiográfica oitocentista de origem. Nesse sentido, essas leituras nos permitem encarar as narrativas históricas a partir de outros horizontes de análise e interpretação textuais e, o que é mais interessante, fazem com que enxergamos aspectos que, até então, foram desconsiderados pela crítica historiográfica. De fato, elas podem ser percebidas de maneiras diversas, de acordo com suas especificidades narrativas, deixando-se de lado o tratamento padronizado que tende apenas a generalizações e encaixes teóricos sem fundamentação alguma. A história das histórias literárias no Brasil, por exemplo, não deve ser contada de maneira simplificada e genérica como aconteceu até o momento, já que ela se constituiu com determinadas especificidades e sua representação narrativa dentro dos limites historiográficos envolvendo vários poderes institucionais a insere num quadro bastante específico e a entendendo pode lançar luzes a muitos traços obscuros de nosso pensamento historiográfico e cultural.

⁴⁰⁰ PIZARRO, Ana (org.) *Op. cit.*, 1994, vol. 2, p. 15.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

A. BIBLIOGRAFIA DE CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO:

Carmes religiosos: dedicados ao ex.mo. e rev.mo D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, 1850.

Melodias campestres: dedicadas à Ill.ma Sr^a. D. Gabriela Celestina de Torres Quintella. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, 1851.

Apontamentos religiosos: dedicados ao Ill.mo e ex.mo sr. Conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & C. Navarro, 1854.

Catecismo da Doutrina Cristã: para uso dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, 1855. (3^a. ed., 1862; 7^a. ed., 1870; 12^a. ed., 1898)

Episódios da história pátria: contados à infância. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Cia, 1859. (2^aed., 1861; 3^aed., 1864; 4^aed., 1866; 5^aed., 1869; 6^aed., 1870; 7^aed., 1871; 8^aed., 1873; 9^aed., 1875; 11^aed., 1887)

Luiz do Rego e a posteridade: estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana em 1817. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1861.

Curso elementar de literatura nacional. Rio de Janeiro: Livraria H. Garnier, 1862. (2^aed., 1883; 3^aed., INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978)

História sagrada ilustrada: para o uso da infância, seguida de um apêndice, contendo: 1^o., a relação analítica dos livros do antigo e novo testamento; 2^o., uma tabela cronológica dos principais acontecimentos; 3^o., um vocabulário geográfico explicativo. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1863. (2^a. ed.; 1868; 3^a ed., 1870; 6^aed., 1879; pelo que informa Blake havia já 11^a. ed.)

Bosquejo biográfico do Exm. e Revm. Sr. Bispo Conde de Irajá. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1863, 60 p.

Meandro poético: coordenado e enriquecido com esboços biográficos e numerosas notas históricas mitológicas e geográficas pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier; Paris: Garnier Irmãos, 1864.

Gramática da infância: dedicada aos srs. Professores d'Instrução Primária pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. (8^a ed., 1880; 18^aed., s/d)

Resumo da história contemporânea desde 1815 até 1865: por um professor. Paris: B. L. Garnier, 1866.

Manual do pároco. Paris: B. L. Garnier, 1867.

Lições elementares de geografia: segundo o método de Gaultier por Estácio de Sá e Menezes. Paris: B. L. Garnier, 1869. (5ª. ed., 1902)

História do Brasil: contada aos meninos por Estácio de Sá e Menezes. Paris: B. L. Garnier, 1870. (2ª. ed., 1875; 3ª. ed., 1880; 4ª. ed., 1889; 10ª. ed., s/d)

Gramática teórica e prática da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Typ. de F. Alves de Sousa, 1870. (2ª. ed., s/d)

Postilas de retórica e poética: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. (3ª. ed., 1885; 4ª. ed., 1901)

O conselheiro Dr. Cláudio Luiz da Costa: esboço biográfico lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 5 de Maio de 1871, pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Imp. da Pinheiro & C.^a, 1871.

Catecismo constitucional: por Demophilo. Rio de Janeiro, 1873.

Resumo de história literária: pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

Estudos históricos: pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. (2ª. ed., 1980)

“Educação e ilustração: estudo moral”. *Revista Popular*: Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859.

“Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil.” In: OTTONI, José Eloy. *Job*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense F. Manoel Ferreira, 1852.

“Boletim Bibliográfico: Compêndio da História da Idade Média pelo Sr. J. B. Calogeras”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul/set. 1859.

“Boletim Bibliográfico: Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Joaquim Manoel de Macedo”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./marc. 1861.

“Resenha Filosófica”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. IV, out./dez. 1859.

Parecer In: HONORATO, Manuel da Costa. *Sinopses de eloquência e poética:* acompanhadas de algumas noções de crítica literária extraídas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira. Rio de Janeiro: Typ. Americana de Eduardo Augusto de Oliveira, 1870.

B. BIBLIOGRAFIA DE FERDINAND WOLF

Beuträge zur Geschichte der Kastilischen Nationalliteratur. Viena, 1832.

Ueber die neusten Leistungen der Französen für die Heransgabe ihrer NationalHeldengedichte. Viena: 1833.

Über altfranzösische Romanzen und Hofpoesie. Viena, 1834

Floresta de rimas modernas castelhanas. Paris: 1837.

Kritische Benträge zur Anglo-Norman dischen Geschichte. Viena, 1837.

Französische Philologie. 1839.

Ueber die Laís, Sequenze und Leiche. Heidelberg: Akademische VerlagsBuchhandlung von C. F. Winter, 1841.

Ueber Romanzpoesie der Spanier. Viena: C. Gerold, 1847.

Ueber eine Sammling spanischer Romanzen in fliegenden Blättern auf der Universitat sbibliothek zu Prag. Viena, 1850.

Geschichte der Spanischen Literatur, de Ticknor, Leipzig: 1852 – notas e retificações a esta tradução alemã.

Proben portugiesischer und catalanischer Volksromanzen: mit einer literarhistorischen Einleitung über die Volkspoesie in Portugal und Catalonien. W. Braumüller, 1856.

Primavera y flor de Romances. Berlim, 1856.

Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur de 1859 (a *História da literatura da Espanha e de Portugal*, traduzida por Menéndez y Pelayo por volta de 1896)

Beiträge zur spanischen Volkspoesie aus den Werken Fernan Caballero's. K. Viena: Gerald's Sohn, 1859.

Le Roman de Renart le Contrefait. Viena: Gerold in Comm., 1861.

Le Brésil Littéraire: histoire de la littérature brésilienne suivie d'un choix de morceaux tires dès meilleurs auteurs bésiliens. Berlin: A. Asher & Co (Albert Cohn & D. Collin), 1863.

Jahrbuch Fur Romanische Und Englische Literatur. (participação com Adolf Ebert) Leipzig: P. A. Brockhaus, 1865. (2 ed. BiblioBazaar, LLC, 2009)

Die Saga von Bruder Rausch. Viena: 1895.

Jehrbücher der Literatur (s/d)

O Brasil Literário. (Tradução de Jamil Almansur Haddad) Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955.

O Brasil Literário – história da literatura brasileira - excertos (Tradução de Guilhermino Cesar) In: *Historiadores e críticos do Romantismo* – 1. a contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978, p. 141-180.

C. BIBLIOGRAFIA DE FRANCISCO SOTERO DOS REIS:

Postilas de gramática geral, aplicada à língua Portuguesa pela análise dos clássicos. São Luís do Maranhão: Belarmino de Matos, 1863.

Gramática Portuguesa, acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática. São Luís do Maranhão: Belarmino de Matos, 1866.

A casca da caneleira. São Luís do Maranhão, 1866.

Curso de literatura portuguesa e brasileira. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 5 vol., 1866-1873.

Os Comentários de Caio Julio Cesar: traduzidos em português. São Luis: Typ. de B. de Mattos, 1863.

Abaixo-assinado aos Srs. Vereadores da Câmara Municipal, pedindo ajuda para a construção de um monumento que perpetuaria a memória de Gonçalves Dias. Maranhão: 9/11/1864. 1 Folha Impressa.

Curso de literatura romana: Lucrécio. 5ª. Lição. 1852. 1 caderno manuscrito. (todo danificado)

Introdução ao curso de literatura romana. 1ª, 2ª. e 4ª. Lição, 1862. 3 cadernos manuscritos. (todos danificados e ilegíveis)

Curso de literatura romana: Horácio. 13ª. a 15ª. Lição. 1862. 3 cadernos manuscritos. (todos danificados e ilegíveis)

Curso de literatura romana: Virgílio. 6ª. a 12ª. Lição. 1862. 6 cadernos manuscritos. (todos danificados e ilegíveis)

Curso de literatura romana: Ovídio. 16ª. a 20ª. Lição. 1862. 5 cadernos manuscritos. (todos danificados e ilegíveis)

BIBLIOGRAFIA CRÍTICA SOBRE OS AUTORES:

A. CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO:

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira: séculos XVI–XX*. São Paulo: Saraiva, 1958.

ARARIPE JÚNIOR. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo: Edusp, 1978.

ASSIS, Machado. *Chronicas: (1864-1867)*. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: W. M. Jackson, v. 2, 1938, p. 248 e 262-263.

BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária ou O cânone na história da literatura brasileira. In: *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BARBOSA, Sônia Monnerat. Comparação e legitimação no *Curso de literatura nacional* de Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, nº 2, p. 321-329, junho, 2001.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 4v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.107-113.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 1993.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BITTENCOURT, Feijó. A biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 127-151.

BRITO, Lemos. Cônego Fernandes Pinheiro. *Vanguarda*, 16 nov. 1953.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Lingüística e Línguas Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972, 128 f.

BRAGA, Osvaldo Melo. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro: ensaio bibliográfico. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 232-277.

CANDIDO, Antônio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 8a. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1949.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade*. São Paulo: EdUSP, 1999.

CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

CHAVES. Vânia Pinheiro. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 6^a. ed. São Paulo: Editora Global, v. III, 2002

_____. *A Tradição Afortunada (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.

_____. *Introdução à literatura no Brasil*. 7^a. ed. Rio de Janeiro: EDLE, 1959.

COSTA, Nelson. Cônego Fernandes Pinheiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 fev. 1955.

FILHO, M. Paulo. Livros da semana: outras reivindicações a favor do cônego Fernandes Pinheiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 dez. 1956.

JULIO, Sílvio. O cônego Fernandes Pinheiro e a historiografia do Brasil. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.

LACERDA, Virgínia Cortes. Reivindicações críticas em torno da obra do cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 216-224.

LACOMBE, Américo Jacobina. O cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1956. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 151-153.)

LAET, Carlos de. Ensino oficial da literatura. *O Jornal*, 17 nov. 1927.

_____. Microcosmo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1883.

LAJOLO, Maria. O cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do Visconde, vai à escola. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 2 (1), jun. de 1995, p.39-49.

LAJOLO, Marisa et. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

LEÃO, Múcio. O cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Brasil*. 27 fev. 1954.

LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

- LIMA, Raul. Cônego Fernandes Pinheiro. *Diário de Notícias*. 6 dez. 1953.
- LIMA, Ronaldo. Idéias, livros e notícias: esboço bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro. *O Imparcial*. Curitiba, 1954.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- MAUL, Carlos. O pai da nossa historiografia literária. (carta aberta a Mário Portugal Fernandes Pinheiro). *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, maio-jun. 1957.
- MEDEIROS, Maurício de. Da crítica literária e seus cultores. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, t. especial, p. V, 1914, p. 729-730.
- MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Campinas: IEL/UNICAMP/SP, 2006
- _____. As histórias literárias do Cônego Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro. *Terra Roxa e Outras Terras: revista de estudos literários*. Vol. 9 (2007) http://www.uel.br/pos/letras/terraroixa/g_pdf/vol9/9_6.pdf. Acesso em 12/06/2008.
- _____. Um cônego no império das letras. *A.L. Jornal Eletrônico*, v. 3, p. 04, 2007.
- _____. Um estrangeiro, dois brasileiros e três histórias literárias no Império. *Revista SETA* 2006. <http://www.iel.unicamp.br/publicacoes/revistasonline.php> Instituto de Estudos da Linguagem – Iel/Unicamp.
- _____. Vida Literária Romântica: sobre o Cônego Fernandes Pinheiro In: *CDROM - Anais do X Encontro Regional da ABRALIC 2005*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, v.10, p. 1-9.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livro técnicos e científicos, 2 ed. Ver. aumentada e atualizada, 1978.
- MONTEIRO, Mozart. Cronista-mor do Império. *O Jornal*. 24 out. 1954. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 154-157.)
- MOREIRA, Maria Eunice et ZILBERMAN, Regina (orgs). Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro: introdução. In: _____. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 321-325.
- MOTTA, Arthur. *História da literatura brasileira: época de formação (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora Nacional, 1930.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: Romantismo (1836-1881)*. São Paulo: Cultrix, v. II, 1984.

_____. et PAES, José Paulo. (org.) *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967, p.195-196.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prosa de Ficção: de 1870 a 1920. In: LINS, Álvaro. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Editora José Olympio, 1950.

PINHEIRO, M. Portugal Fernandes. *A exatidão e a pesquisa literária*. Rio de Janeiro, 1957.

_____. *Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

_____. Apresentação. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. 3ª. ed. *Curso de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília:INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978.

_____. Introdução. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Estudos históricos: acrescidos de estudos avulsos e Brasileiros Célebres*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília:INL/Ministério da Educação e Cultura.

_____. Esboço biobibliográfico sobre o cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 217, outubro-dezembro, 1952, p. 109-130.

_____. As Lições de Ventura Boscoli. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 mar. 1955.

_____. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e o homicídio de Santos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 7 out. 1956.

_____. O Cônego Fernandes Pinheiro e a historiografia nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 29 set. 1956.

RAZZINI, Márcia. Um compadre do Brasil no século XIX. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 125-127.

RIBEIRO, Joaquim. As antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 100-115.

_____. A contribuição cultural do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.

_____. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a historiografia do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 116-126.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. (org. e pref. por Nelson Romero) Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

SERPA, Phocion. Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 26/27 nov. 1956.

_____. Os versos do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13 fev. 1955. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 225-231.)

SILVA, Inocêncio Francisco. Cônego Fernandes Pinheiro. *Diário Ilustrado*, no. 633, 13 jun. 1874.

SILVA, Inocêncio Francisco. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 12, 1884, p. 27-28; (2ª. ed., t. IV, 19).

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Cônego Fernandes Pinheiro. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 3 fev. 1957.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Retrato a lápis – Fernandes Pinheiro. *O Kaleidoscópio*. São Paulo: Instituto Acadêmico Paulistano, nº. 22, 1 de set. 1860.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O Cônego Fernandes Pinheiro e o Judeu. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1955. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 149-173.)

SOBRINHO, Jorge Chaloupe. Cônego Fernandes Pinheiro. *Diário Trabalhista*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1958.

_____. Reedições necessárias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 3ª. ed. (integralmente refundida) Rio de Janeiro: José Olympio, 1960

SOUZA, Margarete Edul Prado de. Fernandes Pinheiro e as relações Franca-Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 129-133.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

_____. “Introdução”. In: PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Episódios da história pátria. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t.V, jan./mar. 1860, p. 57-58.

_____. Parecer a respeito do *Curso elementar de literatura nacional*. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t.XVI, out./dez. 1862, p. 301-303.

_____. *Literatura Brasileira*. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t.XVI, out./dez. de 1862.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

TRIPOLI, Maílde Jerônimo. O caminho das pedras: passos iniciais de uma pesquisa historiográfica. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 117-123.

_____. *et alii*. Um fragmento de diálogo nos bastidores da história: Ferdinand Denis & Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 109-115.

THOMAZ, Joaquim. Três estudos do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17 jul. 1954. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 174-190.)

_____. Referências ao Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 out. 1953.

VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VIEIRA, Celso. Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876). *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 9 jan. 1955. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 191-195.)

VILLANOVA, José Gonçalves. Importância e influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 8 jan. 1956. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 196-215.)

ZALUAR, Augusto Emílio. Estudos Literários: II *Curso de Literatura Nacional* pelo Sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun., p. 179-182.

B. FERDINAND WOLF:

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira: séculos XVI–XX*. São Paulo: Saraiva, 1958.

BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária ou O cânone na história da literatura brasileira. In: *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CESAR, Guilhermino. Ferdinand Wolf. In: *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição europeia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972, p. 137-140.

HADDAD, Jamil Almansur. Ferdinand Wolf e a Aurora do Romantismo Nacional. In: WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário*. (Tradução de Jamil Almansur Haddad) Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955, p. VI-XIX.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Vol. I Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5. 1969.

MELO, Carlos Augusto de. A história da literatura brasileira "vista de fora": a contribuição do estrangeiro Ferdinand Wolf (1796-1866). *Revista Ipotesi* (UFJF), v. 12, p. 75-87, 2008.

_____. Um estrangeiro, dois brasileiros e três histórias literárias no Império. *Revista SETA* 2006. <http://www.iel.unicamp.br/publicacoes/revistasonline.php> Instituto de Estudos da Linguagem – Iel/Unicamp.

PERIÉ, Eduardo. *A Literatura Brasileira nos Tempos Coloniais*. Buenos Aires: Eduardo Perié, 1885.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. “Ferdinand Wolf : a Europa e a bela literatura do Brasil”. *Mimeo*, p. 1-10.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

C. SOTERO DOS REIS E O MARANHÃO:

ABRANCHES, Dunshee. *O Cativoiro*. 2 ed. São Luís: ALUMAR, 1992.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *A educação do “bello sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado) São Luis: 2002.

BARBOSA, Jeronymo Soares: *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios de Grammatica Geral Applicados à nossa Lingoagem*. 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda, 1988.

BERREDO, Augusto César de. *Parnaso maranhense*. São Luís: Tipografia Progresso, 1861.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e educação no Maranhão: 1834-1889*. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDEIRA, José de Ribamar C. *O maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: Ed. AML, SIOGE, s/d.

CONDURÚ, F. B. de O. *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*. 13.ed. São Luis: MA, 1988.

DIAS, Gonçalves. *Últimos cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1951, p. 134-136. Acesso em <http://books.google.com.br/> (original da Harvad University e digitalizado em 27/09/2007)

FARIA, Maria Alice de Oliveira. A narrativa nos livros didáticos. *Revista de Letras*. São Paulo: Editora da UNESP, 1982, p. 5-19.

FARIA, Regina Helena Martins de. Repensando a pobreza do Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. vol. 1, nº. 1, São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências Humanas, 2003.

FRIAS, José Maria Correia de. *Memória sobre a tipografia maranhense: apresentada à Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão em 1866 e exposta como prova tipográfica pelo tipógrafo....* 3ª. ed. (1ª. ed. em São Luís, 1886), São Paulo. 2001.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações maranhenses: 1822-1929*. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.

GAYOZO, Raymundo Jozé de Souza. *Compendio historico-politico dos princípios da lavoura do Maranhão*. Pariz: Officina de P.-N. Rougeron, 1818 (reedição fac-símile da SUDEMA; Livros de Mundo Inteiro: Guanabara, 1970).

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A educação na Baixada Maranhense: 1828-1889*. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1983.

LEAL, Antonio Henriques. *Patheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, t. I., p. 65-94.

LEAL, Pedro Nunes. *Diccionario manual homophonológico*: contendo a significação e prosódia. São Luís, s/d.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*. Editora Alhambra: Brasília, s/d.

_____. *Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*. 2 vols. Editora Alhambra: Brasília, s/d.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão: desde 1839 até 1840*. 6ª. edição. Notas de Antônio Henriques Leal. São Paulo: Siciliano, 2001.

MALARD, Letícia. Aulas de literatura brasileira no século XIX. *Ipotesi*: revista de Estudos Literários. Juiz de Fora, vol. 1, nº. 2.

MARANHÃO. *Coleção de Leis e Resoluções da Província do Maranhão*. São Luís: Tipografia José Matias, 1865-1866.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia de Frias, 1870.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Vol. I Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5. 1969.

MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. São Luís: SIOGE, Secretaria da Cultura, 1960.

MEIRELES, Mário Martins. *Dez estudos históricos*. São Luís: Alumar, 1999.

MELO, Carlos Augusto de. Um estrangeiro, dois brasileiros e três histórias literárias no Império. *Revista SETA* 2006. <http://www.iel.unicamp.br/publicacoes/revistasonline.php>
Instituto de Estudos da Linguagem – Iel/Unicamp.

MORAIS, Clóvis *Terra Timbira*. Brasília, 1980.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense*. 2ª. ed. São Luís: SIOGE, 1977.

MONTELO, Josué. *Os tambores de São Luís*. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense*. 2ª. ed. São Luís: SIOGE, 1977, p. 95-99.

SERRA, Joaquim (Ignotus) *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

SILVA, M. Nogueira da. *Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007

_____. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. 2 ed. Maranhão, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo. *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VALLE, Ferreira. Maranhão. *O Progresso*, n. 44, 1850.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

_____. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ABL)/FAPESP, 2003.

ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Op. cit.*, 2003, p. 35-60.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. (trad. José Paulo Paes) São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*, tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Atíca, 1989.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova Reunião*. 4º. v. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1983.

AZEVEDO, Álvares de. Literatura e civilização em Portugal: duas palavras. In: _____. *Obras Completas*. Vol. 2 São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

BALDENSBERGER, Fernand. *La Critique et l'Histoire Litteraires em France*. Bretanos's: s/d.

BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária ou O cânone na história da literatura brasileira. In: *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003.

_____. Ensaio de historiografia literária brasileira. In: *OPUS 60: ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 1839, 1(1), p. 9-18.

BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 1993.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Linguística e Línguas Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972.

BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In: *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAIRO, Luis Roberto Velloso. *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A consciência híbrida: “História. Ficção. Literatura”, de Luiz Costa Lima. *Fênix: revista de história e estudos culturais*. vol. 3, ano III, nº.3, julho-setembro 2006. www.revistafenix.pro.br.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: AMADO, Janaína et FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da história oral*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 139-147.

CAMPOS, Haroldo. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971, p. 335.

_____. *O método crítico de Sílvia Romero*. São Paulo: EdUSP, 1988.

_____. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. São Paulo. 24 (9) setembro de 1972.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. vol. 1. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. (tb Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959)

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. (trad. Marina Appenzeller) São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELO, José Aderaldo. Os pródomos do Romantismo. In: COUTINHO, Afrânio (org.) *A literatura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Global, vol. 3, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. (trad. Maria de Lourdes Menezes) 2^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CESAR, Guilhermino. (org.) *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972.

COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega*. Porto: Figueirinhas, 1960.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. (trad. de Alberto Freire) Lisboa: Editorial Presença, 1970.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Editora Distribuidora de Livros Escolares, 1972.

COSTA, Emília Viotti da. Urbanização no Brasil no século XIX. In:_____. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 233-269.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica: Grega, Latina e Portuguesa para Uso das Escolas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1852.

FLEIUSS, Max. *L'Institut Historique et Geographique du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. *Semear* Disponível em http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_18.html. Acesso em 27 de junho de 2008.

_____. O cânone em língua portuguesa - algumas reflexões sobre o ensino da literatura brasileira e portuguesa no Brasil. O cânone em língua portuguesa - algumas reflexões sobre o ensino da literatura brasileira e portuguesa no Brasil. *Voz Lusíada* (São Paulo), v. 1, n. 18, p. 71-78, 2002. Disponível em: http://www.germinaliteratura.com.br/enc1_pfranchetti_ago06.htm. Acesso em 10 julho 2008.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. (trad. de Javier Setó) Madrid/Buenos Aires: Alianza Editorial, s/d.

GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP/FFLCH, 1994.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista de Estudos Históricos*, n.1, 1988.

- HAIDAR, Maria de L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.
- HOBBSAWN, Eric. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. (trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1978, vol. 4.
- HOUAISS, Antonio et VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- JOBIM, José Luís. Notas sobre a teoria romântica da história. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira) Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC/RIO, 2006.
- KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: EdUnb, 1997.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca /New York: Cornell University Press, 1983.
- LAJOLO, Marisa. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, Leticia et alli. *História da literatura: ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. (trad. Bernardo Leitão et al.) 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Uma fortuna problemática: a história da literatura no Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS: Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. 12, nº. 1, out. de 2006.
- LUCAS, Fábio. Literatura e história: história da literatura. *Revista de Letras*. São Paulo: Editora da UNESP, 1982, p. 83-98.
- MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina et MOREIRA, Maria Eunice. (org.) *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 5 (2), agosto de 1999.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Vol. I Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista*. 2003, Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas/SP.

MARTIUS, C. F. V. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, VI, 1844, p. 399-406.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MIRANDA, José Américo. Introdução. In: SOUSA E SILVA, Joaquim Noberto. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1997.

MYERS, Jorge. Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas: literatura romântica y proyecto social, 1830-1870. In PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*. vol. 2. São Paulo/Campinas: Memorial/Editora da Unicamp, 1994.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: subsídios para a história da Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1936.

MOISÉS, Massaud et PAES, José Paulo. *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira: biográfico, crítico e bibliográfico*. São Paulo: Cultrix, 1967.

MORETTI, Franco. The slaughterhouse of literature. In: *Modern Language Quarterly*, spring 2000.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 1989, 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

_____. Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias – a contribuição de Joaquim Noberto. In: ZILBERMAN, Regina *et al.* *As Pedras e o Arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. (trad. Celso Nogueira) São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLINTO, Heidrun Krieger (org). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

PERKINS, David. *Is literary history possible?* Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

- PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*. vol. 2. São Paulo/Campinas: Memorial/Editora da Unicamp, 1994.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.
- SALIBA, Elias Tomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- SMITH, Anthony D. *Nacionalismo: teoría, ideología, historia*. (Trad. Olaf Bernárdez Cabello) Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1992.
- _____. Dos Parnasos e Florilégios aos ensaios de história literária: itinerários românticos. *História*, São Paulo, v. 16, 1997, p. 157-172.
- SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989.
- SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.
- _____. A idéia de história da literatura: constituição e crises. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- STEPHAN, Beatriz González. *La historiografía literaria del liberalismo hispano-americano del siglo XIX*. Havana: Casa de las Américas, 1987.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. (trad. Antônio José da Silva Moreira) Lisboa: Edições 70, 1983.
- VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- WELLEK, R. et WARREN, A. *Teoria da literatura* (trad. José Palla e Carmo) Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.
- WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/Niterói: UFF, 1994.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. (trad. José Laurênio de Melo) 2ª. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

ZILBERNMAN, Regina. No começo, a leitura. *Aberto*. Brasília. Ano 16, n. 69, jan./marc. 1996.

A N E X O S

INTRODUÇÃO

Nesta parte, apresentamos ao leitor uma coletânea de excertos das histórias literárias do Cônego Fernandes Pinheiro, Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis. O intuito foi de oferecer ao leitor uma idéia do conteúdo dessas narrativas, tornando-as, assim, mais conhecidas e acessíveis para consulta. Essa coletânea é resultado de alguns anos dedicados ao trabalho exaustivo de levantamento, atualização ortográfica e organização dos textos que começou na pesquisa de iniciação científica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Assis, e teve sua continuidade no Mestrado e Doutorado, desenvolvidos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação do Prof. Dr. Francisco Foot Hardman. Os critérios de transcrição e atualização da escrita que nortearam a confecção desse trabalho foram:

- 1- A atualização só foi feita das formas de algumas palavras que, hoje, ou encontram-se em desuso ou não são mais registradas porque passaram pelo processo evolutivo da língua, como, por exemplo, “mor” no lugar de “maior”, “dous” por “dois”, “cousa” por “coisa”, “litteratura” por “literatura”, “biographia” por “biografia”, etc;
- 2- Conservaram-se, portanto, a estruturação frasal dos textos e a pontuação escolhida pelo autor, para conservar o estilo do escritor;
- 3- Aplicou-se a regra de acentuação atual para a indicação de crase, mesmo naqueles casos em que não era marcado no texto;
- 4- Todos os grifos em itálico e/ou negrito foram grafados da mesma forma;
- 5- Os erros gráficos foram corrigidos, como, por exemplo, “peesia” por “poeisa”;
- 6- Os desvios da norma culta foram mantidos;
- 7- Os nomes e os trechos em língua estrangeira tiveram sua forma oitocentista conservada;
- 8- Todas as notas de página foram registradas por número, seguindo à numeração contínua da Tese de Doutorado;

ANEXO 1: “Ao Leitor”. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

AO LEITOR

Quando em 1857 fomos nomeado professor de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio de Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à última parte do nosso curso. Para preencher esse vazio tomamos sobre os nossos débeis ombros uma empresa que a outros melhor caberia; e o resultado é o que ora apresentamos ao público.

Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho; é de supor que tenha defeitos, originados uns da nossa insuficiência, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em atenção à multiplicidade de matérias que estudam os alunos do sétimo ano do referido colégio, para os quais *principalmente* o escrevemos. Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro a realizar um pensamento que, quando aperfeiçoado, será de grande vantagem para a juventude.

Estudando sucessivamente os autores que mais se abalizaram, tivemos o escrupuloso cuidado de conservar-lhes a fisionomia, não só lhes respeitando a dicção, como ainda nos conformando com a sua ortografia, por mais estranha que nos parecesse. Nada seria mais ridículo (quanto a nós) do que rebocar e cair um velho edifício gótico, que no sombrio do seu aspecto ganha em veneração o que porventura perde em beleza: assim também entendemos que cumpre seja acatada a ortografia dos clássicos, por ter ela o cunho da sua época e servir, até certo ponto, para caracterizá-los. Infelizmente, porém, não nos foi sempre possível observar o rigor que nos havíamos prescrito, pela dificuldade de obter as edições primitivas.

Receando da franqueza dos nossos juízos, buscamos escudar-nos com os dos mais afamados críticos, sempre que isto nos foi possível.

Se porventura erramos no conceito que de alguns escritores formamos, foi sempre de boa fé, e com o desejo veemente de seguir a verdade.

Tal foi o nosso programa, tal o pensamento que nos guiou na confecção deste *Curso Elementar de Literatura Nacional*, ao qual consagramos os poucos lazeres que nos sobram da nossa atarefada vida.

Vale.

1862.

ANEXO 2: “Prefação”. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Resumo de história literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

PREFEÇÃO

Obrigado pelos deveres do magistério a estudar as fontes da literatura nacional concebemos a idéia da obra, que ora submetemos à correção dos doutos.

Lançamos rápido olhar sobre as literaturas estrangeiras apreciamos perfunctoriamente as hebraica, grega latina, italiana, francesa, inglesa, alemã e espanhola; que, mais ou menos, influirão para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa.

Detivemo-nos mais na portuguesa, e passando a luso-brasileira procuramos cuidadosamente seguir-lhe os lineamentos, como que a surpreendendo nos recônditos arcanos do seu gênese.

No desempenho do nosso plano é bem possível que não tenhamos atingido o alvo; que numerosos sejam os erros e omissões, involuntariamente cometidos; resta-nos porém a grata consolação de havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda: assim como coube-nos a honra de ter escrito, há dez anos, o primeiro *Curso Elementar de Literatura* que possuía a língua portuguesa.

Com franqueza e lealdade citamos os mananciais onde fomos saciar a nossa sede de saber, e, como a abelha, sugamos de todas as flores o suco que mais nos aprouve.

Respeitando os indivíduos, e acatando as suas opiniões, não renunciemos o direito de aquilatar-las pelo crisol da nossa crítica.

Aceitamos e agradecemos conselhos e admoestações, firme porém no propósito de não entreter polêmicas, nem repelir *injúrias*.

Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1872.

ANEXO 3: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Resumo de história literária* (excertos). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

RESUMO DE HISTÓRIA LITERÁRIA

(excertos)

PROLEGOMENOS

Literatura é conjunto das produções escritas d'um país e durante uma época, ou de todos os países e em todas as épocas.

Debaixo da denominação de *história literária* compreende-se a enumeração e rápida análise das produções literárias.

Ao princípio a palavra literatura applicava-se também às ciências e artes, mais tarde porém reconheceu-se a necessidade de restringir-lhe a significação, limitando-se aos assuntos em que o útil pudesse se aliar ao agradável. Ora, entre esses assuntos ocupa a poesia o primeiro lugar, seguindo-se-lhe a história, a eloquência, o romance, e as narrativas de viagem, fazendo-se mister para todas essas manifestações do pensamento a palavra, verdadeiro característico da espécie humana, como mui judiciosamente observa Max Muller⁴⁰¹. Em verdade que não poderá Deus fazer-nos mais valioso donativo, por si só capaz de exprimir todos os nossos sentimentos, e ainda seus variados matizes e cambiantes. Mas se a palavra, como emanção divina, tem todos os predicados que acabamos de indicar a invenção da escritura foi talvez a mais prodigiosa de que se pode gloriar o engenho humano.

Tão íntimo é o nexó entre o pensamento e a palavra que quase as não podemos figurar separadamente, e ainda nas mais usuais applicações aparecem eles reunidos: e se bem que não subordinemos a existência do pensamento à da palavra somos dos que crêem que ficaria aquele em estado embrionário sem o poderoso auxílio que esta lhe ministra.

Não dissimulemos que se pode facilmente abusar de tão preciosos dons; mas tal é o conceito que de sua dignidade e importância formamos que cremos que tais abusos (aliás inerentes às coisas humanas) jamais lograrão marear o esplendor dos mencionados dons.

Inútil seria por certo querer demonstrar a suprema influência que exerce a palavra sobre todos os atos da vida, em todas as relações sociais e civis, e a profunda impressão que em nosso ânimo exerce a energia da linguagem. O juízo que formamos das nações e determinado pelas mesmas causas que regulam o nosso juízo a cerca dos indivíduos: estamos naturalmente predispostos a reconhecer como mais espíritoso e civilizado o povo que com maior elegância e clareza se exprime. Daí procede que muitas vezes damos os

⁴⁰¹ Science du Langage, 3me leçon.

epítetos de bárbaros e selvagens aos que nos são pouco, ou nada conhecidos, mas cuja linguagem é tosca e rude.

A dignidade e importância das ciências e artes, que se manifestam pela palavra, serão melhor compreendidas examinando-se a imensa influência que nos destinos das nações exerceram: é então que com toda a sua plenitude e majestade se patenteia a literatura, complexo das produções intelectuais de um povo.

O mérito e o esplendor de qualquer nação não se determina somente por vastos e assombrosos feitos; porquanto nações houve (aliás opulentas de glória), que pereceram no olvido, enquanto outras, mais felizes, transmitiram aos pósteros as lembranças de suas proezas, porque o pregam de sua glória chegou-nos pela voz do gênio. Quemalaria hoje de Aquiles e dos outros heróis do ciclo troiano se seus nomes não fossem talhados nos mármore da Ilíada e da Odisséia? Feitos memoráveis, pasmosos acontecimentos, grandiosos destinos, não bastam para prender a atenção e determinar o juízo da posteridade; preciso é que suas vitórias e

Faças sejam enobrecidas pelo imaginoso estilo de um Tito Lívio, suas desgraças e decadência comemoradas por um Tácito, pois só assim ocupará em nosso ânimo mais elevada plana do que essa multidão de povos que, indiferentes vemos desfilar no cenário da história; alternativamente vencedores e vencidos.

Demonstrada perfunctoriamente a utilidade da literatura ocupemo-nos com sua divisão.

Considerada em seu objetivo divide-se em *sagrada e profana*.

Literatura sagrada é a que se ocupa com assuntos fornecidos pelos livros do Antigo e Novo Testamento, escritos dos Santos Padres, vidas e lendas dos santos.

Literatura profana é a que trata de todos os outros assuntos, não compreendidos na anterior classificação.

A literatura profana subdivide-se em *clássica, romântica e realista*.

Literatura clássica (que se deriva do vocábulo latino *classis*) é a que toma por modelos as monumentais obras legadas pela antiguidade greco-latina, procurando em imitações, mais ou menos felizes, aproximar-se a esses padrões.

Literatura romântica é a que, abjurando a plástica imitação dos clássicos, buscou na inspiração cristã e nas tradições cavaleiresca da idade média o tema de suas composições. Chamou-se *romântica* por causa do *romance provençal* em que os trovadores e menestrelis escreveram seus poemas e canções.

Literatura realista é a que pretende pintar a natureza em sua casta nudez, e fotografar em seus inúmeros acidentes os fenômenos da vida humana. Nasceu da reação operada por Goethe contra o *idealismo vaporoso* de Schiller e seus sectários.

Há quem pretenda classificar as literaturas segundo as línguas em que foram compostas as obras; infundada julgamos semelhante pretensão; por isso que obras existem escritas em latim, francês, etc., e que, por forma alguma, podem ser compreendidas nas

literaturas a que à primeira vista parecem pertencer. O bispo D. Jerônimo Osório, compondo a sua magistral obra *De rebus Emanuelis Gestis*, não teve por um instante a veleidade de querer ser contemplado na família dos Suetônios e Quinto-Curcios; e Sylvestre Pinheiro Ferreira pertence incontestavelmente à literatura portuguesa, ainda que tenha muito escrito na língua de Benjamim Constant. Féimore Cooper, Washington Irving e Longfellow, podem ser considerados clássicos da língua inglesa, em que pese aos sucessores de Addison e de Johnson.

(...)

LIVRO DÉCIMO

LITERATURA LUSO-BRASILEIRA.

A epígrafe que adotamos para este livro manifesta a toda a luz nosso modo de sentir na debatida questão da nacionalidade literária que alguns eruditos quiseram atribuir-lhe aos escritores brasileiros. Havendo lido e meditado no que a tal respeito disseram os senhores Magalhães⁴⁰² Varnhagen⁴⁰³ Pereira da Silva, Abreu Lima, Gama e Castro, Santiago, Norberto, Alencar, e outros, chegamos a íntima convicção de que – a nossa literatura é um garfo do tronco português, um ângulo que se afasta do seu vértice, à proporção que se distancia a época do descobrimento e colonização, e pela força das causas que modificam à índole e os costumes dos dois povos co-irmãos. – Em vez de entrar no pleito, onde nada de novo poderíamos ajuntar ao que tão luminosamente foi alegado pró e contra, preferimos demonstrar praticamente a nossa opinião bosquejando a história dessa literatura, desde a aurora da sua aparição até o momento em que estas linhas traçamos⁴⁰⁴. Dividi-la-emos em três períodos a saber o da *formação* (séculos XVI-XVII), o do *desenvolvimento* (século XVIII) e o da *reforma* (século XIX).

(...)

⁴⁰² Hoje barão d’Araguaia.

⁴⁰³ Atualmente barão de Porto-Seguro.

⁴⁰⁴ *Scribitur ad narrandum, non ad probandum*, como dizia Tácito.

ANEXO 4: WOLF, Ferdinand. Préface. In: *Le Brésil Littéraire: histoire de la littérature brésilienne suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens*. Berlin: A. Asher & Co (Albert Cohn & D. Collin), 1863.

A AS MAJESTÉ L'EMPEREUR DU BRÉSIL!

SIRE!

En daignant accepter la dédicace de cet ouvrage, Votre Majesté n'a eu égard qu'à mon désir de faire apprécier en Europe la belle littérature du Brésil.

Un ouvrage paraissant sous l'auguste égide de Votre Majesté ne manquera pas d'attirer l'attention de tout le monde civilisé.

Jê m'estimerai heureux, si jê pouvais me flatter d'avoir produit une oeuvre digne de l'insigne faveur que Votre Majesté a bien voulu lui faire. C'est le but vers lequel ont tendu tous mès efforts.

Je suis avec um profond respect,

Sire,

de Votre Majesté impériale,
le très-humble et très-obéissant serviteur

FERDINAND WOLF

PRÉFACE

L'empire du Brésil a vu ces dernières années son influence s'augmenter à tel point qu'il a attiré sur lui l'attention de l'Europe. Naturalistes, ethnographes, historiens, hommes d'État l'ont pris pour but de leurs études, dont un nombre considérable d'ouvrages importants ont été les fruits.

Sous un seul rapport le Brésil est resté jusqu'ici une terre inconnue aux Européens : sa littérature indigène et nationale est demeurée dans l'obscurité. C'est à peine si l'existence en a été révélée par quelques ouvrages sur la littérature portugaise, dont elle ne forme que l'appendice exigü.

Et pourtant la littérature du Brésil a fait de tels progrès, surtout depuis une trentaine d'années, qu'on ne peut lui refuser plus longtemps la place qui lui revient dans l'histoire des littératures nationales.

Ce qui fait que cette littérature n'a pas encore attiré l'attention, même en Allemagne, ce pays universel, c'est probablement que les sources et les matériaux en sont trop inaccessibles. Les bibliothèques européennes les plus riches possèdent à peine les œuvres des principaux auteurs brésiliens⁴⁰⁵ ; et quelle difficulté n'y a-t-il pas à se les procurer !

[p. VII]

On ne pouvait pas même remédier à cette lacune en traduisant quelque histoire littéraire, car les Brésiliens n'en possèdent aucune, qui aille jusqu'à nos jours⁴⁰⁶.

La bibliothèque impériale de Vienne a reçu depuis quelques années un nombre assez considérable d'ouvrages brésiliens. Un des passagers de la frégate *Novara*, M. le chevalier Ferdinand de Hochstetter avait été chargé par cet établissement de profiter de son séjour à Rio de Janeiro pour acheter des livres brésiliens. En outre M. Jean Jacques de Tschudi a eu la bonté de chercher à augmenter cette collection pendant son séjour au Brésil, soit par des achats, soit par les dons nombreux qui lui ont été faits.

Ajoutons à cela que j'ai eu le bonheur de faire la connaissance de plusieurs écrivains distingués du Brésil. Je veux parler de MM. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manoel d'Araújo Porto-Alegre et Ernesto Ferreira França, qui m'ont fourni des matériaux de tout genre et m'ont aidé de leurs conseils. Je leur en exprime ici publiquement ma reconnaissance, ainsi qu'à M. de Tschudi qui, non content de mettre à ma disposition sa riche bibliothèque, a ouvert pour moi le Trésor inépuisable de son érudition.

⁴⁰⁵ Il est probable que nulle part on n'en trouverait un aussi grand choix que dans les bibliothèques de Lisbonne et de Coïmbre. Mais ce sont les derniers endroits d'où nous pourrions attendre quelque démarche dans le but de les faire connaître, sans parler d'une histoire littéraire proprement dite. Les sentiments de jalousie qu'on a pour le Brésil, l'air de dédain avec lequel on considère cette ancienne colonie, ne permettent pas d'accorder à sa littérature une position indépendante à côté de celle du Portugal. Le *Diccionario bibliographico portuguez* d'I. Fr. da Silva nous montre du reste que beaucoup d'ouvrages importants manquent à ces deux établissements. L'auteur de ce excellent livre a dû se procurer la plupart des plus modernes, surtout ceux qui ont paru depuis la séparation des deux empires.

⁴⁰⁶ Il est vrai que Joaquim Norberto de Souza Silva, que ses études rendent très-capable d'une pareille entreprise, travaille depuis longtemps à une histoire détaillée de la littérature brésilienne, mais il n'en a publié jusqu'ici que quelques fragments.

Telles sont les circonstances qui m'ont engagé à remplir la lacune importance que j'ai signalée dans l'histoire littéraire.

J'ai essayé de raconter le développement des lettres au Brésil. J'ai joint à mon récit une anthologie des oeuvres des écrivains dont j'ai parlé. Ce qui m'a décidé à le faire, c'est [p. IX]

d'abord la rareté de ces ouvrages, puis le désir de permettre au lecteur de juger par lui-même.

MM. les éditeurs ont désiré que la partie historique fût traduite en français. Qu'il me soit permis d'en remercier ici M. le docteur van Muyden, qui s'est efforcé de rendre aussi exactement que possible les idées de l'original.

C'est aux lecteurs à juger cet essai, fruit de trois années d'un travail opiniâtre. Je les prie seulement d'avoir égard à ce que diverses circonstances et surtout le fait que l'auteur ne connaît le Brésil que par les livres ont dû le rendre plus ou moins défectueux et incomplet.

Mon ouvrage a dans tous les cas le mérite relatif d'être le premier et le seul qui ait paru en Europe sur ce sujet.

Vienne, avril 1862

FERDINAND WOLF.

INTRODUCTION.

DÉFINITION DE LA LITTÉRATURE BRÉSILIENNE. — DIVISION EN PÉRIODES RÉSULTANT DE CETTE DÉFINITION. — OUVRAGES CONSULTÉS.

C'est à bon droit qu'on peut parler maintenant d'une littérature brésilienne. Les premiers éléments littéraires cependant ont été apportés au Brésil par les conquérants portugais. Les colons, leurs successeurs, restés en relation avec la métropole et se servant de sa langue, continuèrent à les cultiver. Ils ont enfin été développés avec une indépendance toujours plus grande par les Brésiliens natis d'origine portugaise, à mesure qu'ils s'émancipaient eux-mêmes davantage de la mère-patrie ⁴⁰⁷).

Les indigènes en effet n'ont jamais eu de culture littéraire proprement dite. C'est tout au plus si par certains poèmes à la fois épiques et lyriques, par des hymnes religieux ou guerriers, soit enfin par de simples mélodies destinées à régler leurs danses, ils ont donné carrière à leurs instincts poétiques et musicaux. Telles doivent être les seules productions que présentent les dialectes indigènes.

Ce n'est qu'indirectement que ces habitants primitifs du pays, par leurs unions avec les colons, et par les races mêlées (*mamelucos* et *mestizos*) qui en sont sorties, ont exercé sur le développement du caractère brésilien et par conséquent sur la littérature de ce peuple une influence, que venait encore augmenter la nature riche et grandiose du pays. C'est ainsi qu'au bout de deux siècles le caractère national des Brésiliens et par conséquent aussi celui de leur littérature différerait essentiellement de celui des Portugais.

Cet exposé des éléments qui ont concouru à former la littérature brésilienne, nous conduit tout naturellement à la division en périodes, que nous allons indiquer. ⁴⁰⁸).

Ire. période. De la découverte du Brésil jusqu'à la fin du 17^{me} siècle. Les jésuites principalement introduisent la culture littéraire apportée d'Europe ; les colons portugais et leurs descendants imitent servilement les modèles portugais et espagnols.

⁴⁰⁷ Voyez Varnhagen, *Historia geral do Brazil*. Rio de J. 1854—67. 4^o vol. II, p. XXV, de la vraie nationalité des Brésiliens.

⁴⁰⁸ Nous adoptons la division donnée par Norberto de Souza Silva, (*Modulaçoens poeticas. Precedidas de um Botquejo da historia da poesia brasileira*. Rio de J, 1841. 8^o. p. 21 — 53) et nous nous en écarterons qu'en ce que nous fondons sa 4^{me}. et sa 6^{me} période en une seule, la 4^{me}., vu que la déclaration de l'indépendance, quelque importance politique qu'elle ait, ne nous paraît pas en effet avoir eu assez d'influence sur la littérature pour produire autre chose qu'une époque de transition à peine sensible.

II^{me}. période. Première moitié du 18^{me} siècle. La culture littéraire s'étend et prend racine; on fonde des sociétés littéraires, mais, malgré quelques velléités d'indépendance, l'imitation pure et simple des modèles portugais persiste encore.

III^{me}. période. Seconde moitié du 18^{me} siècle. La culture littéraire se répand de plus en plus ainsi que la tendance à s'émanciper de l'influence de la métropole. — L'école de Minas-Gerâes est le principal représentant de ce mouvement.

IV^{me}. période. Du commencement du 19^{me} siècle et surtout de la proclamation de l'indépendance du Brésil (1822) jusqu'à l'émancipation tant politique que littéraire de la mère-patrie et de la domination exclusive du pseudo-classicisme par l'influence des romantiques (1840). — La littérature brésilienne prend un caractère national toujours plus prononcé au milieu des orages politiques et de l'influence directe des littératures française et anglaise surtout.

V^{me}. période. De 1840 à aujourd'hui. La monarchie se consolide; le gouvernement et l'empereur lui-même encouragent les lettres et les beaux-arts. La littérature nationale proprement dite se développe de jour en jour davantage par l'ascendant de l'école romantique et des éléments brésiliens.

Malgré l'intérêt qu'offre le spectacle de ce développement et l'importance toujours croissante de la littérature du Brésil pour l'Amérique et pour le monde civilisé, c'est à peine si elle est connue aujourd'hui en Europe. Ferdinand Denis est le seul littérateur européen qui ait ajouté à son résumé de l'histoire littéraire du Portugal un appendice sur la littérature de la grande monarchie américaine (Paris 1826. 12°. p. 513—601), et encore cet ouvrage a-t-il paru à une époque où le développement dont nous avons parlé, ne faisait que commencer. Il ne faut pas s'étonner que les indigènes eux-mêmes n'aient senti le besoin d'écrire l'histoire de leur littérature qu'après avoir eu conscience de leur émancipation intellectuelle, et après avoir produit des oeuvres originales, n devait en être ainsi et la même chose s'est vue chez tous les peuples. Ce n'est que dans le courant des trente dernières années qu'il a paru au Brésil des ouvrages ayant pour but de rassembler les matériaux de l'histoire littéraire future ou d'essayer de se rendre compte de son développement.

Ainsi déjà en 1831 le chanoine Januario da Cunha Barbosa, poète lui-même, a publié un Parnasse brésilien, dont malheureusement nous ne connaissons que le titre⁴⁰⁹).

En 1841 Joaquim Norberto de Souza Silva a fait précéder ses *Modulações poeticas* d'un *Bosquejo da historia da poesia Brasileira*, qui nous donne à grands traits un

⁴⁰⁹ Voyez J. M. Pereira da Silva, *Parnaso brasileiro*. Rio de Janeiro 1848. 8°. vol. I. p. V. ; — D. J. G. de Magalhães Pouiai. Rio de J. 1832. 8°. .p. II.; — Varnhagen o. c. vol. I. p. 16.

tableau fidèle de la littérature brésilienne. C'est à cet ouvrage que nous devons notre division en périodes ⁴¹⁰).

En 1843 J. M. Pereira da Silva publia la première partie de son Parnasse brésilien (*Parnaso Brasileiro ou Seleccção de poesias dos melhores poetas brasileiros, desde o descobrimento do Brasil; precedida de uma Introdução historica e biographica sobre a Litteratura brasileira*. Rio de J.), qui contient les poètes des 16^{me}, 17^{me} et 18^{me} siècles et une introduction historique. En 1848 la seconde partie renfermant les écrivains du 19^{me} siècle; a également vu le jour. Si dans cet ouvrage l'auteur se borne aux notices biographiques les plus élémentaires, son *Plutarco Brasileiro* ⁴¹¹) (Rio de J. 1847. 2 vol.) nous offre au contraire des biographies critiques et détaillées de plusieurs d'entre les plus grands poètes brésiliens.

Ce même écrivain nous a promis une oeuvre plus considérable, une histoire de la littérature du Brésil, dont ils n'ont malheureusement pu jusqu'ici que nous faire quelques fragments publiés dans la *Revista do Instituto historico e geographico Brasileiro*, XVIII. p. 29 et suiv. ; XIX. suppléai, p. 83; — et dans la *Revista popular*, IX. (1861). — M. de Magalhães n'a pas non plus exécuté son projet d'écrire une histoire de la littérature brésilienne, ce qui fait que nous le regrettons moins, c'est qu'il aime plutôt à créer qu'à critiquer: il n'a écrit pas l'histoire, il l'a faite. Il avait en effet publié dans une revue (*Niteroy, Revista Brasiliense* I. p. 132—159), qu'il rédigeait en 1836 à Paris avec quelques-uns de ses amis un article intitulé *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*, qui ne contient que l'introduction de son grand ouvrage, mais qui est écrit si spirituellement et avec tant d'éloquence, qu'on ne peut s'empêcher de déplorer que le livre en soit resté à l'état de fragment. — Il voulait diviser son histoire littéraire en deux périodes séparées par l'année 1808. Quelque bien fondée que soit cette division, nous avons cru devoir adopter les subdivisions de Norberto, comme favorisant davantage une vue d'ensemble et faisant mieux ressortir les phases du développement littéraire du Brésil.

Le livre de M. F. A. de Varnhagen intitulé: *Florilegio da poesia brazileira ou Collecção das mais notaveis composições dos poetas brazileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio historico sobre as lettras no Brazil*, vol. 1

⁴¹⁰ Ce même écrivain nous a promis une oeuvre plus considérable, une histoire de la littérature du Brésil, dont ils n'ont malheureusement pu jusqu'ici que nous faire quelques fragments publiés dans la *Revista do Instituto historico e geographico Brasileiro*, XVIII. p. 29 et suiv. ; XIX. suppléai, p. 83; — et dans la *Revista Popular*, IX. (1861). — M. de Magalhães n'a pas non plus exécuté son projet d'écrire une histoire de la littérature brésilienne, ce qui fait que nous le regrettons moins, c'est qu'il aime plutôt à créer qu'à critiquer: il n'a écrit pas l'histoire, il l'a faite. Il avait en effet publié dans une revue (*Niteroy, Revista Brasiliense* I. p. 132—159), qu'il rédigeait en 1836 à Paris avec quelques-uns de ses amis un article intitulé *Ensaio sobre a Butoria da litteratura do Brasil*, qui ne contient que l'introduction de son grand ouvrage, mais qui est écrit si spirituellement et avec tant d'éloquence, qu'on ne peut s'empêcher de déplorer que le livre en soit resté à l'état de fragment. — Il voulait diviser son histoire littéraire en deux périodes séparées par l'année 1808. Quelque bien fondée que soit cette division, nous avons cru devoir adopter les subdivisions de Norberto, comme favorisant davantage une vue d'ensemble et faisant mieux ressortir les phases du développement littéraire du Brésil.

⁴¹¹ Une seconde édition revue et augmentée a paru en 1858 a, Paris sous le titre de- *Ot varSet illustres do Brasil durante os tempos coloniâes*.

et2. Lisbonne 1850, vol. 3. Madrid 1853. 16°. est encore plus important. Le savant auteur de cet ouvrage ne s'est pas contenté d'y publier pour la première fois un grand nombre de morceaux inédits et puisés à des sources très-rares; il y décèle son origine allemande par l'exactitude et la profondeur que nous voyons percer partout dans l'introduction historique mise en tête du premier volume. C'est cette dernière partie de l'ouvrage qui nous a surtout servi de modèle pour les quatre premières périodes.

Nous avons aussi pris conseil des anthologies suivantes:

Parnaso lusitano, ou poesias selectas dos auctores portugueses antigos e modernos, précédé d'un *Bosquejo da historia da poesia e ling. portug.* par le célèbre Almeida Garrett. Paris 1826. 5 v. 32°.

Grinalda de flores poeticas. Selecção de producções modernas dos melhores poetas brasileiros e portuguezes etc. Rio de J. 1854. 8°.

Nous avons trouvé en outre un certain nombre de notices biographiques et critiques dans la *Revista Trimensal*⁴¹²), collection d'une haute importance pour l'histoire, la géographie et l'ethnographie du Brésil. — Puis dans *Y Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes* par José Maria da Costa e Silva⁴¹³), auteur de la charmante poésie intitulée: *O passeio*, la promenade; dans les *Memorias de litteralura contemporanea* publiés par A. P. Lopes de Mendonça (Lisbonne 1855. 8°.) et dans le *Diccionario biblio- graphico portuguez, estudos de Innocenrio Francisco da Silva appli- cateis à Portugal e ao Brasil*. Lisbonne, 1858—60. 8°. Cinq volumes ont paru⁴¹⁴).

⁴¹² *Revista Trimensal do Instituto historico e geographico do Brasil*. Rio de J. 1839 — 59. 22 voll. 8°.

⁴¹³ Lisbonne 1850 — 56. 10 voll. 8°.

⁴¹⁴ Une notice de la *Revista do Instituto* (XX. suppl. p. 80) nous apprend que François Meneses a laissé en manuscrit et incomplet un ouvrage intitulé: *Os quadros da litteratura brasileira*.

Pour la bibliographie il est fait mention dans le dictionnaire de Silva, cité plus haut (II. p. 61—54), d'un livre dont voici le titre: *Catalogo dos livros do Gabinete portug. de leitura do Rio de Janeiro*. Rio de J. 1858. 8°. Ce cabinet contient 15 à 16 mille ouvrages manuscrits ou imprimés et presque tous portugais ou brésiliens.

Ajoutons enfin que nous avons eu connaissance des titres des *Origine» de la poëtie da terra de Cabrai* par Antoine da Silva de Pinheiro (BabU 1854. 8°.), et du *Ditcnrto sobre a poëtie em geral, e em partimlar no Brasil* par le chanoine Fernandes Pinheiro, supplément de la traduction de Job, par José Eloy Ottoni, Rio de J. 1862, p. I—XXXIX.

ANEXO 5: REIS, Francisco Sotero dos. Introdução. In: *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1866, 5 tomos. (excertos)

REIS, Francisco Sotero dos. Introdução. In: *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1866, t. I, p. V-XXII.

INTRODUÇÃO

O espaço de mais de três séculos que abrange este primeiro volume do Curso de Literatura, que sai atualmente à luz, é sem dúvida o período literário menos importante no que se refere ao mérito intrínseco dos autores, mas o mais certamente no que respeita à formação e aperfeiçoamento da língua, que todo o literato deve conhecer a fundo. É o menos importante quanto ao primeiro ponto, porque apenas conta dois poetas dignos deste nome, Bernardim Ribeiro e Gil Vicente, e três prosadores distintos por seu talento, el-rei D. Duarte, Azurara e Bernardim Ribeiro: o mais quanto ao segundo, porque a língua [p. VI] que nascera em fins do XII ou princípios do XIII, se desenvolveu e poliu durante ele a ponto de ser o idioma culto em que Camões que com Ferreira começa o segundo período literário, compôs os seus Lusíadas, e João de Barros que é também o primeiro prosador do mesmo, escreveu as suas Décadas da Ásia, ou História dos feitos dos Portugueses na conquista e descobrimento dos mares e terras do Oriente.

Nas sete preleções que se seguem à primeira que serve de discurso preliminar, tratei largamente desta questão da formação e aperfeiçoamento da língua, mas aí só mencionei alguns documentos do tempo d'el-rei D. Affonso Henriques, como a canção que se atribui a este príncipe, a de Egas Moniz Coelho, e a que começa no "Figueiral Figueiredo," sem transcrevê-los, porque em nada esclareciam a questão, sendo que tanto podem provar em favor do Galego, como do Português mal distinto dele que então se falava, pois este só no século seguinte começou a diferenciar-se bem do Castelhana. Como porém pode haver quem deles queira ter conhecimento, aqui os transcrevo de M. Ferdinand Denis que os traz nas notas juntas ao seu "Resumo da História Literária de Portugal e Brasil."

[p. VII]

Eis um trecho da canção de D. Afonso Henriques à sua mulher, composta segundo se diz em 1121: -

Tinhera bos, non tinhera hos
Tal a tal ea monte?
Tinharedesme, não tinharedesme
De La vinherasdes, de ca filharedes
Cá amabia tudo em soma.

Canção de Egas Moniz Coelho que vivia no reinado de D. Afonso Henriques morto em 1185: -

Ficaredes bos em hora
Tam coitada
Que ei boyme por Ahifôra
De longada
Sai-se o vulto de meu corpo.
Mas ei non
Cá os çoccos vos fica morto
O coraçom.
Se pensades que ei me vó
No lo pensedes
Que em vos chamado estó
A nom me vedes
Mei jazido et mei amar
Em vos acara
Grenhas tendes d'espelhar
A lusia Cara
[p. VIII]
Nom farom estes méis olhos
Tal abesso
Que esgravissem os méis dolos
Da compeço
Mas se ei for pera Mondego
Pois lá vó
Carulhas me façom cego
Como ei só
Se das penas do amorio
Que ei retouço
Me figerem tornar frio
Como ei ouço
Amademe se queredes
Come lusco
Se nom torvo me acharedes
A mui fusco
Se me bos a mi leixardes
Deis me garde
Nom asmeys vos de queymardes
Isto que arde
Hora nom leixedes nom
Ca sois garrida
E se nom Cristeleison
Per inha vida.

Fragmento de Canção anônima, a que se atribui a data de 1112: -

[p. IX]

No figueyral figueyredo

A no figueyral entrey

Seis ninas encontrára

Seis ninas encontrey

Pera ellas andára

Pera eles andey.

Lhorando as aschára

Lhorando as achei

Logo lhes pescudára

Logo lhes pescudey

Quem as maltratára

Y a tom mala ley.

Estas relíquias de documentos cuja autenticidade é mais que duvidosa, e das quais a primeira e a última me parecem ainda Galego puro, tem apenas o valor de meras curiosidades literárias, compostas em língua que não se pode bem determinar qual seja, se o Castelhana, se o Português, cujo primeiro monumento escrito incontestável é e será o Cancioneiro d'el-rei D. Diniz, enquanto não aparecer outro que o preceda em antiguidade, apresentando os mesmos caracteres de verdade.

A tais fragmentos acrescentarei todavia um que merece mais atenção pela sua forma aportuguesada, que os anteriores. Consta ele de quatro oitavas de um poema [p. X] sobre a ocupação da Espanha pelos Árabes cujo manuscrito, deteriorado pela umidade, se encontrou no castelo de Louzan, quando este foi em 1187 tomado por el-rei D. Sancho I.

Ei-lo: -

O Rouco da cava impria de tal sanha

A Juliam et horpas a saa grey daninhos,

Que em sembra có os netos de Agar fornezinhos

Huã atimaron prasmada fazanha

Ca muza, et zariph com basta campanha

De juso da sina do Miramolino

Co falca infançon, et prestes maligno

De cepta aduxerom ao solar de Espanha.

E perque era força, adarve, et focado

Da Betica Almina, e o seo Casteval

O Conde per encha, e pro comunal

Em terra os encreos poyarom a saagrado

Et Gilbraltar, maguer que adordado

Et có compridouro per saa defenson

Pelo susodeto sem algo de afom

Presto foy d'elles entrado et filhado.

Et os ende filhados leaes á verdade

Os hostes sedentos do sangue de onjudos
Metero á entelo aprés de rendudos.

[p. XI]

Sem esguardarem á seixo nem idade
Et tendo atimada a tal crueldade
O templo e orada de deos profonarom
Voltando em mesquita hu logo adorarom
Sa besta mafoma a medes maldade.

O gazu, et assalto que os da alevosia
Tramarom, per voltos de algós sayons.
Co'os dous almirantes da hoste mandoms
Quedarom com farta soberba et folia.
Et algesiras que o medes temia
Per ter a maleza cruenta sabuda
Mandou mandadeyro como era teuda
Ao rouzom do rey que em Toledo sia.

É pena que deste poema encontrado no castelo de Louzan, obra já de algum vulto, e anterior ao Cancioneiro citado, apenas fossem legíveis as quatro estâncias que aqui dou; pois por ele, si se achasse completo, se poderia fazer idéia da verdadeira época em que começou a formar-se o nosso idioma, ou em que ele entrou a distinguir-se do Castelhana, que se falava a princípio nos domínios do conde D. Henrique, pai do fundador da monarquia portuguesa. Dou mais peso a este fragmento, que aos procedentes, porque nele já é constante a forma portuguesa do artigo e [p. XII] outras partes da oração. Mas ainda assim nunca a formação da língua podia remontar além do século XII, ou do reinado de D. Afonso Henriques, visto como no ano de 1093 é que se fundou de parte da monarquia leonesa o condado portugalense, origem do atual reino de Portugal. É pois este fragmento de data evidentemente posterior a dos três primeiros citados.

Seja porém como for, o que é incontestável é que o Português, o mais moderno de todos os idiomas que procedem o Latim, se formou, poliu, e tornou língua culta no espaço de quatro séculos incompletos, como se evidencia de sua literatura que logo no princípio do segundo período literário começou a dar brado na Europa nas obras dos dois autores mencionados que foram os mais notáveis do seu século, e dos quais o primeiro não tem superior na poesia épica.

O Português é também de todos os modernos idiomas derivados do Latim, o que mais se assemelha a este na estrutura das vozes e na índole, como demonstro na preleção segunda, e o atestam algumas passagens compostas por curiosos, as quais tanto se podem ler na língua mãe como na derivada, e [p. XIII] de que aqui produzo em exemplo, extraído de Manoel Severim de Faria no seu elogio à língua portuguesa. Ei-lo:-

O quam gloriosas memorias publico considerando quanto vales, nobilissima lingua. Cum tua facúndia excessivamente nos provocas, excitas, inflammas! quam altas victorias procuras. Quam celebres triumphos speras, quam excellentes fabricas fundas, quam

perversas furias castigas, quam feroces insolencias rigorosamente domas, manifestando de prosa et de metro tantas elegancias latinas.

Esta analogia tão perfeita com o Latim, na qual leva o Português vantagem a todos os idiomas da mesma filiação, provém, quanto a mim, de se haver ele, por isso mesmo que é o mais moderno dos seus análogos, polido e aperfeiçoado, já quando, desde a invasão dos bárbaros que destruíram o império romano, se entrou a fazer um estudo sério do Latim em toda a Europa e por conseguinte em Portugal, ou depois do restabelecimento das letras na Itália, ao passo que o Italiano, e ainda o Espanhol, eram antes disso línguas cultas, não podendo o Francês oferecer argumento em contrário, porque foi refeito do antigo Romance, ou língua romana, que precedeu a sua forma[p. XIV]ção. Coincide esta minha opinião com o fato incontestável de se haver o Português que era a princípio uma verdadeira algaravia, aproximado tanto mais do Latim, quanto mais se poliu.

Analiso neste período alguns autores de mérito literário mui somenos contra o plano que concebi, ou porque só neles se podem bem conhecer as diversas modificações, pelas quais foi passando o Português que devia fixar-se no seguinte período com o aparecimento dos Lusíadas de Camões, e cujo primeiro balbuciar e crescente desenvolvimento importa não perder de vista, ou porque com seus escritos, bem que medíocres, deram algum passo nas vias do progresso artístico. D. Diniz por exemplo foi não só o nosso primeiro poeta, mas o nosso primeiro escritor, e por conseguinte só nele se pode em avaliar o que era a poesia e língua portuguesa do seu tempo; Sá de Miranda, poeta e prosador, foi o introdutor dos metros toscanos, e de diversos gêneros de poesia, bem como da comédia clássica, e como tal só ele nos pode dar idéia dos primeiros acanhados passos da arte nascente; Garcia de Resende, cronista, escreveu em uma época em que a língua passou por notável modificação, a qual só na prosa rasteira comparada [p. XV] com a poética de Bernardim Ribeiro, seu contemporâneo, se pode bem apreciar.

Nos períodos subseqüentes porém, ou depois que a língua se fixou, e a arte foi levada ao seu auge, circunscreveu, como é de razão, a minha análise às verdadeiras produções do gênio, ou ao que escreveram de melhor os principais poetas e prosadores, cuja lição é a mais proveitosa, ou para bem dizer a única em que se pode aprender a formar o gosto. Analisar indistintamente as obras dos escritores de qualquer língua seria trabalho, sobre superior às forças de um só homem, sem utilidade real para a mocidade estudiosa, a qual só se deve apontar o melhor caminho a seguir. Assim todos os que o tentaram, não têm feito mais que dar-nos resumos superficialíssimos, em que pouco ou nada há que aprender; porque o exame que podia ser proveitoso, concentrado nas melhores obras de algumas dezenas de autores escolhidos, torna-se sumamente ligeiro e infrutífero, estendido a todas e quaisquer de centenas e centenas deles.

Não quero com isto dizer que seja completo o meu trabalho debaixo do ponto de vista em que o concebi; não, não nutro semelhante vaidade; o que apresento é apenas um imperfeito ensaio cuja idéia me foi sus [p. XVI]citada pela leitura das obras de alguns modernos literatos franceses; ensaio que pode ser melhorado pelos que depois de mim trilharem a mesma estrada. A questão é unicamente de método no inspirar amor ao estudo das belas letras, sem cujo conhecimento não pode haver sólida educação civil e científica. Pode ser que eu esteja enganado, mas parece-me que o método seguido até hoje nos dois países de língua portuguesa não é o mais apropriado ao fim que se tem em vista.

Em razão das preleções sobre a língua que com o discurso preliminar ocupam toda a primeira seção ou oitenta e seis páginas, não pode este volume a que aliás acresce a introdução atual, compreender mais de um período literário ou de um livro, pois para isso seria necessário que fosse a perto de seiscentas páginas; mas o segundo que já se acha no prelo, e não será precedido de introdução alguma de vulto, constará de dois períodos literários, ou de dois livros, e pela ventura dos mais interessantes desta obra.

Nos extratos dos autores deste período sigo à risca a ortografia de que usaram, porque é ela o mais seguro indicativo da pronúncia do Português [p. XVII] no tempo em que floresceram, sendo certo que a língua sofreu graves alterações nesta que foi evidentemente acastelhanada nas épocas mais vizinhas de sua formação, como devia ser. Nos dos autores mais antigos as vogais dobradas como, *aa*, *oo*, são sinal de sílaba longa, e o til tão freqüente por cima da vogal o é de som nasal, que nem sempre vai convenientemente notado por falta de vogais como o til.

Esta pronúncia acastelhanada conservou-se na língua ainda em tempos posteriores àquelas épocas, como o atesta, além de outros indícios ortográficos, a terminação dos nomes e terceiras pessoas dos verbos em, *om*, que só do último quartel do século XV em diante se converteu em *ao*. As mesmas obras dos poetas portugueses da primeira metade do século XVI estão também cheias de poesias em Castelhana, o que prova que esta língua era então mui conhecida e estimada em Portugal. O Sr. Varnhagem que viajou pela Espanha e esteve na Galiza diz no seu Florilégio da Poesia Brasileira que o acento do Brasil acastelhanou-se muito, logo desde o princípio. Eis as suas palavras:

“Antes de passarmos adiante, diremos em poucas palavras a nossa opinião acerca do acento do Brasil [p. XVIII], que não obstante variar em algumas entoações e cacoetes segundo as províncias, tem sempre certo *amaneirado*, diferente do acento de Portugal, pelo qual as duas nações se conhecem logo reciprocamente...

Alguna observação a este respeito nos chegou a convencer, que as diferenças principais que se notam na pronúncia brasileira, procedem de que a língua portuguesa no Brasil, desde o princípio se *acastelhanou* muito.”

A observação porém refere-se sem dúvida ao acento dos brasileiros do sul, e principalmente de S. Paulo que foi a província do Brasil que primeiro se povoou, porque no Norte, e com especialidade no Maranhão, ultimamente povoado, o acento é aportuguesado; pois, para servir-me do próprio exemplo que traz mais adiante o autor citado, dizemos, *u bobu*, como os Portugueses, e não, *ô bobô*, como os Paulistas.

Acrescentarei agora algumas palavras sobre a origem deste livro que me constitui como autor de mais uma obra que estava longe de propor-me, e que por direita razão dedico ao meu amigo o Sr. Dr. Pedro Nunes Leal, pois a não ser ele que instantemente me convidou na cadeira de literatura, criada no Instituto de Humanidades de que é mui digno dire[p. XIX]tor, vencendo a minha repugnância a fazê-lo, nunca teria certamente existido. Assim se algum mérito tiver esta obra que ofereço ao Público mais confiado em sua benevolência, que no cabedal das próprias luzes, a ele principalmente deve ser atribuído, que me animou a empreender um trabalho provavelmente superior às minhas débeis forças, mas que tenho me esforçado por desempenhar com a melhor vontade, senão com a suficiência desejável.

Do livro cai naturalmente o discurso sobre o estabelecimento de instrução que é em última análise a causa eficiente dele, por ser aquele onde se dá o curso por mim professado,

o qual, além da literatura portuguesa e brasileira que atualmente se publica, deve compreender também a antiga, bíblica e clássica, que reservei para depois da primeira.

O Instituto de Humanidades, cujo progresso tem sido constante desde a época de sua fundação, é hoje um dos melhores estabelecimentos de educação do Brasil em tudo o que respeita o regime econômico e disciplinar, e o único de empresa particular que mantém uma cadeira de literatura, tanto para seus alunos, como para aqueles que querem assistir às respectivas preleções, pois não consta até agora que [p. XX] haja outro no império que o faça. Iniciado em todos os melhoramentos da educação da mocidade nos países mais cultos da Europa, e inteiramente dedicado ao fim que se propôs, o seu ilustrado e infatigável diretor não olha para realizá-los aqui a sacrifícios atuais que podem ser compensados no futuro com o crédito crescente da instituição que se acha em bom pé de prosperidade.

Distingue-se ainda este estabelecimento por compreender no seu plano geral de estudos, que é completo para a instrução primária e secundária aperfeiçoada, que nele se recebe de professores escolhidos, uma cadeira de gramática geral aplicada à língua portuguesa, cujo estudo é mui pouco cultivado no Brasil, que havendo dado tão largos passos nas vias do progresso intelectual, como o atesta a sua nascente e já brilhante literatura, tem-se nisto descuidado de colocar a par de Portugal, onde se faz um estudo muito mais sério e refletido da língua que falamos, e devemos saber com perfeição.

O conhecimento aperfeiçoado da língua deve acompanhar todos os outros, que nunca podem ser cabais sem ele; e admira que o nosso governo tão solícito em promover entre nós todo e qualquer gênero de conhe[p. XXI]cimentos humanos, se tenha descuidado deste que é um preliminar indispensável para os mais. O maranhão felizmente que a nenhuma outra província do império cede em bons desejos de caminhar para diante nas vias do progresso intelectual, conta dois estabelecimentos disciplinares para o estudo especial da língua, um no liceu, outro no Instituto de Humanidades, completado pelo atual curso de literatura.

Não obstante ser o Maranhão uma província de segunda ordem, e inferior a muitos respeitos a outras do império, seria muito para desejar, no interesse do progresso das letras, que as suas irmãs a imitassem no amor ao estudo da língua materna e literatura que dela imana: o melhor, e com especialidade em matéria de progresso intelectual, deve ser sempre adotado em qualquer parte que se encontre, sem que daí venha o menor desar a quem o adota.

Um estabelecimento de instrução com tantas condições vantajosas para a educação da mocidade como o Instituto de Humanidades, fundado pelos esforços de um só homem, e sem a menor proteção do governo, numa província que não conta aliás com os recursos das de primeira ordem do império, prova com toda a evidência quanto se podia fazer no Brasil em benefi[p. XXII] do progresso intelectual, se o ensino fosse mais bem dirigido e regulado, partindo o impulso dos supremos poderes do estado.

REIS, Francisco Sotero dos. Duas palavras ao leitor. In: Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1867, t. II, p. V-VII.

DUAS PALAVRAS AO LEITOR

Dou atualmente à luz pública o segundo volume do meu CURSO DE LITERATURA PORTUGUESA E BRASILEIRA, o qual compreende a apreciação das obras de Ferreira, Camões, e João de Barros, ou dos três principais autores do século XVI, com razão reputado pelos críticos o século de ouro da língua e letras portuguesas. Não foi possível incluir ainda neste volume mais de um período literário, porque o desejo de apresentar à mocidade estudiosa as melhores passagens dos *Lusíadas*, e lugares escolhidos das *Rhithmas* de Camões, foi parte para que ele apenas fornecesse margem para abranger um, que é o segundo da literatura portuguesa. Mas tal qual o ofereço ao Pu [p. VI] blico, tem este livro a vantagem de ser para os amantes das boas letras uma seleta cuidadosamente feita das obras do príncipe dos poetas portugueses, isto é, do vulto mais importante de nossa literatura, e do nosso primeiro clássico a todos os respeitos.

O terceiro volume porém que deve estar estampado por estes dois ou três meses o mais tardar, e no qual não tenho de apreciar um poeta igual a Camões, que pode servir de modelo em todos os gêneros de poesia, com quanto alguns posteriores a ele sejam de mérito súbito, compreenderá pela ventura três períodos literários, e quando menos impreterivelmente dois; porque, se o terceiro período é ainda fértil em bons escritores, especialmente em prosa, o quarto, se excetuarmos os poetas do reinado del-rei D. José, é muito deficiente em autores, dignos de apreço.

Tendo tido para a impressão dos três primeiros o generoso e animador auxílio decretado na Lei Provincial nº. 793, de 13 de julho de 1866, resolvo-me a dar um quarto volume, no qual a literatura propriamente brasileira seja tratada com o desenvolvimento que requer o assunto, vindo assim todo o Curso atual a constar de quatro volumes, e não de três, com a princípio se havia anunciado.

[p. VII]

Não obstante achar-se notado na errata que vai no fim do volume, um erro que escapou na linha 25 da página 90, parece-me conveniente chamar aqui a vossa atenção para ele; e é que no mencionado lugar onde se lê, *atalhando a morte a viagem que o primeiro intentava fazer pela Grécia*, deve-se ler, *atalhando a morte a viagem que o primeiro intentava fazer pela Ásia*. Neste lugar falo de Virgílio, que empreendeu com efeito uma viagem a Ásia Menor para dar a última demão ao seu poema nos próprios lugares de que tratou, mas que teve de voltar enfermo do meio do caminho, e faleceu em Brundusio na Itália.

REIS, Francisco Sotero dos. Introdução. In: Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1867, t. III, p. V-XIV.

INTRODUÇÃO

Compreende este volume dois períodos, o terceiro e o quarto, divididos em dois livros sob numeração igual à dos períodos, visto como os dois volumes anteriores formam, cada um, um só livro que abrange um período literário. Mas o quarto período literário deste volume compreende só os portugueses de subido mérito que nele floresceram, ou Pedro Antonio Correia Garção e Antonio Diniz da Cruz e Silva, e não os poetas brasileiros de igual notabilidade, que a ele pertencem na ordem cronológica, ou Frei José de Santa Rita Durão e José Basílio da Gama, porque os reservo, assim como ao poeta brasileiro, Antonio Pereira de Sousa Caldas que ainda pertence na ordem cronológica ao quinto período da Literatura Portuguesa para comporem a primeira parte da Literatura Brasileira, que há de constar de um livro dividido em duas partes, a primeira compreendendo os três mencionados poetas, a segunda, autores que só floresceram depois de constituída a noção brasileira, servindo a primeira como de introdução à última.

Demoveu-me a fazer esta alteração na apreciação dos poetas sobreditos, antes na publicação desta, não o lugar do nascimento, que não influiu em meu espírito porque então, tanto os nascidos no Brasil, como em Portugal, formavam todos uma só e a mesma nação, ou eram todos portugueses, mas outra consideração que passo a expender, e que é de muito maior peso, porque se refere ao caráter especial que aqueles poetas imprimiram às suas composições, distinto do caráter, feições e tendência geral da poesia portuguesa na mesma época, como se verifica dos escritos dos outros poetas que nela floresceram, quer nascidos em Portugal, quer no Brasil.

Depois que a nossa língua se fixou, e a Literatura Portuguesa foi levada ao seu maior grau de esplendor, houve só duas escolas significativas da generalidade do gosto na poesia, entre os Portugueses, até o tempo da [p. VII] separação do Brasil; a escola clássica fundada por Camões e por Ferreira, ou a idade de ouro das letras portuguesas; a escola espanhola, a cuja frente figuram Vasco Mousinho de Quevedo e Gabriel Pereira de Castro, ou a época de decadência; e a antiga escola clássica restaurada por Garção e por Diniz, e continuada por Francisco Manoel do Nascimento e ainda por Bocage, ou a época da restauração. Estas são em geral as épocas características da poesia portuguesa desde Camões até Garrett, que fundou uma nova escola, a romântica, que tem tido grande número de sectários.

Quando porém o comum dos poetas brasileiros a tinha-se à escola espanhola, ou à clássica restaurada, segundo a época em que cada um floresceu, desde que o Brasil começou a povoar-se, e acompanhava os seus irmãos da metrópole no gosto e tendência que seguia a poesia portuguesa, os três poetas nomeados faziam uma exceção à regra geral, porque deixando a rota batida, formavam novas escolas, e distinguiram-se dos poetas portugueses na índole e no gosto de suas composições. Os dois primeiros, Durão e José Basílio, não só escolhiam para assuntos dos seus poemas, *Caramuru* e *Uruguay*, a

celebração de fatos ocorridos na América, mas davam também de mão às feições da Grécia, que [p. VIII] tanto tempo dominaram na poesia portuguesa, e os revestiam sobretudo da conveniente cor local, que lhes cria o principal mérito. O último, Souza Caldas, introduzia com suas composições, originais, ou parafrásticas, o gosto da magnífica poesia bíblica, da qual, antes dele, só Camões havia dado uma pequena amostra em Portugal nas redondilhas *Super flumina Babylonis*.

Por esta considerações pois que pesou em meu espírito, e que sem dúvida levou também M. Ferdinand Denis a distinguir os três sobreditos poetas dos poetas portugueses da mesma época, classificando-os a parte, os reservei para o lugar indicado no quarto volume, que vai ser submetido à estampa; e aí formaram eles um como soberbo vestíbulo ao edifício da Literatura Brasileira, que ficará assim muito mais rico e majestoso; porque os dois primeiros são poetas épicos de reconhecido mérito, e o terceiro é um poeta lírico de primeira ordem, que nada tem que invejar aos mais gabados.

E com efeito tais poetas, ainda que floresceram sob o governo português, deviam por qualquer forma figurar na Literatura Brasileira, de que foram os precursores, e que como que já preludiavam antecipadamente, adivinhando-a, os dois primeiros nas suas composições revestidas da cor local, ou descritivas dos cós[p. IX]tumes, das cenas, e tradições da América, e o último enriquecendo a nossa língua com um novo e soberbo gênero de poesia, que devia fazer parte das literaturas de todos os povos cristãos. Por isso julgo haver feito coisa agradável ao leitor, reservando-os para o lugar, em que me propus colocá-los neste Curso, se bem deva a Literatura Brasileira começar cronologicamente com a emancipação do Brasil; por quanto é-lhe sumamente honroso ter tido precursores tão distintos.

Além disso o volume acha-se bem preenchido no que respeita a autores célebres, e dignos de apreço, porque compreende os grandes prosadores do século XVII, superiores em mérito aos próprios poetas contemporâneos, e os poetas portugueses mais distintos do XVIII, com cuja apreciação termina.

Alguns desses grandes escritores, além do interesse que nos inspiram pelas produções do engenho, despertam também em nós a grata recordação de haverem sido nossos hóspedes, se assim me posso exprimir, porque estiveram no Brasil, pisaram o mesmo solo que pisamos, e respiraram o mesmo ar que respiramos. Foram eles: - Frei Luiz de Souza, de quem afirma Frei Antonio da Encarnação. *Que passara por vezes as Ín [p. X]dias, Oriental, e Ocidental, por causa de guerras e de outros respeitos de honra; que a isso o demoveram*: - O Padre Antonio Vieira, que é como um verdadeiro compatriota nosso, porque vindo de Portugal menino, no Brasil recebeu toda a sua educação literária, e fez-se o que foi; no Brasil viveu grande parte da sua vida, e no Brasil morreu:- Antonio Diniz da Cruz e Silva, que viveu alguns anos no Rio de Janeiro, e aí morreu.

A lição pois de tais autores deve ter para nós um como duplo atrativo, porque nutrimos de ordinário predileção pelos homens célebres, e pelos escritores ilustres, que ou foram nossos compatriotas ou residiram em nossa terra, ou lhe prestaram serviços, ou estiveram por alguma forma em contato conosco, ou com os nossos, em qualquer tempo, que pelos que nos são a tais respeitos estranhos, embora seja grande e incontestável o seu mérito.

Quanto à lacuna, que se nota no quinto período literário, relativa aos autores do reinado de D. João V, já tanto nas preleções que servem e introdução a este Curso, como

quando comecei a tratar de Garção, dei a razão, porque me não fiz cargo de apreciar autores, que são o exemplo de mau gosto, e da cor[p. XI]rupção de estilo, levados ao seu auge. No entanto para dar ao leitor uma amostra do que era a quinta essência do Gongorismo naquela época, aqui transcrevo dos extratos, que fez José Maria da Costa e Silva, dois dos melhores sonetos da célebre poetisa sóror Violante do Ceo, mulher aliás dotada de estro e talento poético, mas que o mau gosto então em voga tornou quase ininteligível ao comum dos leitores.

Se apartada do corpo a doce vida.
Domina em seu lugar a dura morte.
De que nasce tardar-me tanto a morte.
Se ausente d'alma estou que me da vida!

Não quero sem Silvano já ter vida,
Pois tudo sem Silvano é viva morte,
Já que se foi Silvano venha a morte,
Perca-se por Silvano a minha vida.

Ah suspirado ausente! se esta morte
Não te obriga a querer vir dar-me vida,
Como não ma vem dar a mesma morte?

Mas se n'alma consiste a própria vida,
Bem sei que se me tarda tanto a morte,
É porque sinto a morte de tal vida!

[p. XII]

Musas, que no jardim do Rei do Dia
Soltando a doce voz, prendeis o vento,
Deidades, que admirando o pensamento
As Flores aumentais, que Apollo cria.

Deixai, deixai do Sol a companhia,
Que fazendo invejoso o firmamento,
Uma Lua, que é Sol, e que é portento,
Um Jardim vos fabrica de harmonia.

E porque não cuideis que tal ventura
Pode pagar tributo à variedade,
Pelo que tem de Lua a luz mais pura.

Sabei, que por mercê da Divindade,
Este Jardim canoro se assegura
Com o muro imortal da Eternidade.

No primeiro soneto ainda é possível meter dente, porque percebe-se que o jogo de conceitos e de palavras versa sobre a idéia única de ser Silvano, por quem a autora está apaixonada, *a sua vida*, a qual ausente lhe dá *morte*, e presente, *vida*. No segundo poema que é um verdadeiro enigma, não, sem que se dê a chave deste; e vem a ser que o soneto é feito a uma dama chamada Mariana de *Luna*, por ocasião de haver esta publicado uma *coleção de poesias*. Daí o duplo jogo [p. XIII] de conceitos e de palavras, que versa sobre a idéia de *Lua*, e a da tal *coleção de poesias*, a que a poetisa chama *Jardim de harmonia*, e *Jardim canoro*. Assim nem Boterweek, nem Sismondi, entraram na verdadeira inteligência deste soneto, ou deste enigma, cuja decifração nos é dada por José Maria da Costa e Silva, e que por sua singularidade foi traduzida em prosa francesa por M. Ferdinand Denis.

Tal era o estilo alambicado, e a linguagem enigmática, antes gíria, como lhe chama Francisco Manoel, daquela época de corrupção, cujo mau gosto passou dos poetas aos prosadores, de alguns dos quais não se pode ler meia dúzia de páginas sem cansaço, como por exemplo de Berredo, autor dos *Anais do Maranhão*, o qual nos diz que levou sete anos a polir o estilo; isto é, estragá-lo!

Apreciar escritos de autores, que não só não estão no caso de servir de modelo aos que se propõem o estudo das boas letras, mas cujo mau gosto deve ser evitado com cuidado, seria perder tempo e trabalho inutilmente, quando não resultasse daí perigo a algumas inteligências que começam a desenvolver-se, e podem por isso mesmo deixar-se iludir com os falsos brilhantes que neles flamejam como fogo fátuo. Ain[p. XIV]da bem que as poesias dos seiscentistas, cuja lição é prejudicial ao bom gosto, já e vão tornando mui raras no Brasil. Hoje por exemplo não me foi possível encontrar aqui a *Fênix Renascida*, que contem muitos versos de sóror Violante Ceo, e de outros poetas-tros (sic) contemporâneos da mesma, obra que li na minha mocidade em um exemplar já bem danificado.

REIS, Francisco Sotero dos. Introdução. In: Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1867, t. IV, p. V-VI.

INTRODUÇÃO

Consta este volume de dois livros, o quinto que ainda diz respeito à Literatura Portuguesa e Brasileira, e o texto que trata da Literatura Brasileira propriamente dita, e termina com a apreciação dos poetas da segunda parte desta, Odorico Mendes, e Gonçalves Dias, sem abranger a dos prosadores da mesma época por falta de margem.

Preferimos terminar neste ponto a dar uma apreciação incompleta de nossos prosadores, com supressão de autores eminentes, e das passagens notáveis, donde tiramos os modelos de análise; pois restam-nos ainda em ser, e prontas para a impressão, duas preleções sobre o marquês de Maricá, duas sobre Frei Francisco de Monte Alverne, cinco sobre João Francisco Lisboa, uma sobre o seu biógrafo, duas sobre as obras em prosa de Gonçalves Dias, bem como uma vista de olhos sobre a Literatura Portuguesa contemporânea, que compreende, que compreende seis preleções sobre Garrett, e uma sobre a prosa poética do Sr. A. Herculano, ou sobre o seu Eurico, o que tudo reunido prefará um volume quase igual ao que agora se publica.

Compreender toda essa matéria com a que fica publicada, em um só volume de perto de 600 páginas, recorrendo às supressões sobreditas, seria não só faltar ao que de nós requer a Literatura Brasileira, como dar à mocidade noções incompletas sobre nossos principais prosadores, e deixar por conseguinte de preencher o fim que nos propusemos.

Assim se pudermos contar, para a publicação de mais um volume, com o mesmo animador auxílio, que tivemos para a dos 4 impressos, visto como entre nós o produto só da assinatura não cobre as despesas [p. VI] da impressão em uma obra de algum vulto, cuja extração é aliás lenta, daremos ainda um quinto volume com a apreciação dos mencionados autores, senão ficará no ponto em que a deixamos, a publicação deste Curso, a qual sem aquele animador auxílio não teria passado do primeiro volume.

Quanto ao que fica publicado da Literatura Brasileira, já é uma tal amostra para dar-nos dela mui vantajosa idéia, porque o Pe. Sousa Caldas, e Gonçalves Dias, são dois poetas de primeira ordem, que, por seu extraordinário engenho e cabal instrução, honram não só a nossa, que enriqueceram com seus escritos, mas a mesma Literatura moderna, onde quer que chegue o conhecimento da língua portuguesa. Esta vantajosa idéia porém continuará a ser confirmada por alguns de nossos eminentes prosadores, se pudermos publicar o volume com a apreciação deles.

Na apreciação publicada dos autores da segunda parte da Literatura Brasileira, julgamos conveniente não compreender os que ainda vivem, suposto haja entre eles poetas de mui elevado mérito, de alguns dos quais demos notícia nas preleções que servem de

introdução a este Curso, quando tratamos de determinar as diferenças entre a nascente Literatura Brasileira, e a Portuguesa; pois são de primeira intuição os inconvenientes que resultam da apreciação de autores vivos, não só por que senão dá a respeito deles a mesma liberdade, que a respeito dos mortos, como por que nunca fica completo o trabalho, podendo o autor ou produzir mais, ou alterar o que tem produzido. Neste ponto, apenas nas preleções que estão por imprimir, fizemos duas exceções em mui pequena escala, si tal nome merecem, - os juízos sobre a biografia de João Francisco Lisboa, e sobre a prosa poética do Eurico -, sendo que versão sobre trabalhos especiais sem pretensões a uma apreciação completa sobre as demais obras dos respectivos autores; e isso, pelas razões plausíveis aí alegadas.

REIS, Américo Vespúcio dos. Introdução. In: REIS, Francisco Sotero dos. Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1867, t. V, p. V-VIII.

INTRODUÇÃO

Sendo entre nós avultadas as despesas de impressão, e contando apenas com diminuto número de assinantes desta obra, por terem muitos deixados de o ser, sem dúvida por causa de ser ela longa e demorada, não foi possível a meu querido pai publicar este 5º. e último volume do seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, como fez aos outros quatro, em sua vida; tanto mais não tendo sido concedido auxílio algum pela assembléia provincial nas legislaturas de 1869-1870 e 1870-1871, como aconteceu para a publicação daqueles.

Cabe aqui tributar um voto de agradecimento aos legisladores do biênio que finda-se em Dezembro deste ano por haverem consignado um animador auxílio para a impressão deste volume, na sua última lei de orçamento.

Pelas razões aduzidas é que se nota a grande interrupção de cinco anos entre a publicação do 4º. Volume, que teve lugar em 1868, para a deste, que ora é dado a luz.

Tencionava encarregar-se desta tarefa, como mais competente que era, meu extremoso irmão Francisco Sotero dos Reis, Júnior. Sendo, porém, atacado [p. VI] de cruel enfermidade que o obrigou a empreender uma mal aconselhada viagem à cidade de Lisboa no reino de Portugal, foi ali roubado para sempre a nossa amizade, falecendo, três dias depois de haver chegado àquela capital, a 19 de Agosto de 1872.

Conhece-nos, portanto, esta honrosa missão, e ainda que sejamos mui somenos, a vamos desempenhar com toda efusão d'alma.

Compõe-se este último volume de dois livros, o sétimo, que compreende os prosadores brasileiros mais distintos – Gonçalves Dias, Marques de Maricá, Frei Francisco de Monte Alverne, o Sr. Antonio Henriques Leal e João Lisboa; e o oitavo, que consta dos dois maiores vultos literários de Portugal, neste século, o Visconde de Almeida Garrett e o Sr. Alexandre Herculano.

Tendo-se o autor traçado, por considerações que são óbvias, o propósito de só traçar de autores mortos, abriu, por mui justas razões, que apresenta em lugar competente, duas exceções, uma em favor deste último dos dois ilustres portugueses, e outro do insigne biógrafo de João Francisco Lisboa.

Teria, de certo, aberto mais outra honrosa exceção, se tivesse vivido mais algum tempo, para o Sr. Araújo Porto Alegre, pois lhe ouvimos por muitas vezes que pretendia analisar o *Colombo* deste autor, poema a que fazia grandes elogios.

Também manifestou-nos a intenção de apreciar as obras de Álvares de Azevedo.
[p. VII]

Assim teria ficado este volume regular; pois para que o tirássemos com 52 folhas de impressão, ou com 400 páginas pouco mais ou menos, foi-nos preciso, entendendo não vir muito fora de jeito, adicionar-lhe seis preleções sobre a *Literatura Bíblica*, que compôs o autor, e que já foram, à exceção da primeira, impressas no jornal literário – *Semanário Maranhense*, que publicou-se nesta capital durante o espaço de um ano, desde Setembro de 1867, até setembro de 1868.

Nestas preleções, depois de tratar o autor da *Literatura Bíblica* em geral, que compreende o *Velho e Novo Testamento*, analisa os poetas que reputa mais distintos: - Job, David, Isaías, Salomão, e Jeremias.

Pretendemos reunir em um volume os artigos publicados pelo autor na imprensa periódica sobre assuntos literários ou não, trabalhos biográficos, e dos versos que compôs em sua mocidade, aqueles que pudermos obter. Isto já manifestamos ao nosso amigo o Sr. Dr. Antonio Henriques Leal, que o menciona em uma nota da biografia do autor que vem no seu *Pantheon Maranhense*, obra do mais súbito mérito, cujas primeiras folhas, por obséquio de um amigo, a quem foram elas remetidas, já tivemos a íntima satisfação de ler.

Deixou mais o autor 26 preleções, sob o título – *Curso de Literatura Romana*.

Neste trabalho, depois de tratar do progresso e decadência por que passaram a língua e literatura lati[p. VIII]nas, desde a fundação de Roma até a queda do Império, analisa os principais poetas e prosadores do século de Augusto: Lucrécio, Virgílio, Horácio, Ovídio, Cícero. – Ia ele estender mais este seu trabalho, tratando não só de outros autores latinos, como também das literaturas grega, italiana e espanhol, quando foi acometido pela morte, no fatal dia 16 de janeiro de 1871, que o arrancou de nossos braços de uma vez para sempre.

Duas destas preleções mencionadas, das que se referem a Cícero, acham-se completamente inutilizadas, por estarem todas roídas pelas traças.

Vamos tirar a limpo as outras, pois se acham mui cheias de emendas e entrelinhas, a fim que possam ser publicadas, quando para isso se der ensejo favorável.

Neste volume do *Curso de Literatura* que sai agora a lume tivemos muito em vista, como é de toda conveniência, guardar o mais possível a ortografia do autor, e assim a de cada um dos autores por ele analisados.

Tiramos deste trabalho três, e às vezes quatro palavras, para que saísse bem correto, sendo uma destas vista por pessoa mui competente, a quem apresentamos aqui os nossos cordiais agradecimentos pela boa vontade com que a isso se prestou.

S. Luís do Maranhão, 2 de setembro de 1873.

Américo Vespúcio dos Reis

REIS, Francisco Sotero dos. Livro I – Seção Primeira. In: Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1866, t. I.

LIVRO I

SEÇÃO PRIMEIRA

Discurso preliminar, que compreende a definição, divisão, objeto e fim da literatura, bem como o melhor método de a ensinar e aprender em cursos, em que se comece a análise pelos poetas que em quase todas as literaturas precederam aos prosadores – Introdução sobre a língua em sete lições ou discursos, que compreendem a origem, a formação, polimento, fixação, florescimento, decadência, restauração, ou todas as alternativas de progresso e decadência, restauração, ou todas alternativas de progresso e decadência da língua portuguesa desde a época de sua formação em fins do século XII ou princípios do XIII até meados do século IX, ou até nossos dias, acompanhando sempre as da literatura, e da existência política da nação, com a enumeração dos principais poetas e prosadores, que a poliram, fixaram, abrilhantaram, corromperam, restauraram, e um juízo sucinto sobre os mesmos.

LIÇÃO I.

Bem ou mal colocado nesta cadeira, terei, senhores, de ocupar a vossa atenção com uma série de seleções sobre a literatura, assunto tão importante como elevado, porque respeita essencialmente a cultura da inteligência, ou ao que há mais nobre no homem, e o assemelha à divindade. A tarefa de que me encarreguei por convite do ilustrado diretor do *Instituto de Humanidades*, o sr. dr. Pedro Nunes Leal, [p. 2] para desenvolvimento dos alunos mais adiantados do estabelecimento, é sem dúvida superior ao fraco cabedal de luzes de que posso dispor; mas intimamente convencido de que ensinar é aprender, farei os possíveis esforços para dar cumprimento ao que de mim se exige, apelando para vossa benevolência, que me desculpará os erros para atender unicamente aos bons desejos de que me acho possuído. Peço pois a vossa benévola atenção por alguns momentos.

A literatura como o está indicando a palavra latina *littera* donde vem, é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano, por meio da palavra escrita. Mr. De Bonald, literato distinto, a define mais concisamente por este modo: “A *literatura* é a

expressão da sociedade”. Mr. de Lamartine, literato não menos distinto que o primeiro, a define por este outro modo: “*A literatura é a expressão memorável do homem transmitida ao homem por meio da palavra escrita.*”

Estas definições, posto que diversas nas palavras, estão nada obstante de acordo na essência, por isso que todas, e cada uma delas, compreendem todo o definido, e só o definido.

A palavra literatura pois tomada em sentido lato abrange todos os conhecimentos humanos, porque tudo quanto o homem cogita e inventa, escreve e publica [p. 3] em relação ao mundo intelectual, cai sob o domínio da literatura, e é objeto de estudo para o literato. Debaixo deste amplo ponto de vista a literatura é uma verdadeira iniciação em todas as artes e ciências, e a profissão do literato um dos sacerdócios mais augustos, de que possa ser investido o homem para proveito do homem.

Já vedes que vastíssimo é o campo a percorrer para os que se propõem o estudo das letras, porque não tem eles outros limites, senão o que resta inventar, conhecer e aprofundar no mundo intelectual.

Muitos literatos porém, e com especialidade dos que têm tratado ex-professo da matéria, concordam em distinguir a literatura das ciências e da erudição propriamente dita, limitando-a unicamente ao estudo daquele ramo de conhecimentos nossos, a que se dá o nome de humanidades ou belas letras, isto é, ao estudo da poesia, da eloquência, da história.

Ainda tomada a palavra neste sentido restrito, são preliminares indispensáveis ou antes parte integrante da literatura: - a gramática geral ou estudo comparado das línguas, a filosofia ou ciência dos princípios, a história, a crítica, a retórica, a geografia, a aritmética, a geometria, e noções elementares de todos os outros conhecimentos.

Assenta a necessidade desta distinção na limitação de nossas faculdades e na curta duração da vida do homem, o qual distraído por mil ocupações diversas, não tem tempo para adquirir todos os conhecimentos, [p. 4] que são do domínio da literatura, mas unicamente aqueles, que estão em relação mais imediata com a humanidade. Assim poucos são os homens privilegiados, que entre o grande número de literatos antigos e modernos, se tem efetivamente distinguido pela universalidade de seus conhecimentos.

Limitado a um campo menos vasto, e por conseguinte muito mais fácil de percorrer em todos os sentidos, muito mais possível também se torna o estudo sério, aprofundado e profícuo da literatura, no meio das diversas ocupações sociais que absorvem grande parte da vida do homem. Eis a vantagem da distinção a que me refiro. Tempo virá certamente em que os conhecimentos humanos se generalizem por tal forma com o progresso da civilização, que o literato seja erudito, e o erudito literato.

A literatura em última análise é a expressão do belo intelectual por meio da palavra escrita, assim como a virtude é a expressão do belo moral por meio da prática.

O fim da literatura é instruir deleitando, ou tornar por um trabalho tão proveitoso como agradável o homem melhor, e mais hábil a preencher os seus deveres para com Deus, para com a sociedade, e para consigo mesmo, pondo-lhe constantemente diante dos olhos o protótipo do belo, do grandioso, do sublime, do justo, do honesto.

Para os que as estudam com proveito, são as letras uma útil ocupação na mocidade, um poderoso [p. 5] recurso na virilidade, uma doce consolação na velhice; acompanham-nos por toda a parte enquanto vivos, fazem-nos depois de mortos viver na memória dos outros homens; não se perdem como os bens da fortuna, nem como a consideração

proveniente dos cargos públicos ou da posição social; o que possui cabedal de letras pode dizer com o sábio da antiguidade: *Omnia mea mecum porto*, o que é meu trago comigo.

Dividem alguns a literatura em literatura clássica e literatura romântica.

A literatura clássica é filha do acurado estudo, e da bem entendida imitação dos grandes modelos da literatura grega e romana.

A literatura romântica é filha da inspiração cristã, e do espírito cavalheiresco e aventureiro que dominou na idade média desde o reinado de Carlos Magno até o tempo das cruzadas inclusive.

A palavra clássica tem a sua origem na exposição que se faz nas classes escolares dos escritores da antiguidade, que por seu súbito mérito literário e incontestável autoridade podem servir de modelos.

A palavra romântica tem a sua origem na língua *romance* ou *romana*, que substituiu o Latim em alguns países da Europa, dominados outrora pelos Romanos, ou na língua em que os trovadores da idade média escreveram as suas composições.

Esta divisão porém tem o inconveniente de excluir a literatura bíblica, aliás importantíssima por sua [p. 6] elevação, majestade e beleza, para todos os que se dedicam ao estudo das humanidades.

Assim é muito mais conforme às leis da boa crítica dividir a literatura em literatura bíblica, literatura clássica, e literatura romântica, porque cada uma delas apresenta feições características, que lhe são próprias, ou um certo cunho particular, por onde se distingue das outras.

A literatura deve compreender essencialmente o estudo da história literária, e o das produções do gênio em diversas épocas, ou obras dos grandes modelos em poesia, em eloquência, em história, e ainda em ciências, porque sem um estudo minucioso e acurado que nos identifique com os modelos que se nos oferecem, embebendo-nos, para assim dizer, em seu espírito, nunca chegaremos a fazer sólidos progressos em belas letras.

O defeito de muitos que têm escrito sobre literatura, e com especialidade em Português, consiste em se terem limitado quase exclusivamente à primeira parte, sem se fazerem cargo de explicar convenientemente a segunda, a mais importante sem dúvida para os que se propõem este gênero de estudos, os quais, privados da exposição dela, ficam com a entrada do templo das artes e ciências, cuja fachada e vestíbulo admiram, sem poder penetrar-lhe o santuário.

Os Franceses modernos, e nomeadamente Mr. Villemain, tem compreendido melhor a necessidade de fazer um estudo sério e aprofundado desta segunda [p. 7] parte, dando-nos a análise das produções do gênio em cursos especiais, onde tudo quanto respeita à literatura de diversos povos é tratado e exposto com o preciso desenvolvimento. Já o sábio professor inglês Hugo Blair no seu curso de retórica e belas letras tinha disto feito um ensaio digno de muito louvor.

O melhor meio pois de aprender a literatura não é fazê-lo por compêndios ou resumos de história literária, que apenas nos apresentam um juízo sucinto sobre o mérito em geral de cada autor com a data do seu nascimento, ou da época em que floresceu, e a enumeração das obras que compôs; é sim ouvir preleções de literatura, dadas em cursos públicos, onde se exponham as belezas e defeitos dos modelos que se oferecem ao nosso estudo, acompanhando-se a análise de cada um deles com a notícia dos fatos mais notáveis de sua vida.

Por este meio a impressão que recebe o aluno, firma-se muito melhor em seu espírito, e o desejo de consultar e estudar os escritos dos modelos analisados torna-se nele muito mais veemente.

Este sistema adotado quase geralmente na Europa tem produzido muito bom resultado.

Para dar passos seguros em literatura cumpre ainda fazer um estudo sério da língua, e demais a mais comparando com o das suas análogas derivadas da mesma origem, ou do Latim, porque a língua é o instrumento de que nos servimos para transmitir os nossos pensamentos, e se este instrumento não for bem [p. 8] conhecido em seu complicado mecanismo, nunca chegaremos a fazer dele convenientemente emprego.

O conhecimento da língua mãe é igualmente indispensável, porque nunca poderemos saber com perfeição a língua derivada, se não tivermos conhecimento da fonte, donde ela deriva, e participa ou mais ou menos na formação das vozes, na índole, e feições características.

São línguas derivadas do Latim, e por conseguinte análogas entre si:- o Português, o Espanhol, o Italiano, o Francês, a antiga língua romance ou romana. A língua valaquia é também língua derivada do Latim; mas os Valaquios acham-se ainda tão pouco adiantados em civilização, que a sua literatura apenas pode ser apreciada como uma curiosidade.

Não me demorarei sobre este assunto, porque terei de ocupar-me com ele em outro discurso.

Na apreciação dos modelos propostos para estudo devem por via de regra ter a primazia os poetas, não só pelo natural atrativo da poesia, que convida a estudá-los, e suaviza o trabalho dos que aprendem, como por sua precedência na ordem cronológica de qualquer literatura, conforme o atesta a história. Em quase todas as línguas, ou antes em todas elas, os poetas precederam aos prosadores, quer historiadores, quer oradores, quer filósofos, quer de outro gênero; e em quase todas as literaturas foram os poetas os que mais concorreram para o aperfeiçoamento da respectiva língua. Adstritos a regras que não podem [p. 9] ser violadas, como a do metro, a da harmonia imitativa, a da consonância sustentada, vêem-se eles obrigados a apanhar e incluir o pensamento, se assim me posso exprimir, em certos conceitos breves; e no que respeita ao estilo, a procurar não só o termo próprio, mas ainda a expressão mais concisa, animada, ou pitoresca. A mesma dificuldade a vencer é parte para que cheguem não poucas vezes à perfeição suma, seja na força do enunciado, seja no colorido da expressão.

É incontestável a prioridade dos poetas sobre os prosadores.

O primeiro e o maior poeta da antiguidade, Homero, que floresceu depois da guerra de Tróia, e mais de 900 anos antes de Jesus Cristo, precedeu séculos ao pai da história, ou ao primeiro historiador profano, Heródoto, que veio ao mundo 484 antes de Jesus Cristo.

O maior poeta dos tempos modernos, Dante, que floresceu no século XIV pelos fins da idade média, precedeu a Villani e mais historiadores e prosadores italianos.

Nas mesmas literaturas, que não possuem grandes poetas épicos, como a francesa e a espanhola, ou ainda naquelas, onde o aparecimento dos grandes épicos coincide com o dos grandes historiadores, como a portuguesa e a latina, um sem número de poetas de outro gênero, muitas vezes anônimos, tem sempre precedido aos prosadores na ordem cronológica. São, [p. 10] por exemplo, absolutamente desconhecidos os autores de certas canções populares chamadas romances, as quais são, na literatura moderna, anteriores a

todos os documentos em prosa. O que acontece entre os modernos, acontecia também entre os antigos com alguns de seus cantos populares. Línguas há que não chegaram a sua última perfeição, e de que só nos restam composições em verso, como o Provençal, ou língua romance do meio dia da França.

Há só uma única exceção conhecida a esta regra geral; e essa exceção, se tal se pode considerar, é Moisés, historiador, legislador, e profeta, que precedeu aos grandes poetas hebraicos Isaías, Job e David. Mas Moisés foi um homem inspirado, e escolhido por Deus para libertar o povo hebreu do cativeiro do Egito, e levá-lo à terra da promessa. Assim não deve um tal exemplo entrar em linha de conta, porque onde apareceu o dedo de Deus, cessam todos os argumentos e discursos humanos.

Demais uma época epopéia, como a *Ilíada* de Homero, como a *Divina Comédia* de Dante, é uma espécie de obra enciclopédica, que compreende, como bem disse Mr. Villemain, toda poesia, toda história, toda ciência do século em que viveu o poeta que a compôs.

Já mais de 400 anos antes do primeiro historiador, tinha Homero traçado a pintura fiel e animada dos costumes, instituições, história, conhecimentos e civilização dos gregos, e o que é pela ventura mais, tinha desbastado, polido, e fixado a língua, em que só muito [p. 11] depois dele devia escrever Heródoto a sua história.

Assim para o mundo intelectual, Homero que vive na memória há cerca de 3000 anos como se existisse de homem, não foi um homem, não; mas um prodígio de gênio como nenhum outro, ou antes a mesma poesia encarnada no homem.

Deixando porém de parte este exemplo antigo, atenhamo-nos ao outro que mais se aproxima de nossos dias, e pode como tal ser por nós mais bem avaliado.

Quando Dante compôs a sua *Divina Comédia*, quadro também fiel e vivo dos costumes, história e ciência do seu século, a língua que se falava na Itália era uma língua inculta, que tinha muitos pontos de semelhança com o Provençal, onde mais tarde bebeu Petrarca a inspiração para algumas de suas admiráveis canções: a língua dos sábios, a língua culta, em que oravam e escreviam tantos Italianos, como Franceses, como Espanhóis, era a língua latina, ainda dominante para a eloquência, para a história, para a diplomacia, para a ciência. Abrasado em santo amor da pátria, o grande poeta florentino tomou esse rude idioma vulgar da boca do povo, desbastou-o, poliu-o, fixou-o, elevando-se desde logo nas páginas do seu imortal poema à nobre categoria de língua culta.

Por este só fato, ainda sem falar na admirável poesia de sua engenhosa criação, é Dante um verdadeiro prodígio, um gênio igual a Homero.

Com justo fundamento pois dão os mais dos profissionais [p. 12] o primeiro lugar aos poetas como a nossos primeiros mestres, quando se trata da exposição e análise de autores da mesma época.

Tencionava eu quando me encarreguei desta cadeira, ocupar-me com a literatura antiga antes da nossa; refletindo porém que isso não era matéria para um só curso letivo, mudei inteiramente de resolução. Assim tratei no atual da literatura portuguesa e de nossa nascente literatura, de que a primeira é parte principal, dando antes da análise crítica dos respectivos modelos algumas preleções sobre a origem, formação e aperfeiçoamento da língua Portuguesa, como preliminar para aquela indispensável.

Ponho aqui termo ao meu discurso.

LIÇÃO VII.

[p. 67]

Temos hoje diante de nós, senhores, o interessantíssimo espetáculo de uma nova sociedade política que se desenvolve, de um povo de raça latina florescendo na América, de uma nação recente, cheia de vida, patriotismo, recursos e esperanças; o espetáculo da Nação Brasileira emancipada, e figurando no catálogo dos povos cultos, independentes e livres.

De tudo quanto fez Portugal, estado pequeno, é verdade, dos confins ocidentais da Europa, mas que sempre procurou sair da limitada esfera de seus recursos por ações e empresas memoráveis, levando nisto vantagem às grandes nações européias, a sua obra mais grandiosa foi sem dúvida a povoação e colonização do Brasil, que lhe deu deste lado do Atlântico um povo irmão, que professa a mesma religião, fala a mesma língua, e tem os mesmos costumes. Na história da civilização moderna, a Nação Brasileira, [p. 68] que já é a segunda potência da América, e há de vir a ser com o rodar dos séculos uma das maiores do mundo, será sempre o primeiro e o maior padrão de glória do pequeno estado ocidental da Europa, a que deve a sua origem.

Novos e vastos horizontes políticos se abrem diante de nós; e com eles começam já também a divisar-se ao longe novos horizontes literários ainda mal distintos.

Vimos na precedente sessão a rapidez com que se operou em 1821 a revolução da independência, que separou o Brasil de Portugal, e o elevou à categoria de império, ou de estado independente, e as causas ocasionais que concorreram para a acelerá-la, como a partida del rei D. João VI para Portugal, as pretensões injustas das cortes portuguesas, e o permanecer entre nós o primogênito da casa de Bragança, a quem as mesmas cortes mandavam viajar com o fim de arredá-lo do Brasil, que começava a agitar-se.

É inegável, que o Sr. D. Pedro I, colocando-se à frente da revolução brasileira, não só a facilitou, como a uniformizou, conservando unido em um só corpo social a todo o Brasil em sua vasta extensão, o qual sem o prestígio de seu nome não constituiria de certo hoje uma nação respeitável, mas ter-se-ia provavelmente dividido em pequenos estados, tão fracos e anarquizados, como os dos Americanos Espanhóis, que conosco vizinham. Deu-nos ele ainda a constituição mais liberal de que nunca gozou [p. 69] povo algum livre, e tão perdurável por sua perfeição, que já conta bons 40 anos de existência, ou quase meio século; no mesmo ato de sua abdicação em 7 de abril de 1831 mostrou um verdadeiro coração de rei e de pai, conservando intacto para seu Augusto filho o Senhor D. Pedro II, que atualmente reina, e era então de menor idade, o grande império que havia fundado na América; e foi, rei sem reino, na qualidade de simples duque de Bragança, estabelecer outra monarquia constitucional na Europa para sua filha a Senhora D. Maria II de Portugal, em favor de quem havia cedido seus direitos à coroa portuguesa.

Assim alguns erros políticos que cometeu este príncipe, cuja vida agitadíssima foi toda de abnegação e sacrifícios, e a quem a história fará completa justiça, qualificando-o como um dos maiores reis que produziu a casa de Bragança, ficam de muito sobrelevados pelos eminentes e incontestáveis serviços que prestou à causa da liberdade, tanto no Novo, como no Velho Mundo.

O Brasil acaba de erigir um soberbo e grandioso monumento à memória do Sr. D. Pedro I: era um testemunho de gratidão de nossa parte, a que tinha direito o magnânimo e heróico fundador da grande Monarquia Brasileira.

Os primeiros tempos do novo império constituíram uma época mais ou menos agitada por guerras externas e internas, na qual não podiam ter cabimento as [p. 70] letras que não florescem ao estrondo das armas, mas no remanso da paz. No primeiro reinado, e logo depois da gloriosa luta da independência, teve o Brasil de sustentar, além das comoções internas porque passou, a primeira guerra contra a Confederação Argentina, a qual acabou pelo reconhecimento da independência da república do Uruguai. A menoridade, ou o governo da regência e regentes que a substituíram, foi um tempo de sucessivos abalos internos, que assaz denunciavam a fraqueza do poder que presidia aos destinos da nação. No começo do segundo reinado, teve ainda o Brasil de passar por comoções internas, e sustentar a segunda guerra contra a Confederação Argentina, de que saiu vitorioso. Toda essa quadra de fermentação que percorremos, ou todo esse longo e agitado tirocínio político, era o tempo em que as instituições se consolidavam, e o grande império da América chegava ao vigor de sua adolescência social. Desde então para cá, ou há coisa de 12 para 13 anos, goza⁴¹⁵ o Brasil da mais profunda paz interna e externa, enquanto a Europa, constantemente agitada, arde em guerras sobre guerras, enquanto a América do Norte se acha toda conflagrada pela mais gigantesca e exterminadora guerra civil que viram os tempos modernos, e o México é teatro da invasão estrangeira.

Era tempo de começarem as letras a florescer no [p. 71] Brasil, como de feito começam sob o feliz reinado de um príncipe ilustrado, que as estuda e protege. Muitos homens de talento enriquecem atualmente a literatura com seus escritos em diversos gêneros; não experimentamos falta, temos antes abundância de literatos; porque o brasileiro é dotado de grande vivacidade de engenho, estuda diversas línguas, e diversas literaturas, aplica-se a todo gênero de artes e ciências, e, não contente com o que pode aprender na pátria, vai procurar o saber a Europa com o mesmo ardor e empenho, com que o europeu se transplanta para a América em busca das riquezas materiais. Tamanho é o desejo e gosto de aprender que se desenvolve em nossa mocidade!

Mas em tanta abundância de escritores só apontarei os mais notáveis, e desses em primeiro lugar os poetas, como convém. É com visível acanhamento, senhores, que entro nesta apreciação, porque em uma literatura nascente quase que só tenho de falar de autores vivos; mas não há meio de o evitar.

Antes porém de o fazer, devo dizer que nas composições originais dos poetas brasileiros predomina o gosto romântico, introduzido especialmente na literatura pelos grandes poetas europeus do século XIX, Byron, Lamartine, Vitor Hugo, Almeida Garrett, e o poeta em prosa Chateaubriand, maior pela ventura em suas criações, que todos eles. Predomina ainda nessas composições a cor local, o que é uma grande virtude, não sendo levado a excesso, que só nos faça enxergar [p. 72] Aborígenes entre um povo de raça latina, qual é o brasileiro.

Já nos poemas *Caramuru* e *Uruguai*, escritos no século XVIII por dois brasileiros de nascimento, frei de Santa Rita Durão e José Basílio da Gama, é de notar que predomina a cor local, porque os costumes dos índios, as cenas e paisagens da América, e tudo quanto

⁴¹⁵ Era isto escrito em Maio de 1864.

aí pode impressionar os sentidos, é admiravelmente descrito. Essas duas composições, em que não figuram por coisa alguma os deuses e fábulas da Grécia, já são no seu todo eminentemente brasileiras, e seus inspirados autores como que já preduliam (sic) e anunciavam a aurora de nossa nascente literatura.

São poetas mais notáveis da presente época: o Sr. Manoel Odorico Mendes, autor da clássica tradução das obras de Virgílio, e das excelentes traduções da Merope e Trancredo de Voltaire, bem como de algumas poesias líricas, que correm impressas avulso; o Sr. Antonio Gonçalves Dias, autor das Poesias Americanas e do poema intitulado os “Timbiras” ainda incompleto;⁴¹⁶ o Sr. Domingos Gonçalves de Magalhães, autor do poema épico intitulado a “Confederação dos Tamoios”, da Tragédia Antonio José, dos Suspiros Poéticos, e dos Mistérios; o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre, autor das Brazilianas. [p. 73]

A poesia original brasileira, que se ostenta adornada com todas as galas da juventude americana, eleva-se às vezes bem alto nos escritos dos três últimos senhores, e nada deixa a desejar quanto ao fogo sagrado da inspiração, abundância de fantasia imaginosa, sublime de pensamento, e colorido de estilo, se bem que em alguns deles se possam enxergar defeitos na pureza da dicção, e exageração no emprego da cor local.

O Sr. Odorico Mendes é um verdadeiro poeta clássico por sua admirável tradução de Virgílio, superior a quantas se tem feito em português do mesmo poeta, e uma das melhores em língua viva pela riqueza da linguagem e metrificação, poesia imitativa, viveza de imagens e perfeição de estilo. As suas bem acabadas traduções da Merope e do Trancredo não lhe são também pequeno título de glória. Um dos mais profundos conhecedores atuais da bela língua de Camões e de Ferreira, o Sr. Odorico Mendes presta por seus escritos à literatura brasileira no século XIX quase o mesmo serviço, que Francisco Manoel do Nascimento prestou à portuguesa no século XVIII. Propõe-se ainda o exímio poeta a enriquecer as duas literaturas com a importante tradução que fez da *Ilíada* e *Odisséia* de Homero, e que será brevemente publicada, segundo nos consta.

O Sr. Gonçalves Dias, que não tem rival entre nós no colorido e perfeição de estilo, é sem dúvida, pelo seu elevado e aceso imaginar, o primeiro poeta lírico [p. 74] da época; e direi não só no Brasil, mas ainda nos dois países de língua portuguesa.

O Sr. Gonçalves De Magalhães, que passa pelo fundador da escola romântica entre nós, é também, quanto à inspiração e estilo, um poeta de primeira ordem naquelas de suas obras que têm chegado ao nosso conhecimento, que são as acima citadas.

O Sr. Araújo Porto-Alegre, a julgarmos por algumas de suas *Brasiliannas* que vimos, é igualmente um poeta de primeira ordem, quanto à inspiração e estilo. Este Sr. vai de mais a mais enriquecer a nossa literatura com um poema épico, intitulado “Colombo, ou o descobrimento da América.” Bem haja a sua eloquente pena, que assim paga uma dívida em que estamos todos os Americanos para com o maior home do século XV.

Julguei dever apenas emitir este juízo sucinto acerca dos três poetas, que escreveram obras originais, não só porque se trata de autores vivos, como porque na análise terei de dar o meu juízo circunstanciado sobre as obras de cada um deles, não militando a mesma razão para com o Sr. Odorico Mendes, porque nas traduções só se aprecia o mérito da execução, e não o da invenção e distribuição.

⁴¹⁶ Eram ainda vivos tanto este como o primeiro poeta, quando isto escrevíamos.

São prosadores mais notáveis: o Marquez de Maricá, autor das Máximas; Frei Francisco de Monte Alverne, orador sagrado; e João Francisco Lisboa, autor do Timon, da Biografia do Sr. Odorico Mendes, e da Vida do padre Antonio Vieira; todos eles já falecidos.

[p. 75]

O primeiro é um modelo de estilo conciso e sentencioso, onde há muito que aprender para os homens de todas as condições; o segundo é um modelo de eloquência sagrada, em que se notam a cada passo verdadeiros rasgos oratórios e o lampejar do gênio da tribuna, não obstante algumas incorreções; o terceiro, que, pelos trabalhos históricos que nos legou no seu Timon, e outros que ficam citados, já pode passar por modelo do verdadeiro historiador crítico e eloquente, o seria de certo completo, se a morte o não viessem interromper no meio de seus estudos literários.

Apresentarei ainda, dentre os autores que atualmente vivem, o Sr. João Manoel Pereira da Silva, como um escritor diligente e bem informado no seu “Plutarco Brasileiro,” onde se encontra o que falta nos nossos poetas que só vêem índios e mais índios, o homem civilizado do Brasil, ou brasileiro de origem, ou para ele transplantado, colocado em presença do selvagem, habilitador dos bosques.

Já é tempo de irmos dando de mão a tanta lenda sobre os Aborígenes, para pintarmos também os usos e costumes do homem civilizado do Brasil, ou do verdadeiro atual brasileiro. Já João Francisco Lisboa censurava no seu Timon este pendor exclusivo para os índios no meio de uma nação civilizada, e com muita razão, porque estamos no Brasil de 1864, e não no Brasil de 1500, no qual Pedro Álvares Cabral só encontrou selvagens.

Bem desejara apresentar-vos aqui os nosso mais [p. 76] distintos oradores na tribuna parlamentar, mas infelizmente não se acham colecionados os seus discursos, onde a apreciação crítica possa esmerilhar belezas e defeitos. Assim citarei de reminiscência, como os primeiros em eloquência política, os dois mui distintos parlamentares, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Porei aqui termo ao meu discurso de hoje, dizendo-vos em conclusão que uma nação, que apresenta um poeta como o Sr. Gonçalves Dias, um orador como Frei Francisco de Monte Alverne, um sábio e profundo moralista como o Marquês de Maricá, já tem o direito a ocupar um lugar distinto entre os povos cultos do Universo.

ANEXO 6: FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa* para uso das escolas. 3 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854, p. 7-8.

Muito releva que às primeiras edições dum livro sobreviva assaz tempo seu autor: assim, o poderá ele ir corrigindo ou melhorando. Descuidos há, que muitas vezes não pode evitar a humana condição; nem sempre a corda vibra o som, que a mão pretende. Correndo porém o tempo, a própria meditação refletida, os sentimentos dos sábios, e os avisos dos amigos, podem lembrar coisas, que hajam escapado no calor da composição.

Havendo tirado a lume em 1844 o *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica*, dei em 1846 a segunda edição, com aquelas emendas e aditamentos, que, entendi, lhe cabiam. Obrigação tinha eu de assim o fazer. A omissão poderia atribuir-se-me a inércia ou desleixamento; poderia até mesmo parecer falta de gratidão, não só ao público ilustrado, que tão favorável havia acolhido aquele escrito; senão também à honrosa mercê de Sua Majestade, que, pelo benigno juízo do Conselho Superior de Instrução Pública, o aprovara para texto [p.8] daquela parte, que, no curso da quinta cadeira dos liceus, respeita à história da literatura.

Os mesmos motivos me determinaram agora a aperfeiçoar mais ainda esta terceira edição. Sabido é que, por ser muito estreito o tempo, que aquele tão variado curso se dá em nossas escolas, mal podem os alunos percorrer o livro todo: força é cortar o que menos importa, ou que pode reservar-se para mais tarde. Necessário me pareceu, por isso, rematar o *Bosquejo* com uma *Synopse* das matérias, que precisamente se devem tomar de memória. Ali, em um lancear de olhos, se verá recapitulado o que ficou disperso pelo corpo do compêndio; o qual todavia deverá servir de subsídio, assim para mais fácil inteligência de alguns pontos, como para o conveniente desenvolvimento de outros. A estudiosa mocidade portuguesa, a quem tenho dedicado meus trabalhos e vigílias, não me desagradecerá este novo serviço.

Coimbra: 30 de Setembro de 1852.

FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. Prefácio. *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa* para uso das escolas. 3 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854, p. 9-12.

PREFÁCIO

DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Todos os que amam as letras, sentem os encantos e reconhecem a utilidade da História Literária. E, na verdade, se há para a inteligência um espetáculo digno de lhe ser oferecido, é o dos grandes homens, que têm passado sucessivamente sobre a cena do mundo, espargindo em redor de si essas fontes de moções e idéias, que têm o direito eterno de encantar e de instruir as sociedades envelhecidas. Por onde se manifesta que o estudo daquela ciência é um dos poderosos meios de apurar o gosto da Mocidade dedicada às letras, inspirando-lhe com a admiração dos modelos o desejo de os estudar diretamente. Assim que muito era para desejar que, à imitação de outras nações, onde a história das literaturas é objeto de cursos especiais, em Portugal também se curasse de encher uma lacuna, que desaira nosso ensino secundário. Consome-se o tempo em miúdos preceitos teóricos sobre os diversos ramos de literatura; de consagrar sequer alguns momentos à história dela, não há tratar. Se alguns professores zelosos dão a seus discípulos curtas notícias biográficas sobre os escritores, cujas obras servem de texto a suas lições; se os professores de História fazem entrar no quadro de seus cursos uma rápida vista do estado das letras nas diversas épocas históricas; isso não pode ser senão de uma maneira acessória e incompleta.

Terminados os estudos clássicos, deixa o moço os bancos com os ouvidos cheios dos nomes de Homero, Virgílio e Camões; de Tucídides, Lívio e Barros; de Demóstenes [p. 10], Cícero e Vieira. Mas perguntai-lhe, - a que época, e até mesmo a que país pertencem esses grandes escritores? que influência tiveram em seu século? que serviço prestaram às letras? Que se havia feito antes deles, e que se fez depois? – Ficará mudo: desculpará sua ignorância com a impossibilidade de saber o que jamais lhe ensinaram, o que não encontra nos livros, que lhe foram subministrados.

E assim, não nos constando que em nosso idioma exista um livro elementar de História Literária, concebemos a idéia de ordenar, nas horas sobejas dos foros de nossa profissão, as breves lições, que nesta matéria dávamos, no espaço de um mês, a nossos discípulos. E tomamos ao fim a empresa de as tirar à luz; não que presumíssemos de nossas forças, senão porque, fracas como são, entendemos que devíamos contribuir com elas para a pública utilidade.

Pomos pois nas mãos da Mocidade Portuguesa um *Bosquejo histórico de Literatura Classica*, o qual reúne em um todo a grega e a latina com a nacional; sendo que desta reunião, quando bem regulada, deveria resultar uma sorte de unidade mui própria a formar o gosto dos moços de uma maneira homogênea e completa. Porque, em verdade, haveis de crer, que, assim como a literatura grega esclarece e completa a latina, assim ambas estas ilustram e consomam a portuguesa. Como porém é natural a um professor, que escreve, o

olhar mais particularmente em seus trabalhos às conveniências de sua profissão, só lançamos as linhas históricas relativas à Poesia. Eloquência e Historiografia, cujos estudos a nossa Mocidade soe fazer em um mesmo ano.

Quanto ao método e plano, unimos a ordem cronológica com a científica; dividindo o todo de cada literatura em certos períodos, em cada um dos quais ela aparece com um caráter determinado e distinto; e lançando, ainda que ligeiramente, os olhos sobre as circunstâncias políticas, que tanto influem no progresso e [p. 11] decadência dos diversos ramos da cultura intelectual. Com as várias fases literárias, damos as listas dos escritores, que as representam; e das vidas dos de maior nomeada tocamos o que pareceu necessário para melhor se conhecer seu caráter, como escritores. Na apreciação das obras, sob a triple relação da forma, da linguagem e do estilo, como não era possível apresentar em toda a parte vistas novas e pessoais, fizemos nossos os juízos dos antigos e modernos críticos: os nomes dos que mais nos auxiliaram, ver-se-ão na lista, que se segue a este prefácio. Tomamos porém especialmente pela rota do alemão *Franz Ficker*, e dos franceses *Turles*, *Géruzez* e *Ferdinand Denis*, nos quais se pode ver acabado o quadro, que bosquejamos. E não só nos acostamos aos seus sistemas, se não que até mesmo reproduzimos, não poucas vezes, seus próprios conceitos. Uma tão singela confissão será bastante parte para que nos não acusem de plágio, nem de ingratidão.

Pedir-nos-ão conta pelas edições, cuja notícia muito conduz para a crítica e para a hermenêutica. Esta omissão nasceu, não tanto do amor da brevidade, quanto da angústia do tempo, que podíamos tomar para este trabalho. No catálogo dos nossos clássicos alguém queria que a este ou aquele substituíssemos outro; que cada qual tem os seus mimosos. Porém, ainda a querermos sacrificar o nosso ao alheio gosto, fora mister o adivinhar. A uns em fim parecerá escassa a coleção, a outros não sei se redundante: quando por um lado não podíamos memorar todos os autores; e, pelo outro, um autor às vezes, com quanto somenos, sendo como um anel da cadeia intelectual, devia aparecer na parte, para se avaliar o todo. Ninguém pode contentar a todos: demais que escrevemos para as escolas; e lá está o professor hábil e douto, que saberá mondar o livro, suprir o que falta, e cortar o que sobeja.

Se com isto fazemos algum serviço a nossos moços, e ainda aos que se destinam a entrar um dia na carreira [p. 12] do magistério; have-lo-emos pelo mais glorioso prêmio de nosso trabalho: se não, sirva ele de acordar alguém, que melhor desempenhe a empresa, não menos frágil, que importante.

*Haec, si displicui, fuerint solatia nobis;
Haec fuerint nobis praemia, si placui.*

MARTIAL, 1. 2. epigr. 91